UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE EDUCAÇÃO

VANESSA FERRARESI

**DO ORGANISMO AO CORPO: UM ESTUDO SOBRE A REPRESENTAÇÃO DO
AUTISMO NOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO**

São Paulo

2017

VANESSA FERRARESI

**DO ORGANISMO AO CORPO: UM ESTUDO SOBRE A REPRESENTAÇÃO DO
AUTISMO NOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO**

Dissertação apresentada à Faculdade de Educação da
Universidade de São Paulo, como requisito para
obtenção do título de Mestre em Educação.

Linha de pesquisa: Psicologia e Educação.

Orientadora: Prof. Dra. Leny Magalhães Mrech.

São Paulo

2017

AUTORIZO A REPRODUÇÃO E DIVULGAÇÃO TOTAL OU PARCIAL DESTE TRABALHO, POR QUALQUER MEIO CONVENCIONAL OU ELETRÔNICO, PARA FINS DE ESTUDO E PESQUISA, DESDE QUE CITADA A FONTE.

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo

-
154.3
F374d | Ferraresi, Vanessa
Do organismo ao corpo: um estudo sobre a representação do autismo nos meios de comunicação / Vanessa Ferraresi; orientação Leny Magalhães Mrech. São Paulo: s.n., 2017.
219 p.; tabs.; anexos

Dissertação (Mestrado – Programa de Pós-Graduação em Educação. Área de Concentração: Psicologia e Educação) - - Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo.

1. Autismo 2. Psicanálise da criança 3. Meios de comunicação 4. Laço social I. Mrech, Leny Magalhães, orient. |
|----------------|--|
-

VANESSA FERRARESI

Do organismo ao corpo: um estudo sobre a representação do autismo nos meios de comunicação

Dissertação apresentada à Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, como requisito para obtenção do título de Mestre em Educação.

Linha de pesquisa: Psicologia e Educação.

Orientadora: Prof. Dra. Leny Magalhães Mrech.

Aprovado em:

Banca examinadora

Prof. Dr. _____

Instituição: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____ Assinatura: _____

São Paulo

2017

Para Marcello e Amílcar,
experiências profundas.

AGRADECIMENTOS

A Professora Leny Mrech, por orientar meu caminho pela Psicanálise, pela confiança, pela oportunidade de pensar, escrever, crescer e compartilhar e por fazer dessa trajetória uma experiência.

A Monica Rahme, pela leitura criteriosa do texto e pelas preciosas contribuições por ocasião do exame de qualificação.

A Rinaldo Voltolini, pelas ponderações a respeito do trabalho, pela interlocução tranquila ao longo dos anos e pela leitura sempre perspicaz.

A Leandro de Lajonquière, por me apresentar à Psicanálise em suas aulas.

A Domingos Infante, pelo afeto, pela escuta e pelo tempo sempre lógico.

A Carla Loureiro, Audrey Alvarenga, Patrícia Aldrighi e Cristiana Gomes pela cumplicidade nesta e em tantas outras histórias.

A Daniela Teperman, Maria Lacombe e Maria Carolina Accioly, pelas discussões instigantes e intrigantes.

A Vera Francisco, com quem partilho inquietações da clínica e da transmissão.

A Lucia Wajskop, por fazer a diferença.

A Regina Clara, por ser mais que parceira em minha trajetória.

A toda equipe da Educação Infantil do Colégio Santa Cruz, que há treze anos me ajuda a ponderar sobre a infância.

A Adriana Cersosimo, pelo auxílio amoroso na controversa experiência da maternagem.

A Marcela Haddad, pelo entusiasmo que me inspira.

A Patrícia Delgado e Raquel Di Giorgi, pelos constantes gestos de amizade.

A Kelma e Branca, pela oferta de carinho e pela parceria em tantos momentos.

A Alessandro, Camila e Pedro, por serem parte da minha história.

A João Marcello e Zilda, pelas marcas indeléveis.

Ao Marcello, por trazer o frescor e o mistério das novas experiências e pelo brilho nos olhos.

E ao querido Amílcar, por escrevermos juntos pela vida.

Lista de Tabelas

Tabela 1: Publicações a respeito do autismo	144
Tabela 2 : Análise do aspecto autoral dos textos seleccionados	147

Sumário

Resumo	1
Apresentação	3
Introdução	12
Capítulo 1: A Ciência, o Capitalismo e a Psicanálise	
1.1 O discurso da ciência e seus desdobramentos na pós-modernidade	16
1.2 A Psicanálise e seu cotejamento com a ciência	26
1.3 Teoria dos discursos de Jacques Lacan	31
1.3.1 O Discurso do Mestre	37
1.3.2 O Discurso da Histórica	39
1.3.3 O Discurso do Analista	40
1.3.4 O Discurso Universitário	42
1.4 O discurso do Capitalista	46
 Capítulo 2: Sobre as origens de um campo e a delimitação de um diagnóstico: psiquiatria infantil, psicanálise e autismo	
2.1 A delimitação de um novo campo: Psiquiatria Infantil	52
2.2 A evolução de um diagnóstico: o autismo	57
2.3 Psicanálise e Autismo	65
2.3.1 O infantil e o sintoma	66
2.3.2 Os autismos a partir da perspectiva psicanalítica	79
2.3.2.1 Melanie Klein	80
2.3.2.2 Margareth Mahler	82
2.3.2.3 Donald Meltzer	85
2.3.2.4 Francis Tustin	86
2.3.2.5 Donald Winnicott	89
2.3.2.6 Jacques Lacan	92
2.3.2.7 Rosine e Robert Lefort	99
2.3.2.8 Françoise Dolto	100
2.3.2.9 Maud Mannoni	103
2.3.2.10 Jean-Claude Maleval	105

Capítulo 3. Idade Mídia: os meios de comunicação no mercado dos saberes

3.1 Breve introdução: comunicação e crise na cultura	111
3.2 Considerações sobre comunicação e capitalismo: a indústria cultural e o mercado de saberes	115

Capítulo 4. O que o jornal de hoje nos traz? Reflexões a respeito do corpo do autista na mídia

4.1 O Autismo na mídia: o organismo	130
4.1.1 O percurso metodológico da pesquisa	131
4.2.2 A notícia em tempo real: tudo o que devemos saber acerca do autismo em quinze reportagens	144

Capítulo 5. De que furo se trata no autismo: o corpo	183
Considerações Finais	197
Referências Bibliográficas	201
Anexo	218

Resumo

Ferraresi, Vanessa. Do organismo ao corpo: um estudo sobre a representação do autismo nos meios de comunicação. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

Essa dissertação investiga as relações entre os meios de comunicação, o capitalismo e a difusão de um discurso a respeito do autismo que o concebe como um cérebro anômalo. Para tal, procurou-se, primeiramente, examinar como o apagamento, no âmbito social, da visão de mundo concernente à teoria crítica, evidencia a ascensão da forma de laço social denominada Discurso do Capitalista. Verificou-se também como a construção do campo da Psiquiatria Infantil e, no seu interior, o desenvolvimento do diagnóstico do autismo, submetem-se aos processos históricos. Concerne ainda à presente pesquisa, a reflexão sobre a atuação das mídias na difusão e manutenção de uma visão de mundo que confere à ciência um estatuto primordialmente tecnicista. Finalmente, no exame dos meios de comunicação, percebemos como, a partir de um texto que se pretende neutro, padrões de normalidade são disseminados como uma ciência vendida em drágeas. A partir disso, investigamos por meio da análise documental de reportagens publicadas, em periódicos destinados ao grande público, como o corpo dos autistas é apresentado. Vivemos, no campo do jornalismo científico, uma espécie de *Idade Mídia* na qual só é ciência aquilo que os periódicos criam como mercadoria, para ser consumida no mercado de saberes. O autismo, nesse sentido, é uma mercadoria desejada. A questão final da presente pesquisa recai sobre os possíveis desdobramentos que a noção de corpo em psicanálise pode apresentar como contraponto a um discurso biotecnológico acerca do autismo.

Palavras-chave: autismo, psicanálise, meios de comunicação, infância, laço social

Abstract

Ferraresi, Vanessa. From the organism to the body: a study about the representation do autism in the media. Dissertation (Master Degree). Faculty of Education, University of São Paulo, São Paulo, 2017.

This dissertation researches the relationship between media, capitalism and a diffusion of a discourse concerning a conception of autism as an anomalous brain. The first step was to examine how the erasure, in the social sphere, of the worldview concerning the critical theory, evidences the rise of the form of social bond denominated Capitalist Discourse. It was also verified how the construction of the field of Child Psychiatry and, within it, the development of the diagnosis of autism, submit to historical processes. It is also related to the present research, the reflection on the media's performance in the diffusion and maintenance of a world view that gives science a primarily technical status. Finally, in the examination of the media, we perceive how, from a text that is intended to be neutral, patters of normality are disseminated as a science sold in dragees. From that, we investigate through documental analysis of published reports, in periodicals intended for the general public, how the body of autistic individuals is presented. We live, in the field of scientific journalism, a kind of Media Age in which it is only science what newspapers create as a commodity, to be consumed in the knowledge market. Autism, in this sense, is a desired commodity. The final question of the present research rests on the possible unfoldings that the notion of body in psychoanalysis can present as a counterpoint to a biotechnological discourse about autism.

Keywords: autism, psychoanalysis, media, childhood, social bond

Apresentação

Quando iniciei o percurso na pós-graduação, tinha como projeto de pesquisa analisar o discurso contemporâneo em relação à inclusão, a partir do referencial psicanalítico, situando como ponto de partida duas questões: a) O discurso da educação inclusiva, posto em circulação pelas políticas públicas, que propagam a educação para todos, não estaria funcionando como um sintoma? b) Qual o lugar destinado às crianças com necessidades educativas especiais em nosso tempo?

Para pensar no tema, utilizaria como referencial a teoria dos discursos estabelecida pelo psicanalista Jacques Lacan e o conceito de sintoma social.

Tal escolha estava alicerçada, sobretudo, na crescente obrigatoriedade da inserção de crianças com deficiências¹ no sistema educacional regular e nas consequentes vicissitudes observadas diante dessa deliberação. Contudo, durante a seleção para o mestrado e depois de meu ingresso, reflexões acerca de acontecimentos envolvendo os meios de comunicação e o autismo provocaram novos interesses que, com a ajuda da minha orientadora, Professora Leny Mrech, consegui circunscrever em um novo objeto de pesquisa: as imbricações entre o autismo e a mídia. O caminho que me conduziu até esse tema tem origem em minha prática como professora de Educação Infantil e, ao mesmo tempo, em acontecimentos recentes.

No que concerne à sala de aula, tomei conhecimento nos últimos anos, de, pelo menos, duas crianças diagnosticadas como autistas ou apresentando “traços autísticos”, na série em que leciono, a última antes da entrada no Ensino Fundamental, quando os estudantes completam seis anos. No intervalo entre os anos de 2012 e 2015, eu mesma recebi em minhas turmas meninos que preenchiam tal descrição. Os comentários preponderantes na escola evidenciavam perplexidade diante do maior número de “casos” admitidos, palavra que era utilizada próxima à

¹ De acordo com o art. 2º da Lei Brasileira de Inclusão (Lei 13.146/2015), sancionada pela presidente Dilma Rousseff em 06 de julho de 2015: “[...] considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.”.

concepção médica, dando ênfase ao rótulo patológico e cada vez mais prematuro que os alunos recebem.

À invasão da palavra autismo no cotidiano escolar, soma-se o ato ocorrido no fim de 2012, quando a Secretaria de Saúde do Estado de São Paulo lançou um edital para credenciamento de instituições de tratamento de crianças autistas. O documento excluía a psicanálise, considerando apenas terapias cognitivo-comportamentais.

A deliberação suscitou debates a respeito de qual seria o melhor tratamento para o autismo ou, conforme apregoa o DSM-5, Transtorno do Espectro Autista (TEA). Tal discussão tomou conta de universidades, grupos psicanalíticos, escolas, ONGs, grupos de pais de crianças autistas e, como não poderia ser diferente, dos meios de comunicação.

No início do segundo semestre de 2013, época em que tomara conhecimento de minha aprovação no programa de pós-graduação, começou a ser apresentada na televisão, em rede nacional, uma série de programas intitulados *Autismo: Universo Particular*. Entre os aspectos abordados no documentário, enfatizou-se a incidência de marcadores biológicos no que diz respeito à etiologia do autismo e, em relação ao tratamento, elegeu-se a terapia comportamental que, como é sinalizado no terceiro episódio do programa pelo médico e apresentador Dráuzio Varella, tem comprovação científica, o que não ocorre com outras formas de tratamento. Veiculado pela emissora de maior alcance e audiência no Brasil, a repercussão de tal série foi imediata. Pessoas começavam a comentar quanto ao autismo e sua enorme incidência nos tempos atuais (que o programa afirmava ser de um para cada cem indivíduos) nos trens, nos bares, nas reuniões familiares e nas salas dos professores. Subitamente, indivíduos que não faziam parte do grupo diretamente afetado pelo transtorno começaram a se manifestar, sustentando a eficácia das terapias comportamentais e, no mesmo golpe, parecia ganhar força uma espécie de listagem nosográfica, apresentada no segundo episódio da série, que permitia a todos “diagnosticar” (visto que só um profissional poderia determinar com exatidão tal quadro) se uma criança era ou não autista.

Por que a psicanálise não foi chamada ao debate? Qual o motivo de os representantes de diversas instituições referenciadas em tal abordagem ao redor do

país² que, em muitos casos, desenvolvem também pesquisa em universidades, não serem convidados a colaborar? E as famílias atendidas em tais instituições não poderiam contribuir?

Pouco depois da disseminação de informações com relação ao autismo pela mídia eletrônica, acompanhei com atenção o debate que ocorreu em um jornal de grande veiculação e com versão digital, a *Folha de S.Paulo*³, após a publicação do texto *Autismo e Psicanálise*, de autoria de Nilde Jacob Parada Franch, presidente da Sociedade Brasileira de Psicanálise de São Paulo. O artigo em questão foi publicado em 13 de setembro de 2013, na coluna Tendências/Debates, e buscou reafirmar a Psicanálise como uma alternativa ao tratamento da criança autista. Entre outros pontos, a autora salienta o fato de a mídia ignorar as contribuições psicanalíticas no diagnóstico e no tratamento, apontando que programas televisivos exibidos àquela época “[...] não disponibilizaram à população um rol completo de informações sobre o tema, enfocando apenas em uma das formas de compreender o transtorno.”

O fato que teve início como uma tentativa de reposta à rejeição do tratamento psicanalítico nos casos de autismo suscitou um debate que transcorreu, no mesmo jornal, nas semanas seguintes. Buscando realçar que a escolha do tema da presente pesquisa encontra seu ponto culminante no questionamento que me foi suscitado diante do duelo travado nesse periódico e, ainda, acreditando que as opiniões endereçadas ao jornal, mais do que defesas de uma corrente em detrimento de outra, expressam um pensamento hegemônico em nosso tempo, opto por reproduzir trechos dos pareceres dos envolvidos.

No dia seguinte ao artigo publicado de Franch, uma carta do chefe de setor de Neurologia Infantil da Unifesp e presidente da Sociedade Brasileira de Neurologia Infantil, Luiz Celso Vilanova, é publicada no jornal com o título *Leitor aponta escassez de trabalhos científicos sobre autismo e psicanálise*. Vejamos um segmento do texto:

² Lugar de Vida, em São Paulo; CPPL, no Recife; Grupo Trapézio, em São Paulo; Rede CEREDA Brasil, em São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Paraíba e Bahia; Centro Lydia Coriat, no Rio Grande do Sul; Instituto Langage, São Paulo.

³ Todos os textos da coluna Tendências/Debates apresentados encontram-se disponíveis ao leitor no site do jornal Folha de São Paulo.

[...] se fizermos um **levantamento**⁴ no PubMed, que cataloga trabalhos com **respaldo científico** no mundo todo, encontraremos mais de 24 mil trabalhos publicados abordando o tema autismo. Por outro lado, se cruzarmos as palavras autismo e psicanálise, encontraremos somente 40 trabalhos, dos quais menos da metade foram publicados na última década. Acredito que a pouca atenção da mídia ao tema reflete apenas uma tendência do pensamento dos cientistas e médicos diante da questão. (grifos meus)

Como elemento para analisar o desinteresse da mídia pela práxis psicanalítica, o autor introduz, a quantidade de publicações resultantes da combinação dos verbetes autismo e psicanálise identificadas pelo PubMed, um recurso de pesquisa desenvolvido e mantido pelo Centro Nacional de Informações sobre Biotecnologia (NCBI), na Biblioteca Nacional de Medicina dos EUA (NLM), ou seja, um nicho virtual do que hoje é reconhecido como ciência. Tal site, que possui um banco de dados de artigos e publicações dos seguintes campos: biomedicina, saúde, ciências do comportamento, ciências químicas e bioengenharia, parece se constituir como um indicador de respaldo científico na perspectiva do autor.

Em 25 de outubro do mesmo ano (2013), outro texto é publicado fazendo referência ao artigo de Franch. Seu título é *Análise do comportamento e autismo* e tem como autores Daniel Del Rey (psicólogo e mestre em análise do comportamento pela PUC-SP), Denise Vilas Boas (doutoranda em Análise do Comportamento pela PUC-SP e vice-presidente da Associação Brasileira de Psicologia e Medicina Comportamental) e João Ilo (doutor em Ciência do Comportamento pela Universidade Federal do Pará e presidente da Associação Brasileira de Psicologia e Medicina Comportamental).

Em tal produção, afirma-se que, anteriormente, “[...] o autismo foi visto como resultado de problemas emocionais e o tratamento recomendado era a genérica psicoterapia”, mas que o progresso das Neurociências, da Genética e da Psicologia possibilitaram a conclusão que o autismo é “[...] um problema de desenvolvimento.” que, segundo o raciocínio dos psicólogos, nada tem a ver com o emocional. A partir de tal descoberta, corroborada pelo DSM, prosseguem os autores:

⁴ Todos os grifos presentes na Introdução têm como objetivo destacar palavras consideradas importantes para elucidar o argumento da presente pesquisa.

O foco das intervenções passou então a ser educacional, visando a **desenvolver e aprimorar habilidades** e repertórios necessários para o bem estar e a inserção social do autista. Foi nesse cenário que a **tecnologia** de ensino e de aprendizagem compreendida na ABA se sobressaiu e se tornou o tratamento privilegiado para pessoas com quadro do espectro autista. Isso se deve ao fato de a ABA, historicamente, ter se mostrado **eficaz**, e não, pela propaganda de supostos benefícios. (grifos meus)

A análise comportamental aplicada, segundo os autores, não é um método, mas uma “abordagem científica que examina a interação do sujeito com o seu entorno” e é revestida da credibilidade da Ciência. Um pouco mais à frente, nesse mesmo artigo, encontramos a seguinte afirmação sobre a ABA:

Sua **tecnologia** de intervenção é efetiva porque articula um **referencial teórico-conceitual** sólido e dados empíricos robustos. Os métodos são **embasados** em estudos – atendimento em consultório e acompanhamento terapêutico no ambiente em que o **cliente** vive – possibilitam a identificação de suas necessidades e o seu desenvolvimento. Basta consultar o **banco de dados** de periódicos, como o "Jaba" (Jornal da Análise Comportamental Aplicada, na sigla em inglês), e os mais de 200 artigos sobre o autismo ali publicados para se conhecer os **avanços científicos** obtidos na área. (grifos meus)

Aqui, bem como na carta de Vilanova, também um banco de dados de periódicos reconhecidos cientificamente por uma comunidade é evocado para testemunhar a “solidez” e a “robustez” de um tratamento e sua qualificação para tratar de “clientes” com transtorno de espectro autista.

Menos de um mês depois, em 19 de novembro, foi publicado outro texto que faz referência ao artigo de Franch e também ao de Del Rey, Vilas Boas e Ilo. A autora é Vera Regina Fonseca, psiquiatra, diretora científica da Sociedade Brasileira de Psicanálise de São Paulo e pós-doutora em Psicologia Experimental pela USP que, no início de seu artigo *Questão complexa, abordagem ampla*, sinaliza:

A psicanálise não nega que o autismo seja um problema de desenvolvimento, no qual fatores genéticos estão envolvidos. Concebemos o desenvolvimento como um processo não linear complexo. Ainda que os genes tenham um papel, a sua expressão se dá na interação com o ambiente, como bem ilustram os estudos de epigenética. [...] A psicanálise não pretende ser o único caminho

para a abordagem dos transtornos autísticos; tal postura seria religiosa e contrária à sua natureza científica. Mas também não é admissível uma "religião" que determine a exclusão da psicanálise de um campo no qual ela tem 90 anos de experiência, já que Melanie Klein trabalhou com sucesso uma criança autista na década de 20, antes até da descrição feita por Leo Kanner.

Em 27 de novembro, um artigo denominado *Análise do comportamento no autismo* é publicado sem fazer referência a nenhum dos outros diretamente, mas, como observaremos, colocando mais ingredientes na disputa pelo melhor tratamento, isto é, o mais científico para TEA. A responsável é Maria Martha Costa Hübner, professora livre docente da USP, representante internacional da Association for Behavior Analysis International (ABAI), sócia da Associação Brasileira de Análise do Comportamento (ACBr) e ex-presidente da Associação Brasileira de Psicologia e Medicina Comportamental.

A autora pretende dar um fim ao debate entre análise comportamental e a psicanálise no tocante ao tratamento do autismo, trazendo à tona o que, em suas palavras, mais importa: “*dados comprovando a eficácia de um tratamento*”. E afirma que o restante da discussão é retórica ou debate político, elementos que não interessam à ciência nem às milhões de famílias que sofrem. A partir de tal ponto, Hübner apresenta dados que atestariam a irrefutável qualificação científica que recobre a Análise do Comportamento no tratamento do autismo:

O estudo pioneiro da análise do comportamento é de I. Lovaas (1988), em que 19 crianças de 4 a 5 anos, diagnosticadas com autismo, foram submetidas a 40 horas de atendimento (hoje conhecido como Tratamento Precoce Intensivo); dois anos depois, o Quociente de Inteligência (QI) dessas crianças havia aumentado 20 pontos em média, chegando próximo ao considerado normal, que é 85; nove dessas crianças aumentaram em 30 pontos seu QI, ficando acima do normal, e foram inseridas em sala de aula regular. Crianças com o mesmo diagnóstico que não foram submetidas ao tratamento intensivo em ABA não apresentaram melhoras e o QI permaneceu em torno de 50.

Outro aspecto salientado pela professora da USP diz respeito à assistência dada aos pais de autistas, pois a ABA ensina os familiares a ensinar seus filhos e demonstra eficácia para treinar uma variedade de habilidades.

Aproximadamente 75% das crianças com TEA apresentam deficiência intelectual e desenvolvimento atípico de habilidades relacionadas à aprendizagem. Portanto, o TEA é uma síndrome comportamental e, como tal, requer um analista do comportamento que ensine comportamentos à pessoa. Relacionar-se com o outro, um dos déficits do espectro autista, é comportamento e pode ser ensinado. Não basta ser compreendido ou contemplado.

Mais adiante, Hübner menciona a questão da legislação norte-americana como legitimadora da eficácia da análise comportamental aplicada, caminho que o Brasil começa a percorrer:

Dada a comprovada **eficácia** da análise do comportamento, nos Estados Unidos existem leis federais que exigem terapia ABA para que o tratamento para o autismo possa ser financiado pelos cofres públicos. É o que começa a acontecer no Brasil e, daí os debates acirrados sobre o tema. (grifo meu)

Hübner finaliza seu texto, salientando o estatuto de ciência e, portanto, de método eficaz, da ABA:

A análise do comportamento aplicada ao autismo, por focar no ensino de habilidades, traz, obviamente, bem estar à criança e a seus familiares, pois o bem estar é dado a uma criança e à sua família quando a criança aprende a falar, a ler, a sorrir funcionalmente e a se relacionar com o outro. O bem estar está diretamente relacionado a habilidades que podem ser aprendidas e é isso justamente o que a análise do comportamento faz: dar o bem estar à pessoa autista e a seus pais, por meio do ensino de capacidades fundamentais ao seu estar no mundo, que se dá pela **aplicação da ciência da análise do comportamento**. (grifos meus)

Embora tal debate tenha se travado em um veículo de comunicação, mais do que um “bate-boca” em um jornal, os envolvidos representam renomadas e tradicionais instituições e, em sua maioria, são pesquisadores de grandes universidades brasileiras, expressando suas ponderações alicerçados pela ciência que produzem. Tal aspecto impulsionou de minha parte uma análise mais criteriosa, que resultou no trabalho que apresentei no *X Colóquio do LEPSI*: “Crianças públicas, adultos privados”, em 2014.

Ao rememorarmos os três episódios mencionados como eventos de grande expressão que direcionaram a problematização da presente pesquisa (o edital da Secretaria Estadual de Saúde, os programas televisivos e o debate no jornal), encontramos um lastro que os unifica, posto que almejam a eficácia e, para tal, evocam a insígnia da comprovação científica. Neste ponto, cabem algumas perguntas: a) Por que, ao argumentarem em relação a sua legitimidade, revestem-se do nome da Ciência como algo supremo? b) Que Ciência é essa que, diante do enigma da infância, representada pela criança autista, aponta a necessidade de uma resposta que seja toda e definitiva?

Outrossim, não podemos desviar o foco do papel que os meios de comunicação têm na contemporaneidade. Eles difundem o discurso da eficácia ao mesmo tempo em que assumem a tarefa de *ágora* social, na medida em que se constituíram como espaço de narrativas acerca do existir. Não há um assunto ou dilema do ser que não tenha merecido atenção das mídias impressas, eletrônicas e digitais. Da gestação aos questionamentos quanto à finitude da vida, encontramos toda sorte de reportagens que narram nosso viver.

Ao averiguarmos o que foi veiculado em relação ao autismo na mídia nos últimos anos, deparamo-nos com uma profusão de matérias e programas que deliberaram a respeito da criança autista e sobre o que é melhor para ela. Devido à dificuldade de ser autora de uma fala acerca de como gostaria de ser tratada, a sociedade – familiares e especialistas – argumenta a respeito do que julga ser o caminho adequado para enfrentar o autismo.

Contudo o que teve início como um confronto sobre o tratamento assumiu diversos contornos, passando pelo treino de habilidades e pela “bioquímica do autismo” (tema de um artigo publicado em 2014, no *The New York Times*⁵ e reproduzido pelo jornal *Folha de S.Paulo*) e por políticas que assegurem seu direito à escolarização regular.

A partir de tal cenário, empobrecido em possibilidades de reflexão (seja no entendimento dos autismos, seja na definição do que recebe o nome ciência), é preciso ponderar quanto ao modo como a busca pelo sentido do que se expressa no social cedeu espaço às elucubrações que almejam solução imediata e pragmática.

⁵ <http://www1.folha.uol.com.br/equilibrioesaude/2014/04/1436481-pesquisador-enfoca-bioquimica-do-autismo.shtml> - acesso 25 de fevereiro de 2016

Em uma época em que a ciência só é reconhecida como tal na medida em que pode ser aplicável e solucione os impasses da vida, pareceu-me pertinente buscar um caminho de reflexão que se erigisse como uma nova chave de leitura do discurso social. Na mesma direção, parece-me que a preponderância dos meios de comunicação, como voz e olhar de nosso tempo, merece um exame criterioso. Também o autismo que, como diagnóstico, não cessa de se inscrever como nomeação em ascensão, merece ser situado em sua historicidade na tentativa de conter seu uso indiscriminado.

Introdução

Embora o Brasil não tenha tradição na tabulação de dados dos diagnósticos de autismo, o Ministério da Saúde estimou que, em 2014, havia dois milhões de autistas⁶ no país. Existem, no entanto, índices em nível mundial que balizam discussões científicas e políticas públicas quanto ao TEA. De acordo, por exemplo, com o relatório da OMS a respeito do autismo, publicado em 2013, a prevalência global do transtorno é de uma pessoa em 160.⁷ Segundo dados de pesquisa divulgada em março de 2014, pelo Centro para Controle e Doenças dos Estados Unidos (CDC), uma em cada 68 crianças tem autismo no país,⁸ representando um aumento de 30% em relação a dados divulgados em 2012 pelo mesmo órgão.

Um estudo divulgado no *American Journal of Psychiatry* indica que a prevalência de distúrbios autistas é 2,5% na Coreia do Sul.⁹ Números dessa natureza sinalizam que uma quantidade maior de crianças recebe esse diagnóstico, fato que, aqui no Brasil, leva o SUS (Sistema Único de Saúde) a oferecer (em 2015) “[...] o primeiro medicamento para tratar os sintomas do autismo”, conforme anunciado pelo Ministério da Saúde, a Risperidona. O curioso é que tal antipsicótico é utilizado para tratar de agitação, agressividade, irritabilidade em pacientes esquizofrênicos desde 1994, ano de seu lançamento.

Diante desse cenário, há aqueles que atribuem o aumento no número de casos de autismo ao elevado nível de precisão diagnóstica de nosso tempo. Outros localizam o problema no modo de vida contemporâneo e há quem afirme que o espectro atual do TEA engloba outros transtornos que mereciam anteriormente uma descrição à parte. O fato é que os números divulgados apontam um acréscimo na população com tal nomeação e, paralelamente a esse fato, observa-se no imaginário social uma discussão em relação ao autismo marcada por um reducionismo mecanicista, que intenta explicar o humano exclusivamente pelo ponto de vista

⁶ <http://www.brasil.gov.br/saude/2014/09/sus-incorpora-primeiro-medicamento-para-sintomas-do-autismo> - acesso em 25 de janeiro de 2016

⁷ <http://www.who.int/features/qa/85/en/>

⁸ Baio, Jon. “Prevalence of Autism Spectrum Disorder Among Children Aged 8 Years” disponível em: http://www.cdc.gov/mmwr/preview/mmwrhtml/ss6302a1.htm?s_cid=ss6302a1_w

⁹ Fonte Revista Pesquisa FAPESP, disponível em: <http://revistapesquisa.fapesp.br/2011/06/16/o-cerebro-no-autismo/>

genético, bioquímico e neurológico, a ponto de abordagens clínicas variadas que valorizam processos de fala e de historicização dos sintomas serem desconsideradas.

Tal estranhamento, que aqui no Brasil encontra expressão, por exemplo, no edital para credenciamento de instituições de tratamento de crianças autistas, lançado pela Secretaria de Saúde do Estado de São Paulo, em 2012, mencionado na Introdução desta Dissertação, também é verificada em nível mundial. Enquanto, nos EUA, a associação psiquiátrica excluiu de seu manual (DSM) qualquer ligação, mesmo que remota, com a psicanálise, na França, inúmeras tentativas buscaram removê-la do tecido social. O Instituto Nacional Francês de Saúde e Pesquisa Médica (INSERM) tentou em 2004, com o apoio de políticos, votar uma lei de contenção à atividade psicanalítica, que foi refreada por uma mobilização nacional.¹⁰ Em 2012, a Alta Autoridade de Saúde (HAS)¹¹ publicou um relatório que visava depreciar a psicanálise, acusando de pouco científico o seu tratamento no que concerne ao autismo.

Na mesma direção, parlamentares buscaram, tal qual na iniciativa anterior, proibir a terapêutica psicanalítica na França. Diante de tal cenário, é impossível não se questionar a respeito do motivo dessas iniciativas de extinguir essa abordagem clínica. Não bastaria, aos que lhe são contrários, atacá-la no campo da palavra? Por que aniquilar uma prática que faz parte da civilização há mais de 110 anos? Cabe-nos apurar nesta pesquisa a quais interesses hegemônicos o pensamento psicanalítico se contrapõe. Colocar em marcha a fala, interrogar-se sobre o sentido dos processos mentais e conferir dignidade ao ser, ajudando-o a se dizer são aspectos que não podem ser encarados como ameaça à sociedade, sob pena de extinguir o humano na humanidade.

Conforme observamos no panorama desenhado no debate que acompanhamos no jornal *Folha de S.Paulo*, quando vai à *ágora*, a psicanálise é acusada de não científica. Mas o que é ser científico na atualidade? Interrogar-se quanto aos percursos que desembocam na assunção de um privilégio das ciências naturais em prejuízo das ciências sociais é, nesse sentido, pertinente.

¹⁰ A esse respeito, ver Aflalo, A. *O assassinato frustrado da Psicanálise*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2012.

¹¹ Sigla em francês para Haute Autorité de Santé.

O primeiro aspecto abordado na presente pesquisa advém de tal questionamento: como o pensamento crítico que, ao se perguntar “*o que posso conhecer?*”, localizando em seu bojo a impossibilidade de se conhecer tudo, cede lugar a certo discurso cientificista que retira a dimensão do limite, do inexequível das relações humanas? Situar a reflexão de pensadores que se debruçaram sobre a questão do apagamento das narrativas sociais de origem e finalidade, bem como, evidenciar as construções discursivas que pretendem dar conta da totalidade da existência, apoiando-se unicamente na vertente orgânica, interessa por precisar o complexo processo que, no período denominado como pós-moderno, confere à ciência seu estatuto primordialmente tecnicista, bem como eleva a mídia ao zênite da “sociedade do espetáculo”, como cunhou Guy Debord (1967) ou do “mundo omnivoyeur” (1964), designado por Lacan.

Também é relevante verificar como os processos de construção do campo da Psiquiatria Infantil e, no seu interior, o desenvolvimento do diagnóstico do autismo, submetem-se ao desenrolar dos processos históricos e, portanto, não são naturais nem objetivos. Estão inseridos e são determinados pela forma de laço social que Lacan cunhou como Discurso do Capitalista, sobre o qual nos deteremos no primeiro Capítulo.

Concerne ainda à problemática aqui apresentada o papel preponderante das mídias na difusão e manutenção de tal tipo de discurso que, paradoxalmente ao que é inerente a uma construção discursiva, cumpre a função de estabelecer um novo tipo de laço entre os viventes. Proporemos um cotejamento entre a noção de mercado de saber empregada por Lacan (1968-1969), em seu Seminário 16, e as reflexões de Walter Benjamin e Theodor Adorno sobre a perda da experiência na modernidade e a indústria cultural.

Dentro desse cenário, não seria o transtorno do espectro autista, com sua grande abrangência e a exclusão da psicose infantil, um nome amplo demais dado ao que adocece na infância? E o que se veicula na mídia sobre ele? Não seria uma impostura? Sustentamos, em primeiro lugar, o fato de que uma palavra não dá conta das diversas matizes do sofrimento do humano recém-chegado e não há uma insígnia capaz de dizer tudo acerca do mal-estar. Concomitantemente, ao investigar o caráter mercadológico das trocas sociais, buscamos legitimar a conjectura de que

o sofrimento humano também é transformado em mercadoria, a qual encontra no jornalismo científico um de seus agenciadores.

Percorrer a obra daqueles que se viram interpelados a pensar como o discurso da ciência – ancorado pelo pensamento ultraliberal – expressa-se no social e cumpre a função de desmontar a pretensa objetividade da tecnociência. Com tal intenção, esta pesquisa utilizará como base teórica a abordagem psicanalítica, tomando como principal referência as obras de Freud e Lacan e o pensamento crítico, inscrito na tradição kantiana, levado adiante por Walter Benjamin e Theodor Adorno, entre outros.

Dessa forma, seguirei a trajetória de investigar o hermético pensamento do que hoje se pretende científico, desvelando seu caráter limitado e disciplinar da compreensão sobre o humano.

Por fim, graças à análise longitudinal de matérias publicadas em dois periódicos de grande alcance, buscarei traçar possíveis articulações quanto ao modo como a tríade tecnociência, meios de comunicação e discurso do capitalista se relacionam no entendimento do corpo do sujeito autista, tomado como puro organismo.

Capítulo 1. A Ciência, o Capitalismo e a Psicanálise

Chegamos ao século XXI e, embora tenhamos alcançado a Lua e ampliado nosso conhecimento acerca do universo, muito há ainda por conhecer. Podemos acompanhar a própria frequência cardíaca e a pressão arterial com nossos telefones celulares, que há tempos deixaram de ter como função principal fazer e receber ligações, mas ainda não desvendamos o funcionamento dos processos cancerígenos. Temos carros bicompostíveis que atendem a comandos orais, mas que ainda não voam, tal como imaginado no desenho futurista dos *Jetsons*. No que concerne aos processos de comunicação, no entanto, parece que alcançamos e superamos as invenções de Hanna e Barbera. As máquinas que nos rodeiam são sensíveis ao toque, à voz e ao movimento e nos colocam em contato com pessoas de outras cidades, países, continentes e, até mesmo, com os astronautas na Estação Espacial Internacional. O conhecimento produzido pela humanidade é sem precedentes e vertiginoso.

Tendo o cenário descrito acima como fundo, analisarei a primeira proposta de investigação desta pesquisa: o modo como o que se descobre e inventa nos laboratórios das universidades e nos centros de pesquisa é digerido pela sociedade e assume a forma daquilo que diversos autores denominam Discurso da Ciência. Farei usos de algumas vozes que pensaram de forma consistente o caráter evanescente das teorias sociais, com as quais a psicanálise faz intersecção, no atual cenário para, no próximo Capítulo, cogitar como tal aspecto se expressa na construção histórica do diagnóstico do autismo e, mais adiante, no esvaziamento reflexivo expresso e propagado pelas mídias.

1.1 – O discurso da ciência e seus desdobramentos na pós-modernidade

O filósofo Robert Kurz, em seu artigo *O homem reduzido*, há 18 anos atrás, buscou deslindar a questão da primazia da ciência natural, em detrimento das teorias sociais, no desenrolar da modernidade e afirmou que a batalha entre os dois

campos já foi decidida em favor da primeira antes mesmo de seu início. Para o autor,

Se, no declínio da ordem pré-moderna, foram sobretudo as novas ciências naturais que, modificando a concepção de mundo, causaram escândalo e acabaram perseguidas pelas autoridades, durante a história de modernização capitalista, foi a teoria social, por sua vez, que passou a ser objeto potencial de perseguição, fosse diretamente pelo Estado e pela polícia, fosse mais sutilmente pelos critérios restritivos (tanto do conteúdo quanto do método) da “reputação científica”.¹²

A hegemonia do pensamento alicerçado na ciência natural é, segundo Kurz fruto de dois pontos convergentes relacionados a seus métodos: o funcionalismo e o reducionismo. De acordo com o pensador alemão, o funcionalismo diz respeito a não se perguntar pelo fundo, mas pela forma, pelo modo de funcionar, ao passo que o sentido encontra-se entendido como algo menor e é posto à margem do interesse científico. Na mesma direção, o reducionismo almeja que objetos e formas de ordem superior sejam expressos por meio de combinações de objetos e formas de ordem inferior, fazendo com que, por exemplo, o pensar e o que daí advenha no âmbito das relações seja abordado a partir de funções neurobiológicas do cérebro. Aqui, vemos em destaque algo do funcionamento no interior da ciência que privilegia aspectos pragmáticos em detrimento da busca pelo sentido das coisas, aspecto importante à argumentação que sustento.

Nietzsche (2008, p. 255), em um tempo anterior ao de Kurtz, falando do século XIX, também questiona o primado da ciência, ao afirmar que não é sua vitória que caracteriza tal época, mas o êxito do método científico sobre a ciência. Essa afirmação permite pensar que ocorre o estabelecimento de uma distinção entre as ciências e o que delas se propaga no social.

A existência de uma distorção entre o que se faz nos centros de pesquisa, laboratórios e universidades e aquilo que reverbera entre instituições e grupos de indivíduos, embora seja, em certa medida, inevitável, não é um componente que se possa desprezar em nosso tempo. Aquilo que não é possível refrear diz respeito às mutações inerentes aos processos de linguagem. O que, no entanto, interessa aqui

¹² KURZ, R. “O homem reduzido”. *Folha de S.Paulo*, 3/out./1999. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mais/fs0310199908.htm>. Acesso em 15/03/2015, às 19h.

são as distorções que cumprem o propósito de sustentar determinada visão de mundo em relação a esse ou àquele assunto, alicerçada no pensamento de que há *A Ciência*, no sentido de verdade absoluta, e o resto.

Temos, até então, dois processos em relevo: um que subjaz à estruturação dos pressupostos no interior da própria ciência, revelado por Kurtz (1999), e outro que diz respeito àquilo que dela ecoa no social e é validado como científico. Ambos convergem na construção daquilo que podemos chamar de Discurso da Ciência ou Científico, que analisaremos a seguir.

Na atualidade, Jean-Pierre Lebrun (2004) vem buscando definir as características do discurso científico e as consequências de seu reverberamento no âmbito social. Para tal, conduz-nos em uma trajetória desde a substituição da *Weltanschauung* religiosa pela da ciência, que abala o laço social ao propor um saber de proposições em prejuízo do saber do mestre, passando por suas descobertas e transmutações no ventre do capitalismo. A partir desse caminho, o autor (op. cit., p. 53) define o Discurso da Ciência como a forma de organização social que alterou a legitimidade da autoridade do mestre, diferenciando-o da ciência como procedimento de conhecimento, tal como Nietzsche, e legitimando-o como “[...] laço social inaugurado pela existência desse tipo de conhecimento, inclusive a forma pela qual ele se adquire e é adquirido.” (LEBRUN, op. cit., p. 54). Essa concepção aponta para o fato de que o nascimento da Ciência é correlato ao nascimento de seu discurso.

Para Lebrun, o movimento científico atual apaga o entrelaçamento do qual resulta, crendo-se autofundado, sem ancestralidade. Com o intuito de restituir-lhe a ascendência e desvelar mutações, o pensador atribui-lhe dois momentos de nascimento: o primeiro na Grécia do século VI a.C. – com a descoberta da natureza e a prática da crítica e da discussão racional – e o segundo, na Idade Clássica, mas afirma que é preciso esperar o *cogito* cartesiano para que ela se autorize e se funde referenciada nela mesma. Quanto a essa reflexão, o autor pondera:

Com efeito, lembremos que o *Discurso do método*, publicado em 1637, consistia em um prefácio para um novo método científico; novo porque se afastava das posições que o precediam; por exemplo, a de Montaigne. Este constata a vaidade do saber e faz da dúvida um estado permanente, do qual não pode sair, o que o levará ao

ceticismo que o define. No entanto, ali onde Montaigne sofre a dúvida, Descartes vai exercê-la. Ali onde a dúvida de Montaigne é um estado, a de Descartes é uma escolha. O que ele inaugura é buscar um ponto de certeza para a construção das ciências; o que quer é 'estabelecer algo de certo e constante nas ciências', e é a esse título que maximiza a dúvida de Montaigne: dúvida que começa a aplicar nas ideias que vêm da tradição e dos sentidos, opondo-lhe as únicas que têm mérito de ser claras, as ideias matemáticas. (LEBRUN, op. cit. p. 57)

Tal consideração marca o início do caminho de uma ciência constituída a partir de ideias próprias, e não mais, por meio da percepção, definindo uma descontinuidade com a teoria do conhecimento alicerçada por Aristóteles. É o início da primazia do pensamento autorreferente em detrimento dos sentidos, levando Merleau-Ponty a afirmar, em *O olho e o espírito* (1960/1984), que o pensamento em Descartes não quer mais frequentar o visível.

O deslocamento proposto pelo pensamento cartesiano é abordado por Quinet (2004) por meio da análise do olho e do olhar sob a perspectiva da filosofia. Esse autor lembra que, em Aristóteles, encontramos a articulação entre o desejo de saber e o prazer das impressões visuais. A ideia aristotélica é a de que a atividade de contemplação, exercida pelo sentido da visão é própria da teórica, segmento mais grandioso da alma, que almeja a felicidade perfeita.

Na mesma obra, Quinet afirma que Santo Agostinho, em *As confissões*, também valida a importância do olho, trabalhando com a dicotomia *olho da carne* e *olho do espírito*, como o sentido mais oportuno ao conhecimento.

A questão do olho é presente no pensamento cartesiano, mais especificamente em *Dióptrica*, contudo não mais como algo capaz de conduzir ao conhecimento, mas apoiada nas descobertas de Kepler em relação aos fundamentos físicos e anatômicos da visão. A obra de Descartes é composta por dez discursos e apresenta diversos desenhos realizados a partir das leis de reflexão e refração, com os quais ele buscava entender como o olho humano forma as imagens.

O quarto discurso cartesiano, intitulado *Dos sentidos em geral*, é especialmente interessante para nós por definir “[...] que é a alma que sente, e não,

o corpo.”¹³, ou seja, a alma que, segundo ele, se localiza no cérebro, como propriedade da *res cogitans*, é a matriz dos sentidos. Do olhar como caminho para o saber, para a iluminação só restará a metáfora, que inserido no domínio da ciência, é cunhada como o *olhar da razão*. A respeito dessa questão, Quinet assinala:

Com o surgimento da ciência da luz e o império da evidência inaugurado por Descartes, o mistério do olho desaparece para dar lugar à física da visão, que cria um espaço matemático feito para quem não vê. [...] com o surgimento do *cogito* cartesiano, o olho da razão adquire certeza. As ideias [...] são acessíveis ao homem bem pensante a partir de sua razão. O *método* substitui a *paidéia*. (QUINET, 2004, p. 27, grifos do autor.)

Assim, de olhos fechados e apoiando-se exclusivamente em nós mesmos, em nosso entendimento, o raciocínio apto à matematização é introduzido no discurso científico, ou melhor, é revitalizado, visto que aparece anteriormente em Galileu, na célebre afirmação de que a natureza é descrita em linguagem matemática.

Lacan, ao analisar o passo capital de Descartes que viabiliza a estruturação da ciência moderna, sustenta que não podemos nos esquecer da característica que a distingue, a saber: que ela não tenha nos introduzido em uma forma de pensar mais ampla e melhor, mas que ela teria feito “[...] surgir no mundo coisas que de forma alguma existia no plano de nossa percepção.”(1969-1970/1992, p.168).

O nascimento da ciência moderna permite ao Discurso da Ciência adquirir contornos mais concretos e forjar um movimento no qual verdade e saber estão apartados. E, esse último, não mais se confronta com o que o fundou, tornando-se passível de capitalização. Tal processo desemboca em uma terceira fase da Ciência apontada por Lebrun.

Localizada na escansão produzida pelos acontecimentos de Hiroshima e Auschwitz, a nova época do pensamento científico escancara que o progresso não é unívoco e sinaliza para outra face, nada sedutora, que lhe é intrínseca. Alia-se a essa tomada de consciência o componente que pulveriza a ideia do limite sobre o que é possível saber – questionamento pungente no pensamento crítico expresso em “*o que posso conhecer?*” – , elemento esse que tem início com a corrida espacial

¹³ DESCARTES, René. A dióptrica: discursos I, II, III, IV e VIII. *Scientiae Studia*, [S.l.], v. 8, n. 3, p. 451-486, sep. 2010. ISSN 2316-8994. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/ss/article/view/11212/12980>>. Acesso em: 2/nov./2016, às 18hs.

e culmina com a chegada do homem à Lua. Fato que, de acordo com Lebrun, coloca um ponto final em um sonho da humanidade, única profecia de Julio Verne que não havia se cumprido.

A partir do passeio de Armstrong no solo lunar, esse último sonho se tornou possível. Por isso, era a própria categoria do impossível que parecia poder ser expulsa, sendo levada, doravante, ao que, então, não era mais uma impotência, sobre a qual se poderia pensar que, cedo ou tarde, seria possível eliminar. Os novos poderes da ciência traziam a confusão entre deslocar o limite possível e expulsar o lugar do impossível. (LEBRUN, 2004, p. 64)

A confusão apontada por Lebrun virou certeza em nosso tempo e o resultado dessa quebra de paradigma é a assunção de uma ciência onipotente, que se pretende total por intermédio da efetivação de sua faceta técnica. Tal dimensão não foi desde sempre a feição da ciência que, reportando-se a Jorge Alemán, em sua origem, guardava relação com a interrogação sobre a verdade. Contudo as transformações apontadas confluíram para que hoje observemos um investimento na prática científica vinculada à produção de tecnologia. Em uma entrevista ao jornal *Clarín*, Alemán (2012) declara que “A técnica não tem nenhum objeto. Ao contrário, é a integração de todos esses saberes a serviço de destruir a impossibilidade, a serviço de produzir um novo tipo de realidade em que o impossível não tenha lugar. Na Ciência, havia impossível, havia limite.”

Mrech (2012) salienta os efeitos do discurso científico sobre a prática do cientista. Segundo a autora, a crença na obtenção de uma produção clara, precisa e sem resto é uma leitura ingênua, pois tal elaboração “não é uma criação totalmente objetivada, embora assim o cientista acredite.”(p.159).

Ao se conformar assim, o discurso da ciência se coaduna com a lógica da sociedade atual, que extingue formas identitárias do passado, como a religião enquanto universal. Assim, surge um novo parâmetro de vivência, fundado na valorização da imagem em detrimento do simbólico, fato apontado por diversos autores.¹⁴ Vemos o surgimento, no cerne das trocas sociais, de “[...] um

¹⁴ Além de Jean-Pierre LEBRUN, cito Dany-Robert DUFOUR, cujo pensamento será abordado neste capítulo.

abastardamento do simbólico e da prevalência do simbólico virtual.” (LEBRUN, op. cit. p. 156)

Guy Debord já havia indicado a primazia da imagem em 1967, na sua obra *A sociedade do espetáculo*, destacando que: “O espetáculo não é um conjunto de imagens, mas uma relação social entre pessoas, mediatizadas por imagens.”(1967/2003, s/p).

Estaríamos, em nossa relação com o semelhante, estabelecendo trocas balizadas pela imagem? Seriam nossa ciência, nosso corpo e nossa narrativa aprisionados, respectivamente, por uma técnica, uma ressonância magnética e uma foto? Estaríamos deixando de pensar sobre nossa existência?

Certamente, transformações no modo de representação interferem em nossa linguagem e em nossa forma de enlaçamento social, resta precisar a área de alcance. Acerca de tal questionamento Dany-Robert Dufour é outra voz fundamental na leitura do presente cenário. Em *A arte de reduzir as cabeças: Sobre a nova servidão na sociedade ultraliberal* (2005), o pensador nos conduz por um trajeto histórico, evidenciando as mutações sociais que desembocaram no enfraquecimento da capacidade humana de pensar. O déficit da razão pura e o pleno desenvolvimento da técnica seriam resultado de três processos principais: o declínio do sujeito crítico kantiano e do sujeito neurótico freudiano; o enfraquecimento da função simbólica; e a mutação antropológica no jogo das trocas humanas.

Com relação ao declínio do sujeito crítico kantiano (nascido no decorrer dos anos 1800) e do sujeito neurótico freudiano (oriundo do início do século XX), Dufour afirma que, ao contrário do que se pensava, atribuindo-lhes uma posição transcendental e incólume às vicissitudes históricas, ambos estão desaparecendo com uma celeridade mordaz. A razão de tal processo reside no fato de que eles representam um entrave à forma assumida pelo capitalismo tardio, que fabrica uma nova espécie de sujeito para o êxito de sua empresa.

Ora, esse sujeito crítico kantiano [...] é hoje vivamente recusado. De que vale ainda esse sujeito crítico quando se trata apenas de vender e comprar mercadoria? Com efeito, para Kant, nem tudo é negociável. ‘Tudo tem ou *bem* um preço, ou *bem* uma dignidade. Podemos substituir o que tem um preço por seu equivalente; em contrapartida, o que não tem preço e, pois, não tem equivalente é o

que possui dignidade.'. [...] É por isso que o sujeito crítico não convém à troca mercadológica, é até completamente o contrário do que é requerido na prospecção de mercado, no *marketing* e na promoção (naturalmente mentirosa) da mercadoria. (DUFOUR, 2005, p. 20)

Ao observar nossos hábitos e aquilo que se espalha como discurso no tecido social, o pensamento kantiano, opondo dignidade a preço e postulando que o digno não é intercambiável, adquire ares exóticos.

Também o sujeito neurótico freudiano não tem serventia ao projeto neoliberal. A neurose, com suas compulsões, fixações e repetições, não permite a maleabilidade necessária às conexões diversificadas do trânsito de mercadorias. O sujeito atual precisa estar liberto das amarras de busca por sentido e de culpabilização, os quais impedem o livre atravessamento dos discursos mercadológicos que capitalizam sua existência.

De tais processos, resulta a produção do sujeito pós-moderno; acrítico, desprovido de narrativas soteriológicas, que lhe confirmam anterioridade e finalidade, e completamente transpassado pelas convicções da lógica de mercado. Dufour aponta em sua obra que:

Quando o sujeito é privado de ideais do eu, a sociogênese do supereu de algum modo cai em pane, por falta de alimentação. A queda dos ideais acarreta, pois, em sua sequência, a do supereu em sua face simbólica, ali onde se inscreve a lei. Por falta de uma instância que lhes peça contas, acontece de os sujeitos se tornarem indiferentes ao sentido a dar aos seus próprios atos. Como se eles se ausentassem de seus próprios atos. De modo que, excluídos do sentimento de culpabilidade, nenhuma de suas condutas lhes parece mais como devendo ser elucidada. Daí eles vêm a pensar que sua maneira de agir está inscrita em sua natureza e que não há mais nada a dizer. (DUFOUR, 2005, p. 106)

Padecemos de sujeitos ausentes de seus próprios atos, abertos a atravessamentos mercadológicos, que entendem as ações como atávicas e reduzem a existência a um compilado de imagens postadas em redes sociais. Dizem-nos há tempos que “uma imagem vale mais do que mil palavras.”. Será? Poderíamos afirmar que tal recurso é um dispositivo a serviço da restrição do pensar? Parece que sim, mas as imagens não são soltas, independentes.

Coadunam-se em um discurso, são alinhavadas pela lógica de nosso tempo na configuração de novos enlaçamentos entre os viventes. Não podemos dizê-las sem palavras e delas depreendemos o sentido que fiska e petrifica o homem do século XXI.

Retomando nosso percurso com Dufour (2005), esse autor defende que o declínio das narrativas, as quais garantem um saber ancestral ao qual recorrer, ocasiona uma dessimbolização. A função simbólica diz respeito a colocar em marcha a fala como discurso. O convívio com as gerações precedentes permite ao novo ser falar na medida em que é falado, contado e incluído em uma linhagem. Os significantes dêiticos, elementos que têm por objetivo localizar o fato no tempo e no espaço sem defini-lo, cumprem papel primordial ao se constituírem como vazios e só assumirem forma quando postos em ato no discurso. Quando a função simbólica não ocupa o seu papel, o homem fica alienado às imagens, aos imperativos e aos objetos sem ter como ponderar sobre eles e fazer uso de seu potencial reflexivo para confrontá-los.

Mais adiante em sua obra, Dufour afirma que a fabricação do sujeito pós-moderno, também chamado psicotizante ou esquizóide, não foi um processo fortuito e que tal sistemática já havia sido diagnosticada anteriormente:

A emergência desse sujeito é identificada há mais de vinte anos por diversas correntes (de Christopher Lasch a Lyotard, passando por Dumont e Lipovetsky). É o sujeito liberado do domínio das grandes narrativas soteriológicas (religiosas ou políticas), o sujeito 'pós-moderno', entregue a si mesmo, sem anterioridade nem finalidade, aberto apenas para o aqui-e-agora, conectando tão bem quanto mal as peças de sua pequena maquinaria desejante nos fluxos que a atravessam. (DUFOUR, op. cit., p. 119).

A obra de Dufour, cuja primeira publicação ocorreu na França em 2003, no ponto em que concerne ao abandono das narrativas soteriológicas, (religiosas ou políticas) merece um adendo, pois, em quatorze anos, os processos sociais apontam para transformações. Nesse ínterim, acompanhamos a ascensão de uma onda conservadora no mundo e, concomitantemente, o fortalecimento de religiões neopentecostais no Brasil, além de uma vasta quantidade de episódios de cunho terrorista praticados em diversos países por jovens que sacrificam a vida em prol de um discurso religioso fundamentalista.

Lacan, em 1974, disse que a religião iria obter êxito por ser a morada do sentido. Para além do tom premonitório de tal afirmação, ela nos indica o mesmo que Dufour aponta em seu texto: que a religião, como narrativa soteriológica, tem poder aglutinador do sentido, do simbólico que, como nos ensina Lacan, pode ter maior ou menor incidência de componentes imaginários. Entretanto, diferentemente do filósofo, Lacan não a considera ultrapassada, fato que podemos comprovar no cenário mundial atual.

Teria o Discurso da Ciência algo a ver isso? Seus processos, que excluem a dimensão do enigma e do impossível do tecido social, poderiam desencadear tal onda conservadora, no que concerne à política, e fundamentalista, em relação à religião?

Bassols i Puig (2015a) responde afirmativamente a tal interrogação. Apoiado na leitura que faz do ensino lacaniano, ele aponta que, quanto mais a ciência se sobrepõe ao real com a fabricação de renovados objetos técnicos, mais o sentido religioso renova e revigora esses mesmos objetos com sua lógica de montagem de sentido. Destacando que a ciência, sem saber, colabora com sua maquinaria para a irrupção do sentido religioso, o autor afirma que “Assistimos hoje a uma batalha na corrida do sentido entre tecnologia e religião, em um encontro tão paradoxal como aquele do guarda-chuva com a máquina de escrever na mesa de cirurgia, cara aos surrealistas.”¹⁵ (tradução livre)

Resgatando o cenário de atual repúdio à psicanálise, parece-me ser no exato lugar daquilo que pode confrontar o movimento de extinção do impossível, evidenciado por Lebrun, e desarticular a marcha de redução do pensamento que forja o sujeito pós-moderno, desvelado por Dufour, que a abordagem psicanalítica deve se posicionar, para poder acompanhar o movimento da época e, dessa forma, pensar as consequências de seu ato, reintroduzindo no discurso social a dimensão do impossível e do enigma.

Ainda a respeito da ciência contemporânea, cabe revisitar como a psicanálise se enxerga em relação às acusações de ser ela uma farsante diante da

¹⁵ BASSOLS i PUIG, M. (2015) La técnica, la religión y sus víctimas. Disponível em: <http://meteoro.elp.org.es/meteoro-no-1-especificidad-del-psicoanalisis-m-bassols-s-castellano/> Acesso em 3/11/2016, às 18h.

cientificidade. É a psicanálise uma ciência? Freud e Lacan não passaram incólumes por tal inquisição.

1.2 – A psicanálise e seu cotejamento com a ciência

Não há ciência do homem, o que convém entender no mesmo tom do 'não existem pequenas economias'. Não há ciência do homem porque o homem da ciência não existe, mas apenas seu sujeito. (LACAN, 1966a/1998, p. 873)

Freud, médico e pesquisador, esteve referenciado ao espírito científico de seu tempo. Cidadão de Viena no início do século passado, respirava o projeto da modernidade em todas as esferas de sua vida. Como assinala Jacques-Alain Miller:

Pode-se pensar que, na Viena do começo do século, que foi referência, o ponto de ancoragem, o lar do que se chamou o *Círculo de Viena* – Wittgenstein, Carnap etc. – Sigmund Freud devia conhecer os trabalhos desses autores. A irmã de Wittgenstein estava em análise. Freud se casou com uma senhorita Bernays, que pertencia à mesma família que Paul Bernays, que nos deu uma axiomática da teoria dos conjuntos. (MILLER, 2012, p. 18)

A posição da psicanálise no campo da ciência foi uma questão com a qual Freud se debateu ao longo de sua obra. Inicialmente, encontramos na produção freudiana uma busca por torná-la reconhecida cientificamente, afastando-a, para isso, de qualquer lugar filosófico ou “visão de mundo” (*Weltanschauung*). Contudo o estatuto de saber inconsciente conferido aos sintomas neuróticos e psicóticos põe em pauta as contradições que atribuíram à psicanálise um lugar peculiar na ciência. Freud (1916/2006) atentou-se ao fato de suas descobertas questionarem o ideal de seu tempo.

A psicanálise, porém, não pode evitar o surgimento dessa contradição; não pode aceitar a identidade do consciente com o mental. Ela define o que é mental, enquanto processos, como o sentir, o pensar e o querer, e é obrigada a sustentar que existe o pensar inconsciente e o desejar não apreendido. Dizendo isso, de saída e inutilmente, ela perde a simpatia de todos os amigos do pensamento científico solene, e incorre abertamente na suspeita de tratar-se de uma doutrina esotérica, fantástica, ávida de engendrar mistérios e de pescar em águas turvas. Contudo as senhoras e os

senhores naturalmente não podem compreender, por agora, que direito tenho eu de descrever como preconceito uma afirmação de natureza tão abstrata como 'o que é mental é consciente'. (p. 31)

O excerto acima comporta uma atualidade desconcertante. Desde os primórdios, a descoberta do inconsciente anuncia que não somos senhores do nosso pensar e tal revelação abala a segurança da consciência indivisa como suporte do sujeito da ciência. Também se vê ameaçada a noção de juntura do sujeito com uma atividade psíquica consubstanciada em algum lugar determinado do sistema nervoso. Assunto que sofreu evoluções na obra de Freud e encontrou novos desdobramentos na produção lacaniana quando, aos 45 anos, ele escreveu o texto *Formulações sobre a causalidade psíquica* (LACAN, 1946/1998).

Em tal artigo, produziu-se uma crítica à teorização organo-dinamicista do psiquiatra Henry Ey (1900-1977), associando a ideia difundida de que o cérebro gera a consciência a um sonho de fabricação de um autômato. Lacan faz a seguinte afirmação em tal escrito: “[...] Ey sabia tão bem zombar comigo no passado, dizendo-me espirotuosamente que em toda concepção organicista do psiquismo sempre encontramos, dissimulado, ‘o homenzinho que está dentro do homem’, atento a fazer a máquina responder.”(1946/1998, p. 161). Esse homenzinho que habita cada um, como um Eu dentro do eu e assim sucessivamente em uma repetição eterna, é, de acordo com Bassols i Puig (2015b) ligada à fantasia inexorável que as neurociências encontram encarnadas na consciência, na cognição e em seus correlatos neuronais.

Embora encontremos em Freud a ideia de um Eu cindido (*Ichspaltung*) desde sua constituição, o ensino de Lacan foi preciso ao localizar a consciência e o Eu ao lado das formações imaginárias e vincular as miragens do mental ao arraigado pensamento cartesiano, que rompe com toda certeza condicionada à intuição e atribui especial relevância aos fenômenos ligados à consciência. De fato, percebe-se que o que vivenciamos com o corpo e o mental, elementos tão diferenciados e precisamente localizáveis em nossos tempos, após as ponderações feitas por Lacan, coabitam a mesma casa.

O inconsciente não é algo na realidade psíquica que delimita o círculo daquilo que não tem a virtude da consciência, nos diz Lacan, “[...] o inconsciente é aquilo que dizemos, se quisermos ouvir o que Freud nos apresenta em suas

teses.”(1960/1998, p. 844). À cisão que segrega o subjetivo em prol do mental, localizado no cérebro e em sua atividade neuronal, Lacan responde com o materialismo da cadeia significante que estabelece o texto inconsciente da vida do sujeito. Nessa direção, Bassols i Puig afirma:

Não existe sujeito fora do significado produzido pela linguagem na cadeia significante. E aí onde existe sujeito, o significante ingressou no real. Se a cadeia significante é uma cadeia ‘bastarda’, é porque encontrará sua genealogia não no loop infinito das miragens da consciência, e sim, no matrimônio sempre estranho entre a figura de um destino indeterminado e a inércia da repetição, na esteira do acaso dos lances de dados e do assombro dos encontros imprevistos. (2015b, p.23)

Pensar na consciência como instância unívoca e concentradora das funções cognitivas é desprezar o sujeito como ser falante, que se faz presente naquilo que claudica, que falha e que faz marcas sobre as quais se assentam justamente os mecanismos localizáveis no sistema nervoso central. É nessa direção que a afirmação lacaniana de que não existe ciência do homem, que abre a presente seção, encontra sua explicação. É a partir do sujeito, cindido entre a verdade e o gozo, entre a bolsa ou a vida, como subordinado ao Outro da linguagem – que encontra sua formulação mínima em $S_1 \rightarrow S_2$ – que se produzem todas as formações humanas, inclusive sua ciência.

A respeito desse ponto, Lacan (1966b/2003) propõe que a enunciação cartesiana obtida de uma ascese, ao contrário do rigor metódico e das certezas que almeja, evidencia a cisão do ser. Ao reescrevê-la “Sou pensando, ‘Logo sou.’” (1966b/2003, p. 206), o que se produz não é a fundação da consciência, mas o corte irreduzível da certeza pensante que se afirmava indubitável. A fórmula de Descartes propõe de um lado o eu que pensa e, de outro, o que é, promovendo o desmembramento da identidade entre o sujeito do ser e o sujeito do pensamento (BASSOLS I PUIG, 2015b).

Após examinarmos aquilo que, da psicanálise confronta a ciência moderna, sendo por isso retirada de uma posição confortável entre as ciências, passemos àquilo que as aproxima, a saber, sua gênese.

Embora seja certo que a reflexão psicanalítica coloque em suspenso as certezas das Luzes, representadas pelo *cogito* cartesiano, também é verdadeiro

que, sem o advento da ciência moderna, sua existência seria impensável. A psicanálise é filha dos ideais científicos da época de Freud¹⁶ e, como destaca Lacan (1966c/1998, p. 232), “[...] não surgiu num momento histórico qualquer. Surgiu correlativamente a um passo capital, a um certo avanço do discurso da ciência.”. Desse modo, nos é possível pensar que o sujeito do inconsciente e o sujeito da ciência são homólogos não só no que diz respeito à sua localização, mas partilham de uma gênese comum.

Reafirmando a impossibilidade de a psicanálise se erigir sem a existência da ciência e do confronto proposto pelo pensamento científico no tempo de seu surgimento, Miller (2012) participa da discussão, alegando que foi o movimento de excomunhão de toda crença prévia promovido por Descartes que, ao dismantelar os mitos e desencadear um conflito de longa duração com a religião, permitiu a emergência da psicanálise. O autor afirma:

Ela nasceu no seio da própria ciência, pois pedir a alguém que fale ao acaso, do que quiser, e supor que há uma lei no que ele diz é uma manifestação do espírito científico – reduzido à pura crença, como Hume indicou com precisão em sua demonstração sobre a causalidade. Se a psicanálise não é uma ciência, ela é, entretanto, condicionada pela ciência. (p.33)

Lacan vai adiante em seu retorno a Freud e não só aponta para a necessidade do surgimento da ciência, em sua configuração moderna, para que a psicanálise pudesse se forjar, como lhe atribui também seu posicionamento ímpar, isto é, em seu avesso. Termo esse entendido não no sentido de opositivo, antagônico, mas sim, como:

[...] parte do ‘mesmo pano’, não qualquer parte, mas aquela que se pretende ‘esconder’. Ali onde a costura foi malfeita, sem um cuidado estético, a tinta não foi considerada, e a estampa ficou opaca, mas ali, também, fundamentalmente, onde a estrutura da roupa encontra sua ‘amarração’, sem a qual nenhuma beleza externa poderia resistir. Por conta desta posição, a Psicanálise está condenada a ser um lembrete crônico à ciência daquilo que ela esconde ao erigir a

¹⁶ A esse respeito, podemos acompanhar mais atentamente a seguinte passagem de “Projeto para uma psicologia” (1895): “*A finalidade desse projeto é estruturar uma psicologia que seja uma ciência natural, ou seja, representar os processos psíquicos como estados quantitativamente determinados de partículas materiais especificáveis, dando a esses processos um caráter concreto e inequívoco.*” (FREUD, 1895/2006, p. 211).

bela roupa que constrói com seus instrumentos hábeis para criá-las.
(VOLTOLINI, 2011, p.237)

Assumindo, portanto, tal função de lembrete, a psicanálise se vê chamada a responder às acusações de uma suposta ineficácia no tratamento das pessoas autistas. O pensamento cartesiano suspende metodicamente todas as certezas e produz a ruptura de toda a crença na realidade externa, apoiando-se no *cogito* para erigir os alicerces da ciência moderna. O sujeito moderno, portanto, é fruto do discurso que evidencia o pensamento, a razão como objeto de sua ciência, um pensamento autorreferenciado.

Aos poucos, o discurso cientificista expande-se e envolve seus tentáculos em todas as instituições que se constituem como liames sociais da pós-modernidade. Basta nos atentarmos às discussões cotidianas para percebermos que é algo insustentável tomar a palavra para discutir sobre educação, economia, política e saúde, sem nos referenciarmos em um arcabouço teórico determinado, ao menos se desejamos gozar de alguma confiança por parte dos interlocutores. E mais: a credibilidade nos tempos atuais está atrelada à roupagem de eficácia que a ancoragem científica lhe confere. A busca pelo sentido, pela resposta final, expressa-se também quando falamos da infância, que tem como componente intrínseco o desencontro com o mundo adulto, que, por provocar tal mal-estar, foi possuída pelo cientificismo atual, que dela tenta dar conta.

Cabe aqui recorrer, mais uma vez, à precisão apontada por Lebrun, amparada pela teoria lacaniana dos discursos, sobre aquilo que denominamos Discurso da Ciência:

Queremos designar, com esse termo 'discurso', o que organiza o laço social, uma vez que a ciência adquiriu desenvolvimentos tais que modificou a legitimidade da autoridade do mestre [...]. Insistamos que não se trata, aqui, de confundir a ciência, as ciências, o científico e o discurso da ciência. É preciso, com efeito, claramente diferenciar a ciência como procedimento de conhecimento e discurso da ciência como laço social inaugurado pela existência desse tipo de conhecimento, inclusive a forma pela qual ele se adquire e é adquirido. (2004, p. 53-54)

Retomando os textos utilizados na Introdução para ilustrar o debate acerca de qual abordagem tem os predicados científicos necessários para tratar do autismo (com se houvesse um), gostaria de relembrar algumas palavras destacadas, não por acaso, com o recurso negrito nos artigos da coluna Tendências/Debates, do jornal *Folha de S.Paulo*. Elas se configuram em significantes difundidos na atualidade que conferem, sob o ponto de vista dos autores (e não só deles), credibilidade e feição científica a seus discursos em defesa da ABA. São elas: aprimorar, desenvolver, dar respaldo científico, promover levantamento, eficácia, tecnologia e referencial teórico-conceitual, dentre outras.

Tais expressões visam estabelecer uma relação entre a teoria e seus resultados diante dos denominados clientes e se apoiam em uma faceta da ciência que se pretende única, universal e sem limites. O que vemos no apanhado de textos que introduzem o presente trabalho é mais um aspecto desse cientificismo contemporâneo, a serviço do que Lacan cunhou como Discurso do Capitalista.

1.3 – Teoria dos discursos de Jacques Lacan

Após diversas reestruturações teóricas a respeito da trama que une e aparta os humanos, ao contracenarem socialmente, Lacan, em seu Seminário *O avesso da psicanálise* (1969-1970/1992), formula a teoria dos quatro discursos. Enfatizando que a linguagem é a condição do inconsciente e incorporando em sua reflexão elementos da Linguística, de Ferdinand Saussure e Roman Jakobson, e da Antropologia, de Claude Lévi-Strauss, o psicanalista passa a expor sua interrogação a respeito da edificação das relações entre os sujeitos e, ao concebê-las como discursos, afirma preferir situá-los para além da palavra, como um discurso sem palavras:

É que sem palavras, na verdade, ele pode muito bem subsistir. Subsiste em certas relações fundamentais. Estas, literalmente, não poderiam se manter sem a linguagem. Mediante o instrumento da linguagem, instaura-se um certo número de relações estáveis, no interior das quais certamente pode inscrever-se algo bem mais amplo, que vai bem mais longe do que as enunciações efetivas. (LACAN, 1969-1970/1992, p. 11)

Alargando o campo do que se diz para além do que se fala, Lacan realiza uma leitura dos conceitos da Linguística por meio das lentes oferecidas pela descoberta freudiana do inconsciente. Para tanto, subverte algumas formulações como, a de significado e significante, ratificando a primazia do segundo sobre o primeiro e divergindo, assim, da proposição saussuriana. Percebendo entre os dois campos proximidade e refração, Lacan (1972-1973/1985, p. 25) confere especificidade às duas áreas, ao forjar a expressão *linguisteria* como domínio da esfera psicanalítica, demarcando que o inconsciente estruturado como uma linguagem não é objeto da Linguística.

A dobradiça proposta por Lacan a partir das leituras realizadas de Saussure e, principalmente, Jakobson, entre psicanálise e a linguagem viabilizam o estabelecimento desse discurso sem palavras – nos quais essas vêm, em seguida, se alojar –, que cumpre função de liame entre um sujeito e outro. Esse laço é aquilo que permite o reconhecimento do semelhante, que torna possível a convivência e, dando um passo adiante, nos permite ler a civilização em suas conexões sempre singradas pela linguagem.

A teorização sobre o conceito de laço social é relevante à psicanálise desde as produções de Freud, que a inicia com as ponderações sobre o pai da horda primitiva, criador da ordem social e das proibições morais e religiosas. *Totem e tabu* (1913) – execrado entre etnógrafos e antropólogos quando de sua publicação – representa, portanto, o nascimento da sociedade, que deve ser compreendida aqui não no nível histórico ou evolucionista, mas em seu sentido mítico e estrutural, como uma narrativa sobre a origem que sintetiza as leis elementares da subjetivação do sujeito no que concerne ao social, sem a qual não seria praticável substancializar algo que não é possível dizer. Oito anos depois, quando nos oferta *Psicologia das massas e análise do eu*, Freud (1921) avança, ao aprofundar os processos de identificação, forma primeva de laço que aparece ao longo de sua obra. Ele sinaliza que o tecido das massas se forma nas relações entre o objeto do eu, o consequente ideal desse mesmo eu e um objeto externo, por exemplo, um líder, que é recoberto por um traço capaz de por em marcha o ideal identificatório.

Em o *Mal-estar na civilização* (1930), outro texto importante para entender os desdobramentos da noção de laço social na psicanálise, Freud – que o assinalou

como uma derivação direta de *Totem e tabu*, tal como *Moisés e o monoteísmo* e *Psicologia das massas e análise do eu* – debate sobre a cultura e sobre aquilo que nela se repete. E sinaliza que a gênese do sofrimento do ser humano pode se localizar no corpo, no mundo externo e na relação com os semelhantes, sendo a última a fonte maior de mal-estar. Na busca de uma normatização que ordene a vida em grupo e, concomitantemente, proteja o homem de sua natureza, a lei impõe limites à satisfação pulsional. Contudo, a civilização e a pulsão não estão em oposição simples. Freud indica que na própria renúncia há prazer, isto é, quando se abre mão da satisfação, essa acontece por outras vias. Nesse sentido, a lei, ao se instaurar, carrega em seu ventre a transgressão. Tomando emprestado a máxima de Plauto, “O homem é o lobo do homem”, Freud reitera que o mal e a destruição não são apenas momentos efêmeros da História, mas dizem respeito àquilo que não cessa de se repetir.

Aspectos concernentes à conexão entre humanos, linguagem e inconsciente foram examinado criteriosamente por Lacan, que cunha suas conclusões com a proposição dos discursos como operadores da relação social. Ele os apresenta como amálgama das modalidades de vinculação que ultrapassam muito as bordas da palavra, pois, ao se dirigir a um outro, ocupa-se determinada posição e se coloca o interlocutor em um lugar preciso. Desse posicionamento, resulta uma produção e uma verdade específicas. Essa teoria é materializada por meio da seguinte escrita algébrica:

$$\begin{array}{ccc} \underline{\text{agente}} & \rightarrow & \underline{\text{Outro}} \\ \text{verdade} & & \text{produção} \end{array}$$

Sobre esses lugares, acomodam-se quatro termos: S₁, o significante mestre que representa o sujeito para outro significante, em subordinação ao campo do Outro (A);¹⁷ S₂, que é o Saber que se produz a partir de S₁ e que encerra a ideia de

¹⁷ O grande Outro foi cunhado por Lacan com um “A” maiúsculo, em referência ao termo em francês *autre*. Distingue-se do pequeno outro, parceiro imaginário, podendo ser entendido como uma ordem anterior e exterior ao sujeito, em relação à qual ele se encontra em uma posição de dependência, mesmo ao almejar dominá-la (CHEMANA; VANDERMERSCH, 2007).

uma cadeia representante;¹⁸ \$ é o sujeito barrado (também denominado sujeito dividido); e o a representa o objeto a, estabelecido como *objeto mais-de-gozar*.¹⁹

Segundo Boudard (2000), o lugar que ocupamos ao falar determina a verdade que produzimos:

[...] existem diferentes lugares de onde podemos falar, interpelar o outro, e o efeito do que se dirá aí será diferente em cada um desses lugares. Assim coloca-se em primeiro plano o lugar a partir do qual se toma a palavra: o lugar do agente. Em seguida, trata-se de saber a quem se fala, a que outro se dirige essa palavra. [...] Essa palavra endereçada ao outro tem um efeito: é o produto do discurso. Essa produção tem uma outra causa, mais verdadeira que o agente do discurso, da qual ele é apenas o semblante. Essa causa, motor do discurso, é a verdade, em nome da qual fala o agente. (p.64)

Dessa forma, temos uma estrutura com quatro termos móveis que assumirão posicionamento em quatro lugares fixos ou, nas palavras de Lacan (1969-1970/1992, p. 15), em “pequenos quadrípedes giratórios”, de acordo com o discurso posto em ação. Acerca do lugar do agente, por exemplo, que é entendido por Lacan não como aquele que faz agir, mas como aquele a quem se faz agir, e que Boudard anuncia acima como um lugar de semblante, a cada quarto de giro, temos algo diferente. Toda articulação presente na estrutura de linguagem consiste em que um agente ponha o Outro em movimento.

Segundo Flesler (2001, p. 40), o lugar do agente – situado acima e à esquerda – é dominante e “o elemento que se situa ali define a dominância, decide o nome do discurso”. Quando em tal lugar encontramos o sujeito barrado (\$), temos o Discurso da Histórica. Mas, se é o significante mestre que o ocupa, é posto em marcha o Discurso do Mestre. Ao avançarmos mais, é com o *objeto a* como agente que obtemos o Discurso do Analista. Por fim, se aquele a quem se faz operar é o Saber, configura-se o Discurso Universitário.

¹⁸ “[...] o significante, diversamente do signo, é aquilo que representa um sujeito para outro significante. Como nada diz que o outro significante saiba alguma coisa sobre o assunto, fica claro que não se trata de representação, mas de representante.” Lacan, J. *Seminário 17: O avesso da Psicanálise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1992, p. 29.

¹⁹ *Objeto mais-de-gozar* é uma criação de Lacan, proposta a partir das articulações entre a noção lacaniana de *objeto a* e o conceito marxista de *mais-valia*.

Há algo mais sobre essa escrita algébrica, regente das quatro formulações discursivas, que é preciso destacar antes de nos determos em cada uma especificamente. A barra, que organiza em duas linhas horizontais os três ésses (os numerados e o barrado) e o pequeno *a*, estabelece dois campos que Lacan fez questão de discriminar. A primeira linha, caracterizada por uma seta que vai da esquerda para a direita, é aquilo que se define como impossível. O que caracteriza um discurso é a existência de uma relação com o impossível, justamente por se fundarem a partir da articulação binária entre dois significantes S_1 e S_2 . Essa binaridade implica uma impossibilidade, uma pura lógica que Lacan desenvolveu com detalhes e que assume formas distintas em cada discurso

Na segunda linha, não há flecha – o que não significa somente que, entre os dois termos, não se estabelece comunicação, mas que existe algo que obtura o fluxo entre eles. O que designa tal obturação? Lacan (1969-1970/1992) responde dizendo ser o resultado do trabalho, isto é, a produção, tão bem tematizada na obra de Marx. A despeito de qual elemento encontre pouso no lugar de agente das formulações discursivas, “a produção não tem, em qualquer caso, relação alguma com a verdade.” (p.185). Ao impossível expresso na primeira linha, articula-se a impotência que coloca em suspenso a verdade.

A partir de tal impotência, instala-se o paradoxo imanente aos discursos, que é o de que ao mesmo tempo em que promovem o elo entre os humanos, circunscrevem-nos ao não acesso à verdade sobre eles. Desse aspecto, resulta a sustentação de que qualquer evocação da verdade – que só pode ser localizada no campo de sua enunciação – só é acessível como um semidizer. Ela só pode ser expressa em sua metade porque, para além disso, não tem nada a dizer, justamente por ser impotência (LACAN, 1969/1970). A propósito de tal ponderação, encontramos a seguinte fala no Seminário 17:

Ao propormos a formalização do discurso e estabelecendo para nós mesmos, no interior dessa formalização, algumas regras destinadas a pô-lo à prova, encontramos um elemento de impossibilidade. Eis o que está propriamente na base, na raiz do que é um fato de estrutura. (LACAN, 1969-1970/1992, p. 46)

Os quatro discursos regem as relações simbólicas que ligam entre si os seres falantes e estabelecem modalidades de saber como meios de gozo. Tendo em vista a importância de tal teoria como chave de leitura da análise documental a ser desenvolvida adiante, passarei agora a uma análise mais minuciosa das evoluções circulares de cada um dos discursos.

1.3.1 – O Discurso do Mestre

A primeira formação a ser apresentada é a do Discurso do Mestre e Lacan atribui razões históricas a tal proposição. Ele se constitui em uma retomada da problemática hegeliana do mestre e do escravo, apresentada em *Fenomenologia do Espírito*. Lacan frequentou as aulas de Alexandre Kojève (1902-1968), que era grande estudioso de Hegel. A partir delas, algo de tal pensamento se transmitiu, visto que o psicanalista, a certa altura do Seminário *O Averso da Psicanálise*, confessa não ter conseguido percorrer todos os recantos da obra.

Escrita na convergência dos acontecimentos que produziram a Revolução Francesa de 1789, a *Fenomenologia do Espírito* (1807/1992) expressa a *Weltanschauung* da burguesia, classe que, à época, ainda primava pela manifestação das contradições da realidade. Hegel reconhecia que a era em que vivia era “um tempo de nascimento e trânsito para uma nova época” (op. cit p.26). Na obra, o pensador desenvolve a noção de consciência-de-si e seu desdobramento como uma outra consciência advinda da autoprodução da consciência-de-si e que permite o reconhecimento dessas. Acerca de tal tópico, ele articula: “A consciência-de-si é em si e para si quando e porque é em si e para si para uma Outra; quer dizer, só é como algo reconhecido” (op. cit. p. 126).

A movimentação dessa díade de consciências reverbera em um agir duplicado mediante a dinâmica de exteriorização (*Entäusserung*) e interiorização ou rememoração (*Er-innerung*) de ambas. Nos diz Hegel (1807/1992, p. 127): “[...] esse agir de uma tem um duplo sentido de ser tanto o seu agir como o agir da outra; pois a outra é também independente, encerrada em si mesma, nada há nela que não seja mediante ela mesma.”. A independência, a liberdade e o estatuto de alteridade

idênticas a elas atribuídos somente serão experimentados, no entanto, em forma de saber absoluto, ou seja, quando a consciência-de-si passar à condição de espírito.

No mundo da realidade objetiva, todavia, o reconhecimento do outro ocorre sobre o jugo do conflito e da luta de consciências. Ao invés do reconhecimento recíproco no nível histórico, o que encontramos é uma reconhecimento partidária, na qual uma exerce a função de senhor e a outra, de escravo. Diante da contenda travada, a Outra consciência, obrigada a recuar, aparece subjugada, coisificada e sem possibilidade de ascender a uma identidade. A consciência vitoriosa adquire status de senhor e se considera como a “potência que está sobre o Outro” (HEGEL, 1807/1992, p. 130), relacionando-se com a coisa pela mediação do escravo. Esse também se relaciona com o senhor por meio da coisa, mas enquanto o primeiro visa ao consumo e à satisfação dos desejos, o segundo respeita a autonomia da coisa. O escravo sabe que não pode “[...] acabar com ela até a aniquilação; ou seja, o escravo somente a trabalha.” (idem, *ibid.*).

A partir dessas e de outras reflexões hegelianas, Lacan toma a dialética do senhor e do escravo como matriz para a escrita o discurso do mestre.

DISCURSO DO MESTRE

$$\begin{array}{ccc} \frac{S_1}{\$} & \rightarrow & \frac{S_2}{a} \end{array}$$

Caracterizado por ter como agente S_1 , o funcionamento desse discurso é definido por meio da clivagem provocada pela distinção entre o significante-mestre e a relação com o saber. Como nos diz Lacan (1969-1970/1992, p. 23), “[...] um verdadeiro senhor não deseja saber absolutamente nada – ele deseja que as coisas andem.”. Dessa forma, observamos no matema acima que a localização primordial do saber reside no espaço destinado ao Outro. É, portanto, no nível do escravo, possuidor do saber sobre o que deseja o seu senhor, que se encontra S_2 . Observando-o pela perspectiva vertical, nesse discurso, o sujeito se acha ligado,

com todas as ilusões que comporta, ao significante-mestre, ao passo que a inserção no gozo se deve ao saber.

O elemento pequeno *a* é completamente identificável à função da mais-valia, haja vista que se encontra precisamente no lugar da produção. E, no espaço da verdade, situa-se o sujeito dividido, ambos instalados na linha que denota impotência. De tal disposição advém a conjuntura de que não há relação entre o que se configuraria como causa de desejo e a verdade.

Rahme (2014, p. 62) aponta para o fato de que tal operação elucida que “[...] o agente (nesse caso S_1) desconhece o que o mobiliza – o sujeito barrado (\$) – e não acessa aquilo que produz o objeto *a*, mais-de-gozar.”. Ainda sobre as limitações impostas por tal discurso, Lacan designa que ele é o único a tornar impossível a articulação com a fantasia, expressa pela escrita $\$ \diamond a$, na medida em que a relação de *a* com a divisão do sujeito está impedida por uma barreira “[...] e é isto exatamente o que faz dele, em seu fundamento, totalmente cego.” (1969-1970/1992, p. 114). O princípio do discurso do mestre é acreditar-se unívoco, pois a questão da cisão do sujeito é mascarada por sua própria estrutura.

Lacan declara que tal discurso, que se configura como operador do poder, ao ser materializado por uma autoridade instituída socialmente, é semelhante ao discurso do inconsciente, organizado por um significante-mestre, S_1 .

Miller (2005), ao refletir sobre seus desdobramentos como operador de poder em nossos tempos, concebe como parâmetro para o discurso do mestre o discurso da ciência atual e suas reverberações no delineamento das formas de mal-estar dos sujeitos às voltas com a globalização.

A teorização sobre o discurso do mestre é de capital importância nas ponderações de Lacan, tanto no que depois dele derivará o discurso do capitalista, sobre o qual me deterei mais adiante, quanto pelo que representa no bojo da abordagem psicanalítica sua interface com outros conceitos. Pouco mais de quatro anos depois do fim de seu *Seminário 17*, em novembro de 1974, temos mais uma ponderação que nos é pertinente por marcar o que, no discurso do mestre, se distingue do real. Embora ao senhor é posto que as coisas são como são e, por isso, tome como real o que se denomina realidade, as coisas não são assim, o real não é o mundo. Diz-nos, Lacan:

O discurso do mestre, por exemplo, seu fim é que as coisas caminhem no passo de todos. Bom, isto não é de modo algum a mesma coisa que o real, pois este, justamente é o que não caminha, é o que cruza a frente da charrete, e mais, o que não cessa de se repetir para impor um entrave a essa marcha. (1974/2011, p.16)

O raciocínio expresso no excerto acima, ao precisar que não há como o apreender o real, mesmo quando se acredita tê-lo feito, será importante no exame, no Capítulo quatro, das reportagens extraídas dos periódicos selecionados, pois encontraremos em algumas delas uma tomada de palavra que se posiciona a partir de um nada querer saber, tanto no que concerne ao real como aquilo que retorna, quanto tomado como o impossível de uma modalidade lógica. Passemos agora à segunda formação proposta por Lacan.

1.3.2 – O Discurso da Histórica

Em relação ao Discurso do Mestre, temos, após um quarto de giro, a produção do discurso da histórica, que não deve ser confundido com a histeria como estrutura. Como aponta Lacan, a definição que caberia a tal discurso é fazer desejar.

DISCURSO DA HISTÉRICA

$$\begin{array}{ccc} \underline{\$} & \rightarrow & \underline{S1} \\ a & & S2 \end{array}$$

O discurso da histórica tem como agente o sujeito barrado que põe em ação, a partir da divisão subjetiva que \$ aponta, sua dominância sobre a forma do sintoma. “*É em torno do sintoma que se situa e se ordena tudo o que é do discurso da histórica.*” (LACAN, 1969-1970/1992, p. 45).

No que concerne à posição do Outro, ele é endereçado ao mestre, o que se expressa na disposição de S_1 em tal quadrípode. Ao tomar a palavra, a histérica clama por um mestre, a tal ponto que Lacan se questiona se o discurso do mestre não tenha advindo daí. Para se efetivar, essa formação discursiva requer um mestre idealizado, que precisa saber muitas coisas, mas não coisas demais (LACAN, 1969-1970), pois, devido ao fato de se colocar com uma espécie de procurador da falta, o discurso da histérica aponta para a evidência de que o mestre é castrado, desvelando que a linguagem derrapa na amplidão daquilo que ele pode abrir para o gozo. Em suma, a histérica “[...] quer um mestre sobre o qual ela reine. Ela reina, e ele não governa.” (LACAN, 1968-1970, p. 136)

Em sua relação peculiar com o senhor, posto que ela não é escrava, a histérica exhibe a articulação do discurso do mestre com o gozo, dado que S_2 (o saber) situa-se ali no lugar da produção. Daí resulta que o desejo de saber não tem qualquer relação com o saber e o que de fato conduz a ele é o próprio discurso da histérica (LACAN, 1969-1970). A respeito dessa conjuntura, façamos uso direto das palavras de Lacan que, ao falar da histérica em sua relação com o saber, pondera:

[...] ela faz, à sua maneira, uma espécie de greve. Não entrega seu saber. No entanto desmascara a função do mestre com quem permanece solidária, valorizando o que há de mestre no que é o Um com U maiúsculo, do qual se esquia na qualidade de objeto de seu desejo. (1969-1970/1992, p. 98-99)

Finalmente, ao observamos o lugar da verdade ocupado pelo pequeno *a*, postula-se que a verdade de tal discurso é que a histérica precisa ser *objeto a* para ser desejada.

1.3.3 – O Discurso do Analista

Movimentemos uma vez mais os termos em um novo quarto de giro. Dessa locomoção, resulta o denominado discurso do analista, que tem sua gênese com as descobertas de Freud.

DISCURSO DO ANALISTA

$$\frac{a}{S_2} \rightarrow \frac{\$}{S_1}$$

Como podemos nos atentar na observação da escrita algébrica acima, é o próprio objeto *a* que surge no lugar dominante, aquele que organiza o discurso. O analista se endereça ao Outro, que aqui se apresenta cindido, não-todo, justamente pela qualidade do agente posto em ação, numa posição que representa, de algum modo, o efeito de rechaço do discurso, o objeto *a* (LACAN, 1969-1970). Dessa tomada de palavra, advém a produção de um significante-mestre de estilo distinto ao que constatamos no discurso do senhor, fazendo Lacan afirmar que, nessa posição, é possível provocar um S_1 menos tolo.

No lugar da verdade, aloja-se S_2 , indicando que o que se espera do analista, que coloca em movimento tal discurso, é que “[...] faça funcionar seu saber em termos de verdade. É por isso mesmo que ele se confina em um semidizer.” (LACAN, 1969-1970/1992, p. 55). A barreira do gozo está, justamente, entre o que se pode produzir, como significante-mestre e o campo de que o saber dispõe, na medida em que se propõe como verdade.

Lacan (1973/2013, p. 517) define o discurso do analista como “[...] o laço social determinado pela prática de uma análise” que, por causa da disposição de seus quatro termos, encontra-se no pólo oposto ao do discurso do mestre. Salienta que tal discurso não se confunde com o do psicanalisante, que é aquele proferido propriamente na experiência analítica, e que seu efeito é a histerização do discurso, mediante condições artificiais, por implicar que o sujeito seja dividido ao experienciar a associação livre.

Segundo Lopes & Santos (2013, p. 262-263), a partir de Freud nos foi possível compreender que a liberdade do sujeito é restrita, graças ao fato de sua assunção ser determinada pelo discurso do Outro. Por essa razão, afirmam as autoras:

[...] se a histerização provocada pelo discurso do analista convoca à produção de significantes mestres, ela o faz de forma fecunda, dirigida, de modo a não deixar que o sujeito derive pelas identificações que produz e acabe por recuar diante de sua determinação simbólica.

Ainda sobre as especificidades do discurso analítico, Lacan (1974/2011, p. 16) afirma que “[...] o simbólico, o imaginário e o real são o enunciado do que se opera definitivamente na sua fala quando se situam a partir do discurso analítico, quando analistas vocês são.”. É somente por e para esse discurso que os três termos emergem.

1.3.4 – O Discurso Universitário

A última produção que obtemos após um quarto de giro é o discurso universitário, que aparece na história em torno da Idade Média, quando o saber veio confrontar o lugar do mestre.

Quando Lacan o apresenta em o *Avesso da Psicanálise*, é interessante situar que as conferências realizadas ocorrem após maio de 1968. Contudo, mais do que uma pura coincidência cronológica, tal movimento é abordado claramente por Lacan em seu seminário e participa das ponderações acerca do discurso universitário.

Sua posição em relação a maio de 68, destoante da voz que vinha das ruas no período, propôs uma relação entre os gritos de ordem e os latidos dos cachorros. Observemos a seguinte passagem da aula de 10 de junho de 1970:

Dado um certo estilo da palavra em uso no mês de maio, não pode deixar de me ocorrer que um dos representantes do *a*, [...] é seguramente o animal doméstico. Neste caso, não se pode mais usar as mesmas letras, mas é claríssimo que o que corresponde ao nosso *\$*, foi preciso um certo saber para domesticá-lo – o cachorro, por exemplo, é o latido. (LACAN, 1969-1970/1992, p. 177).

O que poderia ser entendido como um posicionamento conservador, no entanto, advém de seu entendimento de que a única subversão verdadeira é a do sujeito. Por tal compromisso, qualquer análise que empreenda encerra a

investigação sobre qual sujeito estava em questão (\$), qual era sua causa (a), sua determinação significativa (S₁) e que saber (S₂) dali se desprendia.²⁰

Lacan faz isso em sua exposição, dizendo que, ao latir, o animal late S₁ e, por sua condição de estar apenas implicado na linguagem de um saber primitivo, “[...] só lhe resta evidentemente remexer no que lhe é dado de mais próximo ao significante S₁, – a carniça.” (LACAN, 1969-1970/1992, p. 177). O psicanalista continua ao nos chamar a atenção para o fato de que, em um nível mais elevado de objeto a e de espécie, “[...] a palavra pode fazer o papel da carniça.” (idem, *ibid.*).

Ao bradar palavras de ordem, os revolucionários de maio desconheciam o que faziam porque estavam capturados por uma palavra-carniça. Sem se atentarem, continuavam dominados por aqueles contra os quais se rebelavam. Lacan enuncia o seguinte no fim desse trecho de reflexão da seção XII do Seminário:

Estas observações têm o objetivo de provocar-lhes espanto e levá-los pelo menos a essa pergunta reativa ao discurso do mestre – como é que esse discurso, que se escuta tão maravilhosamente bem, pode ter mantido sua denominação? [...] Isto é um sucesso, então, do que chamo discurso do mestre. (LACAN, 1969-1970/1992, p. 178).

Poderíamos desenvolver outra dissertação a respeito da discussão sobre o que de revolucionário e o que de dominação é possível encontrar nas manifestações e reverberamentos de maio de 1968, que, segundo Zuenir Ventura (2008), é o “ano que não terminou”.

Acerca das ponderações de Lacan, especificamente, não posso deixar de pensar os atuais acontecimentos do Brasil, durante os quais a população foi às ruas bradando inúmeras palavras de ordem e sustentando diversas bandeiras. Poderia precisar o que significa o bordão “fulano ou sicrano não me representa” a partir da ideia de que a palavra pode fazer o papel de carniça e dar a ilusória ideia de quebra de grilhões. Também caberia uma leitura do poder aglutinador das redes sociais

²⁰ LAIA, S. Texto, escrito para a Oitava Seção do Seminario de Orientación Lacaniana (SOL) de la Nueva Escuela Lacaniana – Sede Bogotá, no dia 28 de maio de 2009.

nesse cenário e de suas facetas revolucionária e opressora na era do capitalismo tardio. Embora enveredar por tais temas me deixe a desejar, retomemos o percurso das proposições discursivas de Lacan. Voltemos ao discurso do universitário.

DISCURSO UNIVERSITÁRIO

$$\begin{array}{ccc} \underline{S_2} & \rightarrow & \underline{a} \\ S_1 & & \$ \end{array}$$

No lugar dominante, encontramos S_2 que se especifica por erigir-se com a feição “não saber-de-tudo (...) mas todo-saber.”. (LACAN, 1969-1970/1992, p. 32). O S_2 tem aí o lugar dominante na medida em que foi no lugar da ordem, do mandamento, no lugar ocupado pelo mestre fez surgir o saber.

Na posição do Outro, temos o objeto a que tem como produção o sujeito barrado, incompleto. Ao se colocar em marcha o discurso, há uma propensão para se objetificar o outro por causa da dominância do saber.

No que diz respeito à verdade, encontramos S_1 em seu lugar, apontando para o fato de que, situada no degrau designado como o da impotência, é inacessível ao sujeito.

Após essa explanação em relação aos termos, poderíamos sintetizar o discurso universitário, postulando tratar-se de um tipo de laço que toma forma como um saber (S_2) que pretende objetificar o outro (a), de forma a ter como produção um sujeito (\$) apartado de seus significantes primordiais (S_1). O resultado dessa operação é a manifestação de “[...] um saber desnaturado de sua localização primitiva no nível do escravo, por ter se tornado puro saber do senhor, regido por seu mandamento.” (LACAN, 1969-1970/1992, p. 110).

Essa forma de laço é crucial para a presente pesquisa. É a partir de seus desdobramentos como alicerce do campo da ciência e do imperativo imposto por aqueles que falam a partir dessa formação discursiva que encontraremos situadas as reportagens analisadas no Capítulo quatro. São textos que apontam para um

sujeito – autista, no caso – coisificado a partir de um saber que se propõe todo. O sujeito é posto à margem em sua relação com seus significantes primordiais e toda a leitura que se faz de seu sofrimento ocorre a partir do próprio empuxo a saber que caracteriza tal discurso.

A respeito desse saber pleno, total, há uma passagem do *Seminário 17* essencial porque nos chama a atenção para que, após desvendarmos o mecanismo do discurso universitário, fiquemos atentos ao lugar de onde nós, analistas, tomamos a palavra para não incorrer nele.

O mito do Eu ideal, do Eu que domina, do Eu pelo qual alguma coisa é pelo menos idêntica a si-mesma, a saber o enunciador, eis precisamente o que o discurso universitário não pode eliminar do lugar onde se acha sua verdade. De todo enunciado universitário de uma filosofia qualquer, mesmo aquela que se poderia etiquetar como sendo-lhe a mais oposta, a saber, [...] o discurso de Lacan -, surge irredutivelmente a Eu-cracia. (LACAN, 1969-1970/1992, p. 65)

Como não cair em tal artifício? Que garantias temos de que a psicanálise não se configure como uma Eu-cracia? Que está pesquisa não se expresse assim, tendo em vista que ela se insere no ambiente universitário? Garantia nenhuma, visto que a abordagem psicanalítica não se inscreve no âmbito das garantias e certificados de qualidade. O que nos é possível é tomar a palavra tendo em conta as diversas formas de se estabelecer um laço e, por meio de uma literal tomada de posição discursiva preservar o lugar que podemos sustentar, a saber o de tomar a palavra ciente de que todo enunciado se inscreve sobre um recôndito de não saber. Nossa resposta, talvez, caminhe na direção de levar em conta o não saber tanto no que diz respeito à clínica quanto à teoria. Deixemos as coisas assim, por hora. Iremos nos deter acerca desse questionamento mais adiante.

Amparados pelo ensino de Lacan sobre as formas de laço social, veremos agora o desdobramento que o discurso do mestre sofre no ventre do capitalismo e que em nossa era assume proporções vertiginosas: o discurso do capitalista.

1.4 – O discurso do capitalista

Ampliando sua teoria, em 1972, diante de um contexto social, no qual mudanças delineavam-se rapidamente, Lacan anunciou – com uma precisão que se tornaria evidente nos anos posteriores – sua percepção de que o capitalismo se tornara o mestre contemporâneo. Então, ele propôs o Discurso do Capitalista como uma variação do discurso do mestre em conferência realizada na Universidade de Milão (1972/1978). Essa asserção é oportuna para a problematização das formas atuais de constituição do laço social e da feição atual do discurso científico.

Alguns anos antes, em *Proposição de 9 de outubro de 1967 sobre o psicanalista da escola*, Lacan anunciava o mercado comum como ocupando lugar dominante na sociedade e expressava sua preocupação com os processos de segregação advindos daí. Ampliando essa discussão, podemos encontrar já, em *O Averso da Psicanálise*, elementos que dizem respeito à forma de laço que ele denominaria discurso do capitalista. Logo na segunda seção, enquanto tematiza sobre as mudanças no discurso do mestre, verificamos a seguinte consideração: “[...] o que se opera entre o discurso do senhor antigo e o do senhor moderno, que se chama capitalista, é uma modificação no lugar do saber.” (LACAN, 1969-1970/1992, p. 32).

Algumas páginas adiante, podemos encontrar a primeira utilização direta do termo discurso do capitalista: “Não se esperou, para ver isso, que o discurso do mestre tivesse se desenvolvido completamente para mostrar sua chave no discurso do capitalista, em sua curiosa copulação com a ciência.”(op. cit. p. 115).

Retomando o texto, encontraremos nas páginas posteriores mais uma referência importante. Ao mencionar o sucesso do mestre moderno e o lugar privilegiado dado ao trabalho, como um claro indício deste êxito, Lacan sinaliza que: “Para isso, foi preciso que ele (discurso do mestre) ultrapassasse certos limites. Em poucas palavras, isso acontece àquilo, cuja mutação tentei apontar-lhes. [...] Falo dessa mutação capital, também ela, que confere ao discurso do mestre seu estilo capitalista.” (op. cit. p. 178).

Os extratos de texto acima transcritos parecem-nos suficientes para percebermos que tal formação discursiva já está lá, em *O Averso da Psicanálise*, no

momento em que Lacan desenvolve seu ensino sobre as modalidades de enlaçamento propostas como discurso, em estado avançado inclusive.

Passemos agora à escrita algébrica do discurso do capitalista:

DISCURSO DO CAPITALISTA

$$\begin{array}{ccc} \underline{\$} & \rightarrow & \underline{S_2} \\ S_1 & & a \end{array}$$

Partindo do discurso do mestre e com uma pequena inversão do lado esquerdo, alterando o lugar de S_1 e de $\$$, temos o discurso do capitalista. Mudança mais do que suficiente, nas palavras de Lacan, para fazer com que ele “[...] funcione como um relógio, não pode funcionar melhor, mas justamente anda muito rápido, que se consome, se consome tão bem que se consuma.” (1972/1978, p. 48).²¹

No que concerne à circularidade do discurso, a impotência expressa-se no não acesso de a ao significante primário (S_1). Em contrapartida, os outros termos comunicam-se em direções definidas, colocando em ação o discurso. Como nos lembra Rahme (2014, p. 69), a seta que sai diretamente do objeto a em direção ao sujeito barrado, por exemplo, “[...] indica que o objeto-mercadoria é o que causa o desejo do sujeito” e aponta para “[...] um apagamento do sujeito diante do objeto”.

Lacan não contestou a hipótese de Max Weber que atribuía a invenção do capitalismo ao protestantismo, a Calvino. Em sua obra *A ética protestante e o “espírito” do capitalismo* (1905/2007), Weber expõe que os protestantes haviam desenvolvido o ganho pelo ganho. Ganho a serviço de Deus.

Dessa forma, o capitalismo se enlaçou nesse mecanismo e ultrapassou tal princípio. Precisou, para se tornar um discurso diferente do discurso do mestre – entendendo que o protestantismo também é uma das formas do discurso do senhor

²¹ No original: “(...) ça suffit à ce que ça marche comme sur des roulettes, ça ne peut pas marcher mieux, mais justement ça marche trop vite, ça se consomme, ça se consomme si bien que ça se consume.”

– romper as amarrações com a religião para, então, casar-se com o discurso da ciência.

A esse respeito, como vimos, não foi um francês protestante (João Calvino), mas um católico francês, René Descartes, o responsável por seu desenvolvimento. A partir do corte cartesiano, que inaugurou a ciência moderna, ciência matemática, o prazer do ganho se colocou a serviço de si mesmo, em uma lógica puramente contábil. Lacan (1969-1970/1992, p. 188) vai se referir a isso, de uma maneira muito explícita, no Seminário *O Averso da Psicanálise*:

Alguma coisa mudou no discurso do mestre a partir de certo momento da história. Não vamos esquentar a cabeça para saber se foi por causa de Lutero, ou de Calvino, [...] o importante é que, a partir de certo dia, o mais-de-gozar se conta, se contabiliza, se totaliza. Aí começa o que se chama acumulação de capital.

No discurso do mestre, a impotência se fazia presente, como vimos, por uma barreira bem estabelecida entre o mais-de-gozar, produzido como objeto, e a verdade. Há um refreamento do gozo, como designa Lacan. Em sua forma capitalista, no entanto, as coisas se processam de maneira um pouco distinta. A partir de uma posição sustentada pela da ciência, uma nova equação do sujeito-objeto é proposta. (VOLTOLINI, 2009) ²² Fazendo todos os esforços necessários e encontrando os cálculos adequados para produzir um objeto que seja A Verdade, uma verdade do cálculo, o discurso da ciência, põe em suspenso o hiato existente entre o mais-de-gozar e a verdade.

Brousse (2007) indica que o freio ao gozo exposto pelo novo discurso do mestre não se apresenta como limite, barreira ou interdito. Ao invés disso, “Ele se manifesta pelo viés do objeto. Dita um uso do objeto que contribui para definir – isto é, para limitar – o que deve ser um objeto. Poder-se-ia dizer que é um freio não pelo interdito, mas pela função: se se pode dele gozar, é um objeto.”.

²² Voltolini, Rinaldo. O discurso do Capitalista, a Psicanálise e a Educação. 2009, Disponível em: http://www.educacaoonline.pro.br/index.php?option=com_content&view=article&id=335:o-discurso-do-capitalista-a-psicanalise-e-a-educacao&catid=36:especial&Itemid=46 .Acesso em 9/01/2017, às 20h.

Cabe-nos aqui indicar uma distinção importante: a psicanálise também se debruça sobre a questão do objeto, contudo seu postulado parte da inexistência material desse. Não é um objeto tangível, mas é imprescindível em todos os tipos de enlaçamentos e chamado à existência a partir da linguagem. Sem esse objeto, que Lacan chamou de *a*, não há fala e, portanto, laço com o outro que se sustente. Esse é um dos traços distintivos entre a psicanálise e o discurso da ciência, pois nos afastamos radicalmente da consistência que tal objeto assume no interior desta. Ao passo que, para a psicanálise, ele só existe a partir da linguagem em sua *moterialité*, como cunhado por Lacan.

Estamos em nosso tempo rodeado por objetos que possuem uma consistência avassaladora e uma persistência efêmera. A astúcia do discurso do capitalista reside nesses aspectos, aliás, aproveita-se da cisão do sujeito e lhe oferece objetos encarnados, que carregam em seu bojo a promessa de suturar a fenda e, concomitantemente, instalam um imperativo de consumo autossuficiente. Brousse (2007) explicita de forma contundente tal mecanismo ao afirmar que:

O objeto de consumo não interpela nossa divisão, estremece-a, e se apresenta como o parceiro silencioso que apagará os traços da castração pela linguagem. Do lado do sujeito, o objeto não é mais apresentado como tendo um valor agalmático, ao contrário, é cinicamente desvelado como ‘tudo e não importa o quê’. (s/p.)

No discurso do capitalista, há um empuxo aos *gadgets* que se configuram em objetos mais-de-gozar, aparecendo no lugar da produção e deixando o sujeito à sua mercê. Retomando as palavras de Lacan, onde o discurso do capitalista prevalece, ele anda rápido demais e, desse modo, “[...] se consome, se consome tão bem que se consuma” (LACAN, 1972/1978). Se consome tanto no sentido consumista de quem consome descontroladamente e se consome como circuito de gozo que indica o ato de consumir-se, de exaurir-se.

Quando capitalismo e ciência aliam-se, temos a produção de uma Ciência,²³ que pretende dar conta da falta com uma construção teórica que quer tudo explicar. Segundo Jean-Claude Milner, o “cientificismo” e as leis de mercado tomados

²³ As letras iniciais maiúsculas utilizadas em algumas palavras servem de recurso para evidenciar o aspecto totalizante do discurso que pretende obturar a falta.

isoladamente não são motivo de medo, podemos, inclusive, servirmo-nos deles. “Mas quando a gente combina um com o outro, quando a gente os confunde, um monstro surge.” (MILNER, 2003, p. 9).

É disso que parece se tratar quando olhamos o Discurso da Ciência presente nos textos que se pretendem detentores do Saber a respeito do Autismo e seu Tratamento. Afirmar a supremacia desse ou daquele tratamento alegando “[...] historicamente ter se mostrado eficaz, e não, pela propaganda de supostos benefícios.” ou, ainda, comprometer-se em “[...] dar o bem estar à pessoa autista e a seus pais, por meio do ensino de capacidades fundamentais ao seu estar no mundo, [...] pela aplicação da ciência da análise do comportamento” é um engodo imaginário construído pela junção do Discurso do Capitalista e do Discurso da Ciência, que transmuta a teoria e a prática em mercadoria.

Evidentemente, não se trata de toda a ciência, mas de sua faceta tecnicista que, como observou-se nos artigos veiculados no jornal *Folha de S.Paulo*, mencionados na Introdução da presente pesquisa, convoca a psicanálise, a partir do campo da eficácia, a dar testemunho por meio de resultados quantificáveis e números de publicações em periódicos científicos de sua confiabilidade no tratamento do autismo.

É no exato lugar daquilo que pode extinguir o impossível que se situa o debate a respeito do melhor método no tratamento do autismo: como na fabricação de um *gadget* que cria a ilusão de que o impossível é possível. O questionamento da psicanálise, mais do que indagação, é um artefato para a manutenção da Ciência em seu lugar imaculado de detentora da Verdade sobre o Autismo.

Lacan (1972-1973/1985, p. 133) nos diz, no *Seminário, Livro 20: Mais, ainda*, que o saber antes de Descartes é nada, visto que não fora colocado e que, depois de Freud, é o não-saber. E prossegue:

É daí que eu digo que a imputação do inconsciente é um fato de incrível caridade. Eles sabem, eles sabem, os sujeitos. Mas, enfim, mesmo assim, não sabem tudo. No nível desse não-tudo, não há senão o Outro a não saber. É o Outro que faz o não-tudo, justamente no que ele é a parte que de-todo-não-sabe nesse não-tudo.

A verdade não é não-toda, é sempre um semidizer, nos ensina Lacan. Ela é inseparável dos efeitos de linguagem. Diante do para todos, postulado pelo Discurso do Capitalista em sua copulação com a Ciência, a abordagem analítica se coloca no avesso, nos permitindo pensar que qualquer discurso está ligado aos interesses do sujeito e faz furos no todo-saber, permitindo acontecer a solução para cada um.

Capítulo 2 – Sobre as origens de um campo e a delimitação de um diagnóstico: psiquiatria infantil, psicanálise e autismo

Para alcançar um dos objetivos da presente pesquisa – que é questionar o modo como o autismo é confrontado em nosso tempo –, é preciso desvelar o caráter histórico de tal diagnóstico e inseri-lo numa ancestralidade. Para tanto, percorrerei a origem da Psiquiatria Infantil, a fim de elucidar como a criança, aos poucos, adquiriu sua especificidade no que concerne aos transtornos mentais. Da mesma forma, farei um levantamento de autores que produziram reflexões a respeito do autismo nos campos psiquiátrico e psicanalítico, contribuindo ou ficando à margem da definição atual de Transtorno do Espectro Autista, propagada pelo DSM-5.

2.1 A delimitação de um novo campo: Psiquiatria Infantil

Partirei do postulado de que a forma de compreender o sofrimento humano e, conseqüentemente, a maneira de tratá-lo modifica-se ao longo da história. Quando pensamos no sofrimento psíquico na infância, temos que considerar que, em determinada época, a criança sequer possuía o estatuto de ser *si*²⁴ e que, portanto, seus transtornos não mereciam uma categorização própria.

De acordo com o médico francês, Paul Bercherie (1983/2001), cujo trabalho será referência deste estudo, a clínica psiquiátrica específica da criança só se estabeleceu plenamente a partir de 1930, no entanto, em seus primórdios, três períodos ajudaram a forjar o que se entende como Psiquiatria Infantil.

O tempo em que a estruturação dessa clínica aconteceu nos primeiros setenta e cinco anos do século XIX. O autor afirma que tal período

[...] é exclusivamente consagrado à discussão da noção de retardamento mental, tal como constituída por Esquirol já antes de 1820, sob o nome de *idiotia*. Não se trata, aliás, de uma noção elaborada a partir da observação da criança, mas de um conceito

²⁴ Sobre o assunto, ver ARRIES (1973) História Social da criança e da família.

que marca um momento capital da formação da Psiquiatria do adulto. (BERCHERIE, 2001, p. 130, grifo do autor)

Ainda, seguindo a revisão histórica de Bercherie (op. cit., p. 132), os estudiosos da época não concebiam a loucura na infância. Griesinger, por exemplo, salienta que, na criança, o eu não está suficientemente formado para sustentar uma perversão prolongada. À criança dessa época foi reservado o diagnóstico de idiotia, cujo único objeto de discussão diz respeito ao seu nível de irreversibilidade. Esse fato colocou em lados opostos o renomado Philippe Pinel e seu aluno Jean-Marc-Gaspard Itard; o mestre sustentando a hipótese de que o déficit na idiotia é global e definitivo; e o discípulo apostando em métodos especiais de reeducação como forma de minimizar tal carência.

Itard ficou conhecido pela utilização de seus métodos com o menino Victor, o Selvagem de Aveyron. Segundo Gavioli e Kupfer (2011, p. 265), a descrição de quadros psiquiátricos infantis data do início do século XIX e o primeiro tratamento de que se tem notícia foi exatamente a reeducação proposta por Itard, em 1800. Victor recebeu, por dez anos, tratamento no Instituto Nacional de Surdos Mudos de Paris, uma instituição laica fundada com o ideário positivista. Sobre o tal cenário, Lajonquière (2010, p. 124) relata:

Numerosas sociedades científicas foram fundadas, içando a bandeira da autonomia da ciência. Foi nesse contexto que três instituições da Cidade das Luzes, a Société des Observateurs de l'Homme, o asilo de Bicêtre e a École pour l'éducation des enfants sourds, acabaram se cruzando na trágica história da 'criança selvagem' e sua educação. Repentinamente, um afortunado acaso colocava nas mãos de médicos e filósofos parisienses, sedentos de certezas observáveis, um garoto de aproximadamente 12 anos, em estado de completo abandono, encontrado vagando de forma 'selvagem' pela floresta de La Caune, no departamento de l'Aveyron, nos frios primeiros dias do ano de 1800.

O tratamento educativo de Victor, baseado no ensino de crianças surdas-mudas, além de precursor no que se refere à terapêutica da infância, foi descrito com muitos detalhes e permitiu a construção de uma medicina-pedagógica.

No entanto, os insucessos de Itard o fizeram abandonar suas experiências e declarar o caso como uma idiotia. Bercherie aponta um aspecto do diagnóstico da

idiotia em tal período que me parece relevante para pensarmos a construção da nosologia do autismo: “Para nós, ela (idiotia) apresenta múltiplos traços que a aproximam de uma criança autista, mas, até a década de 1930, a noção global de idiotia recobre esse tipo de caso.”(1983/2001, p. 132) .

O segundo período, delimitado por Bercherie data de 1880 e está relacionado à publicação dos primeiros tratados de psiquiatria infantil. A marca desse tempo é uma transposição de quadros adultos para a criança, fato que confere à clínica a feição de campo complementar à psiquiatria do adulto. Tal época é também “[...] a época em que, ao lado dos estado tóxicos, aparece uma rubrica etiológica especial, o esgotamento, ao qual se vinculam a fadiga escolar e o onanismo,²⁵ temas de inúmeros estudos sobre patologia mental do adolescente.” (BERCHERIE, 1983/2001, p. 134).

Entre 1910 e 1925, situa-se a segunda geração de tratados de pedopsiquiatria, os quais resgatam as proposições do psiquiatra alemão Emil Kraepelin,²⁶ incorporando modalidades de sua nosologia, tais como: epilepsia, psicose maníaco-depressiva e demência precoce.

Até aqui, nos dois primeiros períodos apresentados, a criança é vista como um potencial adulto. É somente no terceiro tempo que temos o florescimento da clínica destinada à infância.

A partir de 1930, começa a emergir, influenciado a priori pelas ideias psicanalíticas, um modelo que pretende dar conta dos transtornos pueris, abordando os sintomas do sujeito como produto de um conflito psíquico, que tem sua origem na história infantil. Concomitantemente, os quadros de distúrbios, até então esparsos na psiquiatria, aglutinam-se sob a égide de uma caracterização psicossomática.

Bercherie destaca dois movimentos no que se refere à incorporação da psicanálise à clínica da infância. A primeira manifesta-se por justaposição das noções psicanalíticas e foi difundida na Europa graças às produções de Pichon (1936) e Robin (1939), em francês, e Tramer, no idioma alemão. O segundo formato de integração ocorre em língua inglesa e propõe uma fusão de conceitos

²⁵ O mesmo que masturbação.

²⁶ Kraepelin foi considerado o pai da Psiquiatria Biológica devido a seu empenho em organizar de forma descritiva os transtornos mentais.

psicanalíticos às teorias do campo psicológico, dominantes nos EUA desde o início do século. Sobre esse tema, o estudioso relata:

O funcionalismo americano é mais um pensamento do que um corpo doutrinário, uma abordagem intimamente inscrita na vida americana, como notaram todos aqueles que fizeram seu estudo histórico; a prova disso é sua facilidade em assimilar todo sistema de ideias de origens diferentes, da psicanálise à teoria da gestalt, passando pelo pavlovismo [...]. (BERCHERIE, 1983/2001, p. 137)

Tal funcionalismo encontra sua expressão na influente obra de Adolf Meyer (1866-1950), psiquiatra suíço que viveu no EUA e formou gerações de médicos no Hospital Johns Hopkins, constituindo-se na grande referência teórica da primeira edição do DSM. Meyer entendia os transtornos mentais não como algo puramente biológico, mas como uma resposta, uma reação do psiquismo em sua busca de adaptação ao meio.

Parecia-lhe que a doença mental devia ser compreendida, não como o aspecto mental de uma lesão cerebral, mas como uma conduta que tem uma função e um sentido em relação à história do doente, à sua trajetória passada, à sua situação presente, às suas capacidades psicológicas, estado somático e cerebral incluídos. (BERCHERIE, 1983/2001, p. 138)

A preponderância da figura de Meyer tornou o campo psiquiátrico permeável às ideias psicanalíticas, embora o foco na terapêutica de resultados e a mescla com teorias psicológicas tornem tal apropriação conflituosa.

Em 1928, Meyer convida para participar do quadro de médicos do Johns Hopkins o austríaco Leo Kanner e o incentiva a abrir o primeiro serviço de Psiquiatria Infantil. A partir de sua prática, Kanner publicou seu tratado sobre a clínica da infância, cujo prefácio foi escrito por Meyer, e propôs uma nova síndrome denominada inicialmente de distúrbio autístico de contato afetivo e, em seguida, de autismo.

Nesse breve percurso histórico da psiquiatria até o estabelecimento, em seu bojo, de um campo infantil, a busca por uma diferenciação entre o que é normal e o que é anormal salta aos olhos desde o princípio. Estipular o que seria uma evolução

inadequada dos processos constitutivos da criança parece assegurar a existência de um recorte que delimita a normalidade.

Oscar Cirino, em seu artigo *Genealogia da Psiquiatria na infância* (2015), aponta para tal discussão e afirma que, nessa ótica,

[...] o conhecimento sobre a criança, seu desenvolvimento e sua pedagogia só teria se tornado possível graças à apropriação das resistências do idiota, do débil mental e, mais tarde no início do século XX, da criança com dificuldades de aprendizagem. (p.25)

Poderíamos pensar isso também acerca do Transtorno do Espectro Autista e do Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade, no que eles se apresentam, em nosso tempo, como panaceia a serviço de traçar as linhas da normalidade.

Cirino (2015) evoca em seu trabalho as palavras do sociólogo francês, Jacques Donzelot, para corroborar sua conjectura de que o nascimento da Psiquiatria Infantil vem ao encontro das necessidades profiláticas e disciplinares dos aparelhos sociais. Dessa forma, diz-nos Donzelot (1977, apud CIRINO 2015, p.29), que a Psiquiatria Infantil, em seu início, não estava “[...] ligada à descoberta de um objeto próprio, de uma patologia mental especificamente infantil [...]”, mas buscava “[...] designar um possível objeto de intervenção para uma prática que não pretende mais limitar-se a gerir os reclusos, mas sim, presidir a inclusão social”.

A partir dos trabalhos de Paul Bercherie e de Oscar Cirino, parece-me possível pensar que essa prática que ascende como Psiquiatria Infantil, em sua origem, posiciona-se, ao tomar a palavra, como discurso universitário que pretende construir um todo-saber regulamentador dos processos de inclusão e exclusão, de normalidade e anormalidade no âmbito social. Elemento pertinente para pensar o que significa a construção de um diagnóstico dentro de tal campo.

Façamos uma interrupção no caminho traçado pela Psiquiatria na constituição de uma clínica da infância para nos determos, a partir de então, à construção através do tempo do diagnóstico de Transtorno do Espectro Autista (TEA).

2.2 A evolução de um diagnóstico: o autismo

Da mesma forma que a psiquiatria da infância apresenta sua evolução, o termo autismo não foi desde sempre utilizado para nomear determinada forma do sofrimento infantil. Influenciado pela obra kraepeliana, Sante de Sanctis, psiquiatra italiano nascido em Parrano, relata, no artigo *Sopra alcune varietà della demencia precoce* (1906), casos de crianças que apresentavam demência em tenra idade, denominando-os “demência precocíssima”. Tal diagnóstico é relevante, não só porque influenciará a psiquiatria da infância nos anos vindouros, mas também, porque assemelha-se ao que Leo Kanner caracterizará como autismo algumas décadas depois.

[...] o que Sante de Sanctis denomina, desde 1906, como ‘demência precocíssima’, da qual Heller, no mesmo ano, faz uma descrição autônoma. Trata-se do aparecimento, a partir dos 3-4 anos, em crianças que, até então, haviam tido um desenvolvimento normal, de um estado de morosidade e indiferença, com negativismo, oposição, transtornos afetivos (cólera, ansiedade), seguidos de uma desagregação da linguagem e de diversos transtornos motores bastante característicos: agitação, estereotipias, maneirismo, catatonia, impulsões. (BERCHERIE, 1983/2001, p. 135)

Em 1911, o termo autismo surge no discurso médico psiquiátrico por meio da obra do alemão Eugene Bleuler. Contudo, não faz referência a uma patologia específica da infância, mas foi introduzido para designar um sintoma da esquizofrenia no indivíduo adulto. Segundo Cavalcanti e Rocha (2001/2013):

A definição de Bleuler pode ser entendida no âmbito da célebre discórdia instalada entre Freud e Jung acerca da sexualidade, como traço predominante na constituição do psiquismo. Como nos mostram as várias versões da história da Psicanálise, Freud criou arestas com Bleuler e Jung quando formulou as ideias da pulsão sexual e do autoerotismo. Ao definir o conceito de autismo, Bleuler postulou um equivalente do autoerotismo: investimento em si mesmo, sem que seja da ordem da sexualidade nem da libido. Subtrair Eros do autoerotismo foi, portanto, a solução que Bleuler encontrou para resolver suas divergências com Freud. (p.51)

Bleuler propõe a existência de uma barreira autística, que se caracteriza por um investimento no mundo interno em detrimento do externo, resultando num universo próprio, fechado. Tal barreira possuía, no entanto, diversas nuances que permitiam um maior ou menor nível de fechamento e investimento no mundo exterior.

Somente em 1943, isto é, trinta e sete anos após Sante de Sanctis e trinta e dois anos após Bleuler, o termo autismo se une a um transtorno especificamente pueril. O psiquiatra Leo Kanner descreve o autismo como uma patologia infantil em um artigo intitulado *Distúrbios autísticos do contato afetivo* (1943/2012). No texto, ele relata onze casos que, em sua clínica com crianças, chamaram atenção e se assemelhavam em suas características, compondo a síndrome. Dentre essas podemos destacar: inabilidade em usar a linguagem com o objetivo de se comunicar; utilização das palavras em seu sentido estrito, sem flexibilização de significado, não podendo ser usadas em contextos diferentes daqueles em que foram aprendidas; dificuldade em se alimentar desde o início da vida; reação de horror diante de sons altos e movimentação de objetos; repetição de movimentos (estereotipias) e de sons e palavras (ecolalia); dificuldade em olhar para o rosto das pessoas; maior facilidade em se relacionar com a figura de uma pessoa do que com a pessoa em si.

Kanner (1943/2012, p. 248) prossegue na especificação do quadro e diferencia a esquizofrenia do distúrbio autístico do contato afetivo. Como primeira distinção, ele pontua que, no distúrbio autístico, a criança demonstra extremo isolamento desde o início da vida, não respondendo a nada que venha do mundo exterior. Um segundo aspecto diverso seria a intrigante propensão de tais indivíduos a estabelecer e sustentar relação com objetos – fato que não altera sua condição de isolamento – e a enorme dificuldade no estabelecimento de vínculos. Outro traço peculiar ao autismo é que, diferentemente da criança esquizofrênica, que tenta resolver seus problemas separando-se de um mundo com o qual teve contato e do qual se afastou, o indivíduo com distúrbios autísticos é resistente a um ambiente que lhe é estranho desde o começo.

No que diz respeito à etiologia dos quadros, encontramos em Kanner uma dualidade que alimenta inúmeras discussões. Como pontuam Cavalcanti e Rocha (2001/2013), há no texto inaugural do que ele denominou distúrbio patognomônico

da síndrome do autismo uma dicotomia em relação à causa, apontando ora para aspectos biológicos, ora para limitações do convívio familiar. Duas passagens no artigo anteriormente citado podem nos ajudar a elucidar tal contradição:

Na maioria dos casos, os pais, avós e colaterais são pessoas muito preocupadas com coisas abstratas, sejam elas de natureza científica, literária ou artística, e limitadas no interesse autêntico que têm para as pessoas. Mesmo em casamentos mais felizes, permanecem relações mais frias e formais. (KANNER, 1943/2012, p.170)

E, mais à frente, continua (idem, *ibid.*): “Devemos, portanto, supor que essas crianças vieram ao mundo com uma incapacidade inata de estabelecer o contato afetivo habitual com as pessoas, biologicamente previsto, exatamente como as outras crianças vêm ao mundo com deficiências físicas ou intelectuais.”

Muito do que se discute a respeito da etiologia do autismo provém de trechos como esses, que foram, ao longo do tempo, sustentação, por um lado, de abordagens genéticas e, por outro, alimentaram a crença de pais frios e intelectuais como causa do autismo. Em relação a esse último ponto, Cavalcanti e Rocha (2001/2013) relembram que:

Essas ‘características’ dos pais vão permanecer por muito tempo como um traço a ser levado em conta para o diagnóstico do ‘autismo infantil precoce’ e por mais de trinta anos estabeleceram-se ligações entre essa patologia e ‘pais intelectuais’, tanto em neuropsiquiatria como em psicanálise. Crenças como estas reinavam ainda nos anos setenta na França, quando o fato dos pais de uma criança serem intelectuais, amantes das leituras ou da cultura em geral, falava fortemente a favor do diagnóstico do autismo. (p. 59-60)

Um estudo, contemporâneo ao de Kanner foi desenvolvido pelo também austríaco Hans Asperger e publicado na revista *Archiv für Psychiatrie und Nervenkrankheiten*.²⁷ O artigo descreve a denominada “psicopatia autística” por meio da apresentação de quatro casos infantis, que revelam severas e peculiares dificuldades de integração social. Para o autor, o autismo é um tipo de personalidade

²⁷ *Arquivo de doenças nervosas e psiquiátricas* (tradução livre).

que persiste ao longo da vida, embora alguns aspectos periféricos possam ser atenuados ou acentuados de acordo com o caso. Entre as características do quadro, o psiquiatra destaca: movimentos estereotipados; dificuldade de sustentar o olhar endereçado a um objeto ou pessoa; olhar vazio; impossibilidade em entender piadas; relações sociais limitadas; pouca tolerância diante de mudanças de rotina e ambiente; fixação em um determinado objeto.

Da mesma forma que Kanner, Asperger também relacionou a formação e a profissão dos pais à psicopatia autística. Ele supõe haver um fator genético que interfira na consolidação do quadro, embora não possa afirmar se tratar de um gene recessivo ou dominante.

Em muitos casos, os ancestrais destas crianças foram intelectuais por várias gerações e se dirigiram às suas profissões por sua natureza. [...] Muitos dos pais de nossas crianças autistas ocupam cargos altos, apesar de suas notáveis peculiaridades. Isso atesta o valor social desse tipo de personalidade. (ASPERGER, 1991, p. 84, tradução livre).²⁸

As descrições de Kanner e Asperger se assemelham em diversos pontos, mas guardam distinções importantes, principalmente, no que se referem ao desenvolvimento da fala e à interação com o outro. As crianças de Asperger desenvolvem a fala antes da idade escolar e reconhecem outras pessoas, apresentando uma estratégia de aproximação do semelhante inapropriada.

Ao longo do tempo, encontramos médicos e teóricos que defenderam que as síndromes descritas deveriam ser classificadas como iguais; e outros que postularam tratarem-se de síndromes de natureza diferente. A importância de tais descrições, além de seu valor histórico e clínico, reside também no fato de serem ponto de partida para o desenvolvimento da nosologia do autismo no mais difundido compêndio psiquiátrico: o DSM.²⁹

²⁸ No original: "In many cases, the ancestors of these children have been intellectuals for several generations and have been driven into the professions by their nature. [...] Many of the fathers of our autistic children occupy high positions, despite their noticeable peculiarities. This testifies to the social value of this personality type."

²⁹ Embora seja justo destacar que, ao longo do tempo, muito da sutileza diagnóstica e da busca por uma etiologia do autismo presente em Kanner e Asperger foi extirpada do DSM.

Com a intenção de conferir à Psiquiatria uma objetividade científica no que diz respeito à sua nosografia, em 1952, foi publicada pela American Psychiatric Association (APA), a primeira versão do Diagnostic and Statistical Manual (DSM-I). O documento, que continha cento e trinta páginas e cento e seis categorias de desordens mentais, menciona o autismo como uma característica da psicose infantil. O DSM-II, datado de 1968, listava cento e oitenta e duas desordens distribuídas em cento e trinta e quatro páginas, sendo a neurose a maior classe de transtornos.³⁰ Ambas as edições do manual refletiam a predominância da psicodinâmica na psiquiatria.

É no DSM-III (1980), coordenado pelo psiquiatra Robert Spitzer, com seus 265 diagnósticos, que o autismo ganha estatuto específico na categoria dos Transtornos Globais de Desenvolvimento. É considerado raro e tem uma prevalência de dois a quatro casos para cada 10.000 indivíduos.

O DSM-III representa uma ruptura diante da tradição que enfatizava como centro do tratamento a relação terapêutica.³¹ Seu foco é a descrição dos transtornos mentais a partir do ponto de vista sintomático extirpando da clínica a busca pelo sentido dos sintomas.

Segundo Márcia Angell (2012), médica e professora do Departamento de Medicina da Universidade de Harvard, o uso do DSM-III se propagou rapidamente, não só entre a comunidade médica, mas se tornou referência entre pesquisadores, hospitais, tribunais, prisões, escolas, companhias de seguros e agências governamentais. “Seu principal objetivo era trazer coerência (normalmente chamada de ‘confiabilidade’) ao diagnóstico psiquiátrico. Ou seja, garantir que os psiquiatras que viam o mesmo paciente concordassem com o diagnóstico.” (p. 10).

O DSM-III objetiva a uniformidade do diagnóstico e, concomitantemente, a configuração da prática a partir do mesmo referencial teórico, apontando para um reducionismo conceitual que enfatiza o aspecto pragmático de uma construção nosológica exclusivamente biológica.

³⁰ Gaines, A. From DSM-I to III-R; voices of self, mastery and the other: A cultural constructivist reading of U.S. psychiatric Classification. *Social Science and Medicine*, 35 (1), 1992, p. 3-24.

³¹ O DSM-III é organizado de forma a responder ao descrédito da Psiquiatria diante da sociedade americana, que teve início com movimentos antipsiquiátricos na década de 1960.

Com a edição seguinte do manual, o DSM-IV, o autismo surge como Transtorno Autístico (TA) e há também a delimitação do Transtorno de Asperger e ambos passam a fazer parte dos “transtornos invasivos do desenvolvimento” (TID), os quais englobam também o transtorno de Rett. É, portanto, somente em 1994 que o discurso psiquiátrico distingue transtornos de Asperger e Autístico, descritos cinquenta e um anos antes por Kanner e Asperger. O TA continua raro e sua prevalência é de dois a cinco indivíduos para cada dez mil pessoas.

Em 2000, o DSM é revisado e surge o DSM-IV-TR, que mantém a mesma distinção e incorpora aos TID uma nova categoria, a dos “transtornos invasivos do desenvolvimento não especificados”.

Transtornos invasivos do desenvolvimento. Esses transtornos são caracterizados por graves déficits e comprometimento em múltiplas áreas do desenvolvimento. Isso inclui prejuízo na interação social e na comunicação e a presença de comportamentos, interesses e atividades estereotipados. Os transtornos incluídos nessa seção são transtorno autístico, síndrome de Rett, transtorno desintegrativo da infância, síndrome de Asperger e transtorno invasivo do desenvolvimento não especificado. (*AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION*, 2000, p. 69, tradução livre).³²

Em fevereiro de 2010, a APA torna pública uma versão preliminar dos critérios diagnósticos do DSM-5. A nova metodologia de diagnose define o autismo como Transtorno do Espectro Autista (TEA) e anuncia a incorporação do transtorno de Asperger a tal espectro – aqui entendido no sentido de decomposição, difração.

Como aponta Laurent (2014), tal anúncio não é bem aceito pela população e suscita críticas das associações dos indivíduos diagnosticados Asperger:

Durante uma conferência de imprensa, as associações de sujeitos ditos Asperger fizeram questão de expressar sua angústia ante a perda de sua especificidade diagnóstica – demonstravam, ao mesmo tempo, o absurdo da oposição que se pretende atribuir a eles ao

³² No original: “Pervasive Developmental Disorders. These disorders are characterized by severe deficits and pervasive impairment in multiple areas of development. These include impairment in reciprocal social interaction, impairment in communication, and the presence of stereotyped behavior, interests, and activities. The specific disorders included in this section are Autistic Disorder, Rett's Disorder, Childhood Disintegrative Disorder, Asperger's Disorder, and Pervasive Developmental Disorder Not Otherwise Specified.”

dissociar suas faculdades cognitivas, intactas, e sua suposta incapacidade de ler as emoções ou os afetos dos outros. Ao se recusarem a ser confundidos com aqueles carentes de capacidades cognitivas, opuseram resistência, reivindicando sua especificidade para escapar de um espectro que não cessa de se ampliar. (p.62)

Diante da reação ao DSM-5, a NIMH (National Institute of Mental Health), gestora da base de pesquisa norte-americana, questiona o DSM e a APA teve que repensar seus critérios diagnósticos pela primeira vez em fevereiro de 2012.

Também Dunker (2015a) se insere no debate sobre a generalização do DSM, denunciando que sua proposta reduz a discussão acerca dos sintomas, fazendo com que toda a problemática se restringisse a uma questão territorialista de demarcação dos litorais de uma interpretação que, de acordo com seu posicionamento, pode ser mais naturalista (psiquiátrica) ou mais culturalista (psicanalítica). O autor nos diz:

O que não foi muito bem percebido, ou tomado como menos problemático, é que havia, sim, uma pretensão etiológica não evidente no giro kraepeliniano do DSM dos anos 1970: etiologia cerebral, genética e química. A separação entre o diagnóstico psiquiátrico, descritivo e disciplinar, e o diagnóstico psicanalítico, liberal e sincrético, tendeu a opor uma política de muros a uma política de demarcação de litorais. Criou-se aqui o futuro cavalo-de-batalha entre política da conversão naturalista do sofrimento, baseada na alteração das propriedades biológicas, e a política de culturalização dos sintomas, como formas de vida que não podem ser apropriadamente reconhecidas. (2015a, p.150)

Com tal percurso histórico do autismo, é possível traçar seu significado ao longo dos tempos e, de forma simultânea, inseri-lo em uma narrativa de origem e ancestralidade, buscando desvelar o mecanismo de catalogação do sofrimento na infância. Cabe-nos perguntar se tal trajetória resulta numa nomeação ou numa impostura.

Para responder a respeito do autismo, precisamos contrapô-lo ao furor diagnóstico encontrado em nosso tempo. Ao abrir o novo DSM, encontramos em suas páginas acontecimentos da vida encarados como adoecimento. Na lista a seguir, vemos alguns exemplos extraídos do manual:

- Transtorno disfórico pré-menstrual, dentro da categoria dos transtornos depressivos (DSM-5, p. 171);
- Transtorno do Luto Complexo Persistente, que diz respeito a quem experimentou a morte de alguém com quem tinha relacionamento próximo e manifestou um dos seguintes sintomas por mais de doze meses: intenso pesar e dor emocional em resposta à morte; saudade persistente do falecido; preocupação com as circunstâncias da morte e, em crianças, preocupação com que outra pessoa próxima morra (DSM-5, p. 404);
- transtorno do pesadelo (DSM-5, p. 404) e síndrome das pernas inquietas (DSM-5, p. 411), ambos pertencentes ao grupo dos transtornos do sono-vigília;
- abstinência de cafeína que, ao lado do transtorno de abstinência de álcool, é considerado transtorno relacionado a substâncias;
- Transtorno do jogo pela internet, que está no grupo dos transtornos para estudos posteriores, como algo que pode ganhar um lugar adequado na próxima edição (DSM-5, p. 795).

Ao analisar o DSM, é perceptível um recorte patológico de certos fatos da vida humana, um “transtorno do ato de diagnosticar” que confere à existência um tom de anormalidade constante. Ter um pesadelo não faz mais parte da vida das pessoas como uma produção ou elaboração psíquica, mas recebe a marca de transtorno mental, subtraindo do sujeito a possibilidade de elaborar um significado para a sua vivência, mesmo que em estado de sono. Podemos ponderar também que, mesmo nos diagnósticos mais tradicionais como, o TEA (classificado no DSM-5 ao lado do TDAH como transtorno do neurodesenvolvimento, DSM-5, p. 50), a combinação entre diagnose e medicamento (lembrando que, atualmente, o Ministério da Saúde autorizou o uso de Risperidona para TEA, um antipsicótico de segunda geração) determina um tratamento que se distancia da concepção de sentido dos sintomas, retirando de cena a subjetividade e etiologia do sofrimento.

Aflalo (2014a), aponta que a busca por maior cientificidade da psiquiatria acabou por conduzi-la ao encontro dos interesses da grande e poderosa indústria farmacêutica e declara: “Na França, é praticamente impossível obter um subsídio

para um adulto com deficiência (AAH)³³ devida a patologias psiquiátricas, se o sujeito não toma neurolépticos.” (p. 94).

É plausível questionar, utilizando o vocabulário de nosso tempo, que credibilidade de nomeação tem um instrumento que cumpre interesses mercadológicos? E, fazendo uso das palavras de Aflalo:

Desde Adão e a Criação, sabemos que a nomeação é uma função eminente. A psicanálise nos ensina também que aquele que toma a liberdade de nomear sabe que deve assumir as responsabilidades que isso implica. Se aquilo que é nomeado é tomado como real, sem que este seja o caso, então esse nome e aquele que o proferiu a partir de seu lugar de autoridade são marcados com o selo da impostura. O efeito deste maldizer – ou mal-di (c) cão – é uma expulsão do real. A partir de então, este real fica condenado a retornar de modo devastador, até que um nome justo o arranque dos efeitos deletérios da repetição. (op. cit., p.126)

Até aqui, acompanhamos o surgimento da clínica psiquiátrica da infância e, em seu interior, o desenvolvimento do diagnóstico do autismo. No entanto, ao longo da história, outras vozes registraram e discutiram casos de crianças que apresentavam sintomas muito semelhantes aos descritos por Sante de Sanctis em sua Demência Precocíssima; por Kanner, no Distúrbios Autístico de Contato Afetivo; e por Hans Asperger, na Síndrome de Asperger.

Numa espécie de outra cena – visto que tais pesquisadores e clínicos não representam atualmente o discurso dominante sobre o autismo –, a clínica psicanalítica também traçou um percurso, no qual a infância e seus entraves na constituição mereceram destaque e desencadearam reflexões. E é sobre ela em seus pontos dissonantes e convergentes que nos deteremos agora, ao buscar responder a pergunta: o que a Psicanálise nos diz sobre o autismo?

2.3 Psicanálise e autismo

Antes de iniciar o estudo acerca do que se produziu e produz no âmbito teórico e clínico no que diz respeito ao autismo no interior da história da Psicanálise,

³³ AAH: Allocation adulte handicapé.

faz-se necessário resgatar algumas construções da abordagem psicanalítica que funcionarão como chaves de leitura das produções que ponderaram acerca da infância e suas vicissitudes.

Desde Freud, muita tinta já correu no que se refere ao entendimento de noções como sujeito, inconsciente, sintoma, infância e infantil, mas nem por isso a revisitação de tais noções se torna desnecessária. Tendo em vista as atuais críticas e os infundáveis mal-entendidos que circulam no tecido social, continua sendo indispensável imprimir certo rigor à terminologia, bem como, delimitar o lugar de onde se fala quando, apoiado na reflexão freudiana, propõem-se uma leitura do sofrimento. É ainda importante ressaltar que tais operadores de leitura serão relevantes na crítica à cultura contemporânea e ao discurso científico hegemônico que a presente pesquisa intenta desvelar.

Partirei da distinção entre infância e infantil para, em seguida, lançar luzes sobre a construção do segundo termo, que foi se configurando, no interior da Psicanálise, de forma dessemelhante ao que se entende como o tempo cronológico da infância. Por fim, retornarei ao conceito de sintoma no interior da obra de Freud e de Lacan, esteio importante para a percepção das especificidades da psicanálise em relação, por exemplo, à psiquiatria contemporânea.

2.3.1 O infantil e o sintoma

Passarei agora a delimitar a distinção entre infância e infantil e a delinear o que é uma criança para a psicanálise e quais suas diferenças em relação ao adulto.

Joel Birman (1997) afirma que o infantil é a vocação do sujeito e propõe que a elaboração freudiana sobre o tema siga o trajeto seguinte:

Dos primórdios da investigação psicanalítica até os anos de 1915 e 1920, o infantil se identificava com o registro da sexualidade, isto é, com o campo do desejo e com o que era regulado pelo princípio do prazer. Após os anos 1920, em contrapartida, o infantil passa a ser circunscrito como o que não pode ser erotizado e como o que é regulado por um além do princípio do prazer. Vale dizer, o infantil passa a ser identificado com o real da angústia e com o trauma, com aquilo capaz de lançar o sujeito no desamparo, e de promover o seu esfacelamento. (p.24)

Pelo excerto acima, podemos perceber que infância e infantil, termos em geral usados como sinônimos, guardam particularidades sob a ótica da psicanálise e, ainda, que dentro de tal abordagem, seu entendimento sofreu mutações. A infância é o termo designado ao tempo cronológico privilegiado para ser criança. Paralelamente, o infantil aparece-nos no começo da obra freudiana como adjetivo que indica uma época da vida psíquica e que se coaduna com o registro da sexualidade, como nos diz Birman. Após esse primeiro momento, ocorre, nos anos de 1920, uma reformulação em toda a psicanálise, o que reverbera também no conceito infantil. Esse ganha estatuto de coisa em si e passa a ser substantivado, indicando sua relação com o inconsciente.

Cumpra a Lacan, graças a seu retorno ao texto freudiano e às suas formulações sobre o desejo, o gozo e a falta, apurar tal conceito e torná-lo fundamental. Em seu *Seminário. Livro 8: A Transferência*, aponta-nos um caminho de compreensão, ao afirmar que o sujeito

[...] colocando-se em questão sob a forma *quem sou eu?*, ele esconde o fato de que se perguntar o que se é não quer dizer nada além da etapa dúvida sobre o ser, pois ao simplesmente formular assim sua questão, ele cai em cheio na metáfora, só que não se dá conta disso. Para nós, analistas, é um mínimo nos lembrarmos disso, a fim de evitar renovar este erro antigo, sempre ameaçador à sua inocência sob todas as formas, e impedi-lo de responder, por exemplo, mesmo com nossa autoridade, *eu sou uma criança*.

Aí, está, certamente, a resposta que lhe é dada pela doutrinação de forma reservada da repressão psicologizante. E com isso, no mesmo embrulho, ela vai criar nele, sem que perceba, o mito do adulto, que, seria, supostamente, alguém que não é mais criança – fazendo assim abundar novamente essa espécie de moral que sustenta uma pretensa realidade onde, na verdade, ele se deixa levar sem questionamentos por todos os tipos de trapaças sociais. (LACAN, 1960-1961/1992, p. 237-238, grifos do autor).

A ideia do adulto como um mito tangencia o fato de que algo se mantém ao longo da vida e não sofre interrupção pela simples passagem do tempo. Há uma espécie de núcleo ao qual se permanece referenciado. Adiante, em seu ensino, Lacan (1964/1985) retoma a questão do mito do adulto que não é mais criança da seguinte forma:

Desde os *Três ensaios sobre a teoria da sexualidade*, Freud pôde colocar sua sexualidade como essencialmente polimorfa, aberrante. O encanto de uma pretensa inocência infantil foi rompido. Essa sexualidade, por se impor tão cedo, eu quase diria cedo demais, nos fez passar depressa demais pelo exame que ela representa em sua essência. É, a saber, que em relação à instância da sexualidade, todos os sujeitos estão em igualdade, desde a criança até o adulto – que eles só têm a ver com aquilo que, da sexualidade, passa para as redes da constituição subjetiva, para redes do significativo – que a sexualidade só se realiza pela operação das pulsões, no que elas são pulsões parciais, parciais em relação à finalidade biológica da sexualidade. (p.167)

As ponderações de Lacan nos ajudam a entender que a igualdade entre a criança e o adulto, no campo da sexualidade, não diz respeito ao que o se chama habitualmente de sexual – referido ao genital –, mas que não há diferença entre a criança e o adulto no que concerne às respostas que cada um deu às suas experiências iniciais de gozo na relação com o Outro.³⁴

O infantil é, portanto, aquilo que, após as primeiras experiências de linguagem no encontro com os semelhantes e com a cultura, o sujeito carrega ao longo de sua existência. Um ponto de ancoragem que ressignifica as vivências posteriores ou, como afirma Sauret (1997), um traço perverso, o ineliminável do gozo que o sujeito possui por ser falante.

Fica claro que o infantil, embora diga respeito ao tempo privilegiado para ser criança, ultrapassa-o e não se restringe a ele, mas diz respeito a todo sujeito e a todo analista. Há algo de irredutível no conceito de infantil, diferenciando-o radicalmente do caráter evolutivo da infância. Podemos crer que esse fato já estava expresso em Freud (1909/2006), quando, ao finalizar sua reflexão sobre a história clínica do pequeno Hans, afirma: “Falando francamente, não aprendi nada de novo com essa análise, nada que eu já não tivesse sido capaz de descobrir (apesar de muitas vezes menos distintamente e mais indiretamente) em outros pacientes analisados numa idade mais avançada.” (FREUD, p. 131).

Passemos agora à noção de sintoma e seus desdobramentos ao longo da história da psicanálise.

³⁴ A respeito desse assunto, ver BRODSKY, G. *Fundamentos 1: Comentario del Seminario 11*. Buenos Aires: Grama Ediciones, 2014. p. 115-128.

A construção do conceito de sintoma, tal qual a de infantil, não é linear e passa por inúmeras modificações. Ao longo da obra freudiana, podemos acompanhar tais variações que, de acordo com Ocariz (2003), promovem três momentos: um primeiro, no qual o sintoma aparece como expressão de um conflito psíquico; após 1900, com a publicação de *A Interpretação dos sonhos*, quando é apresentado como uma espécie de mensagem codificada – distorcida pelos mecanismos de condensação e deslocamento; e após 1920, com ênfase na incorporação da noção de pulsão de morte e a prevalência da satisfação pulsional ligada a ele.

No primeiro tempo, a partir da observação das histéricas, Freud afirma, juntamente com Breuer, em *Sobre o mecanismo psíquico de fenômeno histéricos: comunicação preliminar* (1893/2006), que os histéricos sofrem principalmente de reminiscências. Inspirado pelos ensinamentos de Charcot, o psicanalista acredita que as lembranças que se tornaram determinantes nos fenômenos histéricos persistem ao longo do tempo por conta de um conflito psíquico causado por um trauma. Nas palavras de Freud e Breuer : “[...] parece que essas lembranças correspondem a traumas que não foram suficientemente ab-reagidos.” (1893/2006, p, 45).

Tomando como base a observação e a atuação junto aos pacientes, os dois estudiosos sustentam que o método psicoterápico da hipnose e da sugestão tem efeito curativo por organizar, pela via da fala. “[...] a força atuante da representação que não fora ab-reagida no primeiro momento” (BREUER e FREUD, 1893/2006, p. 52), permitindo assim a desopilação do afeto represado. Dessa forma, tal representação é submetida a uma “[...] correção associativa, ao introduzi-la na consciência normal (sob hipnose leve) ou eliminá-la por sugestão do médico.” (idem, ibid.). O fato de que, com o tratamento, a manifestação da neurose se interrompeu após o resgate de tais lembranças encobertas, conferem a Freud e Breuer a certeza de que são elas a causa da doença.

Em seu trabalho, *A Hereditariedade e Etiologia das Neuroses* (1896a/2006), Freud avança em suas ponderações, ao sinalizar que o agente da histeria é uma lembrança relacionada à vida sexual e salienta: “O evento ao qual o sujeito reteve uma lembrança inconsciente é uma experiência precoce de relações sexuais com

excitação real dos órgãos genitais [...]. Uma experiência sexual passiva antes da puberdade: eis, portanto a etiologia específica da histeria.” (p.151).

A partir da leitura dos excertos acima, podemos observar que há uma ideia de sintoma atrelada a uma experiência traumática real que foi encoberta e que, Freud nos dirá mais tarde, ganhará força posteriormente na vida do sujeito.

Teremos então uma neurose produzida em dois tempos. O sintoma primário ocorre após o recalçamento da experiência traumática de cunho sexual e promove um certo apaziguamento psíquico, visto que, nas palavras de Freud (1986b/2006), corresponde a “[...] um estágio de defesa bem-sucedida, que é equivalente à saúde, exceto quanto à existência do sintoma primário” (p.269). Em um tempo posterior, as ideias recalçadas retornam e “[...] durante a luta entre elas e o ego, formam-se novos sintomas, que são os da doença propriamente dita.”(idem, ibid.). Temos aqui, precocemente, na obra freudiana, um elemento importante. O sintoma não diz respeito somente a uma memória esquecida, mas se refere ao retorno dessa lembrança com uma feição modificada, com a forma da neurose.

No transcorrer desse primeiro tempo da construção da noção de sintoma, algo se opera também na edificação da práxis analítica, a saber, o abandono da hipnose e a proposição da cura pela fala da associação livre, que caracterizará a psicanálise, independentemente do campo teórico no qual o psicanalista esteja inscrito, até os dias atuais.

O segundo tempo da formulação do conceito de sintoma, tal como apontado por Ocariz (2003), inaugura-se com a publicação de *A Interpretação dos sonhos* (1900). Nessa instigante obra, Freud vai localizar o sonho como uma formação do inconsciente e afirmará que ele tem um sentido, estando longe, portanto, de se constituir como uma expressão fragmentada do cérebro. Por meio da análise de diversas produções de seus pacientes, o autor vai demonstrando que os sonhos, mesmo aqueles em que a angústia se manifesta, são a realização de um desejo, cuja mensagem está deformada. A esse respeito, ele nos diz: “Demonstra-se, assim, que a distorção do sonho é um fato de censura [...] o sonho é uma realização (disfarçada) de um desejo (suprimido ou recalçado).” (FREUD, 1900/2001, p. 170).

Um adendo se faz importante para apurarmos a compreensão acerca desse momento da obra freudiana. É que, à época de *A Interpretação dos sonhos*, a teoria

da sedução já havia sido posta à prova, no que diz respeito à vivência real da experiência sexual traumática. Lembremos que a famosa *Carta 69*, escrita a Fliess, na qual Freud afirma não acreditar mais em sua neurótica, data de 21 de setembro de 1897. A fantasia ganha corpo na teoria da sedução, bem como, na concepção de sintoma.

Da mesma forma que os sonhos, o sintoma é uma formação do inconsciente que busca a realização de um desejo. Nesse período da obra freudiana, ele é tomado como uma mensagem cifrada que encontra no espaço analítico lugar para decifração. A tarefa do analista é buscar o sentido dessas manifestações em meio à sua aparente falta de coerência. Às lembranças que retornam na análise, oferece-se uma interpretação que objetiva a interrupção do sintoma. Com relação à semelhança entre o sonho e o sintoma, Miller (2015, s/p) aponta: “O que Freud descobriu e que foi sensacional em seu tempo, foi que um sintoma deve ser interpretado como um sonho, deve ser interpretado em função de um desejo e é um efeito de verdade.”.

No texto intitulado *Conferência XXIII: O caminho da formação dos sintomas*, Freud aborda os sintomas neuróticos a partir do conflito estabelecido entre duas forças: a libido e o que é denominado de forças instintuais não sexuais, segundo a tradução da Edição Standard Brasileira. A esse respeito, assim se expressa seu autor:

As duas forças que entram em luta encontram-se novamente no sintoma e se reconciliam, por assim dizer, através do acordo representado pelo sintoma formado. [...] Também sabemos que um dos componentes do conflito é a libido insatisfeita, que foi repelida pela realidade e agora deve procurar outras vias para satisfazer-se. (1917 [1916]/2006, p.361)

Em sua clínica, Freud vai se deparando com o fato de os sintomas apresentarem algo de satisfação para os pacientes, tornando difícil sua extinção completa – e vivencia isso como um paradoxo. Nesse sentido, segundo Ocariz (2003, p. 78), “[...] sua prática clínica foi mostrando que a decifração dos significados não era suficiente.” A hipótese do aparelho psíquico como um sistema que se autorregula sempre, em prol de um equilíbrio, vai sendo, paulatinamente, posta em suspenso para dar espaço a um novo giro na obra freudiana.

Em 1920, ocorre a publicação de *Além do princípio do prazer*, obra em que Freud vai expor uma nova configuração para o aparelho psíquico e para as forças que o regem. No texto, ele afirma o caráter regressivo das pulsões que parecem apresentar um impulso “[...] a restaurar um estado anterior das coisas” (1920/2006, p. 47) e aponta para uma força de destruição, uma tendência irresistível à repetição, a qual ele denominaria pulsão de morte. Quase duas décadas depois, em *Análise Terminável e Interminável* (1937/2006), ele reitera essa força como um dos processos que se colocam como obstáculo no caminho da cura pela análise:

Se tomarmos em consideração o quadro de masoquismo imanente em tantas pessoas, a reação terapêutica negativa e o sentimento de culpa encontrados em tantos neuróticos, não mais poderemos aderir à crença de que os eventos mentais são governados exclusivamente pelo desejo de prazer. Esses fenômenos constituem indicações inequívocas da presença de um poder na vida mental que chamamos de instinto de agressividade ou de destruição, segundo seus objetivos, e que remontamos à pulsão de morte original da matéria viva. (p.259)

Sem abandonar a ideia de sintoma como uma cifragem, a percepção de um resto que insiste, faz com que o conceito de sintoma adquira duas facetas. A primeira, que o toma como uma mensagem lacunada, que necessita de interpretação, e a outra que o define como satisfação pulsional.

Percebemos que o caminho traçado, no decorrer das construções freudianas, atribui ao sintoma um sentido que vai muito além de sua manifestação. Freud parte de uma visão mais médica, na qual o sintoma deve ser extinto, para o bem-estar do paciente e dos que convivem com ele, e chega a uma visão mais interrogativa, que eleva o estatuto das manifestações sintomáticas, possibilitando a ele um posicionamento a partir de uma espécie de hermenêutica.

Segundo Miller (2015, s/p), ao acompanhar a trajetória freudiana, percebe-se que ele preserva o sintoma como sentido e, ao destacar sua repetição, sinaliza em direção ao gozo no sintoma. A esse respeito, ele nos dá a seguinte explicação:

Para que haja sintoma no sentido freudiano, sem dúvida, é preciso que haja sentido em jogo. É preciso que possa ser interpretado. [...] é preciso também que o fenômeno dure. Por exemplo, o sonho muda de estatuto quando se trata de um sonho repetitivo. Quando o sonho é repetitivo, um trauma está implicado. O ato falho quando se repete

torna-se sintomático, ele pode até invadir todo comportamento. Nesse sentido, o sintoma é o que de mais real a psicanálise nos dá.

Depois de Freud, novos componentes foram agregados a tal conceito e variações são percebidas, a depender do caminho teórico a ser percorrido. No que concerne ao campo da presente pesquisa, nos deteremos nos desdobramentos acerca da noção de sintoma na obra lacaniana.

O alargamento da perspectiva freudiana após a incorporação do conceito de pulsão de morte, permite-nos pensar o sintoma como uma produção do sujeito que diz respeito não só à sua história, mas também, à sua identidade, no sentido daquilo que lhe é peculiar e constituinte. Esse aspecto será importante nas elaborações finais de Lacan acerca do assunto.

A tarefa de suportar o efeito do traumático da linguagem sobre o corpo é o tema central das pesquisas e reflexões de Jacques Lacan. Ao longo de seu ensino, que, como o próprio sinaliza, começa com *Função e campo da fala e da linguagem em psicanálise* (1953), ele vai trabalhando a noção de sintoma como mensagem a ser decifrada, como gozo e como produção genuína do sujeito.

Segundo Miller (1987), data de 1953 a introdução por Lacan da hoje célebre proposição “o inconsciente é estruturado como uma linguagem” e a diferenciação das três instâncias fundamentais para leitura de sua obra, a saber: real, imaginário e simbólico, as quais seguirão “[...] sendo a pedra de toque de seu ensino, o qual não mudará através de todas as suas variações” (p.15).

Miller periodiza a obra lacaniana em três períodos e é graças a tais recortes que vamos acompanhar a discussão acerca do conceito de sintoma em seu interior. O primeiro momento compreende os textos e comunicações produzidos entre 1953 e 1963, nos quais se preconiza a retomada de textos freudianos.

A psicanálise, como pudemos apreciar no breve apanhado realizado na obra de Freud, opera sobre o sintoma pela via da palavra (palavra do analisante, por meio da associação livre e do analista, por conta da interpretação) o que nos faz pressupor que, entre um e outro, há uma grandeza comum (MILLER, 1987). Lacan faz um trabalho de leitura dos textos do psicanalista vienense e, a partir deles, propõe o axioma “o inconsciente é estruturado como uma linguagem”. Tal frase não é dita por Freud em nenhuma ocasião, mas as comunicações lacanianas não

cessam de apontar que seu fundamento está evidente na reflexão e no modo como lê as manifestações de seus pacientes.

A partir dessa constatação, Lacan afirma, em *O Seminário, Livro 3: As Psicoses* (1955-1956/2002, p. 192), que:

Todo fenômeno analítico, todo fenômeno que participa do campo analítico, da descoberta analítica, daquilo com que lidamos no sintoma e na neurose, é estruturado como uma linguagem. Isto quer dizer que é um fenômeno que apresenta sempre a duplicidade essencial do significante e do significado.

A primazia do simbólico nessa etapa de suas ponderações inscreve o sintoma na cadeia significante, atando-o às suas leis. Para Lacan, o número de coisas que o homem conhece é atrelado à quantidade de coisas que sabe nomear, sendo, portanto, atributo do simbólico constituir o mundo, os homens e seus sintomas. Lacan afirma (1957/1998, p. 448) que a função do significante se revela no sintoma, desde o mais simples ao mais complexo, por um efeito de trocadilho que se torna visível ao analisar, por exemplo, o mecanismo de esquecimento.

Em *A instância da letra no inconsciente* (1956/1998), relaciona a condensação (*Verdichtung*) e o deslocamento (*Verschiebung*), mecanismos de deformação das formações do inconsciente freudiano, aos processos denominados metáfora e metonímia. Em relação ao conceito de condensação, nos diz que é a superposição dos significantes que ganha campo com a metáfora. A respeito do deslocamento, afirma ser a metonímia o termo mais próximo, ao designar um transporte de significação que se configura como o meio mais adequado do inconsciente driblar a censura. Ao se debruçar sobre a primeira, Lacan afirma que, no que concerne ao sintoma, é o mecanismo da metáfora que o determina. E vai adiante, dizendo:

O mecanismo de duplo gatilho da metáfora é o mesmo em que se determina o sintoma analítico. Entre o significante enigmático do trauma sexual e o termo que ele vem substituir numa cadeia significante atual, passa a centelha que fixa num sintoma – metáfora em que a carne ou a função são tomadas como elemento significante [...]. (LACAN, 1956/1998, p. 522).

O primeiro âmbito de entendimento do sintoma na psicanálise diz respeito, portanto, ao sintoma como metáfora de uma experiência traumática.

Miller (1987) aponta que, seguindo tal vertente, é possível afirmar que o sintoma assume a feição de um entrave na simbolização e que a cura aponta para um processo essencialmente subjetivo que pressupõe uma nomeação. No decorrer da análise, o sujeito seria, portanto, conduzido à restauração de sua história, descontinuada pelo sintoma. O autor avalia que era isso o que Lacan manifestava “[...] ao dizer que o inconsciente é um capítulo censurado da história do sujeito” (op. cit. p. 19). A cura ocorre por viabilizar ao analisante atribuir significação ao que lhe permaneceu obscuro em sua experiência. Encontramos aqui a proposta de uma espécie de historicização do sintoma.

Passarei agora ao segundo período do ensino lacaniano, o qual encerra o que foi produzido entre 1964 e 1974, conforme proposto por Miller.

Com o término de seu seminário *A Angústia* (1962-1963), Lacan rompe com a IPA (International Psychoanalytical Association), após alguns de seus colegas se oporem à sua nomeação como analista didata, e começa a ministrar seus seminários na Escola Normal Superior, a convite de Louis Althusser (1918-1990). Muitas mudanças ocorreram a partir daí.

Os dez primeiros seminários foram realizados no Hospital Sainte-Anne e eram ministrados para uma plateia de aproximadamente cinquenta clínicos, ao passo que, por conta do rompimento, a mudança de espaço o fez falar para um público mais diversificado e o salão de conferência na École Normale abrigava em torno de trezentos ouvintes, oriundos de diversos cursos, e não somente, da psiquiatria.³⁵

Quando em Sainte-Anne, Lacan anunciou que seu *Seminário* de número 11 teria como título *Os Nomes-do-Pai*, mas, na primeira aula, de 15 de janeiro de 1964, notificou que não daria sequência à proposta e revelou que trataria dos quatro conceitos fundamentais da psicanálise: inconsciente, repetição, transferência e pulsão.

³⁵ A respeito do assunto, ler FELDSTEIN, R.; FINK, B.; JAANUS, M. *Para ler o seminário 11 de Lacan*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

Após o que ele denominou excomunhão, seu ensino assume um novo posicionamento, atribuindo cada vez mais relevância à dimensão do real, que, como pontuei anteriormente, tem uma distinção importante em relação à realidade. Essa é composta justamente pelos campos simbólicos e imaginário. Podemos afirmar, de modo rudimentar, que as definições que Lacan dará ao real, ao longo de sua obra, estão atreladas a certa ideia de repetição e à noção de impossível, conjugando o que insiste e o que resiste sob a insígnia do que não se pode alcançar.

Ante ao encontro com a linguagem e por causa da impossibilidade de se apreender o real por meio dela, o sujeito faz uso do sintoma como recurso à falta estrutural do Outro. O que percebemos com o Freud de *Além do princípio do prazer* e de *Análise terminável e interminável* é que tal sintoma tem uma vertente insuperável. De forma análoga, Lacan vai se atentar para os restos sintomáticos, intransponíveis pela atribuição de sentido no processo analítico. Ele irá se concentrar numa espécie de não-sentido presente nas formações sintomáticas e percebe que essa força incontrolável de repetição, que leva o sujeito para o traumático de sua vivência, atua no sintoma. A isso ele dará o nome de gozo do sintoma.

Em *O Averso da Psicanálise* (1969-1970), encontramos elaborações acerca da questão do gozo em sua articulação com a pulsão de morte, advindas da definição do anatomista Marie François Bichat (1771-1802), que definiu a vida como o conjunto de forças que resistem à morte. Evocando a propensão para o Nirvana, como foi designada primeiro a pulsão de morte, Lacan postula a tendência de retorno ao inanimado como algo presente na experiência analítica. Algo dessa força se reproduz naquele que nos procura mobilizado por um sintoma, sobre o qual busca saber. Lacan sinaliza que essa força, que é o caminho para a morte, é o gozo (1969-1970/1992, p. 17).

À noção de sintoma como metáfora, agrega-se a noção de gozo do sintoma, como uma força mortífera que se inscreve pela repetição.

Depois de 1974, temos o terceiro período do ensino lacaniano, no qual outra faceta ganhará destaque a partir da diferenciação entre sintoma e *sinthoma*. Relembrando o francês arcaico, Lacan começa a utilizar a palavra *sinthome*, para discriminar o sintoma como uma criação do sujeito que alinhava os três registros (RSI).

Em seu *O Seminário, livro 23 O Sinthoma*, Lacan recorre ao nó borromeano, sobressaído do brasão dos Borromeus, para explicitar a relação entre as três instâncias (Real, Simbólico e Imaginário) e essa “[...] coisa, que é preciso que seja da ordem do sujeito” (p.49), o sinthoma. Para sustentar sua explanação, retoma as ponderações acerca dos três círculos que constituem tal nó:

[...] não é por acaso, mas como resultado de uma concentração que seja no imaginário que eu coloque o suporte do que é a consistência, assim como faço do furo o essencial do que diz respeito ao simbólico e o real, sustentando especialmente o que chamo a ex-sistência. [...] Ao *sistir* fora do imaginário e do simbólico, o real colide, movendo-se especialmente em algo da ordem da limitação. [...] Isso quer dizer que o real só tem ex-sistência ao encontrar, pelo simbólico e pelo imaginário, a retenção. (1975-1976/2007, p.49)

Nesse seminário, Lacan faz uso da obra de James Joyce (1882-1941) como modelar para explicitar a construção do *sinthoma*, que é definido como o quarto termo a se juntar aos três no enodamento borromeano. A característica desse novo elemento em relação aos demais é conferir estabilidade ao nó. De acordo com Di Ciaccia (2014, p. 365), se o sintoma se constitui como uma metáfora do sujeito, no sinthoma “[...] destaca-se não mais o efeito de verdade, mas o acontecimento de corpo.”, é aquilo que faz nó ao falasser.

A partir de uma estruturação psicótica, para se proteger dos efeitos do real quando não há Nome-do-pai, Joyce faz de sua escrita um modo para manter-se estável diante da loucura. Como nos diz Lacan, ele fez de seu nome uma arte.

Para além do que de peculiar seja possível encontrar no dublinense, há na saída que ele encontra um saber-fazer com o que falha, com o impossível do real que está posto para todos. A respeito de tal saber fazer, Lacan (1975-1976/2007, p. 59) nos diz: “Só se é responsável na medida de seu *savoir-faire*.”. E continua: “Que é o *savoir-faire*? É a arte, o artifício, o que dá à arte da qual se é capaz um valor notável, porque não há Outro do Outro para operar o Juízo Final.”.

A partir da constatação de que ninguém, nenhum outro, pequeno ou grande, tem a resposta quanto à verdade do sujeito, justamente pelo fato de ela só se expressar como um semidizer, que se é convocado a produzir algo diante da impossibilidade que do real emerge. Quanto ao *savoir-faire* de Joyce pela via da

literatura, Lacan (op. cit., p. 72) nos diz: “É verdadeiramente um processo exercido no sentido de dar à língua em que ele escreve um outro uso, em todo caso um uso bem distante do comum. Isso faz parte de seu *savoir-faire*.”.

O *sinthoma* advém do traumático no encontro com aquilo que Lacan chamou de opacidade sexual, que diz respeito ao fato de não se perceber que o sexual não funda nenhuma relação. Como o nó da não-relação sexual se articulará é uma resposta singular que cada sujeito dará. Tal resposta antecipa o incurável sobre o qual o sujeito poderá, se bem-sucedido, produzir seu *savoir-faire*, transfigurando seu sintoma em *sinthoma*. Éric Laurent (2002, p. 98) indica algo a esse respeito que me parece elucidativo: “No final da análise, se trata de outro uso de uma articulação que já existe desde o começo.”.

Esse itinerário no encaixe da noção de sintoma na psicanálise permite, ao final, empreender o sintoma, dependendo da perspectiva sobre a qual se ancora, como metáfora, gozo ou, ainda, como algo legítimo e, quiçá, autêntico.

Distanciando-se da concepção dos DSMs e, inclusive, de muitas terapias, como as cognitivo-comportamentais, que pressupõem o sintoma como uma espécie de comportamento objetivado, a psicanálise postula que formações sintomáticas não se restringem a comportamentos nem devem ser extirpadas. A tendência de nosso tempo em pensar que todas as modalidades de sofrimento são um tipo de sintoma diverge da abordagem psicanalítica. Desvelar tal processo é crucial, pois permite à psicanálise situar-se de forma precisa no que concerne aos autismos e às crianças.

Sob tal perspectiva, o sintoma não nos remete a uma classificação diagnóstica, mas ao próprio sujeito, à sua história, à sua relação com os outros, à sua maneira de estar no mundo. Ele é uma formação que pode ser transfigurada, compreendida, escutada e que não deve ser suprimida, silenciada e adestrada – sob o risco de retirar do sujeito o que ele possui de mais singular.

Sob a ótica psicanalítica, é desejável ao sujeito que possa valer-se do sintoma, e não estar submetido a ele. A clínica respaldada pelas distintas vertentes que apresentamos, faculta à psicanálise uma resposta diante dos desafios impostos pelo discurso do capitalista em união com a ciência, no que concerne ao entendimento do sujeito e também de sua inclusão na *pólis*.

2.3.2 – Os autismos a partir da perspectiva psicanalítica

Após a circunscrição das noções de infantil e de sintoma, podemos nos dedicar ao estado da arte do autismo na produção psicanalítica, tendo em vista que sua compreensão não foi linear e pressupõe reorganizações.

Embora a abordagem psicanalítica esteja assentada sobre o edifício do pensamento freudiano, no que concerne ao entendimento do sujeito e sua constituição, podemos identificar em seu interior correntes distintas. Elas se particularizam principalmente no que concerne ao manejo e à interpretação na clínica, bem como, ao seu campo teórico específico. Também, evidentemente, explicitam o *savoir-faire* de cada analista a partir de seu *sinthoma*.

Por outro lado, o que as aproximam, para além da letra freudiana, diz respeito a uma tradição na percepção do sofrimento aportada no entroncamento da filosofia, da clínica médica e da literatura. A psicopatologia daí advinda é distinta daquela da psiquiatria atual e pede do analista um trabalho de leitura, de interpretação, de reinterpretação. Pede uma hermenêutica. Quanto à psicopatologia subjacente à psicanálise, Dunker (2015b) nos ajuda a precisá-la:

A psicopatologia, tal como aparece nos clássicos alemães e franceses no final do século XIX, é antes de tudo uma hermenêutica do sofrimento, formada pela tensão entre história do doente e história da doença, pela oposição entre regularidade dos sintomas, pelo caráter idiossincrático de sua evolução, pela disparidade entre métodos diagnósticos e técnicas terapêuticas. São exatamente estas condições de historicidade, hermenêutica e singularidade que a psicanálise reterá da tradição psicopatológica. Seu funcionamento conjunto e articulado é o que chamamos de clínica. (p.10)

A especificidade dessa clínica, como veremos, advém de uma escuta à narrativa do analisante, com seus conteúdos manifestos ou latentes, e de uma posição precisa do psicanalista em relação ao enigma que lhe é apresentado, seu rébus. É preciso salientar também que, no início da clínica da infância, psicanálise e psiquiatria partilhavam do mesmo arcabouço teórico e que muitos psicanalistas contribuíram com suas ideias para a estruturação da psiquiatria da criança.

Antes de iniciarmos, é crucial ressaltar que não pretendemos com a revisão que se segue abarcar tudo o que foi dito acerca do autismo no interior da teoria e da clínica, até porque aquele que ambiciona o total não deixa de incorrer em uma espécie de ilusão. Optamos por apresentar um recorte e, para tanto, escolhemos duas tesouras; uma que nos permitirá emoldurar os precursores, aqueles que, depois de Freud, influenciaram uma infinidade de trabalhos nas diversas escolas, universidade e sociedades, nas quais se engajaram; e outra que irá circundar um restrito grupo com os quais gostaríamos de, pela via do fio da palavra, cerzir o tecido que a presente pesquisa confecciona. Vamos, então, ao primeiro grupo.

2.3.2.1 Melanie Klein

Começaremos nosso percurso no esteio da obra de Melanie Klein (1882–1960), uma das pioneiras na clínica com crianças. Em 1930, ela escreve *A importância da formação dos símbolos no desenvolvimento do ego*, no qual apresenta Dick, um menino com graves questões de linguagem, que chega a seu consultório aos quatro anos de idade. Ele havia aprendido palavras de forma mecânica e, na maior parte do tempo, emitia sons repetitivos e sem significado que não eram endereçados a ninguém.

Segundo Klein (1996, p. 253), o garoto, “[...] levando em conta a pobreza de seu vocabulário e de suas realizações intelectuais, estava no mesmo nível de uma criança de 15 ou 18 meses.”. No texto, a narrativa a respeito do caso é interrompida após seis meses de tratamento, mas sabemos que a análise de Dick durou dois anos. Tal caso, acabou se constituindo em uma das referências fundamentais para a clínica das psicoses da criança e do autismo. Em seu texto, Klein afirma:

Em geral não interpreto o material até ele ter sido expresso em várias representações. Contudo, em um caso em que a capacidade de representação era quase inexistente, fui obrigada a basear minhas interpretações no meu conhecimento geral, pois as representações que se manifestavam no comportamento de Dick eram relativamente vagas. (op. cit., p. 260)

À essa época, a psicanalista ainda não tinha desenvolvido a especificidade de seu enquadre no tratamento de crianças. Os pequenos pacientes eram atendidos em sua casa e levavam os próprios brinquedos. Posteriormente, tal formato é abandonado e houve a instituição de uma sala separada para as crianças, com pia e parede laváveis, e a adoção de uma caixa de brinquedos exclusiva para cada um. Também, alguns conceitos caros à sua teoria estavam em estado germinal, como o de posição, que culminaria nas célebres posições depressiva e paranoide. Mas encontramos afirmações importantes sobre o sadismo do sujeito e a ansiedade. Em relação ao primeiro conceito, ela nos diz:

Já observei que o objeto do sadismo, quando este está em seu auge, assim como do desejo de conhecimento que surge na mesma época, é o corpo da mãe com seu conteúdo fantasiado. As fantasias sádicas dirigidas contra o interior desse corpo constituem a primeira e mais básica relação com o mundo externo e a realidade. (KLEIN, 1996, p. 252-253).

Quanto à ansiedade, a autora aponta que, diante de uma primeira realidade fantástica, a criança se vê cercada de objetos de ansiedade e, à medida que o ego se desenvolve, a verdadeira realidade vai se estabelecendo. É de fundamental importância que a criança tolere a pressão de suas primeiras situações de ansiedade, para que o ego consiga se desenvolver: “Uma certa quantidade de ansiedade é a base necessária para que a formação dos símbolos e a fantasia ocorram em abundância; é essencial que o ego possua a capacidade adequada de tolerar a ansiedade, a fim de elaborá-la de forma satisfatória.” (KLEIN, op. cit. p. 253).

Para Klein, o menino Dick era um caso de inibição do desenvolvimento do ego, no qual o simbolismo não operava. Após seis meses de tratamento, a analista aponta um prognóstico favorável, no sentido de uma maior abertura do ego e da regulação de sua ansiedade:

Os acontecimentos mostraram que até mesmo esse ego de desenvolvimento tão imperfeito se prestava a estabelecer uma ligação com o inconsciente. Do ponto de vista teórico, é importante observar que, mesmo num caso tão grave de desenvolvimento deficiente do ego, é possível desenvolver tanto o ego quanto a libido

apenas ao se analisar os conflitos inconscientes, sem exercer nenhuma influência educacional sobre o ego. (op. cit., p.261)

Klein aponta que o diagnóstico do psiquiatra que atendia Dick, o Dr. Forsyth, era o de demência precoce, considerado controverso, pois muitos médicos à época afirmavam que isso não ocorria nesse período da vida. Evitando comprometer-se com a nomenclatura da psiquiatria clínica, a psicanalista aponta para a psicose na infância e afirma: “Estou convencida de que a esquizofrenia é muito mais comum na infância do que se supõe. [...] Cheguei à conclusão de que é preciso expandir o conceito de esquizofrenia em particular e de psicose em geral, no que diz respeito à sua ocorrência na infância.” (KLEIN, 1996, p. 263).

O caso Dick se constituiu numa referência importante para a clínica da psicose na criança e do autismo. Podemos perceber que a descrição de Klein guarda semelhanças com a proposta por Sante de Sanctis, mas ganhará maior visibilidade que a do italiano por conta de seus seguidores, que difundiram seu pensamento e influenciaram, nos anos vindouros, o próprio Leo Kanner na sua elaboração do autismo como patologia.

2.3.2.2 – Margareth Mahler

Margareth Mahler (1897-1985) segue o caminho de Klein e desenvolve estudos sobre psicoses pueris e sobre aspectos do desenvolvimento na primeira infância. De tal curiosidade, origina-se o trabalho *Estudos Clínicos em casos de psicose infantil benigna e maligna*, apresentado no Instituto de Psiquiatria nova-iorquino e muito apreciado por um ilustre debatedor; Leo Kanner, que a aconselha a se dedicar à observação dos pais dos pequenos pacientes.

No desenvolvimento de seus estudos, a pediatra consegue conferir maior crédito ao diagnóstico de doença mental na infância, período em que, até então, predominava a ideia de demência precocíssima, de Sante de Sanctis (1906). Com o apoio e influência de Kanner, Mahler consegue ultrapassar a recusa de toda uma geração em acreditar que uma afecção de caráter tão grave pudesse acometer a vida de alguém em idade tão precoce.

Mahler sustentou a ideia de que as psicoses infantis podem ser compreendidas como mutações em fases de desenvolvimento normais (Paiva, 1995). A ampla aceitação de sua teoria, aliás, reside no fato de que, apoiada em conceitos kleinianos, como o de introjeção e de projeção, e fazendo coro às teorias da época que apostavam na distorção do desenvolvimento normal, sua fundamentação agrada tanto psicanalistas quanto psiquiatras. Sua reflexão define o desenvolvimento infantil até os três anos de idade em três fases diacrônicas: fase autística, fase simbiótica e processo de separação/ individuação.

A fase autística normal diz respeito aos primeiros três meses de vida, durante os quais o bebê apresentaria alternância entre os estados de sonolência e satisfação das necessidades. Tal tendência inata de fechamento e resposta mínima aos influxos externos é compreendida como uma barreira de proteção necessária a tal período (MAHLER, 1979/1983). Como forma de ilustração Mahler faz uso de sua metáfora mais conhecida: a do “ovo de pássaro”. Tal expressão é extraída de Freud que, em 1911, a utiliza numa nota de rodapé. Na tentativa de elucidar o fato de o aparelho psíquico ser regido pelos princípios de prazer e realidade e para ilustrar o funcionamento do sistema mental isolado de estímulos exteriores, ele faz a seguinte ponderação:

[...] Visto que o cuidado posterior das crianças se modela nos cuidados dos bebês, o predomínio do princípio de prazer só pode realmente terminar quando a criança atingiu um completo desligamento psíquico dos pais. Um exemplo nítido de sistema psíquico isolado dos estímulos do mundo externo e capaz de satisfazer autisticamente (para empregar a expressão de Bleuler) mesmo suas exigências nutricionais é fornecido por um ovo de pássaro, com sua provisão de alimento encerrada na casca; para ele o cuidado proporcionado pela mãe limita-se ao fornecimento de calor. (FREUD, 1911/2006, p. 239).

É fundamental ressaltar que, nessa passagem, Freud não está falando do autismo, nem de seu aspecto patológico, tampouco daquilo que Mahler entende como um autismo normal. A alegoria do ovo do pássaro é utilizada para ilustrar os dois mecanismos do funcionamento mental propostos por ele em tal artigo. E, quando faz referência a Bleuler com a palavra autisticamente, refere-se aos estudos do psiquiatra sobre esquizofrenia e à formulação do que se denominou “barreiras autísticas” em tal patologia, conforme mencionado anteriormente no presente trabalho. O vocábulo autismo, para Bleuler, evocado por Freud em seu texto, tem

uma função adjetiva, distanciando-se da proposição substantiva de Mahler e de Kanner.

A evocação de tal imagem por Margareth Mahler busca evidenciar que, no período de autismo normal, o bebê entraria em um estado de alucinação satisfatória primária, no qual suas necessidades seriam apaziguadas por meio de sua própria esfera autística, da qual a mãe e todo o ambiente são integrantes³⁶ (PAIVA, 1995). As características primordiais do estágio autístico normal foram definidas à luz dos conceitos de Freud, sobretudo, quanto ao narcisismo primário. Para a psicanalista, os estados de sonolência tão característicos do recém-nascido: “[...] são reminiscências do primitivo estado de distribuição da libido que prevalecia na vida intrauterina, nos moldes de um sistema monadário fechado, cuja satisfação alucinatória do desejo o faz autossuficiente.” (MAHLER, 1979/1983, p. 59).

A segunda etapa no desenvolvimento do bebê, a fase simbiótica normal, caracteriza-se por uma fusão com a mãe, na qual o termo simbiótico refere-se não a um comportamento, mas sim, a uma situação intrapsíquica. No que diz respeito ao processo de separação/individuação, temos o que a autora denomina “verdadeiro nascimento psicológico” e o olhar assume um papel fundamental diante do investimento que o bebê faz no mundo externo. A criança vai, paulatinamente, percebendo que é um ser diferente de sua mãe e começa a se preocupar com a presença e ausência dessa. Os jogos de linguagem surgem como suporte para a representação psíquica e o pai começa a ser notado.

Retomemos agora a noção de que as patologias infantis ocorrem por conta de uma fixação em uma das fases descritas anteriormente. Na descrição de tais fases, o termo autismo foi empregado para caracterizar a primeira etapa do desenvolvimento normal, numa abordagem um tanto diferente da que fora apresentada pela psiquiatria na década de 1940, quando o autismo infantil precoce fora definido por Kanner. O autismo seria, dentro da construção teórica de Mahler, uma fixação nessa primeira fase, na qual os processos fisiológicos se sobrepõem aos psíquicos, abrigando o sujeito de estímulos exteriores.

³⁶ As expressões “alucinações satisfatórias primárias” e “esfera autística” são referências diretas à obra de Fereczi.

Depois de 1951, Mahler avança em seu pensamento e passa a considerar o “autismo” como psicose infantil (PAIVA, 1995). A “defesa autística” começou a ser vista como uma resposta primária ao temor de contato com o humano, fato que levaria o bebê a recusar e elidir tudo o que vem de fora. Mahler se referiu a esse comportamento como um tipo de negação delirante dos objetos e uma fixação à indiferenciação da fase autística do self e do objeto. Dessa forma, o bebê afetado pela patologia criaria em torno de si uma barreira hermeticamente fechada, que o manteria apartado do que lhe é externo. Tal desinvestimento libidinal no mundo e nos objetos é resultado da deterioração no desenvolvimento do qual a metáfora do ovo é a imagem.

Ao analisar as consequências no imaginário social das construções metafóricas que buscam traduzir o sujeito autista, Cavalcanti e Rocha, em seu livro *Autismo* (2001), fazem uma apreciação dos efeitos da materialização do autismo na alegoria do ovo: “[...] ao utilizar a metáfora do ovo para falar do autismo, Mahler induziu a construção imaginária do autismo como impenetrável, incomunicável, fechado em si mesmo. Um ser para quem qualquer contato representa quebra, invasão e violência.” (p.99).

O estereótipo do autista isolado e inacessível durante muito tempo restringiu a escuta e a interpretação em relação ao sofrimento do autista, bem como, limitou as possibilidades na clínica.

2.3.2.3 – Donald Meltzer

O próximo a se envolver com o termo autismo no interior da psicanálise é Donald Meltzer (1922-2004). Autor de três artigos sobre o tema, portanto, com uma produção restrita, foi o supervisor de Francis Tustin, a respeito de quem tecerei considerações mais adiante.

A teorização de Meltzer (1995, p. 41) compreendia o autismo tendo como parâmetro mecanismos ligados ao ego. Seu pensamento discrimina o autismo propriamente dito e o estado de pós-autismo. O primeiro consiste em uma interrupção da vida mental por intermédio da suspensão da atenção graças a

mecanismos de identificação e dismantelamento. O segundo, seria uma “sequela” resultante dos episódios de dismantelamento do ego, que privam a criança de vivências cruciais ao seu amadurecimento, configurando-se tanto mais grave quanto mais frequente for o uso do dismantelamento. Esse é marcado pelo caráter obsessivo, pelas manifestações linguísticas desprovidas de sentido e por um tipo muito particular de identificação, denominada por Meltzer de identificação adesiva.

O dismantelamento ocorre, portanto, como se fosse um ataque de pequeno mal e, como se trata de uma clivagem passiva, o ego recompõe-se instantaneamente. No entanto, o uso repetido do mecanismo de dismantelamento priva a criança de muitas experiências maturacionais – o grau de atraso mental é determinado pelo tempo de uso desses mecanismos – sobretudo daqueles que possibilitam a construção dos espaços internos do self e do objeto, comprometendo decisivamente os processos de introjeção e projeção. A ausência de construção dessa dimensão interna dos objetos tende a aprisionar a criança em um objeto, desenvolvendo intolerância à separação, sempre vivenciada como sensação de arrancamento da pele e perdas de partes do corpo. Tudo isso engendra essas formas particulares de identificação denominadas por Meltzer de identificação adesiva [...] (CAVALCANTI e ROCHA, 2013, p. 117)

Graças às reflexões de Meltzer, se introduz a ideia de que o autismo não seria um estado permanente e, assim, não se poderia falar de crianças autistas. Contudo sua teoria apresenta problemas, pois, ao definir o pós-autismo como uma sequela do autismo propriamente dito, aproximando-o da doença e da deficiência, ratifica as crenças constituídas em torno das significações desse termo. A concepção de ausência de interioridade nos estados pós-autísticos nos remete, novamente, à afirmação de ausência de linguagem e comunicação.

2.3.2.4 – Francis Tustin

A próxima teórica é Francis Tustin (1913-1994), que foi professora primária e uma das primeiras psicanalistas de crianças. O interesse de Tustin pelo autismo tem início na década de 1950, após uma visita ao centro Putman, nos Estados Unidos, no qual se acolhiam crianças autistas. Tustin visitava as famílias para melhor entender o que acontecia com as crianças. Quando voltou a Londres, conheceu e

trabalhou com a psiquiatra Mildred Creak, cujos diagnósticos de autismo e psicose infantil eram muito respeitados. A clínica a levou a interrogar alguns conceitos centrais da teoria kleiniana. Apesar disso, foi nomeada, em 1984, membro filiada honorária pela Sociedade Britânica de Psicanálise.

Podemos destacar na obra de Tustin três tempos distintos, no que se refere ao desenvolvimento de suas ponderações em relação ao autismo e um momento final de revisão, no qual ela reexamina seu legado e de outros psicanalistas (FERNANDEZ, 1995). É importante destacar que sua obra reflete uma constante reflexão acerca dos mais de trinta anos de clínica com crianças e um propósito firme em direção à cura de crianças nomeadas como autistas.

É possível distinguir em sua produção um primeiro tempo, durante o qual ela se apoiava apenas na teoria kleiniana. Um segundo momento em que, influenciada pelo pensamento de Mahler, entende o autismo como uma regressão a uma fase do desenvolvimento normal. Nessa época, propôs quatro tipos de autismo, a saber:

1- o autismo primário normal: momento sem consciência de separação que sucede o nascimento;

2- o autismo primário anormal: caracterizado pela permanência no estado de autismo primário normal devido a atropelos na relação do bebê com o meio ambiente, por dificuldades de um ou de outro;

3- autismo secundário encapsulado: correspondente à descrição de Kanner, segundo a qual a criança, diante das dificuldades de separação, encapsula-se e se recusa a qualquer relação com o objeto não-eu;

4- autismo secundário regressivo: desencadeado durante um processo de desenvolvimento comprometido e correspondente ao que Margareth Mahler denominou psicose simbiótica. (FERNANDEZ, 1995)

O terceiro tempo da obra de Tustin tem origem com a publicação do livro *Barreiras autísticas em pacientes neuróticos* (1986), quando, embora ainda tomando como referência a teoria de Mahler, pondera a respeito da existência de uma fase de autismo normal e sobre o fato de o autismo patológico ser uma espécie de regressão.

Em sua última revisão, no artigo *A perpetuação de um erro*, Tustin (1995, p. 63) propõe a reflexão acerca de sua obra e afirma não haver “[...] um estágio infantil

normal de autismo primitivo, para o qual o autismo infantil poderia ser uma regressão.”

Após abandonar radicalmente a ideia de um autismo normal, a psicanalista retoma os conceitos de identificação e identidade adesiva para sustentar que a manutenção de uma relação de adesão com o objeto e a vivência catastrófica da situação de separação seriam as marcas da patologia autista. Tustin postula que o autismo possui dois estágios: o da manutenção da unidade fusional e o da ruptura traumática e seu estresse.

O próximo desdobramento em sua revisão teórica é questionar o pensamento que sustenta que crianças autistas são como sujeitos regredidos, presos na repetição de estágios anteriores do desenvolvimento, induzindo à posição de que seria necessário que essas situações fossem revividas na experiência terapêutica para que pudessem ser superadas.

Tustin sustenta que não se pode trabalhar com a ideia de inacessibilidade das crianças autistas e que é preciso colocá-las nas redes de relações que se estabelecem no presente. Por meio de sua práxis, ela se deu conta da diferença que se produz ao escutar o material clínico de uma criança autista como pura repetição de situações passadas ou de se tomar tal conteúdo como algo dinâmico, vivo, acontecendo agora.

Essas modificações não são meramente um exercício acadêmico. Essa visão revisada da etiologia do autismo trará uma reorientação significativa na nossa aproximação ao tratamento das crianças autistas. Isso afetará a maneira que respondemos e falamos com tais pacientes. Significa que falamos com eles como se pensássemos que eles podem entender o que estamos dizendo. Já não lhes falaremos com arrogância. (TUSTIN, 1995, p. 75).

É, sem dúvida, uma significativa mudança na forma de entender o sujeito autista. Transformação que nos parece ir ao encontro do que é a práxis psicanalítica freudiana e de como o psicanalista escuta o sujeito. Tomando seus sintomas não como infortúnio, mas sim, como uma mensagem a ser lida.

2.3.2.5 – Donald Winnicott

Para finalizar a trajetória de psicanalistas de língua inglesa que refletiram acerca das diferentes formas de autismo e suas implicações para o sujeito, preciso percorrer as ideias de Donald Winnicott (1896–1971). Resistente às classificações formais, o estudioso não procurou sistematizar e organizar sua teoria. O resultado é que o tema autismo está espalhado por sua obra, embora tenhamos, em *Pensando sobre Crianças* (1997), seus textos mais significativos.

Segundo Cavalcanti e Rocha (2001/2013, p. 125), ele foi um dos poucos psicanalistas a se oporem à classificação proposta por Kanner para descrever o sofrimento crônico na infância.

Winnicott concebe que os distúrbios mentais resultam de conciliações entre a imaturidade do indivíduo e reações sociais reais, tanto apoiadoras como retalhadoras. “Neste sentido, o quadro clínico da pessoa mentalmente doente varia de acordo com a atitude ambiental, mesmo quando a doença no paciente permanece fundamentalmente inalterada.” (1993, p. 200-201). Tal proposta é, sem dúvida, interessante para ponderar acerca da clínica da infância.

Em sua teoria sobre as psicoses, a etiologia de tais casos é atribuída a uma falha no ambiente, no que concerne ao guarnecimento de provisões elementares ao bebê, culminando na produção de uma grande angústia contra a qual o pequeno organiza-se defensivamente. Para Winnicott, é importante a compreensão das dificuldades psíquicas do indivíduo a partir de sua história, de seu desenvolvimento, e não tomando como fundamental os sinais que possam ser agrupados como sintomas de um jeito de funcionamento.

Sobre o autismo, embora o termo esteja sempre *sub judice* na obra de Winnicott, num primeiro momento, encontramos a suposição de que seria o movimento defensivo diante da ausência de provisões, descrito anteriormente, o que tornaria a criança autista impermeável

Parece-me razoavelmente óbvio que aquilo de que o bebê necessita é, antes de mais nada, a capacidade da mãe de dispensar atenção plena. Introduzi, neste caso, a palavra ‘devoção’ sob risco, porque

existem pessoas que associam essa palavra a sentimentalismo. É provável que exista uma concordância bastante ampla quanto a isso, e em minhas pesquisas percebo que é um fracasso neste ponto que predispõe ao autismo, às vezes chamado esquizofrenia infantil. O oposto da devoção é a carência de devoção, ou uma incapacidade da mãe de se dedicar por algumas semanas a essa função especial. Uma mãe que mantém certa porção de si mesma não envolvida durante os últimos estágios da gravidez, ou durante os estágios iniciais imediatamente após o nascimento do bebê, corre o risco, segundo minhas pesquisas, de interferir nos processos de desenvolvimento emocional do bebê, de modo tal, que existe o perigo da doença da espécie que é classificada como autismo. (WINNICOTT, 1990, p. 123-124).

O problema de tal articulação reside numa culpabilização da mãe pelo autismo do filho, por conta da ausência de devoção da genitora, algo bastante complicado. Adiante em sua obra, no entanto, Winnicott parece relativizar as afirmações acima, ao sinalizar que a comunicação entre a mãe e o bebê não é unilateral, retirando a ênfase da figura materna e acentuando o caráter relacional diante do desamparo. Em sua obra, *Os bebês e suas mães*, afirma:

Certamente algo acontece às pessoas quando elas se vêem confrontadas com o desamparo que supostamente caracteriza o bebê. (...) Poderíamos quase dizer que as pessoas que cuidam de um bebê são tão desamparadas em relação ao desamparo do bebê quanto o bebê o é. Talvez haja até mesmo um confronto de desamparos. (WINNICOTT, 1968/1999, p. 91).

A questão do desamparo e da necessidade de se criar ao redor da mãe a melhor conjuntura possível para o exercício da maternagem, condição chamada pelo psicanalista de “capa protetora”, são aspectos frisados em seu pensamento. Ao apresentar o caso de Ronald, uma criança autista, Winnicott salienta a importância das vivências da mãe para o estabelecimento do vínculo com o filho:

A mãe considerou ruim a gravidez. Havia placenta marginal prévia. O nascimento ocorreu num país subdesenvolvido, em que um velho médico sem ajuda teve grande dificuldade para levar o parto a uma conclusão satisfatória. Neste processo, ele quebrou o cóccix da mãe. Nem mesmo se sabe com qual apresentação o médico teve de lidar. [...] Antes do nascimento a mãe sentia muito enjôo. Três semanas depois do nascimento, ela teve icterícia, o que encerrou a amamentação. Aos 2 meses, a mãe lembra de ter dado uma palmada no bebê, por exasperação, embora não estivesse consciente de odiá-lo. [...] Quando a gravidez, o parto e depois a criança a desapontaram e não conseguiram despertar sua

preocupação materna, ela não só ficou confusa, como também não pôde evitar o ressentimento por ele ser um obstáculo à sua carreira como artista. O pai logo se associou a esta perplexidade e desapontamento. (WINNICOTT, 1997a, p. 181-183)

É premente sinalizar que, diante das divergências a respeito da etiologia do autismo no campo da psicanálise e também da psiquiatria, o médico e psicanalista inglês adotou um posicionamento ímpar, ao afirmar em uma conferência proferida para pais de crianças autistas na Inglaterra: “O autismo não existe!”, deixando clara sua resistência em assumir o autismo como uma patologia específica. (CAVALCANTI e ROCHA, 2013, p. 124).

Em um trabalho de 1967, Winnicott sustenta que Kanner não descobriu nada de novo, a não ser o campo para a invenção de uma doença com sintomas que poderiam ser encontrados em muitas crianças não autistas:

Não tenho certeza de que só tenha havido ganhos com o rótulo de ‘autismo’ dado por Kanner a esses casos. A perda, parece-me, foi que esse rótulo deu aos pediatras, acostumados como estão a síndromes e entidades patológicas, uma falsa trilha que eles seguiram com muita disposição. Eles agora podiam procurar por casos de autismo e colocá-los convenientemente num grupo com uma fronteira artificialmente clara. (WINNICOTT, 1967/1997b, p. 194)

Em um texto de 1966, intitulado *Autismo*, Winnicott é categórico ao pontuar que encontrou em sua prática muitos casos que poderiam ser taxados como autismo por causa de sua sintomatologia inicial, mas que avançaram em outra direção. Aqui, o autor aborda um aspecto que parece relevante para problematizarmos acerca do caráter definitivo do diagnóstico do autismo na contemporaneidade:

O assunto logo deixa de ser autismo e as raízes iniciais do transtorno que poderiam ter-se transformado em autismo, e passa a ser toda a história do desenvolvimento emocional humano e do relacionamento do processo maturacional em cada criança com a provisão ambiental que pode ou não, em cada caso particular facilitar o processo maturacional. (WINNICOTT, 1966/1997, p. 181)

No mesmo texto, algumas páginas adiante, Winnicott conclui: “Em outras palavras, o que estou tentando dizer é que essa doença do autismo não existe, e

que é um termo clínico que descreve os extremos menos comuns de um fenômeno universal.” (op. cit., p. 185).

Com o intuito de concluir, ainda é preciso evocar uma última ponderação de Donald Winnicott que me parece muito coeva e, em certo sentido, antecipatória, embora date de 1967:

Independentemente de chamarmos o autismo de esquizofrenia da infância inicial ou não, devemos esperar resistência à ideia de uma etiologia que aponta para os processos inatos do desenvolvimento emocional do indivíduo no meio ambiente dado. [...] haverá aqueles que preferem encontrar uma causa física, genética, bioquímica ou endócrina, tanto para o autismo quanto para a esquizofrenia. Esperamos [...] que aqueles que afirmam que o autismo tem uma causa física que ainda não foi descoberta permitam àqueles que afirmam ter pistas, seguir estas pistas, mesmo que elas pareçam levar para longe do físico e para a ideia de uma perturbação na delicada interação dos fatores individuais e ambientais, conforme eles operam nos primeiríssimos estágios do crescimento e desenvolvimentos humano. (WINNICOTT, 1967/1997b, p. 194).

A esperança de Winnicott assume ares de resistência em nosso tempo. Tendo em vista o quadro político mundial que retratamos no início da presente dissertação, parece-nos que assegurar a liberdade dos pesquisadores que seguem pistas sobre o autismo e divergem de concepções neurobiológicas e comportamentais é tarefa de premente na contemporaneidade.

Pudemos acompanhar o papel de Lacan em tal empreitada no que se refere à construção dos conceitos de sintoma e infantil e, também, no que diz respeito à teorização do discurso como forma de enlaçamento social. Partiremos agora para o exame de suas proposições acerca do autismo e dos desdobramentos desencadeados por seu ensino.

2.3.2.6 – Jacques Lacan

A tradição inaugurada por Jacques Lacan e por sua proposta de retorno ao texto freudiano, será primordial, visto que é em seu bojo teórico que se insere a presente pesquisa. Embora não tenha apresentado nenhum caso de criança gravemente acometida em sua clínica, a investigação que conduziu sobre os

processos de constituição do sujeito balizou as obras de todos aqueles que se lançaram, posteriormente, à compreensão das psicoses infantis.

Na orientação lacaniana, o debate acerca do autismo encontra ancoragem na investigação sobre as psicoses, trabalho que tem início em 1932, com a tese *Da psicose paranóica em suas relações com a personalidade*, na qual o jovem Lacan apresenta o caso Aimeé.

A respeito dessa produção, ele confessa ter resistido muito a que a publicassem novamente por causa das mudanças que a evolução de seu pensamento impingiram à clínica das psicoses. Ele afirma que seu incômodo reside no aspecto de que “[...] a psicose paranóica e a personalidade não têm, como tais, relação, pela simples razão de que são a mesma coisa” (LACAN, 1975-1976/2007, p. 52).

A despeito de seu incômodo, a obra lacaniana é extremamente orgânica e sofre rearranjos e formulações tanto no que concerne a seus conceitos, quando ao seu entendimento dos processos sociais. Cremos ser esse um dos fatos que lhe conferem o caráter atual. As comunicações de seus seminários configuraram-se no alicerce da técnica e da abordagem teórica na Psicanálise contemporânea e, por tal motivo, buscarei percorrê-la, salientando aspectos que reverberam nos autores pós-lacanianos.

Lacan comentou dois casos de crianças com sérios transtornos em seu seminário inaugural, *Os escritos técnicos de Freud* (1953-1954). O primeiro foi o do menino Dick, paciente de Melanie Klein. No entanto, antes de apresentar algumas considerações do psiquiatra e psicanalista francês sobre o caso, é necessário situar a temporalidade de seu ensino. À época da comunicação do referido seminário, que teve início em novembro de 1953 – embora só tenhamos registro das aulas a partir de janeiro de 1954 –, Lacan completaria 53 anos e tinha como proposta revisar os escritos técnicos de Freud por considerar que muitos pós-freudianos se afastaram da psicanálise, ao transformá-la em uma psicologia do ego.

Quando, neste instante – eu falo de agora, 1954, este ano novo em folha, novinho – se observa a maneira pela qual os diversos praticantes da análise pensam, exprimem, concebem a sua técnica, dizemo-nos que as coisas estão num ponto a que não é exagerado chamar de confusão mais radical. Coloco vocês a par de que,

atualmente, entre os analistas [...] não existe talvez um único que tenha no fundo, a mesma ideia que qualquer outro dos seus contemporâneos ou vizinhos a respeito daquilo que se faz, daquilo a que se visa, daquilo que se obtém, daquilo que se trata na análise. (LACAN, 1953-1954/2009, p. 19-20)

Imbuído de tal espírito, Lacan apresenta sua teorização, influenciado pela concepção estruturalista e percebemos, desde o início, a primazia do registro simbólico que marcará sua produção da década de 50.

Retomemos agora a discussão acerca do caso Dick como primeiro registro de tratamento de uma criança que seria classificada autista, caso o isolamento do quadro proposto por Kanner (1943) já estivesse em uso.

No Seminário *Os escritos técnicos de Freud*, Lacan apresenta uma discussão em que sustenta que o Outro não é prévio ao sujeito, sua constituição é produto de um ato simbólico. É por meio dos casos de crianças gravemente acometidas no campo da palavra que ele demonstra sua tese. Primeiramente, com Dick e, em seguida, com Roberto, garoto atendido por sua aluna, a psicanalista Rosine Lefort. Ambos mereceriam certamente o diagnóstico de autismo por causa do comprometimento de suas possibilidades linguísticas e sociais.

Lacan começa apontando a violência interpretativa de Klein diante de um menino que a obriga a reformular sua técnica: “Melanie Klein enfia o simbolismo, com a maior brutalidade, no pequeno Dick! [...] Ela o joga em uma verbalização brutal do mito edípico, quase tão revoltante pra nós quanto para qualquer leitor – Você é o trezinho, você quer foder a sua mãe.” (LACAN, 1953-1954/2009, p. 95).

A truculenta interpretação, aliada à teorização de Klein sobre o ego, são pontos criticados de forma contumaz. Ao construir a função do ego, ela o faz de forma contraditória, visto que, em um primeiro momento, aponta que o ego em Dick estruturou-se de forma prematura, bloqueando o desenvolvimento e, posteriormente, salienta que o desenvolvimento do ego é o que reabrirá a porta em direção à realidade.

Lacan retoma tais aspectos introduzidos na discussão, graças aos comentários de Gélinier, e afirma que Klein desconhece as diferenças entre as dimensões simbólicas e imaginárias na delimitação do real.

O simbólico, eu lhes ensinei a identificá-lo com a linguagem – ora, não será na medida em que digamos, Melanie Klein fala, que algo se passa? Por outro lado, quando Melanie Klein nos diz que os objetos são constituídos por jogos de projeções, introjeções, expulsões, de reintrojeções de maus objetos, e que o sujeito, tendo projetado seu sadismo, o vê voltar desses objetos e, por esse fato, se encontra bloqueado por um temor ansioso, vocês não sentem que estamos no domínio imaginário? (LACAN, 1953-1954/2009, p. 102).

Sim, estamos. No entanto, segundo a teoria kleiniana, todos os aspectos repousam num mesmo plano, o que não permite à autora conceber a diferenciação entre realidade e real.

O caso Dick, para Lacan, diz respeito a uma criança que dispõe da linguagem, que consegue, inclusive, comunicar-se, servindo-se dela de forma negativista e se opondo às tentativas de intrusão do adulto. Em contrapartida, há supressão do que é denominado apelo; tempo zero que funda o Outro, permitindo o deslocamento da linguagem à palavra.

Estamos com Dick no nível do apelo. O apelo toma seu valor no interior do sistema já adquirido da linguagem. Ora, o de que se trata é que essa criança não emite nenhum apelo. O sistema pelo qual o sujeito vem se situar na linguagem é interrompido, ao nível da palavra. [...] A palavra não chegou a ele. A linguagem não envolveu o seu sistema imaginário, cujo registro é excessivamente curto – valorização dos trens, dos botões das portas, do lugar negro. Suas faculdades, não de comunicação, mas de expressão, estão limitadas a isso. Para ele, o real e o imaginário são equivalentes. (LACAN, 1953-1954/ 2009, p. 116)

Em decorrência da instauração da dimensão do apelo, torna-se possível o acontecimento de três aspectos cruciais de humanização: a constituição do Outro e do sujeito; a passagem da linguagem para a palavra; e o enodamento entre o simbólico e o imaginário, localizando o real.

Lacan afirma que, com Dick, Melanie Klein não fez nada além de introduzir a verbalização e enxertar brutalmente as primeiras simbolizações edípicas e, ainda, refuta a tese de desenvolvimento do ego, afirmando que falar em tais termos é confundir o ego e o sujeito. “O desenvolvimento só ocorre na medida em que o sujeito se integra ao sistema simbólico, aí se exercita, aí se afirma pelo exercício de uma palavra verdadeira.” (LACAN, 1953-1954/2009, p. 118):

No mesmo Seminário, na aula de 10 de março, Rosine Lefort apresenta o caso de Roberto, um menino que foi negligenciado pela mãe a ponto de passar fome e que precisou ser hospitalizado aos cinco meses com desnutrição e hipotrofia. Nas palavras de Lacan, trata-se de “[...] um desses casos graves que nos deixam num grande embaraço quanto ao diagnóstico, numa grande ambiguidade nosológica.” (LACAN, 1953-1954/2009, p. 124).

Aos três anos e nove meses, Roberto já tinha passado por 25 mudanças de residências, o que se expressa em seu pânico por portas abertas e pouca tolerância quanto a alterações de ambiente. Entre muitas cenas perturbadoras, Rosine descreve uma tentativa de o menino cortar o próprio pênis com uma tesoura de plástico; a necessidade de, em um primeiro momento do tratamento, fazer cocô durante a sessão, segurando o avental da analista com uma mão e uma mamadeira com a outra; e um episódio de relaxamento diarréico, que ele espalhou com as mãos por sua cama e paredes. Também é salientada no relato do caso uma interjeição, quase alucinatória, que o menino proferiu em diversos tempos de seu tratamento: “O lobo!”.

A esse respeito, Lacan (op. cit., p. 140) baliza seu comentário acerca do caso, afirmando que a palavra despropositada é o resumo de uma lei, “[...] uma lei insensata, que chega até a ser o desconhecimento da lei.”. E “O lobo!” é o que estabelece o elo do menino com o humano, é “[...] a palavra reduzida em seu caroço.”, ponto nodal que permitirá a ele se construir.

Os dois casos possibilitam a Lacan evidenciar como o sistema de oposições significantes pode estar constituído, e não ser colocado em funcionamento, revelando que o simbólico e o imaginário não estão atrelados.

Precisar criteriosamente o processo de construção do eixo da palavra foi fundamental para Lacan compreender os acontecimentos constitutivos do sujeito e, conseqüentemente, as vicissitudes durante o caminho. Para designá-lo, ele propõe o esquema Lambda, no qual são apresentados os quatro lugares que suportam a palavra falada: o sujeito, o eu, o outro e o Outro, respectivamente, \$, a, a' e A. O esquema foi introduzido em *O Seminário, livro 2: O eu na teoria de Freud e na técnica da Psicanálise* (1954-1955) e apresentado nos *Escritos*, em *O Seminário sobre a carta roubada*, como a primeira sistematização da relação do sujeito com a ordem simbólica e com o imaginário.

Avante, em seu ensino em *O Seminário, livro cinco: As formações do inconsciente* (1957-1958), Lacan continua suas ponderações a respeito de tomar a palavra e se propõe a tarefa de conceituar a demanda, que é uma dimensão da necessidade elevada à fala, endereçada ao Outro. A partir desse ponto, o psicanalista inicia seu exame da tríade necessidade-demanda-desejo.

O desejo é definido por uma defasagem essencial em relação a tudo o que é pura e simplesmente da ordem da direção imaginária da necessidade – necessidade que a demanda introduz numa ordem outra, a ordem simbólica, com tudo o que ela pode introduzir aqui de perturbações. (1957-1958/1999, p. 96)

Outro ponto de apoio no entendimento dos processos envolvidos na constituição do sujeito que é premente destacar aqui é proposto em *O Seminário, Livro 11: Os quatro conceitos fundamentais da Psicanálise*, de 1964, no qual a estruturação do conceito de alienação implicará uma releitura do que, nos anos 50, Lacan abordava como o apelo.

O processo de alienação, como consequência da condição inacabada do bebê humano, diz respeito ao fato de o sujeito ter de se identificar a algo para poder se estabelecer. Em tal transcurso, há um consentimento do sujeito em se inscrever na cadeia significativa do Outro, em relação a um primeiro significante que o representa diante de outro, assim constituindo a oposição mínima necessária ao aparato da linguagem que virá depois. Lacan explicita que só há sujeito quando S_1 se inscreve em relação ao S_2 , que representa o Outro, sendo o nascimento do sujeito concomitante ao nascimento do Outro. Trata-se, portanto, de uma operação de eleição forçada, na qual o *infans* deve se inscrever no Outro para se tornar sujeito.

A construção teórica de Lacan a respeito da alienação será de fundamental importância para compreender a fundação do sujeito e suas eventuais intercorrências, dando respaldo ao trabalho de Rosine e Robert Leford com o autismo. Éric Laurent, ao comentar os processos identificatórios delineados por Lacan, enfatiza a importante elaboração do Seminário 11: “Assim, a consequência clínica do trabalho de Lacan sobre alienação e separação no Seminário 11 foi o fato de que, depois de 1964, Lacan enfatizou ainda mais, na sua concepção da psicose,

o papel do objeto a como o objeto a que a criança psicótica está reduzida.” (LAURENT, 1997, p. 51)

Antes de passarmos aos psicanalistas que, apoiados na abordagem lacaniana, dedicaram-se a entender e tratar crianças autistas, farei menção a dois breves comentários de Lacan que podem ajudar, diretamente, a pensar sobre os autismos e que ecoam nas elaborações de nosso tempo.

O primeiro data de outubro de 1967 e foi proferido como encerramento da *Jornada Sobre as Psicoses na Infância*, organizada por Maud Mannoni. Nesse, encontramos a seguinte afirmação: “Mas o que pergunto a quem tiver ouvido a comunicação que questiono é se, sim ou não, uma criança tapa os ouvidos – dizem-nos: pra quê? Para alguma coisa que está sendo falada – já não está no pós-verbal, visto que se protege do verbo?” (LACAN, 1967a/2003, p. 365).

A segunda alocução que quero evocar, no bojo desse percurso histórico que estamos traçando pela obra de Lacan, ocorreu 1975 e ficou conhecida como *Conferência de Genebra sobre o sintoma*. O texto que chegou aos dias atuais registra, em determinado trecho, um diálogo com o Dr. Cramer, que introduz o questionamento sobre a audição dos autistas. Na ocasião, Lacan pontua:

Como o nome o indica, os autistas escutam a si mesmos. Eles ouvem muitas coisas. Isto desemboca, inclusive normalmente na alucinação, que sempre tem um caráter mais ou menos vocal. Nem todos os autistas escutam vozes, mas articulam muitas coisas e se trata de ver precisamente onde escutaram o que articulam. (LACAN, 1975/1998, p. 14)

Mais a diante, a propósito do comentário de Cramer sobre o fato de os autistas não conseguirem ouvi-lo e apresentarem-se acuados, Lacan sustenta: “Mas isso é algo muito diferente. Eles não conseguem escutar o que o senhor. tem para dizer enquanto se ocupa deles.” (idem, *ibid.*).

E, finalizando a interlocução, quando o mesmo médico aponta o trabalho que tem ao escutá-los por causa da linguagem fechada de tais pacientes, Lacan conclui:

Trata-se de saber porque há algo no autista ou no chamado esquizofrênico, que se congela, poderíamos dizer. Mas o senhor não pode dizer que não fala. Que o senhor tenha dificuldade para escutá-lo, para dar seu alcance ao que dizem, não impede que se trate, finalmente, de personagens bastante verbosos. (idem, *ibid.*).

2.3.2.7 – Rosine e Robert Lefort

A partir dos princípios lacanianos, analistas viram-se convocados a pensar a clínica do autismo, bem como a inserção desses sujeitos na sociedade contemporânea. A primeira iniciativa parte dos Lefort que, desde o tratamento do garoto Roberto por Rosine, dedicaram-se ao tema. O casal trabalhou bastante na direção de ponderar acerca do aspecto que consideravam central no contato com tais crianças: seu estado de habitar no simbólico sem que, no entanto, o Outro tenha existência para o sujeito. Sobre isso nos diz Laurent, ao comentar “Nascimento do Outro”, livro lançado em 1980: “As crianças que os Lefort falavam em sua obra – Nadia e Marie-Françoise – demonstravam de maneira própria os paradoxos com o Outro a que estavam submetidas.” (LAURENT, 2014, p. 38)

Em *Nascimento do Outro* e, anos depois, em *A distinção do Autismo*, Rosine e Robert Lefort desenvolveram uma estratégia de abordagem com sujeitos para os quais o Outro não comparece. Orientados pelo ensino de Lacan, eles manifestam uma recusa às aderências kleinianas, posicionando-se de forma precavida, ao analisar a relação da criança com o imaginário. Também as relações de objeto são revisadas pelos autores, a fim de enfatizar o fato de que o objeto é sempre um objeto perdido. Ao analisar o caso de Marie-Françoise e a recusa alimentar da menina, afirmam:

Se a oralidade é tão facilmente inibida, é que ela implica a relação ao Outro e a mutação do Real do objeto-alimento em significante. O objeto oral é o que o sujeito recolhe do Outro furado e que faz com que ele, o sujeito, não seja furado. A dialética, que é significante, situa este objeto oral ao nível do ‘nada’, incluindo aí uma perda [...] Somos assim levados a revisar completamente as noções de ‘objeto bom’ e ‘objeto mau’ oral, noções que poderiam deixar crer que existe um objeto bom em si, testemunha real do amor do Outro, o que seria perfeitamente contraditório com a dialética significante da qual se trata. Se o Outro não é furado, o sujeito [...] nada pode recolher dele e o objeto oral permanece no Real. (LEFORT, 1984, p. 271)

A respeito de tal virada dos Lefort em relação ao objeto, Éric Laurent (2014) comenta que tal fato lhes assegurou desvencilharem-se dos impasses que a “[...] orientação kleiniana viria a conhecer – de que Donald Meltzer e Francis Tustin

tentaram sair a seu modo – ou a prática de F. Dolto, que outros procurarão reconciliar com o real.” (LAURENT, 2014, p. 44).

2.3.2.8 – Françoise Dolto

Françoise Dolto (1908-1988) foi uma médica e psicanalista parisiense que se dedicou muito à clínica com crianças e que afirmava que qualquer um que se empenhasse em ouvir as crianças seria uma mente revolucionária. (DOLTO, 2007). Também se dedicou à escuta dos pais e ressaltou a importância do que dizem aos psicanalistas, sugerindo que a entrevista com eles seja uma etapa preliminar à análise da criança (FARIA, 2006). Ela era categórica ao afirmar que, após essa etapa, ou os pais ou os filhos deveriam se comprometer na análise pois, em suas palavras, “[...] é contra indicado que o mesmo terapeuta tome em tratamento a criança e os pais” (DOLTO, 1990, p. 3).

Dolto possui uma vasta produção que problematiza a questão da educação desde o âmbito familiar até seus desdobramentos na sociedade. Era ciente da insegurança dos pais na criação e se propunha a falar com eles, oferecendo-lhes possíveis elementos para a reflexão.

Tal fato ganhou notoriedade quando, em 1976, passou a fazer um programa de rádio, no qual respondia diariamente perguntas daqueles que se viam confrontados com o infantil. O denominado *Lorsque l'enfant paraît* (título de um poema de Vitor Hugo) foi um grande sucesso na France Inter e os primeiros dez meses dessa proposta foi compilado em um livro, traduzido no Brasil como *Quando os filhos precisam dos pais: Respostas a consultas de pais com dificuldades na educação dos filhos* (2008). Longe de propor receitas sobre como educar o rebento, a ideia era ajudar a perceber os motivos de cada adversidade e refletir acerca, tendo como alicerce a experiência psicanalítica.

Françoise Dolto postulava que tais dificuldades deveriam ser consideradas com um pouco de bom humor, pois eram inerentes à educação. Segundo a psicanalista:

Não se pode educar uma criança sem que, num ou noutro momento, ela passe por um sintoma. Para os pais, esse sintoma em geral é inquietante, a criança investe nele uma energia que não é criadora e não é claramente interpretada por eles. De seu lado, a criança alivia assim tensões que sofre e o faz tanto melhor quanto menos os pais se inquietem. (DOLTO, 2007, p. 1)

Sobre o autismo, ela toma partido, dizendo que trata-se do efeito de uma circunstância traumatizante que ocorre precocemente e que afeta sua possibilidade de comunicação e o estabelecimento de sua imagem do corpo. Para Dolto, o papel da fala é crucial para a constituição do sujeito, os pais devem explicar o que fazem e narrar os acontecimentos, pois a criança tem o direito de ser informada sobre o que lhe acontece. A esse respeito, assim se expressa:

Não creio nos psicóticos. Quero dizer, na ‘fatalidade’ desses estados. Para mim, são crianças precoces a quem não se fala daquilo que lhes diz respeito. Isso pode acontecer nos primeiros dias, na maternidade, quando se fala à criança, por exemplo, da angústia de sua mãe ao dar à luz um filho sem pai, ou que não diz que sua família não o irá querer, ou que ela queria uma menina e que ele é um menino [...]. (DOLTO, 1987/2005, p. 337)

O ser humano é um ser de linguagem que precisa desde seu primeiro dia de vida da palavra. Com tal convicção, Dolto faz frente àqueles que acreditam que a criança pequena não compreende o que se fala e enfatiza, em especial, o que não se diz e fica implícito nas ações dos adultos.

Também a construção da imagem do corpo é destacada por Dolto, que afirma ter começado a se atentar para esse fato quando iniciou o trabalho com crianças, por volta de 1939. A partir dos desenhos e modelagens realizados por seus pacientes, ela extraiu a conclusão de que quando “[...] uma criança desenha, é sempre o seu próprio retrato que ela está desenhando; sem isso não desenharia.” (DOLTO; NASIO, 1987/2008, p. 11). A expressão imagem do corpo é fruto da leitura peculiar que faz do Estádio do Espelho lacaniano, porém, para a psicanalista, tal conceito não se confunde com a imagem especular, pois se refere ao inconsciente, é um substrato relacional da linguagem que comporta implicações com a identificação e é lida em uma dolorosa parte do corpo.

Kupfer (2004) chama a atenção para a diferenciação entre os conceitos de imagem do corpo e esquema corporal no interior da obra de Dolto. A primeira noção

existe desde de o início da vida, desde a concepção, constituindo-se como reminiscência inconsciente de todo o vivido relacional e por conta dela, “[...] cujo suporte é o esquema corporal, podemos entrar em contato com os outros” Já o esquema corporal é uma espécie de intercessor organizado entre o sujeito e o mundo, que será o tradutor ativo ou passivo da imagem do corpo. Sem ele, a materialização de uma intersubjetividade, representada pela imagem do corpo, seria impossível (KUPFER, 2004). Em *A criança e o espelho*, Dolto afirma que a conexão entre um e outro “[...] é constituída por uma multiplicidade de intrincações pulsionais” (DOLTO; NASIO, 2008, p. 19).

A partir dessas noções, Dolto estabelece a problemática decorrente do não estabelecimento de tais funções, segundo o qual o sujeito precocemente vai se tornando obtuso às ressonâncias da linguagem no âmbito relacional. A autora distingue três narcisismos, a saber: o fundamental, o primário e o secundário. Ela aponta que, de entraves no tempo do narcisismo fundamenta concernentes à amarração com o corpo, decorrem os distúrbios mais primitivos. Em suas palavras:

Se o narcisismo fundamental estiver mal amarrado no corpo, isto é, se a imagem básica pela qual o sujeito se agarra ao seu Eu permanece frágil, surge então a ameaça característica do estado fóbico. Este consiste em vigiar ininterruptamente a manutenção da imagem existencial básica. (DOLTO e NASIO, 1987/2008, p. 13)

Por meio do postulado acima, podemos perceber que a leitura que a psicanalista faz do que denominamos psicose infantil e autismo passa por vias peculiares. Ela introduz no debate em questão, elementos que a fazem crer que a fobia, entendida como um sistema de defesa montado para evitar a iminente separação entre imagem corporal e esquema do corpo, é o que frequentemente denominamos de psicose e de autismo. A esse respeito, ela é explícita: “Penso que o que chamamos de psicose é frequentemente fobia. Chamamos de psicose um conjunto de procedimentos de defesa, para tentar não correr o grave risco que significaria a perda do laço entre a I-ma-gem (‘ici-moi-je’) e meu corpo.” (DOLTO; NASIO, 1987/2008, p. 13)

Ao pensamento de Dolto em relação ao autismo e à psicose, cabe-nos pensar se não seria um paradoxo estabelecer a fobia como psicose, elevando-a ao estatuto de patologia se, concomitantemente, se postula que “[...] a fobia é a ameaça de

dissociação que paira sobre a imagem básica do corpo”, o que nos parece atrelar tal conceito à noção de placa giratória proposta por Lacan ³⁷

Deixemos em aberto tal possibilidade de reflexão. E, a partir desse ponto, passaremos ao segundo recorte de autores.

2.3.2.9 – Maud Mannoni

Maud Mannoni (1923-1998) foi uma psicanalista nascida na Bélgica que desenvolveu sua práxis na França. Conheceu Lacan na década de 50 e estava ao seu lado quando da fundação da École Freudienne de Paris. Era conhecida por sua constante intervenção junto aos loucos e excluídos e sua obra constitui uma referência importante para repensar o tratamento dado aos considerados à margem da sociedade.

O caráter incisivo de suas publicações no que concerne a uma certa identificação com o movimento antimanicomial fica evidente na seguinte passagem de *Educação Impossível* (1973): “O mérito da antipsiquiatria está em ter-se insurgido contra toda a ideia de uma administração da ‘loucura’, deixando assim o campo livre à diversificação de experiências sem outro propósito que não seja escapar a toda planificação.” (MANNONI, 1973/1988, p. 15).

Em setembro de 1969, Mannoni e Robert Lefort fundam a Escola Experimental de Bonneuil-sur-Marne – localizada nas proximidades de Paris – animados pelo “[...] trabalho dos psicanalistas Jacques Lacan, Donald Winnicott e Françoise Dolto e por algumas experiências de contestação das instituições sociais e das realidades educacionais realizadas por Célestin Freinet, Anton Makarenko, Alexander Neill, Ivan Illich e Karl Marx.” (SILVA, 2016, p. 176)

A École de Bonneuil tinha como propósito ser um *lugar de vida* – expressão cunhada por Mannoni – para crianças rotuladas com os mais distintos diagnósticos, autistas inclusive, e sobre as quais a sociedade nada queria saber. Os princípios

³⁷ “A fobia não deve ser vista, de modo algum, como uma entidade clínica, mas sim, como uma placa giratória. [...] Ela gira mais do que comumente para duas grandes ordens de neurose, a histeria e neurose obsessiva, e também realiza a junção com a estrutura da perversão [...]” (LACAN, J. O *Seminário, livro 16: de um Outro ao outro*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1968-1969/2008, p. 298).

que orientam a prática daqueles que atuam na instituição diferem radicalmente de qualquer proposta realizada até então. Partindo da Psicanálise como orientação, no entanto sem praticá-la, a proposta de Bonneuil é não fazer da teoria uma técnica de ajustamento daqueles que a frequentam. Distanciando-se das práticas ortopédicas em vigor naquela época – que se aprofundaram no tempo atual – a concepção que rege o que se desenvolve ali é a de *institution éclatée*, isto é, instituição explodida, estilhaçada. Nas palavras de Mannoni (1973/1988):

Entendemos por ‘estouro da instituição’ o desvendamento da função ocupada por uma criança junto dos outros. [...] A noção de instituição estourada, que foi por nós introduzida, tem em vista aproveitar e tirar partido de tudo o que de *insólito* surja (esse insólito que, pelo contrário, tem-se o costume de reprimir). Portanto ao invés de oferecer permanência, a estrutura da instituição oferece, sobre uma base de permanência, aberturas para o exterior, brechas de todos os gêneros. (p.79)

Parece-nos aqui evidente a influência do pensamento lacaniano acerca do sintoma como algo a partir do qual o sujeito pode produzir sua singularidade.

A escolha por se posicionar a partir da psicanálise sem transformá-la em método e teoria de enquadre dos sujeitos é algo que busca evitar que, na instituição, a abordagem psicanalítica se estabeleça a partir do discurso do capitalista ou do discurso do universitário.

Mannoni se atenta para o fato de que as técnicas empregadas no tratamento dos denominados doentes mentais apontam para um absoluto científico. E ela sinaliza, a partir da análise da educação à qual é submetido o Presidente Schreber – educação essa empreendida por seu próprio pai – que a “[...] perversão da demanda de amor, com seu rosto idealizado de ‘missão civilizatória’, pode igualmente surgir numa relação professor e aluno.” (1973/1988, p. 30). Não seria esse aspecto que encontramos atualmente na escalada de prescrição de medicamentos, em especial a Ritalina, que acontece durante o período escolar?

Demonstrando uma enorme clareza da situação, na qual desponta um furor diagnóstico das manifestações da infância, Mannoni é contumaz ao destacar que:

O rastreamento obrigatório dos chamados distúrbios mentais desde a mais tenra idade cria uma situação em que a escola terá como

sequência o hospital. [...] Numa formação que tem por finalidade exclusiva a produção e a competição, e que se representa como propiciadora dos meios de vida, começa-se a discernir que ela impede de viver. (idem, ibid.)

A produção de Mannoni realça aspectos relevantes que tangenciam e podem contribuir para o que se entende hoje por inclusão escolar e, também, evidencia pontos expressivos tanto no que concerne aos processos sociais quanto ao que é o tratamento de crianças com entraves em sua constituição.

Acerca da criança autista, especificamente, Mannoni denuncia que é objeto de angústia familiar, sendo por isso exposta aos mais diversos métodos de reeducação. A ela são atribuídos diversos nomes como “retardada” e “doente mental”, mas nunca lhe é dada voz, estando aprisionada na condição de ser falada sem ser falante. A leitura que realiza sobre o encaminhamento para um quadro de autismo não atribui papel crucial a uma ocorrência real. Segundo explica, “[...] o destino do autista não se fixa tanto a partir de um acontecimento real perturbador como a partir da maneira pela qual o sujeito foi excluído por um ou outro dos pais de uma entrada na estrutura triangular.” (MANNONI, 1983, p. 103)

Seguindo o pensamento de Lacan e Dolto, a psicanalista se preocupou com a escuta das crianças, mesmo as mais gravemente acometidas, tanto no âmbito institucional quanto fora dele. De acordo com Mannoni (1963/1999, p. 53), o importante “[...] não é a situação relacional, mas o que se passa no discurso, ou seja, o lugar de onde o sujeito fala, a quem se dirige e por quem.”.

Embora não estejam circunscritos aqui todos os trabalhos sobre o tema, penso ter conseguido traçar certa ancestralidade do autismo no interior da Psicanálise, atribuindo filiação ao nome que acomete a infância em nosso tempo.

2.3.2.10 – Jean-Claude Maleval

Jean-Claude Maleval é um psicanalista e professor da Universidade de Rennes, na França, que prossegue na trilha sinalizada por Lacan e inaugurada pelo casal Lefort. Buscando compreender os autismos, o francês aponta que há em tais sujeitos o emprego da instância da letra e seu encadeamento com o campo da

palavra. Suas ideias reverberam a colocação de que tais “personagens” são sobretudo “verbosos”.

Maleval acredita ser justificada a disfunção do tratamento de informação que muitos especialistas apontam no autismo, porém é enfático ao dizer que tal distúrbio só pode ser compreendido considerando a dimensão pulsional e a economia do gozo, ou seja, é preciso levar em conta que “[...] a extração do objeto a funciona como um organizador da realidade”(2012, p. 51).

Em seus trabalhos, o autor diz sentir-se mais seguro para afirmar que, no autista, o processo de separação não ocorre, mas, ao contrário de muitos de seus contemporâneos, não é capaz de precisar se a alienação não opera. Ele sugere uma alienação parcial para dar conta do impasse. Em seu texto *Língua verbosa, língua factual e frases espontâneas nos autistas*, argumenta:

[...] com relação à alienação, a primeira subtração do gozo, aquela que o cifra e torna contável, convertendo-o em significantes, é difícil precisar que não foi assumida. Parece pouco plausível sustentar que o autista se situa aquém da alienação, pois ele é afetado pela negatividade da linguagem. Uma demonstração disso é a angústia do ‘buraco negro’ aberto pela hiância entre a coisa e sua representação, situada por Francis Tustin no fundamento do autismo [...]. (MALEVAL, 2012, p. 49).

Maleval (2012, p. 52) aponta como uma constante na relação dos autistas com a linguagem, “[...] a retenção do objeto de gozo vocal, a recusa a assumir a voz enunciativa na fala, mas as maneiras de fazê-lo são múltiplas: mutismo, ecolalia, canções, verbiagens, falas sem afetos etc.”.

O autor aponta duas saídas possíveis ao autista para o desenvolvimento da linguagem: ou arquiteta uma língua privada, que o autor denominou verbosa, em alusão ao termo usado por Lacan, ou tece uma língua intelectual, funcional que oferecerá melhores condições ao laço social. Maleval nos diz: “A língua verbosa predomina no autismo de Kanner; enquanto a outra língua, o código informativo, a língua funcional, tem seus desenvolvimentos mais elaborados nos autistas de Asperger.” (idem, *ibid.*).

Ainda a respeito da fala dos autista, o psicanalista faz menção às enunciações fugazes das frases espontâneas, que emergem em autistas mudos, rompendo por um instante a retenção do gozo vocal. De acordo com sua pesquisa, tal irrupção acontece em ocasiões críticas que ultrapassam as táticas de proteção do sujeito. A esse respeito, Maleval (op. cit. p. 65) conclui: “A frase espontânea não é uma laboriosa construção intelectual, mas uma fala que sai das ‘tripas’. Seu caráter imperativo é testemunha do gozo vocal que o mobiliza. O apelo ao Outro se confirma aí. Porém, tudo isso é doloroso para a criança autista.”.

O pesquisador sustenta posição contrária àqueles que buscam definir o autismo como um déficit cognitivo, intelectual – tal como sustenta a legislação brasileira – e afirma que o que é observado nesses sujeitos no nível do fenômeno linguístico objetiva protegê-los contra a angústia diante da reverberação da linguagem sobre seu ser.

Maleval (2009) também se envereda pela discussão acerca dos objetos autísticos e, para tal, retoma o conceito encontrado na obra de Tustin, que os postula como destrutivos e nocivos à vida e à criatividade, sendo, portanto, necessário extingui-los ao longo do tratamento. Contrariando tal pensamento, o francês assumirá um entendimento distinto quanto à questão, atribuindo a eles uma dinâmica própria, maleável e que tem papel crucial na “[...] busca que o sujeito autista opera pela via de uma animação libidinal de seu ser.” (p.230).

2.3.2.11 – Éric Laurent

Éric Laurent é outro dos psicanalistas que se dedicam a pensar o que o autismo nomeia exatamente. Questionando os efeitos paradoxais de tal nome classificatório, ele denuncia seus desdobramentos no campo social em seu livro *A batalha do autismo* (2014), mas também busca compreender seu entendimento na clínica e nas instituições. Na obra citada, o autor apresenta uma reflexão acerca de uma duvidosa ciência que se esmera por produzir causas que apontam, tendenciosamente, para uma cura pela via de psicofármacos, uma cura química, e por um tratamento restrito às terapias cognitivo-comportamentais.

Laurent aponta que, ao contrário do que se possa imaginar, o opositor mais resoluto das tais técnicas comportamentais não é o psicanalista, mas uma pesquisadora autista residente no Canadá. Michelle Dawson, publica em 2004 um artigo no qual questiona o método desenvolvido por I. Lovaas, fundador da ABA, denunciando que a origem de tal método se alicerça nas pesquisas que ele realizava com a intenção de substituir, em meninos, condutas femininas por condutas masculinas (LAURENT, 2014). Para além da problemática instalada ao se tentar delimitar o que seria uma conduta especificamente feminina ou masculina, surge um problema ético. O artigo de Dawson vai situando a problemática e conclui que o método ABA intenta aplicar a mesma lógica de supressão e eliminação de comportamentos nos sujeitos autistas. Laurent se atenta para o fato de que Dawson se constituiu numa prova viva de que o autismo existe para além do comportamento e que tais sujeitos podem encontrar maneiras originais de aprender.

Ainda no que concerne ao campo social, mas já estreitando seus laços com a clínica do autismo, há nos textos de Laurent a análise de diversos livros escritos pelos denominados autistas de alto nível, tais como: Temple Grandin, Daniel Tammet e Donna Williams. De tal exame, parte a asserção acerca da tentativa dos autistas reduzirem a língua a uma cifra ou a uma repetição de letras, com a intenção de silenciar os ininterruptos equívocos da língua. A esse respeito, encontramos a seguinte ponderação:

Entretanto esse cálculo não se realiza sem o gozo nele implicado. Nesse espectro dos sujeitos autistas, vemos então um cálculo da língua completamente separado do corpo que, nesse sentido, não funciona como um delírio psicótico, já que este sempre implica algo do imaginário do corpo. [...] Temos, então, de um lado, esse cálculo transparente, mas, do outro, a dificuldade testemunhada por sujeitos autistas para conseguirem estabilizar sua relação com o corpo. (2012, p.23)

Laurent (2014) sinaliza o quanto o testemunho de sujeitos autistas desperta o interesse de nossa civilização. Àqueles que têm dúvida quanto a esse assunto, basta uma rápida procura virtual em sites de livrarias dos títulos de Grandin e Tammet, para se depararem com o fato de que muitos estão esgotados. O psicanalista atribui tal interesse à sensibilização que tais relatos promovem para “[...]”

um certo uso da instância da letra em sua relação com o campo da fala que, nesses sujeitos é muito específico, diferente do campo da psicose.” (p. 77).

Um dos aspectos mais interessantes da reflexão de Laurent em relação aos autismos está no exame que o pensador faz da relação do autista com o objeto *a*, noção formalizada por Lacan no *Seminário 10*, revisitada e remodelada nos posteriores. A respeito deste tema, o autor, ao se referir à produção do *cattle trap* por Temple Grandin, afirma que:

Ela inventou uma máquina que serve e que se vem aperfeiçoando a cada dia no Departamento de Zootecnia da Universidade do Colorado, onde trabalha. [...] do meu ponto de vista, não se trata de um objeto transicional, embora haja aí certamente um objeto; penso que, provavelmente, o matema do objeto *a* é mais adequado para considerar essa forma com a qual Temple Grandin tenta capturar um corpo – um corpo animal; [...]. É possível dizer que o *enforma* do objeto *a* se manifesta nesse objeto. (LAURENT, 2014, p. 24).

Para Laurent, a partir do cálculo da língua, ocorre o isolamento de um objeto que, em uma ponta do espectro dos autismos, é um *enforma*, como sustentado no caso de Temple Grandin e, em outro ponto, é um *sem forma*, como no caso menino Roberto, de Rosine Lefort. Tal objeto diz respeito a “[...] um objeto de gozo sem forma que se impõe ao corpo que é preciso extraí-lo a qualquer custo.” (LAURENT, 2014, p. 25), a despeito da dor que o ato possa provocar.

Ainda a respeito de seu entendimento acerca do autismo, na década de 1990, Laurent preconiza que o gozo no autismo é um retorno, não no corpo, como ocorre na psicose, e tampouco no Outro, como na paranoia, mas sim, em uma borda do corpo, que parece estabelecer o limite do universo de alguns autistas. Há, porém, uma reviravolta recente em sua forma de pensar, a partir da leitura do último ensino de Lacan. O autor passa, então, a considerar os fenômenos de borda como casos de *acontecimento de corpo* específicos aos autismos. E, a esse respeito, faz a seguinte afirmação (op. cit., p. 27):

Quero apenas distinguir os fenômenos na psicose que se situam do lado do transtorno da cadeia entre dois significantes, $S_1 - S_2$, em que temos ruptura dos mecanismos de mensagem entre um e outro, que são fundamentais em toda patologia alucinatória. E também rupturas de barreiras (*barrages*), como dizia Kraepelin, na esquizofrenia ou na

esquizofrenia paranoide, nas quais essa interrupção é fundamental, enquanto que, no autismo, não temos essa interrupção. Não são fenômenos desse tipo que surgem no primeiro nível: é mais a repetição de um Um separado de um outro, que não reenvia a um outro e que, ao mesmo tempo, produz um efeito de gozo.

Tal repetição do Um, à qual Laurent se refere, produz alívio, estabiliza sua angústia e isso acontece porque, no que concerne aos autismos, “[...] o Um de gozo não pode ser apagado; não há apagamento dessa marca do acontecimento de corpo.” (op. cit. p. 27). No entrecruzamento, sempre faltoso, entre a linguagem e a carne, uma palavra se engancha, grava o Um, e este “[...] marca o corpo como um corpo que goza de si mesmo, num para-além do Princípio do Prazer.” (op. cit., p. 28). Teremos a oportunidade de desenvolver outras particularidades a respeito desse tema mais adiante.

Resta-me, agora, introduzir o referencial teórico que viabilizará a leitura da mercantilização dos meios de comunicação. Vamos a ele!

Capítulo 3. Idade Mídia: os meios de comunicação no mercado dos saberes

Passarei agora a analisar as imbricações entre a comunicação e a cultura. Tal referencial será crucial para a interrogação das reportagens que serão examinadas no Capítulo quatro da presente dissertação.

3.1 – Uma breve introdução: comunicação e crise na cultura

Há duas expressivas correntes que se propõem a estudar a relação da comunicação com a cultura e seus desdobramentos. A primeira posiciona a cultura como o centro das ponderações e a entende como campo de batalha, circunscrevendo sua problematização no que diz respeito à definição de cultura. De forma distinta, a segunda vertente entende que a cultura não é mais um espaço de resistência, mas foi mercantilizada e, como tal, passou a ser uma indústria lucrativa.

Quanto à primeira perspectiva, o pensador italiano, Antonio Gramsci, (1891-1937) foi o primeiro a teorizar a esse respeito, desenvolvendo a concepção de arte nacional popular. Para entender tal noção, precisamos conceber a formação tardia da Itália e considerar também o fosso existente entre o popular e a elite. Muitos historiadores apontaram o fato de que, apesar de o Estado italiano ter se constituído politicamente a partir do denominado Risorgimento (que tem início em 1848), o sentimento nacional por parte da população era muito frágil. As regiões da península itálica eram muito distintas e apresentavam línguas e estruturas sociais heterogêneas.

Em suas reflexões, Gramsci inova ao atribuir à arte dois valores distintos: o estético e o cultural. A cultura, para ele é uma concepção de mundo e de vida, coerente, unitária e de difusão nacional; é uma religião laica. Uma filosofia que se tornou cultura, gerou um modo de viver, uma conduta civil e individual. (1929-1935/2002).

Propondo uma reconciliação entre o povo, a nação e a arte, Gramsci postula que as obras com grande valor estético são pouquíssimas, mas há uma variedade de pequenas obras com valor cultural que produzem certa identidade nacional. Tais

expressões menores comporão um caldo de cultura que servirá de berço para as novas obras-primas.

Um último ponto a ressaltar no pensamento de Gramsci diz respeito ao conceito de hegemonia, muito empregado nos estudos de comunicação e esvaziado por seu uso descontextualizado. Podemos encontrar uma infinidade de aplicações e entendimentos do que seja hegemonia, verbete disseminado entre as sociedades. Contudo, podemos dizer de forma sucinta que, em Gramsci, a noção de hegemonia exige o consentimento. As estruturas de poder e autoridade devem ser amplamente aceitas como naturais e legítimas. A hegemonia gramsciana é alicerçada por ideias, meios institucionais e materiais não necessariamente democráticos.

Avançando um pouco no tempo, tendo em vista que nosso objetivo é nos concentrar na segunda corrente que aborda as relações entre cultura e comunicação, a abordagem gramsciana abre caminho para a centralidade da cultura, sendo, posteriormente, resgatada pelo materialismo cultural dos ingleses Raymond Williams (1969), Richard Hoggart (1975) e Edward Thompson (1987).

Segundo Williams (1969), a cultura é uma prática material e, ao estudá-la, o autor desenvolve um método chamado materialismo cultural. No início dos anos 1960, inspirado nessa corrente, surge na Inglaterra uma nova disciplina denominada Estudos Culturais, que tem início com o jamaicano, radicado no Reino Unido, Stuart Hall (2003). Buscando avaliar como a cultura influencia o entendimento das pessoas acerca do conteúdo veiculado pelos meios de comunicação, Hall (2003) cria três índices que avaliam a posição do espectador, a saber:

- 1- hegemônica: quando tendem a aceitar o que é apresentado sem questionar;
- 2- código negociado: quando aceitam algumas coisas, e outras, não;
- 3- código de oposição: quando há rejeição e reinterpretação dos dados.

Desviemos nosso olhar agora para considerar a segunda forma de estudar a relação entre comunicação e cultura, na qual nos deteremos de forma mais prolongada. Tal tradição entende a cultura, não mais como espaço de resistência, mas postula que ela foi mercantilizada e passou a ser uma indústria lucrativa. Com a fusão entre economia e cultura, a segunda perde seu potencial crítico. Representando tal vertente, destacaremos o pensamento de Karl Marx (embora a

teoria de Marx também esteja na base do pensamento de Gramsci) que serviu de alicerce para os expoentes dessa vertente de ponderação sobre a cultura, a saber, Georg Lukács, Bertold Brecht, Walter Benjamin e Theodor Adorno, sendo os três últimos referências do presente estudo.

O alemão Karl Marx (1818-1883) parte de uma perspectiva ontológica e analisa as relações entre o processo histórico humano e a vida do indivíduo como ser social. Em suas reflexões, destaca na história do capitalismo três momentos básicos: um primeiro, com a predominância da cooperação simples alicerçada pela produção familiar, que explora o trabalho doméstico; a manufatura, na qual cada um trabalha na sua especialidade; e a grande indústria, na qual encontramos máquinas trabalhando – é o tempo que alguns teóricos vão chamar posteriormente de fordismo.

Marx retoma a noção de valor de trabalho encontrada em Adam Smith (1723-1790) e afirma que o tempo de trabalho agrega valor ao produto, mas, ao se colocar máquinas para trabalhar, o tempo gasto na produção vai diminuindo e, conseqüentemente, diminui também o valor do produto. Então, a sociedade mercantil possibilita a produção de coisas de menor valor. Contudo o grande paradoxo é que o trabalho continua a ser a referência principal para agregar valor à mercadoria. A partir daí, o pensador desenvolverá uma série de noções, tais como, valor de uso, valor de troca, mais-valia, todos conceitos importantes, mas que não desenvolveremos aqui. O que nos diz respeito diretamente é o modo como Marx tenta entender a relação da cultura com a esfera produtiva.

Em sua obra, não se localiza algo específico sobre comunicação e cultura. Há, no entanto, uma chave de leitura possível que nos foi fornecida em 1844, por meio da obra *Manuscritos econômico-filosóficos*. Em tal texto, ao se debruçar sobre as influências teóricas de Hegel e de Feuerbach, Marx resgata antigas reflexões em relação à arte e as revitaliza.

Ao dialogar com a estética hegeliana, Marx não pôde deixar de estabelecer contato com o sistema filosófico postulado pelo pensador, que delimita a trajetória de afirmação do Espírito Absoluto como possuidora de três facetas: a arte, que representa o sensível; a religião, a partir da qual o homem interioriza as coisas; e a filosofia, que é uma abstração e pertence à esfera do pensamento. Segundo Hegel, a arte e a filosofia buscam a mesma coisa, a verdade. À primeira concebe-se que é

a tomada de consciência do absoluto através do sensível, caracterizando-se pela união dos dois. A arte dirige-se ao aparente, mas o ultrapassa. (MARX, 1844/2010)

Outro ponto a ser destacado do pensamento hegeliano, nesse contexto estético, diz respeito à tese do belo natural, que é negada em suas reflexões. Para Hegel, o homem não quer permanecer na natureza e ela só interessa quando impregnada pelo espírito. O próprio Marx, influenciando por tal ponderação, irá se afastar do culto ao belo natural. (MARX, 1844/2010)

Outra fonte com a qual Marx irá dialogar é Ludwig Feuerbach (1804-1872), opositor contumaz das ideias de Hegel e dono de uma argumentação escrita por meio de aforismos, fato que possibilita a leitura de seu texto de formas muito distintas. Feuerbach era, inicialmente hegeliano, mas tornou-se um contestador de tal filosofia posteriormente, ao lhe atribuir caráter teológico. Enquanto Hegel procura algo que transcenda o sensível, Feuerbach manifesta repulsa a tal aspecto e não aceita a verdade *no* sensível, mas a verdade *do* sensível.

Grande crítico da religião, o filósofo a compreende como um processo por meio do qual o homem se separa de si mesmo, alienando-se a um ser imaginário. O iluminismo de Feuerbach quer que o homem, ao invés de adorar a Deus, adore a humanidade. Em suas ponderações, a religião é entendida como protesto à finitude da existência. Em relação à arte, ele sinaliza que o sentido estético depende de atributos estéticos e, sinalizando o primado das sensações, coloca-a como uma forma de exaltação dos sentidos, atribuindo-lhe um caráter terreno e antropomorfizador.

Marx recebe influência dos dois pensadores, mas se afasta de Hegel, ao entender a arte não como uma manifestação do espírito, mas sim, como uma criação material do homem. Por outro lado, ao postular que a beleza não reside nos objetos da natureza, rejeitando a tese do belo natural e afirmando que a natureza é resultado da atividade humana, distancia-se de Feuerbach e de seu materialismo empirista.

Marx também fez uma diferenciação entre objetivação e alienação, salientando que a primeira é a forma pela qual o homem se exterioriza, precisando aí a localização da arte; a alienação, em contrapartida, é um processo transitório, algo que surge quando o homem não se reconhece mais no seu trabalho. Aqui, faço

uma breve pausa, para marcar que o conceito de alienação é um dos pontos da teoria marxista que influenciarão o desenvolvimento da psicanálise de Jacques Lacan, mais especificamente no que concerne aos processos identificatórios de constituição do sujeito.

O autor defende a teoria de que é com o trabalho que o homem coloca finalidade na natureza e esse processo dá origem à arte. Portanto, ela não é um modo de se conhecer, mas uma práxis, um produto histórico tardio que pressupõe a satisfação das necessidades imediatas de sobrevivência, permitindo ao indivíduo modelar a natureza conforme suas leis e beleza. Para Marx, a formação dos sentidos é histórica. Há uma passagem em seus manuscritos em que ele afirma que a arte é vista como contraposição ao trabalho alienado. (MARX, 1844/2010)

No mundo capitalista, a arte também sofre alienação e se torna mercadoria. Tal proposição é de uma atualidade impressionante, pois, desde que o capitalismo volta seu olhar para a cultura, a produção artística se transmuta em mercado da arte, a tal ponto que exposições viram objetos de consumo na contemporaneidade e obras de arte são retiradas de seu contexto para estampar canecas ou anunciar a chegada do caminhão de gás.

O entendimento de que a arte, a literatura e os meios de comunicação são produções humanas e, portanto, sofrem influências da esfera produtiva é o fio condutor dos três autores que conduzirão nossa análise dos meios de comunicação a partir de agora.

3.2 – Considerações sobre comunicação e capitalismo: a indústria cultural e o mercado de saberes

Ancorados na tradição marxista, alguns autores dedicaram-se a compreender os efeitos do capitalismo financeiro na cultura e, mais especificamente, a instauração dos meios de comunicação como formas de difusão de um mercado de informações.

Bertolt Brecht (1898-1956) foi um dramaturgo, poeta e escritor alemão que revolucionou o teatro. Suas produções colocavam os espectadores em um lugar

ativo, pois não lhes cabia somente sentir a emoção do que era encenado. Ele recusava a catarse e concebia a arte como um modelo para reflexão e participação. A partir dessas convicções, originam-se as denominadas *Lehrstücke*, as peças didáticas, que visavam ao processo de construção grupal, e não, à apresentação, haja vista que, muitas vezes, elas nem necessitavam de público. A peça didática trabalha com dois principais instrumentos: o modelo de ação e o estranhamento, com claros objetivos questionadores.

A obra *O voo sobre o oceano*, por exemplo, é uma peça didática que se destaca por propor uma utilização inédita do rádio: foi feita para o rádio e tem o rádio como narrador. Em tal obra, Brecht reconta o feito de Charles Lindbergh, piloto que realizou, em 1927, o primeiro voo solitário sobre o oceano Atlântico.

Brecht desejava o distanciamento e a reflexão crítica em suas peças e se preocupava com a apatia do público. Por esse motivo, objetivava cultivar um espectador atento e ativo perante a arte apresentada nos palcos. A partir de tais premissas, ele revoluciona o teatro, desenvolvendo a teoria do teatro épico, que privilegia a razão e postula o desprendimento entre ator e personagem, ao sustentar que o intérprete não deve se identificar com o papel que encena. Da mesma forma, a plateia não pode entrar em transe e o teatro deve evitar, de forma enfática, estados hipnóticos.

Entretanto a produção brechtiana relevante à presente pesquisa é uma série de cinco artigos produzidos entre 1927 e 1932. A chamada *Teoria do Rádio* é o conjunto de textos nos quais o autor apresenta o rádio como um aparelho interativo que, no entanto, foi dominado por grupos econômicos, algo que me parece muito pertinente para analisar outros veículos de comunicação na contemporaneidade.

Acerca desse recorte da produção de Brecht, em artigo para a Revista *Estudos Avançados*, Frederico (2007, p. 217-226) aponta que, em sua gênese o rádio surgiu como instrumento de mobilização política e só posteriormente adquiriu a feição de difusão de entretenimento. O pesquisador traça um percurso de tal de emprego do rádio, sinalizando que:

Em sua origem, o rádio surgiu como um substituto do telégrafo, sendo, por isso, conhecido inicialmente como 'sem-fio'. Esse aparelho rudimentar era usado nos navios para transmissões telegráficas em código. Em 1916, houve uma revolta pela independência da Irlanda e os revoltosos, de forma pioneira, usam o 'sem-fio' para transmitir mensagens. Essa foi a primeira utilização que se conhece do rádio moderno. [...]

Os estudos sobre a história do rádio na Alemanha mostram, a propósito, que esse meio de comunicação teve a sua origem também ligada a uma rebelião – a revolução operária de 1918-1919

À semelhança da Revolução Russa, o movimento operário alemão organizou-se em soviets. Durante essa breve experiência revolucionária, o rádio faz sua estreia, servindo como meio para coordenar o movimento nas várias regiões do país e manter contato com o regime revolucionário da Rússia. (FREDERICO, 2007, s/p.)

Antes mesmo de Adorno e Horkheimer estruturarem a teoria da indústria cultural, Brecht aponta para a colonização do rádio por interesses de mercado que controlam o que é veiculado. O autor afirma que não era o público que esperava pelo rádio, mas o contrário, este é que desejava uma audiência para que, a partir da radiodifusão, grandes grupos pudessem exercer a possibilidade de dizer tudo a todos (BRECHT, 1992).

A característica de absorver em seu tecido aquilo que surge como contraponto aos processos de “dessubjetivação” dos sujeitos é uma propriedade do discurso do capitalista, conforme cunhado por Lacan, que esvazia antagonismos graças a um processo de fagocitose. O exemplo que nos é trazido por Brecht parece perfeito nesse sentido.

Próximo a Brecht, Walter Benjamin (1892-1940) foi um filósofo e ensaísta alemão que só conquistou notoriedade póstuma. Em vida, vivia com pouco dinheiro e era apoiado por uma bolsa da Escola de Frankfurt. Conhecido por manter boas relações com grupos conflitantes, colecionador de brinquedos infantis, os quais acreditava expressar a arte e a fantasia, desenvolveu a teoria da alegoria, o que o distinguia dos marxistas clássicos no que concerne à sua estética.

Dono de uma obra instigante, Benjamin entende a história como um “salto de tigre em relação ao passado” e propõe que o historiador, ao olhar as ruínas da história, deve procurar ressuscitar as esperanças que ficaram para trás. Tal visão

guiara sua maneira de conceber a literatura. Em suas teses *Sobre o conceito da História* ele afirma:

A história é um objeto de uma construção, cujo lugar não é o tempo homogêneo e vazio, mas o preenchido de 'tempo de agora' (Jetztzeit). Assim, Roma antiga era para Robespierre um passado carregado de 'tempo agora', que ele fez explodir para fora do *continuum* da história. A Revolução Francesa via-se como uma Roma ressurreta. (BENJAMIN, 1940/2012, p. 249)

No mesmo texto, o autor faz referência à forma como o passado nos convoca ao presente, quando constata que “[...] o passado traz consigo um índice misterioso, que o impele à redenção” (op. cit. p. 223). O fato é que a visão histórica de Walter Benjamin tem uma referência literária: Marcel Proust. A problemática do fluxo temporal tematizada por Proust na obra *Em busca do tempo perdido* (1913) pode nos oferecer possíveis aproximações da concepção de tempo em Benjamin. Em seu romance, Proust toma por objeto as lembranças de uma vida inteira em busca da recuperação de uma história, não com a intenção de resgatar um passado coletivo, mas somente, o que está guardado em uma dimensão privada.

Em seu belíssimo texto, *O Narrador* (1936), Benjamin nos fala da crise da experiência. Ao discorrer acerca do assunto, aponta o caráter artístico da narrativa, situando-a como uma experiência. Para o autor, a chegada dos tempos modernos colocou em xeque a capacidade de contar histórias, faculdade essa que, aos olhos do filósofo, parecia ser inalienável. De acordo com o escrito, ao sermos privados de tal possibilidade, instaura-se a incapacidade de intercambiar experiências. Como matéria para o desenvolvimento de tal pressuposto, ele evoca a guerra e a relação de rompimento entre experiência e relato que se observa nos soldados que retornavam sem conseguir narrar suas vivências. A partir dessa conclusão, o filósofo apresenta dois grupos de narradores arcaicos que, segundo afirma, existiam antes do período de guerra, são eles: o agricultor sedentário, que mantém as tradições; e o mercador dos mares, que traz a novidade.

Benjamin considera o advento da informação como o propulsor da morte da narrativa, visto que existem entre as duas antagonismos irreduzíveis. A narrativa oferece reflexão, espanto e nunca se exaure, ao passo que a informação surge de forma efêmera e somente tem validade como novidade. Para o pensador, a *short*

story aparece como comprovação da sua denúncia em relação à efemeridade do mundo atual. Ela pode ser definida como uma abreviatura da narrativa, um encurtamento necessário mediante dinâmica reducionista do mundo moderno. Fazendo uso das palavras do autor:

[...] o homem conseguiu abreviar até mesmo a narrativa. Vivenciamos em nossos dias o nascimento da short story, que se emancipou da tradição oral, e não mais permite essa lenta superposição de camadas finas e translúcidas, que representa a melhor imagem do processo pelo qual a narrativa perfeita vem à luz do dia a partir das várias camadas constituídas pelas narrações sucessivas. (BENJAMIN, 1936/2012, p. 223)

Nessa direção, também a informação jornalística cumpre a função descrita por Benjamin de interrupção da narrativa, veiculando conteúdos voláteis, vazios de vestígios e cada vez mais enxutos quanto a seu texto. A produção dos periódicos que analisarei no Capítulo seguinte introduz um tempo compactado, em oposição ao tempo distendido da experiência, e entra na lógica da efemeridade e da novidade proposta pelo filósofo. É oportuno ressaltar que o autor, quando fala da imprensa, o faz ora de forma nostálgica, ora encontrando no jornal a possibilidade de o leitor virar escritor e alterar a ordem das coisas.

Walter Benjamin, com a intenção de restabelecer a memória, propõe em sua obra uma volta ao antigo. O passado, para ele, no entanto, não é a história da humanidade, mas o barroco alemão do século XVIII e a Paris do século XIX, materializada pela escrita de Charles Baudelaire (1821-1867).

Em relação ao barroco alemão, podemos dizer que ele se fez em oposição à Idade Média, expurgando todo o transcendental e tendo como fim a putrefação. Em seu interior, a relação entre arte e realidade é da ordem da alteridade e a alegoria vai descortinar a história como ruína, fragmentos. Em sua tese *Origem do drama barroco alemão*, que foi recusada pela Escola de Frankfurt, em 1925, Benjamin sinaliza: “As alegorias são, no reino dos pensamentos, o que são as ruínas no reino das coisas. Daí o culto barroco à ruína.” (BENJAMIN, 1925/1985, p. 31).

A palavra alegoria tem sua raiz grega e se origina da junção de *allos*, que significa *outro*, e *agoreuein* que quer dizer falar na *ágora* e diz respeito a um

procedimento retórico, segundo o qual se exprime algo diferente do seu sentido estrito, além do literal. Já fazia parte da religião na exegese. Em Aristóteles, a alegoria é uma metáfora continuada, uma forma figurada de falar uma coisa para dizer outra.

A arte alegórica é uma arte em que a realidade é desmontada e pulverizada. O alegorista vai retirar o objeto de sua localização histórica e inseri-lo em outro contexto. Para compreender melhor tal processo, podemos utilizar com exemplo uma das mais conhecidas alegorias: a representação plástica da justiça que, em sua versão romana, é constituída por uma mulher vendada segurando uma espada e uma balança, cujo fiel encontra-se no meio, isto é, em equilíbrio. A partir de tal imagem, podemos concluir que a arte alegórica cobra do espectador um maior nível de atividade. O observador é convidado a perguntar “Por que a imagem da justiça é uma mulher?”, “Quem é ela?” ou, ainda, “O que significam a balança e a espada?”.

Sem o recurso ao universal, não há alegoria. A totalização da alegoria é dada para além das partes utilizadas para compor a imagem. A própria leitura da representação alegórica fica aberta, é polissêmica. Benjamin aponta que, dessa arte alegórica, sairão pistas para entender o mundo moderno, que também é um mundo em fragmentos.

Cabe ressaltar aqui que o símbolo e a alegoria são duas formas opostas de expressão artística. No símbolo, há uma fixação de sentido. Podemos traçar um paralelo apontando que, se a alegoria tem como imagem mais célebre a figura da Justiça, no que diz respeito ao símbolo, poderíamos apontar a imagem da cruz ou, ainda, a da foice e do martelo. Toda a posição classicista apoia-se no símbolo e considera a alegoria como algo menor. Em contrapartida a tal pensamento, Walter Benjamin se debruça sobre ela, entendendo-a como montagem, tal e qual o teatro de Brecht.

O tempo do barroco alemão é contemporâneo à manufatura, ao passo que o segundo período histórico regatado na obra de Benjamin - a Paris do século XIX – é fruto da industrialização. Com a indústria há uma mudança na paisagem, o ferro e o vidro passam a ser utilizados como material de construção e dão origem às vitrines. As passagens, representadas na obra de Baudelaire, inauguram na modernidade o

culto ao efêmero. Se, na antiga alegoria barroca, o símbolo era a caveira, na modernidade, temos como símbolo o culto à mercadoria.

O interesse de Benjamin por Baudelaire pode se relacionado à tarefa de escovar a história a contrapelo à qual ele se propõe, isto é, reescrever a história na perspectiva dos vencidos. Em seu pequeno texto, *Paris, capital do século XIX*, Benjamin (1935/2007) trata as passagens, os *proto-shoppings* de meados do século XIX, como o lugar por excelência da *flânerie* do homem burguês. As ruas não eram destinadas ainda aos transeuntes, as carruagens dominavam a rua. Era sobretudo nas passagens, que ofereciam abrigo do mau tempo e do trânsito, que flanava-se. O homem que passeia devagar diante das vitrines - o *flâneur* - caminha sem destino e olha a cidade como se apreciasse uma paisagem.

Evidenciando na modernidade a transformação da poesia em mercadoria, Baudelaire denuncia, no interior de sua própria obra, a perda da dignidade expressa pela perda da tradição. Vê-se, portanto, que a marca melancólica do homem barroco, vacilante diante da perda de garantias de um ponto seguro transcendente na história, é também a marca da modernidade em Baudelaire. Em Benjamin, a crítica do barroco é similarmente uma crítica à modernidade. A alegoria barroca e a alegoria de Baudelaire são efeitos da mesma perda: a perda da experiência.

A noção de experiência de Benjamin é tema dos estudos do espanhol Jorge Larrosa, que nos ajuda a entendê-la em seu texto *Notas sobre a experiência e o saber de experiência* (2014, p. 18). Sobre tal conceito assim nos ensina:

A experiência é o que nos passa, o que nos acontece, o que nos toca. Não o que se passa, não o que acontece, ou o que toca. A cada dia, se passam muitas coisas, porém, ao mesmo tempo, quase nada nos acontece. Walter Benjamin, em um texto célebre, já observava a pobreza de experiências que caracterizam o nosso mundo. Nunca se passaram tantas coisas, mas a experiência é cada vez mais rara.

A temática da perda da experiência é estrutural na presente pesquisa, pois a configuração de uma sociedade em que o excesso de informação forja um homem cheio de tagarelices, opiniões e vivências, mas sem vida. Assim é porque essa só ganha consistência pela memória e é trazida à tona por meio das incontáveis

notícias que nos invadem diariamente. Benjamin assevera nossas ponderações ao afirmar que:

A informação só tem valor no momento em que é nova. Ela só vive nesse momento, precisa entregar-se inteiramente a ele e, sem perda de tempo, tem que se explicar nele. Muito diferente é a narrativa. Ela não se esgota jamais. Ela conserva forças e, depois de muito tempo, ainda é capaz de desdobramentos. (BENJAMIN, 1936/2012, p. 220)

O texto *A obra de arte na era da reprodutibilidade técnica*, que Benjamin escreveu enquanto estava hospedado na casa de Brecht, aponta mudanças nas formas de percepção ligadas à memória e encontra relevância no interior da análise aqui empreendida. Embora trate do tema arte, os processos de transmutação da produção humana em mercadoria já se delineiam. Em tal ensaio, desenvolve-se a ideia de que a produção artística começa com imagens a serviço da magia e que o mais importante, em relação a tais imagens é sua própria existência como tal, e não, que sejam vistas. Embora a obra de arte sempre possa ser reproduzível em sua essência, é com sua reprodução técnica – apontada no texto por meio de um percurso que vai da xilogravura ao cinema – que ela se desvencilha de seu caráter ritualístico, atingindo grande escala de exposição.

Nesse artigo, Benjamin aponta causas sociais que culminam com o declínio daquilo que ele denomina *aura* – termo oriundo da retomada da ideia marxista de que as antigas profissões perderam sua *aura*. *Aura* é um conceito que envolve princípios temporais e espaciais e diz respeito ao vislumbre único de uma coisa distante, por mais perto que esteja. Segundo Benjamin, o declínio da *aura* é atribuído a dois fatores sociais específicos:

Ele deriva de duas circunstâncias, estreitamente ligadas à crescente difusão e intensidade dos movimentos de massa. Fazer as coisas ‘ficarem mais próximas’ é uma preocupação tão apaixonada das massas modernas como sua tendência a superar o caráter único de todos os fatos através de sua reprodutibilidade. Cada dia fica mais irresistível a necessidade de possuir o objeto, de tão perto quanto possível, na imagem, ou antes, na sua cópia, na sua reprodução.[...] Retirar o objeto do seu invólucro, destruir sua *aura* é a característica de um tipo de percepção cuja capacidade de captar ‘o semelhante no mundo’ [...] é tão aguda que, graças à reprodução, ela consegue captá-lo até no fenômeno único. (BENJAMIN, 2012, p. 184)

As reflexões de Benjamin, tanto no que concernem à aura quanto, e principalmente, no que dizem respeito à perda da experiência, parecem-me fundamentais para a análise do papel que as breves informações apresentadas nas reportagens sobre o autismo, que examinarei adiante, têm na construção da *ágora* contemporânea. Um espaço de tagarelices, no qual todos têm opiniões, mas pouco conhecem. Local de posições tão voláteis quanto ferozes, no qual não há tempo para experiência.

Walter Benjamim foi uma referência fundamental para as ideias de Theodor Adorno (1903-1969), filósofo, sociólogo, musicólogo e um dos principais expoentes da Escola de Frankfurt. No entanto diferenças podem ser sinalizadas na obra dos dois pensadores, a começar pelo contraste de estilo da produção. Enquanto Adorno buscava o rigor filosófico e se caracterizava por um escrito sombrio – evocando as palavras de Hegel, quando esse aponta a dialética como algo sombrio e não claro –, Benjamin era um artista, um poeta e muitos de seus textos conduzem o leitor a uma espécie de deleite.

A posição de ambos em relação à tecnologia também é discordante. Benjamim vê na tecnologia possibilidades revolucionárias, embora o capitalismo emperre tal potência e bloqueie seu avanço. Adorno preserva em boa conta a técnica, que é necessária à arte, mas não a tecnologia. No âmbito das ponderações sobre a indústria cultural, o autor atribui a essa última pouco valor por produzir toda a ilusão e espetacularização que escamoteia a repetição vazia do discurso que torna a arte uma mercadoria, como veremos adiante.

Além de Walter Benjamin, o pensamento de Adorno recebe influências também de Friedrich Pollock, Max Weber e Karl Marx. Em relação ao primeiro estudioso, que era o economista da escola de Frankfurt, podemos destacar sua tese de que a economia perdeu seu objeto porque não há fenômenos puramente econômicos. Adorno encampou o pensamento de Pollock, assim como os demais membros da escola de Frankfurt.

O tema da racionalização, proposto por Weber, é fundamental em Adorno. Weber buscou entender a especificidade do mundo ocidental e, para tanto, fez um estudo sistemático, comparando oriente e ocidente, concluindo que a diferença entre ambos reside na racionalização característica do ocidente. O que qualifica o tempo

moderno é a ação racional com relação a fins. Embora Adorno classifique tal ação de irracional, os dois compartilham a teoria de que a técnica expurga deus e o mito do mundo. Elemento que se assemelha às ideias de Lebrun, apresentadas anteriormente.

A terceira referência de Adorno é Marx, quando esse circunscreve que, na economia, há uma medida chamada valor. Eis que os objetos feitos pelos homens terão um valor de uso que só vai se manifestar com o mercado. O preço é, portanto, a expressão monetária do valor. No mercado, o valor se realiza como valor de troca, fato que permite uma equiparação de tudo em termos quantitativos. No capitalismo, tudo é mensurado em termos quantitativos e as pessoas não se conectam por seus atributos humanos: as relações sociais são mediadas por objetos. Em Adorno, também encontramos o tema da reificação e do fetichismo.

A questão do declínio da aura, apontada por Benjamin, significa para Adorno a mercantilização da arte. O autor escreve durante a guerra, em colaboração com Max Horkheimer, *Dialética do Esclarecimento* (1944), onde encontramos o texto *A indústria cultural: o esclarecimento como mistificação das massas*. Em tal produção, os autores apresentam suas reflexões a respeito da crise na cultura do mundo contemporâneo e cunham o termo *indústria cultural* como o produto da expansão da lógica capitalista sobre a cultura. Logo no início do texto, há a seguinte ponderação:

[...] a cultura contemporânea confere a tudo um ar de semelhança. O cinema, o rádio e as revistas constituem um sistema. Cada setor é coerente em si mesmo e todos os são em conjunto. Até mesmo as manifestações estéticas de tendências políticas opostas entoam o mesmo louvor do ritmo de aço. (ADORNO e HORKHEIMER, 1944/1985, p. 99).

Essa semelhança descaracteriza as produções humanas e aponta para o fato de que toda cultura de massa não passa de um negócio, distanciando-se completamente da arte e se preocupando somente com a cifra.

A análise que Adorno e Horkheimer fazem do rádio é distinta daquela empreendida por Brecht. Enquanto, para esse, o rádio surge como revolucionário e, posteriormente, sofre uma espécie de colonização pelos interesses de grandes

grupos econômicos, os frankfurtianos consideram a passagem do telefone ao rádio como problemática e a definem da seguinte forma: “Liberal, o telefone permitia que os participantes desempenhassem o papel do sujeito. Democrático, o rádio transforma-os a todos em ouvintes, para entregá-los autoritariamente aos programas, iguais uns aos outros, das diferentes estações.” (ADORNO e HORKHEIMER, 1944/1985, p. 100).

Os autores apontam que os interesses culturais são subjugados por conta da ambição de grandes indústrias, que definem o conteúdo disseminado. Atribuem à sociedade radiofônica uma dependência da indústria elétrica e, aos bancos, conferem o controle do cinema, por exemplo. Contudo a produção de ambos veículos não é uniforme e, a partir de estatísticas e pesquisas, estabelecem níveis de consumo com temática específica para cada classe social, criando conceitos como filmes tipo A e B e estilos editoriais consonantes com o preço da revista em questão. A esse respeito, assim se expressam os autores:

Cada qual deve se comportar, como que espontaneamente, em conformidade com seu *level*, previamente caracterizado por certos sinais, e escolher a categoria dos produtos de massa fabricada para seu tipo. Reduzidos a um simples material estatístico, os consumidores são distribuídos nos mapas dos institutos de pesquisa (que não se distinguem mais dos de propaganda) em grupos de rendimentos assinalados por zonas vermelhas, verdes e azuis. (ADORNO e HORKHEIMER, 1944/1985, p. 102).

Aquilo que Adorno e Horkheimer apontam no que concerne às divisões econômicas, podemos observar atualmente ao redor de grupos minoritários da sociedade. A busca por identidade daqueles que foram historicamente agredidos e excluídos do debate social, como os de etnia africana ou aqueles a quem o sexo genital não corresponde ao gênero, acabou sendo incorporada a tal projeto mercadológico de cultura. Encontramos revistas destinadas a tais consumidores, literatura especializada, propostas de viagens que atendam a necessidades culturais de cada segmento. Qualquer coletividade que se eleve e reivindique direitos legítimos é abraçada pelo mercado, que trata de providenciar itens que atendam suas singularidades. A identidade hoje é também uma identidade de consumidor.

Mrech (2014) aponta para as reverberações desses aspectos na construção de um sujeito precário, forjado pelos atravessamentos do mercado. A autora nos fala que “Um dos agentes desse processo é a comercialização da infância estabelecida pelo *marketing infantil*: um consumo das crianças, ou seja, os produtos para as crianças são preparados previamente para que elas se tornem consumidoras desde antes do nascimento.” (p. 317, grifos da autora). Da mesma forma, o autismo constituiu-se em um nicho de mercado, ao qual se oferece toda sorte de produtos especificamente preparados para suas supostas necessidades.

Tal avanço progressivo da mercantilização ocorre no domínio cultural, mas também, cada vez mais, expande-se e atinge as esferas da biologia (corpo), da natureza, das relações humanas e do conhecimento. “*O mundo inteiro é forçado a passar pelo filtro da indústria cultural*” (ADORNO e HORKHEIMER, 1944/1985, p. 104). A indústria cultural de Adorno e Horkheimer não é uma ciência da comunicação, mas consiste em um diagnóstico do capitalismo avançado que parece se articular com as reflexões lacanianas.

A análise do capitalismo, em sua faceta tardia, empreendida por todos os autores apresentados, permite-nos ponderar que os meios de comunicação funcionam como agente do Discurso do Capitalista e os conteúdos por eles veiculados convertem-se em mercadorias. Tal perspectiva é essencial à pesquisa exposta aqui que, no próximo Capítulo, explicitará os mecanismos pelos quais as notícias difundidas pelos periódicos brasileiros cumprem sua sina mercadológica, ao serem consumidas por sujeitos ávidos por opinião e esvaziados de experiências.

Após a apresentação dos autores que participaram da análise dos meios de comunicação, entendidos no eixo das forças de produção humana, introduzimos uma descontinuidade, com a intenção de propor um alinhamento com as ideias apresentadas por Lebrun e Dufour, no início deste trabalho.

O declínio das grandes narrativas, que garantem um saber ancestral ao qual recorrer – como propõe Dufour – ocasiona uma dessimbolização e, ao mesmo tempo, confina a possibilidade crítica da humanidade. Diante de sujeitos reduzidos em seu pensar, o Discurso da Ciência extirpa do tecido social a dimensão do impossível (Lebrun) e transforma as produções humanas em objetos sem aura (Benjamin), em mercadorias, efeito da lógica capitalista (Adorno). O resultado desse

processo é a fundação de um laço social cunhado por Lacan como Discurso do Capitalista, que provoca uma compactação do tempo e inviabiliza aos sujeitos estabelecer uma relação com aquilo que se vive, culminando com a perda da experiência (Benjamin). Falta, no entanto, dar um passo à frente, a fim de articular o que impulsiona o consumo diário de informações, que tipo de mercadoria é essa que atravessa os sujeitos que não se deixam tocar pelo que vivem.

Em seu *Seminário 17* (1969-1970), Lacan afirma que Marx é o verdadeiro inventor do sintoma. Ao fornecer operadores conceituais, como fetichismo e alienação, e estabelecê-los como chaves de leitura das relações humanas na sociedade capitalista, Marx inaugura a tradição de pensar que os processos sociais podem ser compreendidos como manifestação de patologias de uma sociedade situada em uma época. A esse respeito, Dunker aponta quatro possibilidades de compreensão da afirmação lacaniana:

Primeira hipótese: Marx inventa o sintoma ao descrever a divisão social do trabalho que se estabelece no sujeito trabalhador, sendo, então, o nome desse sintoma o proletariado. Ou seja, o sintoma é a formação de uma classe social específica, o proletariado, sintoma do falso universal chamado sociedade. [...] Segunda hipótese: a maneira de ler como Marx inventou o sintoma, [...] que enfatiza o sintoma como evolução de um tipo de alienação. [...] Nesse sentido, Marx inventou o sintoma quando descreveu a necessidade da ideologia. Terceira hipótese: [...] o sintoma é descoberto por Marx quando ele descreve o segredo do valor da mercadoria como processo de universalização da *forma-mercadoria*, que passa a ser tratada como fetiche. O fetiche como falso universal representado pelo mercado é um universal semi-completo, simbolizado pela linguagem [...] Quarta hipótese: [...] o sintoma está no fato de o trabalhador perceber que, apesar de seu trabalho ser pago de maneira justa, [...] há uma parte do trabalho que não lhe é remunerada [...]. Ou seja, um trabalhador 'esclarecido' perceberá que, em sua relação com a mercadoria, há uma série de *inversões fetichistas* e que em seu sintoma há uma verdade que não pode mais ser reconhecida. (DUNKER, 2015a, p. 221-223).

Os operadores fornecidos pelas articulações marxistas e aquilo que Lacan constrói ao longo de sua obra como sintoma, entrecruzam-se ao pensarmos em cada conjectura apresentada por Dunker no excerto acima. Entrelaçadas, com predominância de um aspecto ou outro, as análises de todos os autores buscaram

compreender as alterações na sociedade capitalista ou ultraliberal, como propõe Dufour, considerando o que de sintomático se produz.

Obtemos atualmente, no que concerne à problemática da existência a partir dos efeitos do laço social produzido pelo discurso do capitalista, desde indivíduos inaptos a pensar e se responsabilizar por seus atos, a pessoas sem narrativas de origem e finalidade, passando por sujeitos expostos ao tecnocientificismo e aos quais nada acontece, sem experiência.

As noções marxistas de alienação e fetichismo são centrais nesses pensadores que desvelaram os processos de transformação das relações sociais. A mercadoria como fetiche, como falso universal, nos é relevante, pois, ao se constituir assim, aquilo que aparece no cenário social com esse nome adquire função de obturação do que se exprime como furo ou falta. Situando-se para além daquilo que expressa, a mercadoria objetiva realizar-se como imagem, tornando-se o véu que encobre a impossibilidade do universal.

Vamos dar um passo adiante em tais reflexões e aliar a noção de *mercado de saberes* proposta por Lacan em seu Seminário *De um Outro ao outro* (1968-1969). Ao considerar a conjuntura da sociedade, pós-maio de 1968, o psicanalista aponta a chegada a um patamar comercial, não só no nível da cultura, mas também no que concerne ao nível civilizacional. Ancorada em tal proposição, Mrech (2010) sustenta:

Qual é a diferença entre uma civilização tradicional e uma civilização que apresenta uma cultura comercial? É que nela tudo vira um produto de consumo, algo a ser vendido, a ser consumido, daí haver um empuxo à produção e Lacan (2008) destaca que vivemos uma época em que ocorre a passagem da mais-valia ao mais-de-gozar, ou seja, da era em que se enfatizava a produção para outra, na qual se visa o consumo, porque, no capitalismo, não basta que o produto seja feito: ele precisa ser usufruído e consumido.³⁸

A partir do conceito de mais-valia marxista, que coloca em relevo a questão de que há um excedente extraído da força de trabalho, Lacan avança dizendo que a “absolutização do mercado” exorta a absorção do próprio trabalho em sua lógica e

³⁸ MRECH, Leny Magalhães. “O declínio de saberes no Mercado de gozo”, 8., 2010, São Paulo. *Proceedings online...* FE/USP, Available from: http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=MSC0000000032010000100034&lng=en&nrm=abn. Acesso em: 9/Nov./2015, às 20h.

se expande sobre toda a civilização, todas as esferas sociais – tal como pensado por Adorno e Horkheimer no que diz respeito à indústria cultural. No mesmo Seminário, temos a seguinte observação:

O próprio processo pelo qual a ciência se unifica, no que ela extrai seu nó de um discurso consequente, reduz todos os saberes a um único mercado. É essa a referência nodal quando ao que estamos nos interrogando. É a partir dela que podemos conceber que também existe alguma coisa que, embora remunerada por seu verdadeiro valor de saber, segundo as normas que se constituem do mercado da ciência, é obtida de graça. Foi a isso que chamei o mais-de-gozar. (LACAN, 1968-1969/2008 p. 40)

O mais-de-gozar é proposto como uma função homóloga à mais-valia, que Lacan afirma, na aula de 27 de novembro de 1968, girar em torno da função do objeto *a*. Em uma aula anterior, temos uma afirmação relevante ao estabelecimento da noção de mercado de saberes: “O saber não tem nada a ver com trabalho. Mas, para que se esclareça alguma coisa nessa história, é preciso que haja um mercado, um mercado do saber. É preciso que o saber se torne uma mercadoria.” (LACAN, 1968-1969/2008, p. 39).

A informação, que é a expressão da compactação do saber convertido em mercadoria, nos é apresentada diariamente nos variados periódicos que circulam livremente na *timeline* de qualquer rede social. Edulcoradas por termos científicos, as notícias que analisaremos não constroem uma narrativa que possa delinear um saber acerca do autismo, mas promovem “[...] uma redução do saber à sua unidade mínima, para que ele possa ser consumido por todas as sociedades e por todos os sujeitos.” (MRECH, 1999, p. 21)

Redução dos saberes à cifra do consumo, é nesse aspecto que as inquições desta pesquisa se confluem: a análise a respeito do discurso da ciência contemporânea, a ascensão da mídia ao zênite da sociedade, que sustenta a lógica do mercado de saberes, e a conjectura que consolida o autismo como um critério de nomeação do que adoece na infância, sintetizam a equação que transforma o sofrimento em mercadoria – com isso, não quero dizer evidentemente que não haja sujeitos autistas, fato que o resgate histórico de tal diagnóstico deixa claro – e são os pontos de ancoragem a que se destina a investigação proposta.

Capítulo 4: O que o jornal de hoje nos traz? Reflexões a respeito do corpo dos autistas na mídia

Nesse Capítulo realizarei a análise documental de reportagens selecionadas, mas antes de iniciá-la irei evocar elementos que expus ao longo do trabalho e que viabilizarão o comentário e a interpretação dos textos analisados. Além de tais aspectos, também explicitarei os percursos metodológicos da pesquisa.

4.1 – O Autismo na mídia: o organismo

No início desta pesquisa, mais especificamente na apresentação e na introdução, expusemos a problemática que sustenta nossa reflexão e, concomitantemente, situamos quatro eixos de trabalho que alicerçam as ponderações acerca da intrincada tríade tecnociência, discurso do capitalista e mídias quanto ao entendimento do corpo do sujeito autista. Retomaremos aqui cada um deles, a fim de colocá-los novamente em evidência.

O primeiro aspecto que nos orienta é a análise, tendo como chave de leitura a teoria dos discursos estabelecida por Lacan, das razões que fundamentam o cenário de rechaço da abordagem psicanalítica no que concerne ao tratamento e entendimento da criança autista. Os desdobramentos de tal exame desvelaram certa metamorfose da dúvida no bojo do pensamento crítico, que parte de um posicionamento que a concebe como estado perenal em relação ao saber e culmina na escolha cartesiana da dúvida como método, dando origem a um pensamento autorreferente que atribui à técnica o status de Ciência.

Evidenciamos, também, o empobrecimento da capacidade humana de pensar e a assunção de um sujeito esvaziado de sentido, de narrativas de origem e finalidade, ausente de seus atos e abertos aos imperativos do mercado. Da união firmada entre A Ciência e o capitalismo, acompanhamos o nascimento do Discurso do Capitalista, versão atual do discurso do mestre.

A retomada bibliográfica daquilo que se produziu acerca do autismo na Psicanálise e na Psiquiatria, bem como, a gênese de tal nomeação e da clínica da

infância, foi o segundo eixo de sustentação da pesquisa. Baseado nesse levantamento, evidenciamos a ancestralidade do diagnóstico e a historicização da clínica no interior dos dois campos e, com isso, refutamos a ideia de uma espécie de anacronismo do termo, tal como, sua banalização.

A terceira vertente, contempla a intersecção da pesquisa com o campo da comunicação e consistiu em examinar os efeitos do capitalismo financeiro – sucessor do capitalismo industrial – e sua relação com as mídias a partir de análises de expoentes da teoria crítica. Por meio de noções, como declínio da aura e indústria cultural, foi possível acompanhar a colonização mercantilista sobre a cultura e os meios comunicação. Quando a tais conceitos unimos a formulação lacaniana de mercado de saberes, desvelamos a estrutura, na qual tudo tem o seu valor e é cambiável, tornando-se mercadorias, inclusive o conhecimento, a prática e o sofrimento dos sujeitos.

O último eixo diz respeito ao que começamos a delinear a partir desse ponto, tendo como fundação as três facetas apresentadas: a análise documental de matérias publicadas a respeito do autismo. E, acerca dessa vertente do trabalho, passaremos agora a elucidar as escolhas e o caminho percorrido.

4.1.1 – Sobre o percurso metodológico da pesquisa

A proposta era, inicialmente, compilar todas as matérias, à exceção de crônicas e artigos de opinião, que apresentassem como tema principal o autismo em um recorte de temporal de dois anos. Escolheríamos um jornal de grande veiculação e com versão digital, a fim de garantir que alcançasse um grande público. Contudo, em uma primeira triagem, encontramos uma profusão de textos que tratavam de aspectos muito distintos. De entrevistas com pessoas nomeadas como autistas a lançamento de livros produzido por tais sujeitos, passando por reportagens contendo estudos da genética e testes que se propunham a ajudar no diagnóstico. Tudo se constituía em pauta para uma imprensa que parecia ávida pelos autistas.

Ao nos aproximarmos do dia 2 de abril, que desde 18 de dezembro de 2007 foi escolhido pela ONU como o Dia Mundial do Autismo, a quantidade de reportagens era vertiginosa. Como reunir e analisar tal material? Certamente, ao

acompanhar versão digital e impressa, perderíamos alguma coisa, o que comprometeria nossa pesquisa.

Nessa época, tomamos conhecimento de um estudo australiano³⁹ que concluiu que a internet foi a principal fonte de pesquisa para famílias que, diante do diagnóstico, preocuparam-se em compreender a etiologia e a recorrência do autismo. Partimos, então, para uma pesquisa em fontes digitais.

Em busca do verbete autismo, encontramos inúmeros sites especializados, além de páginas de periódicos que veiculavam informações acerca do tema. Vejamos alguns desses resultados:

- *“Autismo e inteligência podem estar ligados” (Revista Pais e Filhos, mar/2015);*

- *“Estudo do Pentágono afirma que Putin tem Síndrome de Asperger” (Portal de Notícias G1, fev/2015);*

- *“Exposição de grávidas à poluição duplica o risco de autismo” (BBC Brasil, dez/2014);*

- *“Cruzeiro para crianças com autismo” (Diário Catarinense, abr/2015);*

- *“Mais de 70% dos casos de autismo têm origem genética” (Portal de Notícias R7, mar/2015).*

Retomando o trabalho de Whitelaw e Flett (2007), no qual sustentam que a internet é fonte primária de pesquisa de pais, cujos filhos recebem tal diagnóstico, pode-se perguntar o que eles poderiam apreender a partir dessas publicações.

Talvez, pensassem que a poluição da cidade seria responsável pelo autismo do filho ou que, a despeito dos desencontros com gráficos de desenvolvimento, ele seria inteligente. Poderiam desejar que tal inteligência não se expressasse como a de Putin e, se nada lhes aliviasse a angústia, poderiam recorrer a um cruzeiro especializado.

³⁹ WHITELAW, C.; FLETT, P.; AMOR, D. Recurrence risk in Autism Spectrum Disorder: A study of parental knowledge. *Journal of Paediatrics and Child Health*, no. 43, 2007, p. 752–754.

Diante da amplitude de temas e propostas que não nos ajudavam a traçar uma linha de observação, porque apontavam para a espetacularização do diagnóstico – encontramos um mercado de consumo específico para autistas que oferecia produtos como cruzeiros, camisetas com dizeres, tais como “autista: diferente, não menor”, pingentes, canecas, bótons e a “pulseira amor autista” - , era preciso delimitar melhor o recorte de estudo.

O acompanhamento do que era veiculado nos portais de notícias e nos periódicos nos foi mostrando uma repetição de dois tipos de pauta. Por um lado, aquelas que sinalizavam o interesse em acompanhar histórias de sucesso dos autistas e seus pais e, por outro, um grande fascínio pelo corpo daqueles assim nomeados. Pertencem ao primeiro conjunto as seguintes reportagens:

“Gênio da bola, Messi foi diagnosticado com autismo quando criança, revela escritor” (Portal R7, set/2013);⁴⁰

“Ídolo do eletrônico, Moby não sai de casa” (Folha de S.Paulo, dez/2013);⁴¹

“‘Sou guardião de um anjo’, diz Marcos Mion sobre filho especial” (Folha de S.Paulo, jan/2014);⁴²

“Como Siri, da Apple, se tornou a melhor amiga de um menino autista” (Folha de S.Paulo, dez/2014);⁴³

“Marcos Mion revela presente inusitado que filho autista pediu no Natal” (Veja SP, dez/2015).⁴⁴

⁴⁰ <http://esportes.r7.com/futebol/genio-da-bola-messi-foi-diagnosticado-com-autismo-quando-crianca-revela-escritor-03092013> Acesso em: 27/01/2017, às 19h.

⁴¹ <http://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2013/12/1386861-idolo-do-eletronico-moby-nao-sai-de-casa.shtml> Acesso em: 27/01/2017, às 19h.

⁴² <http://www1.folha.uol.com.br/colunas/monicabergamo/2014/01/1402738-sou-guardiao-de-um-anjo-diz-marcos-mion-sobre-filho-especial.shtml> Acesso em: 27/01/2017, às 19h

⁴³ <http://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2014/10/1537017-como-siri-da-apple-se-tornou-a-melhor-amiga-de-um-menino-autista.shtml> Acesso em: 27/01/2017, às 19h.

⁴⁴ <http://vejasp.abril.com.br/blog/pop/marcos-mion-revela-presente-inusitado-que-filho-autista-pediu-no-natal/> Acesso em: 27/01/2017, às 19h.

Referentes ao segundo grupo de textos, que revelam fascínio pelo corpo, encontramos publicações como estas:

“Estudo mostra relação entre aumento de casos de autismo e diabetes” (Diário de Pernambuco, out/2011);⁴⁵

“Estudo explica por que autismo é mais comum em homens” (Folha de S.Paulo, fev/2014);⁴⁶

“Em laboratório, cientistas curam neurônio autista” (Folha de S.Paulo, nov/2014);⁴⁷

“Ressonância magnética detecta diferenças em cérebro autista” (Folha de S.Paulo, mar/2015);⁴⁸

“Equipe encontra variante genética relacionada com o autismo” (Revista Exame, mai/2015);⁴⁹

“Cientistas usam macacos transgênicos para combater autismo” (Revista Exame, jan/2016).⁵⁰

Optamos por nos concentrar no segundo grupo, o que implica a análise de reportagens cujo tema central é o autismo. Isto significa que a palavra *autismo* já aparece na manchete e que a notícia se relaciona ao corpo desses sujeitos. Após assim definir, estabelecemos como ponto de partida para a análise documental

⁴⁵http://www.diariodepernambuco.com.br/ciencia-e-saude/capa_cienciaesaude/ Acesso em: 27/01/2017, às 19h.

⁴⁶<http://www1.folha.uol.com.br/equilibrioesaude/2014/02/1419122-estudo-explica-por-que-autismo-e-mais-comum-em-homens.shtml> Acesso em: 27/01/2017, às 19h.

⁴⁷<http://www1.folha.uol.com.br/ciencia/2014/11/1546751-em-laboratorio-cientistas-curam-neuronio-autista.shtml> Acesso em: 27/01/2017, às 19h.

⁴⁸<http://www1.folha.uol.com.br/ciencia/2015/03/1608781-ressonancia-magnetica-detecta-diferencas-em-cerebro-autista.shtml> Acesso em: 27/01/2017, às 19h.

⁴⁹<http://exame.abril.com.br/ciencia/equipe-encontra-variante-genetica-relacionada-com-autismo/> Acesso em: 27/01/2017, às 19h.

⁵⁰<http://exame.abril.com.br/ciencia/cientistas-usam-macacos-transgenicos-para-combater-autismo/> Acesso em: 27/01/2017, às 19h.

fevereiro de 2014.

Tal eleição se deve ao fato de termos encontrado uma reportagem que aborda um dos grandes temas para aqueles que se dedicam à pesquisa do assunto, a saber, a prevalência entre os indivíduos do sexo masculino. A partir do texto *Estudo explica por que o autismo é mais comum em homens* (Folha de S.Paulo, 28/fev/2014) traçamos uma linha do tempo de dezoito meses e distribuímos ao longo desse período todos os artigos que trataram do corpo do sujeito autista.

Embora a Psicanálise tenha uma abordagem específica em relação à noção de corpo, acerca da qual nos dedicaremos adiante, neste primeiro tempo da análise, tomamos o conceito de corpo anatômico tal como elucidado no Grande Dicionário Houaiss,⁵¹ cuja definição transcrevemos:

Corpo

1 anat. a estrutura física de um organismo vivo (esp. o homem e o animal), englobando suas funções fisiológicas; parte concreta, material dos seres;

2 anat. hum. na configuração da espécie humana, o conjunto formado por cabeça, tronco e membros;

Portanto, o primeiro momento da pesquisa consistiu em leitura e seleção de textos a partir daquilo que é imediatamente apreensível quando evocamos a palavra *corpo*. Menções aos órgãos, ao cérebro e às funções fisiológicas (respiração, circulação, reprodução, regulação hormonal, digestão, metabolismo, coagulação sanguínea, imunidade e equilíbrio hidroeletrolítico, regulação de temperatura) fizeram os artigos se qualificarem para a análise.

Textos que abordam políticas públicas para o tratamento, como a prescrição de Risperidona, e que focam sua observação no comportamento da criança, como aquelas que preconizam o benefício da interação com animais ou ainda a experiência com jogos eletrônicos e aplicativos, ficaram fora desse recorte.

Também ficou fora a única reportagem encontrada nesses dezoito meses que abordava uma pesquisa com referencial psicanalítico. *Estudo avalia sensibilidade de*

⁵¹ <https://houaiss.uol.com.br/pub/apps/www/v3-0/html/index.htm#1>. Acesso em: 27/01/2017, às 20h.

protocolo no autismo (Revista Exame, abril/2014), abordou o estudo do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo (IPUSP) que objetiva avaliar se o instrumento conhecido como IRDI (Indicadores Clínicos de Risco para o Desenvolvimento Infantil), desenvolvido pela professora Maria Cristina Machado Kupfer, pode ajudar o profissional de saúde a identificar sinais precoces associados ao Transtorno do Espectro Autista (TEA). Seguindo o mesmo critério, notícias em relação a lançamentos de livros e invenções realizadas por pessoas nomeadas como autistas não entrarão na seleção

Resta-nos esclarecer, no que concerne ao delineamento da pesquisa, quais os critérios para a escolha dos dois periódicos que nos serviram de fontes. Quanto ao número, a primeira amostra de reportagens evidenciou o já apontado por Benjamin (1936/2012) quanto à obra de arte: a reprodutibilidade. Muitas das matérias reunidas acerca do tema *o corpo do autista* eram replicadas em outros veículos.

Por um lado, esse fato demonstra a grande fluidez das informações na época digital, por outro, é reflexo da primazia das grandes agências internacionais, como a AFP e a Reuters, por exemplo, que distribuem números e dados para diversos jornais e revistas. Esse aspecto da multiplicidade de reportagens replicadas reduz a necessidade da análise de uma quantidade maior de fontes.

Em relação à escolha dos periódicos, optamos pelo jornal *Folha de S.Paulo* e pela *Revista Exame*. Essa opção contempla um dos jornais que aparecem entre os três mais lidos do Brasil, em todas as plataformas que possui (impresso, portal de notícias e facebook),⁵² segundo a agência IVC (Instituto de Verificador de Comunicação),⁵³ a Associação Nacional de Jornais⁵⁴ e a ferramenta Adobe Analytics, serviços que divulgam ou realizam a métrica de veiculação e de acessos digitais dos veículos de comunicação.

De acordo com a ANJ, em 16 de dezembro de 2015, o site da *Folha* registrou o maior volume de visitantes únicos de sua história, segundo dados da Adobe

⁵² Fonte: <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2014/03/1433100-folha-e-o-maior-jornal-do-brasil-nas-diferentes-plataformas-aponta-ivc.shtml>. Acesso em: 27/01/2017, às 21h.

⁵³ Fonte: <http://ivcbrasil.org.br/default.asp>. Acesso em: 27/01/2017, às 21h.

⁵⁴ Fonte: <http://www.anj.org.br/maiores-jornais-do-brasil/>. Acesso em: 27/01/2017, às 21h.

Analytics. Foram 6,2 milhões de visitas, das quais quatro milhões a partir de dispositivos móveis, em uma única matéria, cujo assunto era proibição do WhatsApp pela justiça brasileira. Ainda conforme a ANJ, o site do jornal, nas versões desktop e mobile, foi lido em 34,3 milhões de aparelhos no último mês de 2015 e, no que concerne a visualizações da página, o mesmo dezembro gerou 305 milhões de visualizações.⁵⁵

Antes de passarmos à próxima escolha, há outra pesquisa divulgada pela ANJ que merece menção porque diz respeito à credibilidade dos meios de comunicação, tema relevante à nossa pesquisa. Segundo o levantamento de 2016, realizado em parceria pelas empresas Ideia Inteligência e CDN Comunicações e que escutou executivos e profissionais liberais acima de vinte e nove anos, com relação a meios de comunicação e confiabilidade da mídia, *O Globo* e *Folha de S. Paulo* aparecem tecnicamente empatados como os jornais impressos mais confiáveis, seguido pelo *Valor Econômico*.⁵⁶

A exposição de tais dados cumpre a função de salientar o alcance daquilo que é escrito pela *Folha de S. Paulo*, o cômputo de pessoas que leram a reportagem sobre WhatsApp é superior, por exemplo, à projeção da população de estados, como Santa Catarina, Espírito Santo, Sergipe e Paraíba, registrada pelo IBGE em janeiro de 2017.⁵⁷

A segunda publicação escolhida é direcionada, originalmente, a temas que envolvem economia, tecnologia e carreira, a Revista Exame. Essa seleção é fruto de nossa surpresa ao nos depararmos com tantos textos sobre autismo em uma revista que se autodenomina de negócios, mas que se destina ao grande público. Qual é o interesse que o autismo pode provocar dentro de um recorte editorial mais mercadológico? Quando analisamos a localização das matérias no interior do periódico, percebemos que todos os artigos pertenciam à seção de tecnologia, campo bem explorado em nossa pesquisa. Como o corpo do autista se encaixa no conceito de tecnologia? Deixemos a pergunta em suspenso por hora.

⁵⁵ Disponível em: <http://www.anj.org.br/2016/01/07/site-da-folha-bate-recorde-de-audiencia-com-reportagem-exclusiva-sobre-o-whatsapp/>. Acesso em: 27/01/2017, às 20h.

⁵⁶ Disponível em: <http://www.anj.org.br/2016/03/31/o-globo-e-considerado-o-jornal-mais-confiavel-do-pais/>. Acesso em: 27/01/2017, às 20h.

⁵⁷ Fonte: <http://www.ibge.gov.br/apps/populacao/projecao/>. Acesso em: 27/01/2017, às 20h.

Diante dessas primeiras considerações, é crucial lembrarmos o que vimos ao longo da análise realizadas no Capítulo três. Sendo os meios de comunicação, independentemente da plataforma que os suportem, produções humanas, estão sujeitos a processos históricos e sociais. De acordo com Leal (2013), as regras e os procedimentos do jornalismo são sempre marcados por valores, características e percepções que os vinculam a tempos e espaços particulares.

Nesse sentido, por mais que se busque sustentação em palavras, como transparência, lisura e isenção, o que produzem revela posições políticas, ideológicas e epistemológicas das sociedades que os fundam e do contexto de época em que se inserem. A esse respeito, Leal afirma: “Isto é dizer, então, que tais procedimentos de escrita, antes de serem permanentes, neutros e a-históricos, estão articulados às tensões que regulam e perpassam o fazer jornalístico e que o inserem no tempo e na cultura” (2013, s/p).

É oportuno lembrar que uma escrita é um dizer, uma forma de enlaçamento social e, por conseguinte, articula as relações estabelecidas entre o lugar a partir do qual se toma a palavra, colocando o outro em uma posição precisa e daí advêm uma produção e uma verdade específicas. Os periódicos organizam o que enunciam apoiados em um dos quadrípedes apresentados por Lacan. Resta-me analisar, quais deles são postos em marcha quando a mídia fala sobre o corpo do autista.

Trataremos agora de balizar os questionamentos que nos permitirão interrogar os textos e que são estes:

- a) como as matérias selecionadas apresentam o autista? Quais os predicados que lhes são atribuídos?
- b) como o corpo do autista é designado?
- c) quais tipos de abordagens e tratamentos são apresentados?
- d) a partir de que lugar discursivo tais reportagens se posicionam e que laço estabelecem?
- e) qual o papel das mídias na difusão e na manutenção do que se veicula em relação ao autismo?

f) por que o autismo é pauta?

Delimitado o material a ser analisado e as perguntas a partir das quais irei interrogá-lo, resta aclarar a forma como vou fazer o que me proponho. A pesquisa em Psicanálise esbarra na questão do método. Evidentemente, todo pesquisador se depara com ponderações a respeito da metodologia em seu estudo, mas alguns complicadores se apresentam a uma investigação que se posiciona alicerçada na abordagem psicanalítica.

Como, no âmbito da pesquisa universitária, traçar princípios metodológicos que nos permitam conhecer o inconsciente, o falasser? Como apreender algo que não se deixa conhecer, que só se apresenta num intervalo, que tem característica pulsátil? Como fazer ciência com a psicanálise, a filha bastarda do *cogito* cartesiano? E retomando a pergunta de Lacan no seminário 11: o que é uma ciência que inclua a psicanálise? Seria uma ciência do avesso?

Igualmente, a questão do saber absoluto, de um objeto que se desvele por inteiro é uma grande adversidade, em um campo que define que “[...] não há verdade possível como tal [...]” e que “[...] só há verdade na medida em que ela apenas pode ser dita pela metade, tal qual o sujeito que ela comporta.” (LACAN, 1975/1976/2007, p. 31).

De acordo com Pinto (1999),⁵⁸ “[...] todo pesquisador em psicanálise acaba por fazer o percurso de Freud, porque tem de se perguntar por que teoriza daquela forma, e não, de outra.” Sugerimos acrescentar a trajetória de Lacan a essa proposta de caminho. E o que eles nos dizem a respeito?

Retomando as ideias freudianas, a psicanálise é pensada em três aspectos: como uma teoria, como um método de investigação e como um tratamento. Rosa (2004)⁵⁹ lembra que “Freud incluiu na construção da psicanálise a investigação dos fenômenos socioculturais e políticos” e que “[...] a articulação entre sujeito e

⁵⁸ PINTO, Jeferson Machado. A instituição acadêmica e a legitimação da vocação científica da psicanálise. *Psicol. Reflex. Crit.*, Porto Alegre, v. 12, n. 3, p.00, 1999. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-79721999000300009&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 21/Jan./2017, às 14h.

⁵⁹ ROSA, M. D. A pesquisa psicanalítica dos fenômenos sociais e políticos: Metodologia e fundamentação teórica. *Revista Mal-Estar e Subjetividade*. Fortaleza, v. IV, n. 2, p. 329-348, 2004. Acesso em 21/jan/2017, às 15h.

sociedade faz parte da trama teórica e clínica da psicanálise” e tais elementos que nos ajudam a pensar quanto à abrangência desta pesquisa.

Lacan, em *Proposição de 9 de outubro de 1967 sobre o psicanalista da escola*, ao falar que, quando se encontra um meio de utilização da psicanálise, ela é posta em ação e distingue dois campos: a psicanálise em intensão e em extensão. A primeira diz respeito à teoria, à preparação dos operadores para a teoria e para a formação do analista. A segunda concerne à “[...] presentificação da psicanálise no mundo” (LACAN, 1967b/2003, p. 251) sua presença na *pólis* e como consequência de sua articulação com outros campos e presença em instituições.

A partir dessa discriminação, é possível posicionar o presente estudo ao lado da psicanálise em extensão, sem, no entanto, desconsiderar que tal atuação também reverbera na clínica e na formação do analista – e as duas posições parecem se cruzar quando em movimento.

O fato de apresentar algumas especificidades que dizem respeito à psicanálise não impede a inserção deste trabalho, quanto à natureza de sua abordagem, na tradição da pesquisa qualitativa, visto que seu escopo é problematizar os porquês da atual conjuntura social se distanciar do pensamento crítico e, em seu lugar, instaurar um funcionamento mercadológico de apreensão do sofrimento na infância, aqui expresso no diagnóstico do autismo. Há também o propósito de esclarecer o papel das mídias acerca daquilo que propagam de um discurso, de um laço social específico, dimensão que diz respeito ao aspecto qualitativo deste trabalho.

Podemos nos fixar, em relação aos procedimentos, no interior da investigação bibliográfica, tendo em mente o apanhado histórico conceitual que nos dá sustentáculo, mas, sobretudo, nos situamos como documental, pois a finalidade maior é analisar as reportagens que se referem ao corpo no autismo veiculadas em periódicos brasileiros, em sua versão digital, por meio de um recorte longitudinal.

Em relação à forma de análise do material encontrado, utilizarei a psicanálise como método, mas o que isso significa? O que pressupõe?

Referenciamo-nos, para tanto, na proposta que Dunker empreendeu em *Leitura, interpretação, comentário e reconstrução: a querela do método em*

Psicanálise (2015c)⁶⁰. O autor sustenta que, a partir de Lacan, o método de investigação psicanalítico adquire a acepção de uma “investigação psicanalítica de textos” e nos coloca, a todos os analistas, às voltas com uma forma peculiar de apreender o que lemos. Lacan nos demonstra isso na releitura que faz da obra de Freud. Porém, para além da acepção literal do texto, vemos a realização de uma leitura em camadas que desvela dimensões distintas do escrito e permite uma reconstrução a partir dessas.

Na apresentação de *Escritos* (1966c/1998, p. 11) o psicanalista francês salienta que deseja “[...] levar o leitor a uma consequência em que ele precise colocar algo de si.”. Lacan agiu assim em sua retomada da obra freudiana: leu, interpretou, comentou e reconstruiu. Um trabalho que, ao considerarmos as antigas estratégias de interpretação textual da tradição judaico-cristã ou greco-latina, aproxima-se de uma hermenêutica.

Dunker (2015c, s/p) aponta que a hermenêutica antiga é resultado de um problema historicamente datável, pois, nas sociedades sem escrita, o tema da interpretação era remetido à oralidade do mito e à eminência de seu intérprete. Segundo o autor, “[...] o problema da interpretação de textos se torna urgente quando a oralidade do mito se tenciona com a permanência do escrito.”. Ele relembra que há um equivalente em psicanálise, posto que passamos de uma experiência de fala, em um contexto de tratamento, a uma dimensão de escrita, de letra, deslizando entre duas temporalidades.

A hermenêutica bíblica, até o questionamento empreendido por Lutero e Espinoza nos séculos XVI e XVII, estabeleceu que os textos tinham um sentido e que era estratificado. É a denominada “[...] teoria das camadas de sentido do texto, elaborada por autores como São Jerônimo de Alexandria, Plotino e São Clemente” (DUNKER, 2015c, s/p). Tais estratos se sucediam na seguinte progressão de complexidade, no que tange à revelação de seu sentido:

⁶⁰ DUNKER, C. I. L. *Leitura, Interpretação, Comentário e Reconstrução A Querela do Método em Psicanálise*. 2015. Disponível em: <http://www.voxinstituto.com.br/wp-content/uploads/bsk-pdf-manager/6_2015_A_QUERELA_DO_METODO_PSICANALITICO_CHRISTIAN_DUNKER.PDF>. Acesso em: 18/01/2017, às 17h.

- **sentido literal:** diz respeito ao que é imediatamente apreensível ao texto e corresponde à dimensão da leitura;
- **sentido anagógico:** pressupõe um convite a uma leitura política, remetendo ao significado social da história para determinado grupo e se prende à dimensão do comentário do texto, que admite a verdade como uma constante do escrito. A função do texto nessa camada é estabelecer a comunhão de entendimento dos leitores;
- **sentido moral:** é da ordem da interpretação e diz de uma dimensão, na qual o escrito endereça-se ao indivíduo. Aqui, o texto cumpre função educativa de elevação ou rebaixamento, de integração ou isolamento;
- **sentido alegórico:** considera a existência de um código de leitura não evidente, que permite ao iniciados acesso a um sentido tácito das passagens e movimentos do escrito.

A apresentação desses níveis de sentido do texto viabiliza a construção da figura de uma pirâmide, cuja base é constituída pelo sentido literal, acessível aos trabalhadores e artesãos, e o cúspide diz respeito ao alegórico, destinado aos aristocratas pensantes. Com o advento dos pressupostos que caracterizam o tempo moderno, ocorrem alterações.

De acordo com Dunker (2015c, s/p), a modernidade propõe uma inversão na hierarquia dos sentidos, convertendo em mais relevante “[...] a dimensão do arquivo, de documento, de testemunho do que a dimensão de sentido ligada com a revelação de uma camada de sentido secreta e epifânica.”.

Entretanto, no que concerne às ciências humanas, a exatidão e a reprodutibilidade experimental não podem ser exercidas em sua concretude, pois seus métodos incluem o exame da produção de sentido, partindo de sua literalidade. E é exatamente nesse ponto que a leitura lacaniana incide, agregando sua semiologia ao campo e ao método de investigação da psicanálise. A respeito, assim se expressa Dunker (2015c, s/p):

O sentido inconsciente não era algo profundo, acessível apenas a quem tivesse as chaves iniciáticas de seu funcionamento, mas ele se dá na superfície, sem profundidade, mas nas articulações entre significantes. Ele não é composto de conteúdos, mas por variações de forma. Eles não consistem em significados, mas em posições significantes.

A proposta não é, portanto, uma retomada da fé interpretativa, mas interpelar o sentido pela negatividade de um avesso, pelas “[...] zonas e estratégias de produção de ‘não sentido’ [...].” (DUNKER, 2015c, s/p)

Lacan destaca esse não sentido em diferentes momentos, como quando assinalou a preponderância do significante em relação ao significado e indicou a conceitualização da noção de gozo; ou, ainda, quando, a partir da pulsão de morte freudiana, formulou o objeto *a*, introduziu o registro do real e, com ele, a dimensão lógica do impossível, e evoluiu o deslizamento do sintoma para o *sinthoma*.

Todos esses pontos serão operadores da nossa metodologia aqui. No entanto, é quando formula a teoria dos discursos – influenciado pela proposição de Jakobson de que toda comunicação exige um emissor, um receptor, um código e uma mensagem – que ele sinaliza o não-sentido emergindo no laço entre os falantes. A semiologia lacaniana, com seus pressupostos alicerçados na Linguística, ou melhor, na *linguisteria*, no estruturalismo e na topologia, encontram espaço de ação na psicanálise em extensão pela via da proposição dos discursos.

A hermenêutica psicanalítica expressa-se na proposição de que o inconsciente é estruturado como uma linguagem que, por seu funcionamento pulsátil, só pode ser suposto a partir da leitura de seu não-sentido, posta em marcha na fala (oral ou escrita) por meio da álgebra discursiva. Talvez, esse seja um entendimento possível para o “colocar algo de si” que Lacan endereça a seu leitor. Amparado na semiologia lacaniana, exercer tal hermenêutica compreende os tempos lógicos, e não, cronológicos, de leitura, do comentário, da interpretação e da reconstrução.

Nossa proposta aqui é uma hermenêutica, não como a empregada por Lacan, no que concerne aos textos freudianos, mas em relação aos textos jornalísticos, tendo em conta que eles configuram um dizer que constroi laços. Não tomaremos as reportagens como unidades independentes, nem nos situaremos a partir da crença

de que a existência de entidades universais, como a Ciência, por exemplo, garanta a verdade do texto. Partiremos da proposição das reportagens como discursos que reverberam dois tipos de laços específicos, como veremos após a leitura, o comentário e a interpretação dos artigos, no tempo da reconstrução.

4.2.2 – A notícia em tempo real: tudo o que devemos saber acerca do autismo em quinze reportagens

Apresento a seguir a Tabela 1, na qual constam informações a respeito das matérias encontradas no período determinado pela pesquisa: de fevereiro de 2014 a julho de 2015.

Tabela 1 – Publicações a respeito do autismo: matérias encontradas, data das publicações e fonte da informação.

Mês/ano	Folha de S.Paulo	Revista Exame
julho/2015		
junho/2015		
maio/2015		<i>Equipe encontra variante genética relacionada com o autismo.</i> <i>Bebê prematuro tem mais chance de desenvolver autismo</i>
abril/2015		
março/2015	<i>Ressonância magnética detecta diferenças em cérebro autista</i> <i>Estudo genético liga inteligência a risco de ter autismo</i>	
fevereiro/2015		
janeiro/2015		
dezembro/2014		<i>Estudo revela vínculo entre pré-eclâmpsia e autismo</i>
novembro/2014	<i>Em laboratório, cientista cura neurônio autista</i>	

outubro/2014		
setembro/2014		
agosto/2014		<i>Cientistas testam tratamento para alguns sintomas de autismo</i>
julho/2014	<i>Vacina contra sarampo não causa autismo, reafirma estudo</i>	Software facilita a triagem de crianças com autismo
junho/2014		<i>Estudo americano aponta relação entre autismo e pesticidas</i>
maio/2014	<i>Causas do autismo seriam genéticas e ambientais na mesma proporção, diz estudo</i>	Causas do autismo são genéticas e ambientais na mesma proporção
abril/2014	<i>Pesquisador enfoca bioquímica do autismo</i>	
março/2014	<i>Estudo mostra áreas desorganizadas em cérebros de autistas</i>	<i>Autismo é resultado de anomalias nas estruturas cerebrais, mostra estudo</i>
fevereiro/2014	<i>Estudo explica por que autismo é mais comum em homens</i>	

Fonte: a pesquisadora.

Ao longo dos dezoito meses compreendidos no recorte da presente pesquisa, encontrei mais de quarenta reportagens que tratavam do autismo na somatória da *Revista Exame* e do jornal *Folha de S.Paulo*, das quais quinze se encaixavam no tema *corpo*.⁶¹

Analisarei sete reportagens publicadas no primeiro periódico e oito no segundo e é a respeito delas que agora me detenho na primeira etapa da hermenêutica: a leitura, que é entendida como uma tomada dos textos como independentes, somente se relacionado uns com os outros, suspendendo sua historicidade.

Quanto aos aspectos gerais, quatorze são reportagens que divulgam pesquisas realizadas e um consiste em uma entrevista com um pesquisador que se dedica ao tema. Sete artigos apresentam dados acerca da prevalência do autismo na população norte-americana; cinco afirmam ser de um a cada sessenta e oito pessoas autistas; e dois sustentam a relação de um para cada oitenta e oito. Em um deles – *Autismo é resultado de anomalias nas estruturas cerebrais, mostra estudo*

⁶¹ Todas as matérias integrantes da pesquisa documental encontram-se disponíveis para consulta nos sites da *Revista Exame* e do *Jornal Folha de S. Paulo*.

(*Revista Exame*, 27/mar/2014) – a afirmação é feita pelo diretor do Instituto Americano de Saúde Mental. Entretanto, nas demais matérias, não há qualquer referência à fonte de tais números. Todos os artigos – à exceção da entrevista intitulada *Pesquisador enfoca a bioquímica do autismo* (*Folha de S.Paulo* 8/abr/2014) – fazem referência ao fato de que o estudo em pauta foi publicado em periódicos científicos especializados, como, o *American Journal of Human Genetics*, o *New England Journal of Medicine* e a revista *Neuron*.

As publicações são constituídas basicamente por texto escrito, alguns apresentam fotografias meramente ilustrativas, que não foram especialmente produzidas para a matéria. Em *Estudo americano aponta relação entre autismo e pesticidas*, (*Revista Exame*, 23/jun/2014), encontramos quinze fotografias: duas que mostram aviões despejando pesticidas em plantações e as demais fazendo referência a outras substâncias tóxicas que causam doenças e alergias. Em duas reportagens – *Em laboratório, cientistas curam neurônio autista* (*Folha de S.Paulo*, 12/nov/2014) e *Estudo genético liga inteligência a risco de ter autismo* (*Folha de S.Paulo*, 27/mar/2015) – encontramos infográficos preparados especialmente para o conteúdo.

Em relação ao volume da escrita, os textos apresentam seu assunto utilizando em média cinquenta e três linhas (em fonte Times, tamanho 18), excluindo-se as manchetes e nome do autor ou agência fornecedora da reportagem. O texto mais longo é *Estudo americano aponta relação entre autismo e pesticidas* (*Revista Exame*, 23/jun/2014), que atinge cento e oitenta e sete linhas, no qual são descritos os efeitos de diversas substâncias químicas para a saúde. É importante ressaltar que o trecho dedicado ao autismo e sua relação com pesticidas vai até a linha quarenta e oito, representando menos de 26% do texto. O artigo mais curto é *Vacina contra sarampo não causa autismo, reafirma estudo* (*Folha de S.Paulo*, 2/jul/2014), que possui trinta linhas.

No que concerne à autoria, temos oito reportagens produzidas pelo próprio jornal ou revista – nas quais encontramos as frases *da redação* ou *de São Paulo* – seis provenientes de grandes agências – uma nacional e cinco internacionais; e uma entrevista oriunda do jornal o *The New York Times*. Entre os textos gerados no interior dos periódicos, defrontamo-nos com quatro assinados pelo autor e quatro sem autoria individual. Continuando a análise desse grupo, é importante ressaltar

que os quatro que possuem o nome do jornalista pertencem ao jornal *Folha de S.Paulo*, dos quais um é assinado por Ricardo Bonalume Neto e três são de Rafael Garcia (incluindo os dois com infográficos, aos quais nos referimos anteriormente). Dentre os artigos procedentes de agências internacionais, três tiveram elaboração coletiva e dois são de autoria de Jean-Philippe Ksiazek, da AFP (Agence France Presse). O único artigo da Agência Brasil, *Autismo é resultado de anomalias das estruturas cerebrais, mostra estudo* (*Revista Exame*, 27/mar/2014), não possui identificação de um jornalista específico. A Tabela 2, a seguir, mostra a origem dos textos e a divulgação da autoria de cada um.

Tabela 2 – Análise do aspecto autoral dos textos selecionados					
Proveniente da própria redação	8	com autoria individual			4
		com autoria coletiva			4
Proveniente de outro periódico	1	com autoria individual			
Proveniente de grandes agências	6			com autoria individual	3
				com autoria coletiva	2
		nacional	1	com autoria coletiva	

Com relação à repetição de conteúdo entre os dois periódicos, dispomos de duas situações que merecem menção. A primeira diz respeito à reportagem oriunda da AFP e veiculada em ambas publicações em 5 de maio de 2014. Em *Causas do autismo seriam genéticas e ambientais na mesma proporção*, há uma correspondência não somente por conta do estudo que as baliza, mas em relação a cada linha escrita. Apenas uma única palavra diferencia os artigos. No texto da *Folha de S.Paulo*, encontramos “Um amplo estudo realizado na Suécia indica que [...]” e, na *Revista Exame*, no local do vocábulo *indica* nos deparamos com *mostra*.

O segundo caso de semelhança entre reportagens, verifica-se em *Estudo mostra áreas desorganizadas em cérebro de autistas* (*Folha de S.Paulo*, 28/mar/2014) e *Autismo é resultado de anomalias nas estruturas cerebrais, mostra estudo* (*Revista Exame*, 27/mar/2014), a primeira produzida pela Reuters e a segunda, pela Agência Brasil. Ambas fazem referência a uma pesquisa da Universidade da Califórnia, publicada no *New England Journal of Medicine*, no qual

se afirma que o autismo resulta de anomalias cerebrais no desenvolvimento fetal. O texto é distinto, não só no que concerne às palavras empregadas, mas apresentam dados estatísticos diferentes. O texto da *Folha* diz: “Nos EUA, cerca de uma em cada 68 crianças possui o diagnóstico de transtorno do espectro autista.”, mas não revela se a fonte dos dados é a própria pesquisa ou outra. Na reportagem da *Exame*, o diretor do Instituto Americano da Saúde Mental, organização que financiou o trabalho, Thomas Insel, afirma que o autismo “[...] atinge uma em cada 88 crianças nos Estados Unidos.”.

No que tange ao tratamento, nem todos os textos apresentam tal temática. Defrontamo-nos com onze matérias que não abordavam o assunto; e quatro que apresentavam diretrizes claras em relação ao tema. Entre as produções do último conjunto, uma versava sobre a questão a partir do ponto de vista temporal, sustentando a precocidade com que o tratamento deveria começar; as outras três apresentavam os fármacos como a terapêutica eleita.

Após esse apanhado, acreditamos ter trazido um panorama geral da leitura dos textos e de algumas relações entre eles. Passaremos agora para uma segunda etapa, que compreende o comentário e a interpretação.

O primeiro alinha-se ao sentido anagógico do escrito e apreende o texto como “[...] uma unidade dependente de suas próprias condições históricas e conceituais de produção” (DUNKER, 2015c, s/p) O comentário reconhece o conflito no sentido do escrito, exhibe o desencontro daquilo que se diz e reconstrói a narrativa, buscando explicitar tais aspectos, tendo como horizonte a verdade que se encontra no texto.

A interpretação, diz respeito à esfera do sentido moral na hermenêutica antiga e aqui é evocada para tratar do conflito que emerge em consequência do comentário. A abertura provocada suscita interpretação diante das novas evidências e desvela que aquilo que se constroi sob o nome de consciência – entendida tanto na acepção médica,⁶² quanto a seu significado no pensamento cartesiano⁶³⁻⁶⁴ – revela o sujeito (\$), mesmo quando o nega.

⁶² “[...] med. estado do sistema nervoso central que permite a identificação precisa, o pensamento claro e o comportamento organizado p. opos. a **inconsciência**”

⁶³ “fil. no *cartesianismo*, a vida espiritual humana, passível de conhecer a si mesma de modo imediato e integral, estabelecendo dessa maneira uma evidência irrefutável de sua própria existência e, por extensão, da realidade do mundo exterior.”

Ainda em consonância com Dunker (2015c, s/p), “[...] a interpretação parte do fato de que a estrutura de verdade de um texto apresenta lacunas, que ela não é completa e para tanto requer uma perspectiva adicional que é a interpretação.”. Considerando tais aspectos e adicionando a eles a ponderação de que o método psicanalítico depende do comentário, mas é intrinsecamente transportado para a interpretação, passaremos à etapa dois de nossa leitura.

Em *Estudo explica por que autismo é mais comum em homens* (Folha de S.Paulo, 28/fev/2014)⁶⁵, o primeiro texto em nossa linha do tempo, o tema do autismo é tomado a partir do cérebro e é entendido como um distúrbio, conforme apontado neste trecho que dá início à reportagem: “Que homens têm maior risco de distúrbios no desenvolvimento neurológico – do cérebro e do sistema nervoso, por exemplo o autismo – do que as mulheres têm, já se sabia. As estatísticas médicas são claras.”

O primeiro aspecto que nos chama atenção em tal excerto é a certeza com que um assunto tão complexo é apresentado. Ao leitor, não cabe a dúvida quanto à preponderância no universo masculino daquilo que se chama “distúrbios do desenvolvimento neurológico” pois as “estatísticas médicas são claras”, embora não encontremos nada a esse respeito nos parágrafos seguintes. Adiante, o autor afirma que, até então, o não saber residia na origem de tal diferença, mas que um estudo que analisou milhares de casos resolveu a questão, demonstrando que a origem está na genética.

Após afirmar que o cérebro de homens e mulheres tem várias diferenças que vão se construindo desde a infância e que mutações genéticas colocam em risco o desenvolvimento neurológico, Ricardo Bonalume Neto, que assina a notícia, afirma:

O que se viu agora é que as mulheres tem mais resistência do que os homens quando se trata de acumular mutações genéticas nocivas. Os ‘defeitos’ nos genes que bastam para causar os problemas precisam estar em bem maior quantidade nas mulheres para produzir o mesmo efeito nocivo nos homens.

⁶⁴ Fonte: Grande Dicionário Houaiss versão digital. Acesso em: 27/01/2017, às 20h.

⁶⁵ <http://www1.folha.uol.com.br/eqilibrioesaude/2014/02/1419122-estudo-explica-por-que-autismo-e-mais-comum-em-homens.shtml> Acesso em: 17/01/2017, às 19h.

Nesse trecho, encontramos algumas ideias que merecem ser destacadas: primeiro, temos a noção de que a diferença entre o corpo masculino e feminino ocorre também no cérebro e, mais especificamente, na quantidade de mutações genéticas que cada um pode suportar. A segunda concepção que vem à tona é a do cérebro do autista como possuidor de defeitos nos genes.

O jornalista traz à cena a fala de um dos pesquisadores principais, Sébastien Jacquemont, da Universidade de Lausanne, na Suíça, que afirma: “Este é o primeiro estudo que de modo convincente demonstra uma diferença a nível molecular entre garotos e garotas que foram para clínicas por conta de um distúrbio de desenvolvimento.”.

A explicação dos procedimentos da pesquisa que, de fato, poderiam tornar possível ao leitor decidir se está ou não convencido do resultado do estudo, restringem-se a um parágrafo em que se afirma que a equipe analisou duas bases de dados, a saber: uma de indivíduos com “problemas de desenvolvimento neurológico” (9.206 do sexo masculino e 6.379 do feminino); e de 762 “famílias afetadas pelas várias formas de autismo”. E finaliza, afirmando: “O estudo envolveu checar variações no número de cópias de um gene específico, e variações que afetavam uma parte bem menor do genoma, uma mera ‘letra’ do alfabeto genético.”

É preciso destacar que a forma como as informações coletadas foram analisadas, bem como, a origem dos bancos de dados que nutrem o trabalho, não é explicitada, fato que compromete o entendimento da pesquisa como um todo. Igualmente, sublinhamos o caráter que certas palavras, como gene, genoma, alfabeto genético têm no texto. Por um lado, são tomadas como de compreensão certa o que não é verdade, tendo em vista que a *Folha de S.Paulo* é um jornal para o grande público, e não, específico para médicos, geneticistas e pesquisadores de áreas afins; e, por outro, conferem um aspecto científico ao artigo, caráter que é comprometido pela ausência de fontes e pela falta de coerência na explicitação dos procedimentos de pesquisa.

O fim da reportagem faz menção à existência de outras pesquisas de saúde pública realizadas por “instituições que lidam com pessoas com distúrbios intelectuais”, mas não temos nenhuma indicação de quais são as instituições e que estudos são esses. Chama-nos a atenção o fato de que, no trecho recém-

destacado, o autismo é designado claramente como algo que compromete aspectos intelectuais, ideia que encontramos na legislação brasileira.

Embora, como anunciado na manchete, os homens e o autismo sejam o tema principal da pesquisa e da reportagem, o texto é finalizado enfocando as mutações genéticas femininas. Vejamos sua última frase: “‘Este estudo’, escreveram os autores, é uma ‘forte indicação’ de que as mulheres têm um grande aumento de mutações em casos variados de distúrbios de desenvolvimento neurológico.”

Para além da citação confusa, que coloca aspas em quatro palavras que não nos dizem muito e as retira na parte em que estão os aspectos principais, a mensagem final é que o cérebro das mulheres tem muitas mutações quando essas apresentam distúrbios, mas nada se fala acerca do cérebro masculino na conclusão do texto.

A próxima apreciação será feita a partir de duas reportagens que abordam a mesma pesquisa, realizada pela Universidade da Califórnia, em San Diego, e que foram publicadas com um dia de diferença.

Em 27 de março de 2014, a *Revista Exame* publica *Autismo é resultado de anomalias nas estruturas cerebrais, mostra estudo*⁶⁶ e, no dia seguinte, a *Folha* apresenta, na seção Equilíbrio e Saúde, *Estudo mostra áreas desorganizadas em cérebros de autistas*.⁶⁷ O trabalho ao qual ambas fazem referência indica que a origem do autismo se encontra no desenvolvimento de estruturas cerebrais do feto. Nos dois textos, o autismo é tomado como fruto dessas anomalias.

A pesquisa consistiu, de acordo com os artigos, na retirada e na análise de tecido cerebral de onze crianças autistas mortas, com idade entre dois e quinze anos, que foram contrapostas a amostras de onze crianças não autistas. A comparação com o grupo de controle demonstrou diferenças entre os cérebros. Vejamos a explicação dos resultados nos dois periódicos:

Utilizando uma coleção única de marcadores moleculares aplicados ao cérebro de crianças que já haviam morrido, eles encontraram

⁶⁶ <http://exame.abril.com.br/ciencia/autismo-e-resultado-de-anomalias-nas-estruturas-cerebrais-mostra-estudo/> Acesso em: 17/01/2017, às 19h.

⁶⁷ <http://www1.folha.uol.com.br/equilibrioesaude/2014/03/1432099-estudo-mostra-areas-desorganizadas-em-cerebros-de-autistas.shtml> Acesso em: 17/01/2017, às 19h.

áreas na superfície do órgão nas quais faltavam certos componentes celulares.

Células cerebrais ainda estavam presentes nessas áreas, mas elas não possuíam determinadas proteínas que são encontradas em cérebros normais., disse Rich Stoner, um dos autores do artigo, publicado ontem na revista científica *New England Journal of Medicine*. (Folha de S.Paulo)

E assim é noticiada a mesma informação na revista Exame:

‘O desenvolvimento do cérebro de um feto durante a gravidez inclui a criação do córtex – ou córtex cerebral – composto por seis camadas distintas de neurônios’, precisou Eric Courchesne, diretor do Centro de Excelência em Autismo da Universidade da Califórnia (San Diego), principal coautor da pesquisa. ‘Nós descobrimos anomalias no desenvolvimento das camadas corticais na maioria das crianças autistas’, acrescentou. (Revista Exame)

Há certa tensão entre os dois conteúdos, porque o primeiro menciona uma ausência de proteínas, o que nos remete à bioquímica, e não mostra a relação entre essas macromoléculas e o feto nem explica seu papel na produção das distinções. No outro excerto, tem-se a ideia de algo estrutural na anatomia que se desenvolve de forma anômala no bebê, ainda no útero da mãe. A utilização de palavras que pressupõem, no mínimo, um interesse pela área da genética dificulta o acesso aos procedimentos da pesquisa e cria uma espécie de aura enigmática que torna impraticável ao leitor geral se posicionar em relação ao assunto.

À primeira vista, poderíamos pensar que a crença dos dois textos é a de que expressões como “marcadores moleculares”, “camadas corticais” e “córtex cerebral” são absolutamente transparentes aos leitores, mas como parecem não ser tão familiares inclusive aos que escreveram as reportagens, podemos pensar que tais textos, pouco esclarecedores e recheado de jargões biogenéticos, buscam exatamente espalhar a ideia de um saber especializado que outorga poder àqueles que o possuem.

Os dados com relação à prevalência do autismo na população americana são conflituosos, pois a relação é de uma em cada sessenta e oito crianças e, em outro, é de uma em cada oitenta e oito, mas não existe menção a uma possível fonte de consulta de que o leitor possa valer-se.

Os desencontros entre os dois artigos que tratam da mesma pesquisa, fizeram-nos recorrer à leitura do artigo original. Lá, não há qualquer menção direta a proteínas (embora tenhamos, no que se refere à análise dos marcadores celulares, referência ao neurotransmissor ácido γ -aminobutírico) nem a estatísticas que expressem a prevalência de autismo na população norte-americana. Apenas encontramos a referência a uma expressão anormal dos genes que regem a regulação do ciclo celular (sucessão de fases pelas quais uma célula passa ao produzir células novas) e, por consequência, o número de neurônios, da integridade do DNA e do padrão cortical no córtex pré-frontal em crianças diagnosticadas com autismo. Segundo os autores do estudo:

Entre crianças com idades entre 2 e 16 anos [aqui vemos que o recorte dos periódicos não é fiel ao que está na pesquisa], aqueles com autismo, em comparação com crianças não afetadas, tinham cérebros anormalmente pesados e um aumento relativo de 67% no número total de neurônios no córtex pré-frontal.⁶⁸ (tradução livre)

A questão de o cérebro ser mais pesado é mencionada no artigo da *Folha de S.Paulo*, no último parágrafo, mas não se estabelece a relação com a falta de proteínas.

Em ambos artigos, não há elementos que viabilizem a compreensão da pesquisa, de sua metodologia nem de seus resultados. O leitor que almejasse entender sobre o estudo precisaria lançar mão de uma busca particular de dados para estabelecer uma narrativa coerente. Caso contrário, as informações fragmentadas não o levariam ao entendimento, mas produziria um resíduo que se presta a propagar a ideia de que há algo anormal no cérebro dos autistas que, como na reportagem anterior, é todo o corpo apresentado desses sujeitos.

O quarto texto a ser analisado é uma entrevista publicada no *The New York Times* e traduzida pela *Folha de S.Paulo*: *Pesquisador enfoca bioquímica do autismo*

⁶⁸ Disponível em: STONER, R.; CHOW, M. L.; BOYLE, M. P.; SUNKIN, S. M.; MOUTON, P. R.; ROY, S.; WYNshaw-BORIS, A.; COLAMARINO, S. A.; LEIN, E. S.; COURCHESNE, E. Patches of Disorganization in the Neocortex of Children with Autism. Journal Article, 2014, *New England Journal of Medicine*, 4100 - <http://www.nejm.org/doi/full/10.1056/NEJMoa1307491>.
SO - New England Journal of Medicine March 27, 2014 370 (13): 1209-1219. <http://www.nejm.org/doi/full/10.1056/NEJMoa1307491#t=article>, p. 1209-1219. Acesso em 22/01/2017, às 13h.

(8/04/2014)⁶⁹, de Claudia Dreifus. O texto apresenta as ideias de Ricardo E. Dolmetsch, pesquisador que, segundo a jornalista, “[...] lidera uma grande mudança nas pesquisas sobre autismo, deixando de lado questões comportamentais para focar a biologia e a bioquímica celular”.

A breve apresentação que o artigo faz de Dolmetsch salienta que ele realizou a maioria de suas pesquisas na Universidade de Stanford, mas se licenciou da academia para trabalhar no Instituto Novartis de Pesquisas Biomédicas. Vejamos o trecho que antecede a entrevista, no qual o bioquímico salienta o motivo que o levou a tal escolha: “As empresas farmacêuticas possuem recursos financeiros e organizacionais que me permitem fazer coisas que, como acadêmico, não estariam ao meu alcance”, explicou. ‘Quero realmente encontrar um medicamento.’”.

A busca de Dolmetsch é também de cunho pessoal, pois, conforme apontado na reportagem, em 2006, seu filho, com quatro anos à época, recebeu o diagnóstico de autismo e ele relata que, após um período confuso, decidiu fazer tudo para ajudá-lo. As primeiras percepções decorrentes de tal resolução são contadas por ele da seguinte forma:

Descobrimos então que não havia muitas coisas médicas que pudessem ser feitas. Há abordagens comportamentais que podem melhorar as coisas, mas nenhuma delas é a cura. A partir do momento em que entendemos isso, comecei a mudar o rumo de meu laboratório para direcioná-lo a estudos sobre autismo e doenças do desenvolvimento neuronal.

Para além da motivação do pai na busca de ajuda para seu filho, encontramos muitos elementos a destacar.

O primeiro diz respeito à concepção de medicina como algo objetivo, que busca o resultado e que não implica medidas paliativas. Esse fato é ambíguo, quando consideramos, por exemplo que, em um caso de gripe, uma doença de evolução previsível, mas acerca da qual o médico não tem o poder de cura, medidas balsâmicas fazem parte da clínica. O mesmo se aplica a diversos processos cancerígenos, embora, nesse caso, a pesquisa para a cura também esteja no horizonte.

⁶⁹ <http://www1.folha.uol.com.br/eqilibrioesaude/2014/04/1436481-pesquisador-enfoca-bioquimica-do-autismo.shtml> Acesso em: 17/01/2017, às 19h.

Na afirmação “não havia muitas coisas médicas que pudessem ser feitas”, encontramos uma concepção de medicina que afasta a subjetividade dos envolvidos. Segundo Blank (1985, p. 11), o sofrimento é a pedra fundamental da medicina, tanto no que concerne a seu processo histórico, quanto àquilo que se renova a cada consulta, o saber médico construído por um sofrer.

Podemos evidenciar também a crença no poder da Ciência na atitude do pesquisador, ao sustentar que o que não tem resposta precisa de mais pesquisa. Tal aspecto reforça a ideia, que expusemos no Capítulo um, de um pensamento científico onipotente, que pretende extinguir a dimensão do impossível. Com isso, no entanto, não estamos propagando a outra face da crença que pressupõe que devamos contemplar o que nos aparece como destino e parar de nos perguntar os porquês de tudo. Ao revelar as armadilhas da certeza de um e outro lado, buscamos nos afastar de tais posições, afirmando que o destino que, em tempos antigos, tinha um quê de imobilidade resignada e religiosidade, hoje, pode assumir muitas feições, inclusive a da Ciência.

Em relação a destino, Dolmetsch diz à jornalista, quando perguntado a respeito de seu papel no tema das pesquisas que desenvolve:

Não acredito em destino. Houve uma motivação. Comecei a ler e percebi que a grande mudança isolada que poderia fazer avançar as pesquisas sobre autismo era a revolução genética. Porque, com ela, hoje podemos identificar mutações genéticas associadas às doenças do desenvolvimento neuronal. Existem cerca de 800 mutações diferentes associadas ao autismo.

A entrevista de Dolmetsch que começa com a expressão da vontade de encontrar um medicamento e passa pela tarefa paterna que ele se auto impõe ao afirmar “Vou fazer tudo para ajudá-lo.”, chega, na passagem acima, ao pesquisador que não acredita em destino e que se engaja no que ele denomina “revolução genética”. A convicção expressa por ele parece amparar-se no princípio de que o saber genético está escrito no organismo de cada humano à espera de um leitor que o decodifique (não seria esse mesmo o sentido de código genético?). A esse respeito, Bassols I Puig (2015b, p. 15) declara:

Seja no neurônio ou no que se isolou como gene, esses objetos se apresentam com um saber já escrito, um saber que seria um saber não suposto, e sim, totalmente exposto, um saber sobre o qual sempre se poderia perguntar qual sujeito o escreveu.

Ao corpo tomado como exclusivamente genético, a questão do destino se apresenta como as leis naturais, às quais estão sujeitas todas as pessoas. A genética do autista, que é fruto de mutação, uma genética mutante expressa-se de forma incomum e precisa ser lida para, então, ser modificada. Vejamos tal pensamento materializado na entrevista:

O que falta, na maioria dos casos [de autismo], é uma compreensão do que fazem essas mutações, para que então possamos alterar a biologia molecular das células do sistema nervoso central para fazer com que funcionem normalmente.

E, pouco mais adiante, o pesquisador completa: “Se pudéssemos pegar células da pele de uma criança autista e convertê-las em neurônios, poderíamos entender o tipo de autismo que a criança tem e que tratamentos químicos poderiam ajudá-la.”.

O anúncio da vontade de achar um medicamento e o fato de só cogitar os tratamentos químicos não causa inquietação aparente, nem do entrevistado nem da entrevistadora. O propósito da pesquisa não é questionado pela jornalista, que não estabelece nenhuma relação de conflito entre ele e o fato de Dolmetsch trabalhar para a Novartis, um grande grupo farmacêutico suíço, que se beneficiaria diretamente e financeiramente do resultado do estudo.

Partiremos agora para o exame das duas reportagens idênticas que mencionamos anteriormente, cuja semelhança se apresenta tanto em relação à manchete como quanto ao conteúdo. Em *Causas do autismo são genéticas e ambientais na mesma proporção*⁷⁰⁷¹ (05/05/2014), cuja fonte é a AFP, é veiculado o resultado de uma pesquisa realizada na Suécia, que analisou dados de mais de dois milhões de pessoas no período entre 1982 e 2006. A abrangência da pesquisa é

⁷⁰<http://www1.folha.uol.com.br/equilibrioesaude/2014/05/1449422-causas-do-autismo-seriam-geneticas-e-ambientais-na-mesma-proporcao-diz-estudo.shtml> Acesso em: 17/01/2017, às 19h.

⁷¹<http://exame.abril.com.br/ciencia/causas-do-autismo-seriam-geneticas-e-ambientais-na-mesma-proporcao/> Acesso em: 17/01/2017, às 19h.

realmente algo que, como destacado na reportagem, chama atenção não só pelo recorte longitudinal apresentado, que cobre vinte e quatro anos, mas, sobretudo, pela amostragem de indivíduos. É, segundo o texto, “[...] o maior estudo já realizado sobre as origens genéticas do autismo”. Encontramos no segundo parágrafo da reportagem o depoimento de um pesquisador de outro país que afirma:

‘Ficamos surpresos com o resultado, porque não esperávamos que os fatores ambientais fossem tão importantes para o autismo’, comentou Avi Reichenberg, pesquisador do Mount Sinai Seaver Center for Autism Research, em Nova York.

Tal surpresa se justifica se rememorarmos que, até agora, todas as pesquisas apresentadas e, excetuando-se a que está em análise, todas as que serão alvo de exame desprezam ocorrências que não sejam genéticas para a configuração de um diagnóstico de autismo. Mesmo aquelas que aceitam causas ambientais, como a que trata de pesticidas as consideram em um contexto de formação fetal e de reprodução celular. O tom de espanto continua ao longo do texto: “Os pesquisadores disseram terem se surpreendido, ao descobrirem que a genética tem um peso de cerca de 50%, muito menos que estimativas anteriores, de 80% a 90%, segundo um artigo publicado no Journal of American Medical Association.”

O curioso é que, nas trinta e uma linhas dedicadas ao estudo, apenas uma a mais do que a mais curta entre todas as reportagens com as quais estou trabalhando, existe o comentário de outro pesquisador, a referência a outro artigo publicado, a evocação, novamente, do dado de que a prevalência do autismo é de uma para cada sessenta e oito crianças norte-americanas, mas não há menção aos nomes daqueles que desenvolveram a pesquisa que é tema principal da notícia. A única informação é que o estudo foi realizado na Suécia e que seus autores trabalham em Londres e em Estocolmo, tratando-se talvez de um grupo internacional.

Similarmente, não encontramos alusão ao fato de a pesquisa ter ou não sido publicada em algum periódico científico. Sem autoria e sem fonte, não podemos nos aprofundar no entendimento da única investigação que apresenta um contraponto à propagação de que o autismo é exclusivamente genético, embora ela seja textualmente definida como a maior já realizada.

Parece-nos que o componente surpresa, além de atordoar o cientista que se pronunciou a respeito do tema, também confundiu os jornalistas, haja vista que, no último parágrafo, encontramos a referência à origem genética e pré-natal. “Os cientistas ainda desconhecem as origens do autismo. Estudos recentes apontam para uma origem pré-natal deste fenômeno patológico.”. Em uma reportagem que se propõe a abordar uma pesquisa que refuta a certeza da absoluta primazia genética no autismo, a neutralidade jornalística rememora a pesquisa genética que ambos periódicos apresentaram, de forma confusa aliás, em março do mesmo ano.

Há ainda um último ponto a destacar, antes de avançarmos. A única palavra que difere entre uma e outra publicação, ao ser tomada isoladamente, passaria despercebida, mas diante do contexto apresentado, merece realce. Vejamos as duas passagens com as palavras em negrito: “Um amplo estudo realizado na Suécia **mostra** que os fatores ambientais são tão importantes quanto a genética como causa do autismo.” (*Revista Exame*) e “Um amplo estudo realizado na Suécia **INDICA** que os fatores ambientais são tão importantes quanto a genética como causa do autismo.” (*Folha de S.Paulo*).

No lugar de *mostra*, da *Exame*, encontramos a palavra *indica*, estranhamente grafada em caixa alta no texto da *Folha de S.Paulo*. Embora as duas palavras possam ser utilizadas como sinônimos, há distinção em seus significados. Segundo o Dicionário Houaiss,⁷² à palavra *indicar* cabem as acepções: fazer o esboço de; esboçar, delinear, cujo exemplo de uso é “apenas indicaram o plano, mais tarde, fornecerão os detalhes”. Tal aspecto faz a palavra *indicar* comportar também, mas não apenas, é claro, o sentido de algo que se esboça, inconcluso, fato que não ocorre ao vocábulo *mostrar*. Poderíamos alegar que a questão da tradução é um complicador – e sem dúvida é –, mas, mesmo no processo de tradução, há escolhas a serem feitas e posicionamentos a serem tomados.

Como a proposta de nossa hermenêutica compreende uma historicização e uma ancestralidade do que se escreve, repararemos a omissão da reportagem. A equipe da investigação é coordenada por Sven Sandin, do Instituto Karolinska, e o artigo que expõe todos os desdobramentos metodológicos e o desfecho da pesquisa foi publicado no periódico médico *JAMA* com o nome “The familial risk of autism” (O

⁷² Disponível em: <https://houaiss.uol.com.br/pub/apps/www/v3-0/html/index.htm#9> Acesso em 27/jan/2017, às 10h.

risco familiar de autismo), em 7/05/2014, apresentando a conclusão de que a hereditariedade do TEA “[...] foi estimada em aproximadamente 50%.”.⁷³

A sétima reportagem é *Estudo americano aponta relação entre autismo e pesticidas* (*Revista Exame*, 23/jun/2014)⁷⁴, foi realizada pela Universidade da Califórnia Davis e publicada na revista *Environmental Health*. O texto aponta para questões ambientais no desenvolvimento do autismo, ao relacionar a utilização de pesticidas à residência da gestante em áreas de maior contato com tais substâncias entre o segundo e o terceiro mês da gestação. Quanto à metodologia, encontramos a seguinte passagem:

Os pesquisadores compararam dados sobre a utilização de pesticidas na Califórnia na residência de 1000 pessoas que participaram de um estudo de famílias com crianças autistas. ‘Observamos onde viviam os participantes do estudo durante a gravidez e no momento do nascimento’, explicou um dos autores do estudo, Irva Hertz-Picciotto [...]

Acerca das conclusões às quais chegaram, podemos destacar que “O desenvolvimento do cérebro do feto poderia ser particularmente sensível a pesticidas, de acordo com os autores do estudo.”.

E, mais adiante, outra autora da investigação, Janie Shelton, afirma:

Apesar de ainda termos que ver se alguns subgrupos são mais sensíveis do que outros à exposição a pesticidas, a mensagem é clara: as mulheres grávidas devem prestar atenção e evitar qualquer contato com produtos químicos agrícolas.

A parte que diz respeito ao autismo acaba aí, na linha quarenta e oito de um artigo que possui cento e oitenta e sete. Posteriormente, temos uma longa listagem de substâncias que provocam reações alérgicas, intoxicações e doenças, fato que nos faz pensar que o assunto principal de tal reportagem não seja o autismo, mas os efeitos de substâncias químicas nos humanos.

⁷³ <http://jamanetwork.com/journals/jama/fullarticle/1866100?resultClick=1>. Acesso em 27/jan/2017, às 10h.

⁷⁴ <http://exame.abril.com.br/tecnologia/estudo-americano-aponta-relacao-entre-autismo-e-pesticidas/> Acesso em: 17/01/2017, às 20h.

Especificamente, em relação ao autismo, podemos perceber que o cérebro aparece novamente como o lugar no qual se inscreve a doença, haja vista que o estudo relaciona o contato com pesticidas à causa de malformação no cérebro do feto. Temos um corpo, ou melhor, um cérebro afetado em seu desenvolvimento por componentes químicos.

O próximo texto *Vacina contra sarampo não causa autismo, reafirma estudo (Folha de S.Paulo, 2/jul/2014)*⁷⁵, trata de uma revisão de pesquisas que foi publicada na revista *Pediatrics* e que reafirmou que vacinas contra sarampo, rubéola e caxumba não causam autismo. O pequeno artigo surge em meio a uma polêmica acerca da imunização que ocorria àquela época, na qual movimentos contra vacina começavam a se propagar em São Paulo. Simultaneamente, os pediatras registravam na cidade um pequeno surto da doença entre crianças não vacinadas. A pesquisa, que não tem o nome dos autores divulgado, afirma que “[...] algumas vacinas podem causar efeitos graves, mas eles são extremamente raros e não incluem autismo.”.

Embora não tenhamos nenhuma outra referência ao autismo no texto, encontramos elementos concernentes ao que circula no imaginário popular acerca das vacinas. Aparados pela ideia de mutação que um componente químico pode provocar no corpo da criança, certos grupos da sociedade sustentam a convicção de que o organismo do sujeito pode ser modificado e prejudicado pelo que de enigmático a manipulação de seres microscópicos representa. A reportagem se posiciona como um contraponto a tal imaginário, reafirmando a cientificidade da vacinação.

A nona reportagem é *Cientistas testam tratamento para alguns sintomas de autismo (Revista Exame, 23/ago/2014)*⁷⁶, que começa da seguinte forma:

O autismo resulta de um excesso de sinapses, as conexões nervosas do cérebro, concluiu uma pesquisa que poderá levar ao desenvolvimento de um tratamento para alguns sintomas dessa complexa síndrome.

⁷⁵ <http://www1.folha.uol.com.br/eqilibrioesaude/2014/07/1479593-vacina-contrasarampo-nao-causa-autismo-reafirma-estudo.shtml> Acesso em: 17/01/2017, às 20h.

⁷⁶ <http://exame.abril.com.br/ciencia/cientistas-testam-tratamento-para-alguns-sintomas-de-autismo/> Acesso em: 17/01/2017, às 20h.

Essa superabundância de conexões entre neurônios resulta de um mau funcionamento do mecanismo normal de eliminação das sinapses inúteis.

Aqui, novamente, o entendimento do autismo se concentra no cérebro a respeito de uma perspectiva bioquímica, visto que as sinapses são regiões de proximidade entre um neurônio e outro, nas quais impulsos nervosos são transmitidos de uma célula a outra por meio de elementos químicos presentes como mediadores, os chamados neurotransmissores. A partir de tal entendimento, que é dado como certo, é realizada, na Universidade de Columbia, em Nova York, uma série de experiências com ratos “modificados geneticamente para simular autismo” que consistem e produzir interrupções de sinapses. Assim nos é apresentado o estudo: “Para conseguir isso, bloquearam – com a ajuda do medicamento rapamicina – a ação da proteína mTOR, que regula a proliferação celular em mamíferos. Desse modo, eliminaram os sintomas típicos do autismo em roedores, como o de evitar contato com os demais.”.

O que suscita o questionamento nesse trecho é como se pode produzir ratos autistas? E, se é tão simples fabricar o autismo em roedores, não seria também possível o reverso? Será que é isso mesmo que os pesquisadores recriaram em laboratório ou isso é o que a compreensão do jornalista pôde apresentar a seus leitores?

O estudo também afirma que tal disfunção se desenvolve depois do nascimento o que nas palavras de David Sulzer, apontado como principal autor do trabalho, “[...] é potencialmente uma boa notícia ” pois, conforme nos é explicado no texto, o cérebro do recém-nascido “[...] produz uma enorme quantidade de sinapses” e, no transcurso da “[...] infância e adolescência, o cérebro normal começa a cortar conexões para que as diferentes partes possam se desenvolver sem estarem mergulhadas em um excesso de sinais.”.

Nessa publicação, há desde o início uma ligação entre a pesquisa e o tratamento por medicação. A Rapamicina já é prescrita, trata-se de um imunossupressor, isto é, um fármaco que reduz a eficiência do sistema imunológico e é utilizada em transplantados, para prevenir a rejeição de órgãos. No fim da reportagem, encontramos a seguinte passagem a respeito do medicamento: “O professor Sulzer considera a possibilidade de adaptar melhor a rapamicina (utilizada

em ratos para restabelecer o corte de sinapses) para tratar certos tipos de autismo, com objetivo de minimizar efeitos colaterais.”. É importante ressaltar que os efeitos colaterais não são mencionados no texto.

Cabe aqui um desvio para uma ponderação acerca de antecedentes históricos que foram evocados na leitura do artigo. O português António Egas Moniz desenvolveu, em 1936, uma técnica cirúrgica que lhe rendeu o prêmio Nobel de Medicina. Tal procedimento, conhecido como lobotomia ou leucotomia, consistia em literalmente cortar conexões entre os lobos frontais e o restante do cérebro. Mas essa intervenção caiu em desuso porque causava mutilação na maior parte dos pacientes, deixando-os inválidos. Além desse aspecto, é possível atribuir à superação de tal prática o início, em meados da década de 1950, da utilização dos primeiros psicofármacos. Essa pequena história da psiquiatria esteve presente em cada linha transposta pela leitura do texto da *Revista Exame*. O “corte de sinapses”, mencionado no artigo, graças à atuação de medicamentos, em uma doença que tem tantas controvérsias quanto à sua causa, assemelha-se a uma lobotomia de ordem química. Quando pensamos que os sujeitos de tais tratamentos, caso ele seja empregado de fato, seriam crianças em fase de constituição e adolescentes, parecem-nos uma mutilação química.

A respeito dessa ideia, encontramos recentemente uma entrevista de Peter Gøtzsche, médico e professor da Universidade de Copenhague, na Dinamarca, concedida ao jornal *El País*, na qual ele salienta o papel controverso dos fármacos no tratamento de psicoses e depressões:

Em 1954, quando a clorpromazina foi descoberta e chegou ao mercado, era considerada uma droga ruim, comparada a uma lobotomia química. Entretanto, um ano depois, de repente ficou boa. Isso é muito estranho. Houve um presidente da Sociedade Norte-Americana de Psiquiatria Biológica que afirmou que esse fármaco era como a insulina para o diabetes. É algo demencial, porque, se você tiver diabetes, lhe falta insulina, e quando lhe dão algo que lhe falta é um bom tratamento. Mas, quando você tem uma psicose, não lhe falta nada, então a comparação é errônea. Entretanto, desde que essa ideia foi lançada, fala-se em um desequilíbrio químico. Não há desequilíbrio químico, nunca se pôde demonstrar que haja nada nos

pacientes psicóticos ou depressivos que seja diferente das pessoas
sãs. O desequilíbrio químico é uma mentira.⁷⁷

A narrativa apresentada pelo professor e médico dinamarquês, ao nos dizer que ao psicótico nada falta e que o desequilíbrio químico é uma impostura, contraria a ideia hegemônica que encontramos na clínica psiquiátrica contemporânea e nos textos que propuseram um tratamento ao autismo.

A próxima pesquisa veiculada refere-se à investigação da bióloga da Universidade de São Paulo, Karina Griesi Oliveira. O texto *Em laboratório, cientistas curam neurônio autista (Folha de S.Paulo, 12/nov/2014)*⁷⁸ revela que, a partir da coleta de um dente de leite de um menino diagnosticado como autista, foi possível recriar em laboratório os neurônios da criança e “[...] testar pela primeira vez a ação de medicamentos sobre células nervosas afetadas por esse transtorno psiquiátrico.”. Segundo a reportagem, foi detectada uma mutação genética: “O menino tinha desativada uma de suas cópias do gene TRPC6, envolvido na regulação de impulsos nervosos de alguns neurônios.”.

Após uma temporada em Yale, Karina teve acesso a um banco de dados de genomas e encontrou duas outras pessoas autistas que tinham mutação no mesmo gene. Para continuar seu trabalho, a pesquisadora participou durante um tempo do laboratório coordenado pelo paulista Alysson Muotri, na Universidade da Califórnia. Lá, a pesquisadora conseguiu reconstituir neurônios do menino e observou que a mutação no referido gene impedia as células de assumirem o formato padrão e se interconectarem.

O jornalista Rafael Garcia, autor da reportagem, assinala:

Seu trabalho, descrito agora em estudo na revista ‘Molecular Psychiatry’, comprovou a ação do gene como fator de propensão ao autismo e ainda apresenta drogas candidatas a corrigir o problema. Quando os biólogos da USP e de San Diego identificaram uma mutação genética no menino autista que fornecera amostras de célula para o estudo, não demoraram a encontrar uma droga candidata a atacar o problema.

⁷⁷ Disponível em: http://brasil.elpais.com/brasil/2016/09/20/ciencia/1474391855_558264.html. Acesso em 22/01/2017, às 14h.

⁷⁸ <http://www1.folha.uol.com.br/ciencia/2014/11/1546751-em-laboratorio-cientistas-curam-neuronio-autista.shtml> Acesso em: 17/01/2017, às 21h.

A candidata já é conhecida entre os adeptos de fitoterápicos, a Hiperforina, uma substância presente na Erva-de-São-João comercializada, com o nome de hipericão, como antidepressivo. Segundo a reportagem, esse medicamento já havia se mostrado seguro e foi testado no mesmo menino fornecedor do dente, que frequentou o serviço de aconselhamento genético do Instituto de Biociências da USP. Vejamos a passagem:

Além de corrigir as células em laboratório, os pesquisadores chegaram a administrar a droga para o paciente, que foi tratado por três meses, período curto demais para a avaliação da eficácia. Os pais da criança desistiram da ideia, que requeria interrupção de outros tratamentos. Cinco anos depois, a USP perdeu o contato com o casal.

Como pudemos apreciar por meio da síntese realizada e das passagens destacadas, aqui, o corpo é concebido a partir de um gene anômalo que requer correção e o tratamento apresentado é o medicamentoso.

Em 8/12/2014, a *Revista Exame* publica *Estudo revela vínculo entre pré-eclâmpsia e autismo*⁷⁹, que relata uma pesquisa recém-publicada no periódico *JAMA Pediatrics*, na qual se postula que, quanto mais severa é a pré-eclâmpsia na mãe, maior a probabilidade de autismo no filho. A investigação foi feita com mais de mil crianças, filhas de mães diagnosticadas com a afecção e, na confrontação de dados, as descobertas foram as seguintes:

[...] ‘Nós descobrimos associações significativas entre a pré-eclâmpsia e os TEA, que aumentaram com severidade’, afirmou a principal autora do estudo, Cheryl Walker, professora assistente do departamento de obstetrícia e ginecologia da Universidade da Califórnia em Davis. ‘Nós também observamos uma associação significativa entre pré-eclâmpsia severa e atraso de desenvolvimento’, prosseguiu.

Embora não tenhamos outros detalhes da pesquisa, a reportagem termina fazendo referência a estudos anteriores – sem, no entanto, identificá-los – que

⁷⁹ <http://exame.abril.com.br/ciencia/estudo-revela-vinculo-entre-pre-eclampsia-e-autismo/> Acesso em: 17/01/2017, às 21h.

sugerem que tal distúrbio da gestante pode provocar autismo por privar o feto de nutrientes e oxigênio.

Aqui, como nas reportagens publicadas em março, em nossa linha do tempo, o corpo da criança autista é entendido como dotado de entraves na sua formação ainda no período fetal.

A décima segunda reportagem também é assinada por Rafael Garcia da *Folha de S.Paulo* e tem como manchete *Estudo genético liga inteligência a risco de ter autismo* (23/mar/2015).⁸⁰ No início, temos esta afirmação: “As mesmas alterações de DNA que tornam uma pessoa propensa a desenvolver autismo – transtorno mental que afeta a sociabilidade e comunicabilidade – estão correlacionadas a uma maior inteligência, sugere estudo.”.

O levantamento que permitiu tal conclusão é fruto de três pesquisas: duas realizadas na Escócia (uma em Edimburgo e outra no restante do país) e a terceira é proveniente da Austrália. Nos testes, os voluntários que somavam 12.306 pessoas, eram submetidos a variadas provas de inteligência e também tiveram seu DNA mapeado para ver quais deles tinham alterações genéticas semelhantes às encontradas no autismo. Os resultados foram confrontados com o de indivíduos diagnosticados como autistas.

Na reportagem, parece haver a ideia de um grupo que possui genes de propensão ao autismo que, independentemente de terem ou não o diagnóstico, apresentaram habilidade cognitiva ligeiramente maior do que os que não possuíam tal mutação e do que aqueles denominados como autistas severos. Contudo só é possível apreender tais aspectos pelo infográfico, pois o texto não deixa claro o procedimento da pesquisa e os grupos comparados.

No artigo, a pesquisadora Toni Clarke, da Universidade de Edimburgo, afirma que a população autista não tem habilidades cognitivas maiores, mas um grupo pequeno apresenta QI acima de 130. A reportagem continua afirmando:

Segundo a pesquisadora, a evolução humana favoreceu a disseminação de genes ligados à inteligência ao longo do tempo, e isso conferiu uma vantagem à média da população. O fato de alguns

⁸⁰ <http://www1.folha.uol.com.br/ciencia/2015/03/1608776-estudo-genetico-liga-inteligencia-a-risco-de-contrair-autismo.shtml> Acesso em: 17/01/2017, às 21h.

desses genes estarem ligados ao autismo e não serem eliminados pela evolução seria o preço que pagamos como espécie para aumentarmos nossa capacidade cognitiva.

Embora o texto também deixe de apresentar elementos que permitam ter mais clareza quanto à realização da pesquisa e do que ela implica, há uma ponderação acerca da evolução, colocando os genes atrelados à inteligência como um elemento que se perpetuou em nossa espécie e que, entre eles, alguns estariam ligados ao autismo.

O ponto mais impactante do artigo é a afirmação de que os genes autistas são **o preço que pagamos** por aumentarmos nossa capacidade cognitiva, um infortúnio. Essa é uma afirmação que não pode passar sem ser notada, pois sentenças assim, em uma publicação destinada ao grande público, constituem-se em pequenas sementes que podem servir ao preconceito e, quem sabe, de eugenismo.

Em 25/mar/2014, encontramos na *Revista Exame* esta publicação: *Equipe encontra variante genética relacionada com o autismo*,⁸¹ reportagem de Jean Philippe Ksiazek, da AFP. O tema principal é alicerçado por uma pesquisa publicada na revista *Nature* e realizada pela Universidade Johns Hopkins.

O trabalho consistiu na análise de material de famílias afetadas pelo autismo e na descoberta de uma “[...] variante genética rara que afeta as sinapses dos neurônios e oferece uma nova compreensão sobre as principais causas do autismo.”.

Liderado por Aravinda Chakravati, um grupo de pesquisadores confrontou dados genéticos de treze pacientes com autismo e pessoas de um banco de dados. Foram descobertos quatro genes potencialmente responsáveis pela doença. Assim registra o artigo: “Os resultados do estudo ‘acrescentam novas evidências que um funcionamento sináptico anômalo pode estar na base das anomalias cognitivas do autismo’, segundo o diretor do departamento de neurociências da Johns Hopkins, Richard Haganir.”

⁸¹ <http://exame.abril.com.br/ciencia/equipe-encontra-variante-genetica-relacionada-com-autismo/>
Acesso em: 17/01/2017, às 21h.

Entre os quatro genes identificados no primeiro momento da pesquisa como prováveis causadores do TEA, os pesquisadores “[...] decidiram se concentrar no conhecido como CTNND2.”. A razão de tal eleição é justificada pela localização desse gene, pois ele “[...] se situa em uma região do genoma que é associada com outros problemas intelectuais.”. As mutações, apesar de serem apresentadas como grande novidade, afetam as sinapses, aspecto que foi levantado por outros artigos que integram essa pesquisa documental.

A aposta na genética para desvendar o enigma do autismo é presente nesse texto que não aponta um tratamento, mas sinaliza o papel dos genes para “[...] elaborar novos tratamentos”.

Rafael Garcia, da *Folha de S.Paulo*, escreveu mais um texto a respeito do autismo, no recorte coberto pela presente pesquisa: *Ressonância magnética detecta diferenças em cérebro autista* (27/mar/2015)⁸². A reportagem é a primeira a trazer à cena o exame por imagem como um aliado nas pesquisas em relação ao autismo. No texto, é abordado, em seis parágrafos, o que denomina “uma resolução sem precedentes para estudos funcionais do cérebro” e começa apontando:

Pesquisadores usando uma nova técnica de imagem por ressonância magnética relataram ter conseguido enxergar pela primeira vez diferenças anatômicas e funcionais em cérebros autistas. Regiões implicadas em expressão facial e empatia estão implicadas no transtorno.

Já se sabia (por estudos em cérebros de pessoas mortas) que uma parcela da população autista tem o córtex – a camada de superfície do cérebro – mais espessa do que a população normal. Mas não se sabia ainda como isso se manifestava no funcionamento do cérebro.

No excerto acima, também encontramos a ideia de um conhecimento tomado como certo e notório, que não permite ao leitor um pouco desatento perceber que estão lhe apresentando uma verdade em que não lhe cabe pensar.

⁸² <http://www1.folha.uol.com.br/ciencia/2015/03/1608781-ressonancia-magnetica-detecta-diferencas-em-cerebro-autista.shtml> Acesso em: 17/01/2017, às 21h.

A investigação original, publicada na revista *Brain*⁸³ – da Universidade de Oxford – é resultado do trabalho de pesquisadores liderados pelo professor Jiafeng Feng. Ao retornamos ao texto no jornal brasileiro, encontramos:

Nesse tipo de trabalho, a ressonância magnética é usada para produzir pequenos ‘filmes’ do cérebro em ação. [...] Os pesquisadores conseguiram separar cérebros humanos em mais de 37 mil áreas distintas, que poderiam ser analisadas independentemente.

Para o estudo do autismo, os cientistas compararam resultados da análise do cérebro de 523 pessoas autistas com 452 não autistas.

No fim, a reportagem aponta as conclusões do estudo:

As principais diferenças encontradas estavam em áreas visuais do córtex ligadas à produção de expressões faciais e à chamada ‘teoria da mente’: a habilidade de tentar entender emoções de outras pessoas e de si próprio e de criar empatia.

Algumas partes do cérebro relacionadas à sensação do self – a noção de presença de um eu dentro do corpo – também estavam subativadas durante as análises de Feng. [...] O trabalho sugere que o novo método também pode ser usado para isolar áreas cerebrais envolvidas em Transtorno Obsessivo Compulsivo e Esquizofrenia, outras doenças mal compreendidas do ponto de vista funcional.

A interpretação do autismo pela via do organismo e dos marcadores biológicos que produzem esse ou aquele comportamento é preponderante na matéria. O “cérebro autista” ganha estatuto por si só, separando-se de quem o possui, ao mesmo tempo em que aparece despedaçado em trinta e sete mil partes passíveis de investigação.

O último texto para análise é *Bebê prematuro tem mais chance de desenvolver autismo (Revista Exame, 4/mai/2015)*⁸⁴. Como na reportagem anterior, a ressonância magnética é utilizada para explorar as conexões cerebrais de sessenta e seis crianças, das quais quarenta e sete nasceram antes da trigésima terceira semana de gestação e dezenove nasceram no tempo previsto.

⁸³ Autism: reduced connectivity between cortical areas involved in face expression, theory of mind, and the sense of self
<http://brain.oxfordjournals.org/content/brain/138/5/1382.full.pdf> Acesso em 22/01/2017, às 15h.

⁸⁴ <http://exame.abril.com.br/ciencia/bebe-prematuro-tem-mais-chance-de-desenvolver-autismo/>
 Acesso em 17/01/2017, às 22h.

Os pesquisadores do King's College, de Londres, concentraram-se na averiguação das conexões localizadas entre o tálamo, o centro de reflexos emocionais e o córtex, que desempenha importante papel em muitas funções cognitivas. Os resultados apontaram que bebês nascidos a termo tinham, em algumas regiões do cérebro estruturas semelhantes às dos adultos, comprovando que as conexões estavam bem desenvolvidas no nascimento. O mesmo fato, contudo, não acontecia com os prematuros.

Ao contrário, nos prematuros, os especialistas observaram menos conexões cerebrais entre o tálamo e o córtex, porém mais conexões com uma zona particular do córtex que está envolvida no processamento de sinais faciais, dos lábios, a mandíbula, a língua e a garganta. [...]

Mas a menor conectividade na região do córtex envolvida nas capacidades cognitivas pode estar relacionada com o fato de estas crianças terem mais probabilidades de sofrer de problemas de concentração e de socialização, segundo os pesquisadores.

O aspecto mais curioso desse artigo é que, apesar de o autismo ser o chamariz na manchete, não se trata de texto que exponha pesquisa que tenha como foco o autista. Ela trata de prematuros e dos possíveis entraves na estruturação cerebral de um indivíduo que nasce antes do tempo, antes de estar completamente formado. A condição de prematuridade não estabelece uma ligação tão evidente com o autismo que justifique os dois aparecerem na manchete. Outro ponto que endossa o que sustentamos é encontrado no próprio texto. Questões mais associadas à sintomatologia do autismo, como concentração e sociabilização não foram analisadas ainda pelos pesquisadores que, conforme o texto apresenta, afirmam:

‘A próxima etapa na nossa pesquisa será compreender o vínculo entre estas observações e as dificuldades de aprendizado, concentração ou socialização’, comentou Hilary Toulmin, do Centro de Desenvolvimento Cerebral do King's College e principal autora do estudo publicado na Academia Americana de Ciências.

Embora exista a possibilidade de os estudos confirmarem alguma correlação entre dificuldade de aprendizado, concentração, sociabilização e autismo, parece que há algo de prematuro na manchete.

As produções que analisamos se alinham no entendimento do corpo daqueles nomeados como autistas. O conteúdo das reportagens se inscreve no pensamento hegemônico que defende que qualquer manifestação humana é explicada por um correlato químico-neuronal. Ao nos determos nos quinze artigos que compõem a investigação, tais questões se apresentam fortemente.

No que tange à compreensão dos autismos e do que representam como forma de sofrimento, o que se propaga nas mídias está alicerçado na ideia de que a verdade sobre o humano pode ser expressa em sua totalidade e que qualquer desvio de um suposto normal tem explicação orgânica e solução fármaco-ortopédica.

O impulso de ver o cérebro em funcionamento, de recriar neurônios em laboratório, de compreender um órgão que nos parece tão enigmático é expresso na maioria das publicações e é uma questão que mobiliza os cientistas desde os anos 1990. Essa foi a década do cérebro, conforme proclamado pelo presidente norte-americano George Bush, que chegou a sancionar uma lei destinando a maior fatia do orçamento reservado às pesquisas ao estudo do sistema nervoso e definiu que empresas patrocinadoras de tal tipo de investigação teriam impostos reduzidos.

O resultado desse posicionamento político não poderia ser diferente. A partir dessa época, nossa vida foi invadida por imagens, informações e notícias acerca do cérebro, reafirmando seu estatuto de comandante do corpo, da mente, das emoções. Tal contexto produziu avanços em muitos campos, permitiu o desenvolvimento de importantes tratamentos e ampliou a possibilidade de intervenção e a expectativa de sobrevivência de muitos pacientes com tumores cerebrais, por exemplo.

No campo da psiquiatria, conhecida como a menos científica das carreiras médicas, o que se produziu, no entanto, foi uma corrida para estabelecer as doenças mentais como doenças cerebrais. Então, a ansiedade, o medo, a depressão, as obsessões e o luto prolongado passam a ser explicados por meio de desequilíbrios químicos, excesso ou falta de sinapses, demasia ou ausência de atividade cerebral. Não chega a ser surpresa que, diante desse cenário, também em uma das questões mais enigmáticas para os pesquisadores, o autismo, busque-se resposta no sistema nervoso central.

A psiquiatria atual concentra suas observações no cérebro, excluindo qualquer outro tipo de abordagem. Um exemplo desse fato e de suas consequências nos foi fornecido, em 14/10/2016, pelo relato de John Markowitz, psiquiatra e professor de Psiquiatria Clínica da Universidade de Columbia. Nessa data, ele escreveu uma carta ao jornal *The New York Times*, comentando a eleição do novo diretor do NIMH (National Institute of Mental Health) – substituto do Dr. Thomas Insel que participou, por meio de depoimento, da reportagem *Autismo é resultado de anomalias cerebrais, mostra estudo* (*Revista Exame*, mar/2014) – e, ponderando acerca da dificuldade de se conseguir investimento governamental para pesquisas puramente clínicas, já que os fundos foram reservados em sua maioria para investigações em neurociências. Markowitz afirma que paralisar todo o financiamento do NIMH por causa da aposta de que se encontrarão no cérebro marcadores biológicos que apontem a causa e a cura da depressão, por exemplo, deixa em segundo plano os pacientes que hoje vivenciam tratamentos que não os ajudam e tem consequências diretas em trabalhos que poderiam apontar outros caminhos.

Relembrando a pesquisa de um colega, que não conseguiu custeamento para replicá-la em escala maior e cuja conclusão era a de que a psicoterapia de mães depressivas poderia ajudar não somente elas mesmas, mas também, a seus filhos, Markowitz afirma que tal entrave ocorreu por causa da ausência de “neurosignatures”, uma espécie de selo de garantia que indica a qualidade da pesquisa para financiamento. Em relação aos efeitos desse contexto, o psiquiatra aponta como resultado que

[...] a pesquisa clínica está em ritmo de conta-gotas, representando agora apenas 10 por cento do orçamento do Instituto. Muitos pesquisadores, como eu, temem que esse tipo de pesquisa desapareça. Muitas vezes, nós temos sido relutantes em manifestar nosso protesto, por medo de incorrer no descontentamento do Instituto (e perder todas as oportunidades que ainda nos restam de financiamento).⁸⁵ (tradução livre)

⁸⁵ Markowitz J. *There's Such a Thing as Too Much Neuroscience*, NYT de 14 outubro 2016 – http://www.nytimes.com/2016/10/15/opinion/theres-such-a-thing-as-too-much-neuroscience.html?emc=edit_tnt_20161014&nlid=67084594&tntemail0=y Acesso em 22/01/2017, às 15h.

A escolha de um tipo de pesquisa em detrimento de outra não acontece aleatoriamente. É fruto da compreensão de que o que é científico diz respeito ao bioquímico e propõe o entendimento do mental como exclusivamente neurológico, expulsando qualquer articulação subjetiva desse domínio. Esses aspectos apontam para o último nível de leitura de nossa hermenêutica: a reconstrução.

Ao percebermos que um texto abriga todas as camadas anteriores (leitura, comentário e interpretação) e que a elas se agrega uma nova, que pressupõe o entendimento de dispositivos de poder e políticas que o ultrapassam, entramos na prática da análise de discursos. Dunker aponta que Lacan realizou tal reconstrução em seus textos institucionais que “[...] idealizaram dispositivos cuja reaplicação é objeto de decisões políticas nos inúmeros contextos culturais onde se realiza.”. (2015c, s/p). Ao que propôs Freud a respeito da psicanálise, a saber, que é uma teoria, uma prática e um método de investigação, alia-se o fato de ela ser um discurso, que pressupõe a coexistência de outros três, organizadores da comunicação e dos enlaços entre os falantes.

Qual discurso é expresso nas reportagens que se referem ao corpo do autista?

Começarei a delinear a reflexão a respeito dessa pergunta, que será pensada em dois tempos, a partir da mercantilização de todas as esferas da vida, expressa pela formulação do discurso do capitalista, conforme cunhado por Lacan, que analisamos anteriormente.

Abrir um jornal em nosso tempo, não remete mais à imagem do gesto amplo de um indivíduo sentado, folheando o papel de um periódico, mas diz respeito ao movimento restrito às mãos, aos punhos e aos olhos da abertura virtual de uma página na internet. As matérias recheadas de detalhes, que buscavam trazer diversos ângulos de uma questão perderam espaço para as informações resumidas, muitas vezes, sem revisão, o que se constata nas frases nem sempre bem construídas e na omissão de termos e letras nos textos. Walter Benjamin (1936/2012) já apontava essa perda de qualidade da imprensa:

Basta olharmos um jornal para nos convenceremos de que seu nível está mais baixo do que nunca e que, da noite para o dia, não somente a imagem do mundo exterior, mas também, a do mundo

moral sofreu transformações que antes teríamos julgado como absolutamente impossíveis. (p.214)

Evidentemente, podemos perceber jornalistas que primam pelo texto e pela investigação, mas, conforme observou-se nos artigos que compõem essa pesquisa, o jornalismo científico dos periódicos para o grande público peca ao transformar seus textos em fragmentos descontextualizados de pesquisas científicas. Naufragando, muitas vezes, no que diz respeito à coesão de argumentos e coerência de propósito do texto, bem como, não se dedicando à conferência de dados e fontes. Acerca desse problema, que encontrei durante o exame empreendido, é premente ressaltar que as informações contraditórias, sem menção de autores e referências de publicações, produzem um anacronismo, no qual a historicidade que poderia propor uma quebra no ritmo cumulativo de evidências, apresentado nas notícias, é expurgada, não permitindo ao leitor pensar nem colocar algo de si na leitura.

Conforme apontou Benjamin no excerto anterior, o que se processa nos meios de comunicação não é algo que somente a eles concerne. É o desdobramento do discurso do capitalista que incorpora tudo sobre o que toma conhecimento, transmutando as revistas e jornais em espaço privilegiados de propagação de sua lógica. O enfraquecimento da capacidade humana de pensar, que Dufour caracterizou em sua obra, é reiterada pelos periódicos que interpretam o indivíduo, não como um leitor intelectualmente capaz de articular a reportagem aos contextos pessoal, social e político de seu tempo, mas como um consumidor sedento de informações rápidas, compactadas e voláteis que lhe permitam opinar de forma superficial sobre tudo, sem, no entanto, conhecer nada. Fazendo novamente uso das palavras de Benjamin (1936/2012):

A cada manhã recebemos notícias de todo mundo. E, no entanto, somos pobres em histórias surpreendentes. A razão para tal é que todos os fatos já chegam impregnados de explicações. Em outras palavras: quase nada do que acontece é favorável à narrativa e quase tudo beneficia a informação. (p.219)

O recebimento de notícias que acontecia no intervalo de um dia, a cada manhã no tempo do filósofo alemão, hoje, verifica-se de hora em hora. A profusão

de informações não configura um engrandecimento do saber sobre o tema, visto que, após lermos quinze reportagens sobre autismo, nada sabemos a respeito do que acontece a uma criança assim nomeada. Certamente, nos apropriamos de uma série de termos relacionados ao funcionamento cerebral, o que não significa que consigamos explicá-los. Poderíamos até nos apoiar na única certeza que atravessa quase todas as notícias, a saber, a de que o autista padece de um cérebro mutante, mas não saberíamos apontar como isso acontece, por qual motivo e, muito menos, traçar uma abordagem. Contudo as informações que os meios de comunicação oferecem em formato de “drops” cria (sendo o tema autismo, política ou outro qualquer) uma multidão ruidosa que vocifera os prós e os contras de cada assunto, como se um objeto que se pretenda analisar possuísse somente duas facetas e não múltiplas, talvez infindáveis, possibilidades de aproximação.

Para Benjamin, a difusão da informação tem uma participação decisiva no declínio da experiência, o que esta pesquisa endossa. A capacidade de opinar rapidamente munidos de informações é fundamental para o estabelecimento do laço social denominado discurso do capitalista, que depende de cidadãos automatizados, nada contemplativos e instáveis às flutuações do mercado para se firmar. Nada acontece àqueles que leem os jornais diários, nada os toca nem os transforma, mas o consumo de notícias não cessa por isso. Ele prossegue, apontando sempre para frente, como se a próxima reportagem, o próximo link pudesse responder à hiância que domina o sujeito.

Nas palavras de Larrosa (2014):

[...] a obsessão pela opinião também anula nossas possibilidades de experiência, também faz com que nada nos aconteça. Benjamin dizia que o periodismo é o grande dispositivo moderno para a destruição generalizada da experiência [...] o periodismo não é outra coisa que a aliança perversa entre informação e opinião. (p. 20-21)

O binômio informação-opinião distancia-se da experiência e se constitui em um falatório estabelecido pelas mídias que reverbera na boca dos leitores opinativos. A experiência, ao contrário, traz a eclosão de algo que é imprevisto, indeterminado e carrega em seu ventre uma ideia de desautomatização, algo totalmente inconveniente ao discurso do capitalista.

Adorno e Horkheimer (1944/1985) também participam dessa discussão acerca da informação, quando afirmam que essa se constitui em uma mercadoria. Nos dizem os autores:

O que se poderia chamar de valor de uso da recepção dos bens culturais é substituído pelo valor de troca; ao invés do prazer, o que se busca é assistir e estar informado, o que se quer é conquistar prestígio, e não se tornar um conhecedor. O consumidor torna-se a ideologia da indústria da diversão, de cujas instituições não consegue escapar. (p. 131)

As palavras dos frankfurtianos são ditas no contexto da análise que fazem quanto à mercantilização da arte, especialmente da música, mas podemos transportá-las para a conjuntura atual, interrogando a conexão dos meios de comunicação, do capitalismo e da Ciência. Dessa correlação, cria-se uma espécie de interdependência, segundo a qual a mídia, ao produzir o jornalismo científico, anuncia a ciência como mercadoria e se torna o pavimento sobre o qual se erige o discurso do capitalista.

A abordagem midiática em relação ao autismo, não nos serviu simplesmente para ver como este aparece nas reportagens, mas desvelou uma tendência simplificadora do discurso, que já é um dos produtos do capitalismo, a ser inscrito no discurso do capitalista. Esta mesma propensão reducionista corrobora o mecanismo de tal discurso, que assevera a real existência de um objeto preenchedor da falta elementar dos sujeitos, fundando um laço individualista. De acordo com Mrech (2014, p. 316), por causa dessa “[...] cultura comercial, o objeto assume o seu lugar de zênite e é ele que rege as relações sociais”.

O interesse pelo outro é o efeito compensatório ao fato de não haver algo capaz de propiciar plena satisfação e, como a relação com o objeto é faltante, o gozo passa pelo circuito do outro. O resultado desse enlaçamento falsamente autossuficiente, que é o discurso do capitalista, leva-nos ao desinteresse pelo semelhante. Aspecto este que podemos observar no exame empreendido acerca do que se veicula sobre o autismo. Não há curiosidade pela narrativa de sofrimento desses sujeitos, que são tratados como desprovidos de linguagem. Somente o organismo fracionado, despojado de suas relações internas e externas é digno de pauta.

Como vimos no Capítulo um, para que o capitalismo se transmutasse em discurso, foi necessária a sua união com o discurso científico, que também se encontra representado nas notícias analisadas. Ao resgatar palavras desses textos, tais como *neurológico*, *mutações genéticas*, *marcadores moleculares*, *bioquímica celular*, *desenvolvimento neuronal*, *células-tronco*, *biomarcadores*, é possível perceber que, ao contrário de explicitar o conteúdo para o público geral, tais vocábulos emanam uma espécie de aura científica que diz respeito ao incompreensível do corpo, funcionando como insígnias da ciência. Munidas de tais distintivos, as reportagens estabelecem um processo que reduz a ciência à mídia e apresentam drágeas de informações sobre que é o autista e seu cérebro, mercadorias a serem consumidas no mercado de saber.

Mannoni (1973/1988) já tinha detectado que o discurso científico havia se disseminado na sociedade francesa, mostrando-se absoluto e inquestionável. E, a partir dessa constatação, interroga-se a esse respeito no concerne à atenção àqueles denominados doentes mentais: “E o que se passa na França? Mais precisamente: o discurso chamado científico, vigente nos lugares de trabalho hospitalar não estará também impregnado de concepções mais próximas da crença que da ciência?” (p. 62).

A crença de que à Ciência nada é impossível – conforme expressa o bioquímico Ricardo Dolmetsch na entrevista replicada no jornal *Folha de S.Paulo* – é sustentada de forma veemente por alguns pesquisadores. Esse aspecto aproxima o posicionamento daqueles que não admitem a interface do neurológico com o restante do corpo e do organismo com os processos de linguagem a um dogma religioso. Quando analisamos a mobilização política objetivando a redução de recursos à psiquiatria clínica e a extinção da psicanálise, à qual este trabalho é uma resposta, parece-me pouco com ciência, assemelhando-se mais à uma espécie de intolerância religiosa, para a qual não basta a própria existência, é necessário exterminar o diferente.

Judith Miller (2014) relembra o fato de Lacan não ter situado a ciência como um discurso específico e deduz que, por esse motivo, ela não faz laço social. A autora nos oferece o seguinte argumento para reflexão:

É sob forma do cientificismo e do comércio aberto por suas tecnologias que a ciência, captada nos discursos do mestre capitalista, se vê podendo fazer laço com o século XXI. O discurso do mestre [...] a transmuta em ideologia cientificista, confundindo o mais-de-gozar no lugar de agente e de produto. Ele assimila assim o saber e seu lugar de verdade. (p. 64)

Introduzindo um adendo à ponderação acima, para além do capitalista, o discurso universitário, ao qual nos deteremos no segundo tempo da ponderação quanto à forma de laço expressa nas reportagens, também é uma formato possível para abrigar a ciência como laço no século XXI, conforme veremos.

Retomando o percurso, a predominância de aspectos genéticos percebida nas reportagens examinadas é um fato que está em consonância com o entendimento da maioria dos participantes de uma pesquisa norte-americana,⁸⁶ realizada em 2009, que mapeou a percepção quanto à origem do autismo entre os pais. Segundo o estudo, 72,7% dos genitores afirmaram crer na etiologia genética do TEA, embora, só 11% consultaram um especialista para fundamentar a opinião. Parece haver uma crença genética disseminada no âmbito social, que prescinde do geneticista. Poderíamos pensar que os meios de comunicação têm uma relevante atuação nesse cenário.

Nesse contexto, o papel das mídias é disseminar tal cruzada. O espaço quase nulo dedicado a falar a respeito do que se faz, pensa e publica acerca do autismo fora do espectro bioquímico não reflete a realidade das pesquisas nem a curiosidade do leitor. Espelha, antes disso, o interesse de forças econômicas, como as indústrias farmacêuticas, as quais permitem, como nos diz Dolmetsch (*Folha de S.Paulo*, abr/2014), “[...] fazer coisas que, como acadêmico, não estariam ao meu alcance [...]”. A ideia de que as reportagens se adequam ao perfil do leitor e, por esse motivo, encontram-se cada vez mais enxutas e esvaziadas, mostra-se equivocada, quando analisamos os processos históricos e sociais envolvidos na transmutação do antigo mestre em capitalista. A tradução da linguagem científica para a linguagem midiática não é ingênua. Tornando mais plausível a concepção de que é graças a “drops” diários de informações que se configura aquilo que o leitor

⁸⁶ SELKIRK, C.G, MCCARTHY VEACH, P., LIAN, F., SCHIMMENTI, L., LEROY, B. S. Parents' Perceptions of Autism Spectrum Disorder Etiology and Recurrence Risk and Effects of their Perceptions on Family Planning: Recommendations for Genetic Counselors. *Journal of Genetic Counseling*, 2009, vol. 18, nº 5. Acesso em 22/01/2017, às 11h.

crê em relação a um assunto. Não seria esse mesmo o significado dos denominados formadores de opinião? Uma ação deliberada de incutir determinado ponto de vista?

Os meios de comunicação acabam sendo a peça principal na discussão do autismo e na argumentação científica em geral. Não é à toa que se evocam periódicos científicos especializados, que se entrevistam professores de importantes universidades e que, como apresentado na Introdução desta pesquisa, coloca-se o médico Dráuzio Varela na função de comunicador, apresentando uma série televisiva sobre TEA. Todas essas estratégias conferem uma aura científica a uma discussão que é midiática e que reduz as tão anunciadas descobertas científicas ao fantástico, à espetacularização. Judith Miller (2014, p. 66) participa dessa discussão, afirmando que parte da mídia dá provas de “[...] leviandade e toma seu desejo por realidade, ao amplificar as pretensões científicas de encontrar o gene em causa no autismo.”.

Analisando os acontecimentos pós-maio de 1968, Mannoni (1973/ 1988) já sinalizava o papel nada neutro que os meios de comunicação possuíam nesse contexto. Em suas ponderações, a psicanalista depreende que o discurso médico pedagógico ganhou monopólio e projeção no país e sinaliza claramente o papel da mídia nessa construção: “A necessidade de consultas médico-psicológicas foi criada no público através das mídias.” (p. 63).

O discurso de neutralidade apresentado pelos grupos de comunicação, torna mais problemática ainda a real possibilidade de o leitor interrogar-se quanto aos interesses que estruturam aquilo que lê. Em um país, que se esmera em produzir poucos leitores de literatura, que vive às voltas com baixos resultados escolares em comparação com os vizinhos continentais, que se libertou da ditadura militar há pouco mais de trinta anos e que produz um linchamento por dia,⁸⁷ o pensamento crítico nunca foi para muitos.

Quando a imprensa não reconhece que, como todo aquele que toma a palavra, fala alicerçada por concepções que estão na origem do que se escreve, torna mais opacas as escolhas que faz, ao selecionar o que é e o que não é pauta, e desautoriza seus leitores e espectadores a elucidá-las. Esse fato restringe o

⁸⁷ Conforme documentou o sociólogo José de Souza MARTINS, em seu *Linchamentos: A justiça popular no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2015.

entendimento ao que é imediatamente apreensível, como se não houvesse história, política ou interesses sociais que subjazem às reportagens.

O contexto atual, no qual tudo é cambiável e as informações se tornaram produtos a serem adquiridos de forma voraz, o discurso do capitalista é capaz de se aliar a um discurso, como o universitário, para realizar sua empresa. Ao examinar as reportagens selecionadas nesses dezoito meses, o discurso que se expressa diretamente nos textos não é o do capitalista. Embora seja importante salientar que esse está no comando dos processos que regem o formato compactado das notícias, a concepção daquilo que se entende por Ciência e o reducionismo daquilo que é escrito, a formação discursiva que organiza o laço com o leitor, consumidor de notícias acerca do autismo é o discurso universitário. Começo aqui o segundo tempo de reflexão quanto à pergunta: que discurso é expresso nas reportagens que falam acerca o corpo do autista?

O Discurso Universitário, que surge na história junto com as primeiras universidades, na Idade Média, e se qualifica por apresentar no lugar dominante S_2 , que o coloca em marcha, endereçando-se ao outro a partir de um saber pleno ou todo-saber, como nos diz Lacan. No lugar do Outro, temos o objeto *a*, o aluno, *alumnus*, aquele que precisa ser aclarado pelas luzes do saber. Nesse discurso, aquele que toma a palavra se anuncia como detentor do Saber, aproveitando-se da divisão do sujeito para mascarar o fato de que toda verdade é sempre parcial, no sentido de só poder ser dita como semidizer.

Lacan nos aponta as armadilhas desse discurso sedutoramente opressor, que se reveste de um saber para professar, a partir de um lugar grandioso, a Verdade sobre as coisas. A esse discurso, que tem no lugar da verdade S_1 , o Eu do mestre, nem os psicanalistas são imunes. Todos podem produzir uma espécie de Eu-cracia. Vimos isso acontecer na história da psicanálise com a psicologia do ego e com outras tentativas de falar do inconsciente a partir de um lugar pleno, um todo-lugar.

Ao resgatarmos as reportagens analisadas, o tom professoral de esclarecimento é encontrado nos textos acerca do autismo, elucidando a Verdade do que acontece ao seu sistema nervoso central. Na leitura, obtemos explicações, muitas vezes confusas, o que certamente constrangeria os cientistas realizadores das investigações, quanto ao funcionamento e às anomalias de um organismo restrito ao cérebro e suas funções, que se constituem em todo o corpo do autista

que é apresentado. Não há braços, mãos, olhos, pele, boca e, muito menos, fala: é um puro organismo silenciado por um discurso que sabe.

A verdade, que tem em seu lugar S_1 , toma forma de um imperativo que ordena que se saiba sempre e cada vez mais. Lacan (1969-1970/1992) já havia pontuado que o discurso universitário, em sua disposição fundamental, com sua pretensão de tudo saber é o laço no qual o discurso da ciência moderna se alicerça. Acerca do posicionamento do significante mestre, no local destinado à verdade, ele nos diz:

Precisamente por esse signo, pelo fato de o signo do mestre ocupar esse lugar, toda pergunta sobre a verdade é, falando propriamente, esmagada, silenciada, toda pergunta precisamente sobre o que esse signo [...] pode velar, sobre o que esse signo, por ocupar esse lugar, contém de enigma, sobre o que é este signo que ocupa tal lugar. (p.110)

As reportagens, ao anunciarem sentenças afirmativas, como “ que os homens têm maior risco de distúrbios no desenvolvimento neurológico do que as mulheres, já se sabia” ou ainda “o autismo resulta de um excesso de sinapses”, não autorizam aquele que é colocado no lugar de outro, o leitor, a contestar o resultado das pesquisas, as evidências ou mesmo a elas incorporar algo de sua prática ou vivência. Àquele que lê, somente cabe aceitar.

O saber produzido pelo discurso do universitário é desnaturado, sem origem nem filiação e toma o corpo como puro organismo. Quando esse não corresponde ao padrão, precisa ser consertado. Nas reportagens, alguns imperativos se impõem àqueles que irão reparar as mutações do sistema nervoso central: “[...] alterar a biologia molecular das células do sistema nervoso para fazer que funcionem mais normalmente”, “[...] cortar algumas dessas conexões, para que as diferentes partes possam se desenvolver”, “[...] corrigir as células em laboratórios, [...] administrar a droga para o paciente.” O cérebro da criança autista é um verdadeiro laboratório.

A emergência do discurso da ciência nos periódicos representa um desejo de alterar o real a partir da ação pelo biológico, controlando-o, modificando-o. Em *A ciência e a verdade* (1966d/1988), Lacan elenca quatro feições fundamentais da verdade: a magia, a religião, a psicanálise e a ciência. Com relação à última, ele nos diz que deve ser interrogada a partir do fato de que, quanto à verdade como causa, ela não quer saber nada. Se na magia e na religião, o saber não é algo comunicável,

na ciência, ao contrário, ele é alvo de uma comunicação realizada a partir de sua lógica, suturando o sujeito. (Lacan, 1966d/1988). Podemos constatar que não há espaço para o sujeito no conteúdo analisado, a abordagem que pretende controlar a natureza centraliza sua ação no cérebro.

Falta pensar, para concluir, o porquê de o autismo, como um critério de nomeação do que adocece na infância, inscrever-se nessa equação – que traduzimos no início desse Capítulo com a “pergunta por que o autismo é pauta?” –, que transforma o sofrimento em mercadoria e toma o corpo como puro organismo.

Uma das discussões em pauta hoje em dia, e que esta pesquisa endossa, é a de que não é por acaso que o autismo tenha se tornado a grande contenda de nosso tempo. A especificidade do autista, no que concerne aos entraves apresentados em sua constituição inicial, abre caminhos para a leitura, enviesada evidentemente, que nutre o pensamento de que ele é pleno organismo, servindo como modelar para erigir teses comportamentais e biológicas. Segundo Laurent (2014):

O autismo, caracterizado pelo déficit extremo de relação, tinha a vantagem de ser diferenciado dos transtornos de fala e da linguagem, ao passo que a esquizofrenia e a paranoia se mantinham como transtornos ou desordens do laço social. O autismo podia, portanto, ser considerado uma afecção cerebral pura, livre das exigências da linguagem na relação com o Outro. (p.63)

O posicionamento estritamente organicista dos textos que analisamos refletem essa concepção. Em leitura semelhante, Voltolini (2015) reforça a condição de objeto de experiências que o sujeito autista, em uma interpretação distorcida de sua relação com a linguagem, comporta. Fazendo uso de suas palavras:

O autismo tem uma peculiaridade que o torna apto a ser campo da batalha: no autismo há comportamento sem sujeito. A frase é dita assim, embora mereça ressalvas, já que é simplista desde o ponto psicanalítico dizer isso e incoerente desde o plano comportamentalista dizê-lo. (...) De certo modo os autistas seriam os sujeitos behavioristas por excelência, tal como destacou Alberti (2006). Eles estariam em melhores condições de servir aos behavioristas para ilustrar suas teses. (p.204)

À mercê de experimentos neurológicos, exposto a testes laboratoriais e submetidos às conjecturas comportamentais, o autista é a cobaia perfeita de nossos tempos, o melhor objeto ao discurso universitário. A criança assim nomeada é fiadora da tecnociência e das teorias comportamentais. É também perfeito à abordagem midiática, pauta ideal que oferece entretenimento aos olhos daqueles que, fisgados pelo discurso do capitalista, buscam mercadorias especiais, germinadas no interior do mercado de saberes.

Capítulo 5 – De que furo se trata no autismo: o corpo

O crescente número de diagnósticos de autismo tem exigido reflexão de todos os envolvidos com a infância, sejam médicos, psicólogos, professores, fonoaudiólogos ou psicanalistas. A singular recusa de contato com os semelhantes e o uso peculiar da linguagem, que nos apresenta à nossa dificuldade de escuta, são aspetos enigmáticos desses sujeitos que Lacan (1975) definiu como “bastante verbosos”.

Para começarmos a pensar na problemática, Tendlarz & Bayón (2013) propõem a diferenciação entre autismo e o conceito de gozo autista. Pensar o laço em nosso tempo compreende conceber o desinteresse pelo outro e, nessa direção, “[...] ser um pouco autista, no sentido de desconectar-se do outro, é sem dúvida um significante de nossa época.”(p. 19, tradução livre). Aquilo que os autores chamam de “autismo generalizado” nomeia o gozo, considerando o estabelecimento de laço com o semelhante, sem que disso, no entanto, deduza-se um diagnóstico ou um funcionamento subjetivo. O discurso do capitalista, conforme analisamos, nos apresenta exatamente essa vertente individualista do estar no mundo de nossa era.

No que concerne à diagnose do autismo, parte-se, como vimos em linhas gerais, do que é manifesto como entrave à comunicação e às interações sociais, bem como, contribui para a definição desse quadro a presença de estereotípias e ecolalias. Alia-se a tais fenômenos a precocidade de sua irrupção.

Para a psicanálise, tais expressões são, evidentemente, consideradas e entendidas, a princípio, como sintomas que podem se fazer presentes e em quadros clínicos distintos, embora sejam encontrados no autismo. Tendo como alicerce a noção de estruturas clínicas, sustenta-se que aqueles que não se comunicam a contento, encontram-se em desacordo com o tempo de aquisição da fala, conforme estabelecidos pela pesquisa desenvolvimentista, ou que não nos olham diretamente nos olhos, não são necessariamente autistas. Uma criança não será rapidamente enquadrada em um diagnóstico a partir de seus sintomas, cabe-nos uma leitura mais ampla e menos urgente do que cada formação implica para o sujeito que a apresenta.

Conforme acompanhamos no Capítulo dois, durante a abordagem psicanalítica, os sintomas não são compreendidos isoladamente nem precisam ser extirpados a qualquer preço. O conceito de sintoma permite-nos, dependendo da perspectiva sobre a qual se ancora, entendê-lo como metáfora, gozo ou, ainda, como uma produção sempre legítima e, em alguns casos, autêntica do sujeito.

Ao pensarmos em um quadro sintomático que eclode na infância, alguns cuidados especiais se fazem necessários. Robert Levy (2014) pondera, a partir do ensino de Lacan, que, para a criança, o sintoma além de possuir um sentido a ser desvelado, tem um endereçamento, é uma mensagem enviada a alguém. O autor nos diz:

O sintoma na criança é então uma função no sentido mais matemático do termo; ele é uma função para o sujeito: $f(x)$. É assim que a construção do sintoma e o sujeito se encontram numa espécie de coalescência, de sincronia que implica que suprimir um é suprimir o outro e vice-versa. (p. 210)

Levy aponta para a pós-modernidade como um tempo em que se acostumou a considerar não mais o sintoma *da* criança, mas a criança *como* sintoma, fato que tem implicações no que se entende por infância e se lê em sua sintomática.

O reposicionamento do olhar sobre o que acontece no começo da vida merece ser abordado a partir de sua inscrição no discurso do capitalista que se ordena, como consideraram Miller e Milner (2006), a partir dos paradigmas do problema-solução e da avaliação. Esses pressupõem que a um problema, originário de uma queixa da sociedade, estabelece-se um axioma que demanda por resolução das instâncias superiores, e essas, por sua vez, encontram na avaliação a resposta. A estrutura matemática criada entre os dois modelos determina que toda solução passe pelo mecanismo de substituir um impasse por algo que o extermine, constituindo-se em um esquema de substituição por equivalência (MILLER e MILNER, 2006, p. 3).

No caso da infância, esse processo de substituição acontece a partir, por exemplo, do entendimento de que o sintoma da criança é uma ameaça social a ser mapeada e aniquilada. Esse risco, conforme nos aponta Levy (2014), diz respeito à recusa de se acolher a incerteza, pois a educação dos pais ou escolar, constantemente normatizada e avaliada, deveria prover infalibilidade à sociedade.

Tal pensamento expressa-se por meio da intolerância nos mais diversos espaços, mas, especialmente na escola, lugar concebido para lidar com a formação da infância e da adolescência. A esse respeito, o pesquisador nos aponta:

Vê-se bem, no nível das escolas, o quanto essa noção de incerteza está sujeita a uma parte de intolerância. Pode-se observar também o quanto o acesso às novas mídias permitiu aos pais forjarem uma espécie de princípio de normatização ideal da evolução à qual a criança deve corresponder em uma dada idade. (LEVY, 2014, p. 213)

Alicerçados no discurso científico neurobiológico, os princípios que os meios de comunicação constroem asseguram que a observação generalizante permite extrair um entendimento acerca do quão perigosa é a sintomatologia que a criança apresenta, não sendo a essa permitido experimentar o ambiente liberada do olhar que a avalia a partir de “fatores de risco” a uma suposta normalidade.

Vorcaro e Ferreira (2014) refletem quanto ao alcance que a “autoridade científica” tem sobre os dispositivos de saúde oficial que regulam, ressignificam e renomeiam a criança. Acerca disso, afirmam:

[...] os filhos são classificados em tipos epidêmicos facilmente localizáveis e a medicação é o mote de sustentação da legitimidade científica, [...] tornam-se filhos de pais anônimos e têm, no nome da síndrome que os classifica, sua filiação e sua identificação, sendo por vezes reclassificados de acordo com o ano da mais nova revisão do DSM. (p.19)

Retomando a discussão proposta por Levy quanto ao sintoma na criança e tendo em mente o caráter neurobiológico que encontramos nas reportagens examinadas, é importante resgatar a ideia de que o sintoma tem valor e função no psiquismo infantil. É premente sublinhar que, pela condição de estar em constituição, a criança tem uma relação com seu sintoma, distinta daquela do adulto, muitas vezes transitória, volátil e etérea, o que significa que nem todo sintoma levará a um diagnóstico. E, quando assim ocorre, isto é, quando uma sintomática se alinha a uma nomeação que a define, há que se considerar outras nuances.

Infante (2011), ao realizar uma crítica à psiquiatria contemporânea, na qual nos leva a pensá-la a partir das perguntas *para que* e *para quem*, contribui com

nossa discussão ao propor a desconstrução da ideia de diagnóstico entendido como natural. Vejamos suas palavras:

Devemos ter em mente o caráter de palavra de ordem de todo diagnóstico. Um diagnóstico não nos informa tão-somente sobre uma doença supostamente dada na natureza; ele a produz. Aspecto sempre negligenciado pelo positivismo empedernido do saber médico. (p. 63)

Com essas ponderações a respeito do sintoma e do diagnóstico, parece-me claro o enorme cuidado com que se deve pensar as vicissitudes da infância. Tanto ressaltando as sutilezas de uma nomeação em um sujeito em pleno processo constitutivo, a qual pode cristalizar manifestações transitórias, quanto desanuviando aquilo que se entende por um e outro. Desse modo, é possível evitar a pressa diagnóstica e a patologização dos sintomas.

Feitas essas ressalvas, avançarei quanto à especificidade daquilo que se nomeia como autismo na abordagem lacaniana. Embora seja possível presenciar atualmente a discussão entre aqueles que consideram o quadro como uma quarta estrutura e os que o localizam no interior das psicoses, há uma concordância em relação à precocidade com que começa a se inscrever e à sua articulação a processos de identificação primevos, como os mecanismos de alienação e separação e o estabelecimento do circuito pulsional. Encontramos também semelhanças na forma de entender o autismo, não como um quadro que abarca diversos sujeitos, mas sim, como uma manifestação diversa que só pode ser delineada no caso a caso, justificando o porquê de, em variados trabalhos, encontrarmos a pluralização do termo.

Há diversos estudos que situam os autismos a partir de recortes que ajudam a defini-los, sem nunca parar de problematizá-los. Bernardino (2015), por exemplo, salienta a importância da escrita e do processo de alfabetização como um recurso vital no estabelecimento da comunicação com o outro. Merletti (2012, p. 7) apresenta a construção de uma metodologia de trabalho institucional com grupo de pais, apoiando-se em dispositivos psicanalíticos, como a escuta, que viabilizam aos familiares sair “[...] do lugar de passividade, exclusão, fracasso e de culpa que muitos vivenciam”.

Como uma referência no campo da psicanálise em extensão no Brasil, Kupfer (2010; 2015), há mais de vinte anos, vem pensando e praticando, inspirada pela experiência de Manonni, em Bonneuil, o tratamento de crianças autistas por meio do dispositivo da *Educação Terapêutica*. A pesquisadora desenvolveu com seus colaboradores, a metodologia IRDI (Indicadores Clínicos de Risco para o Desenvolvimento Infantil) com a finalidade de detectar precocemente entraves na constituição da criança.

Marie Christine Laznik, psicanalista membro da Association Lacanienne Internationale, é uma das articuladoras do PRÉ-AUT (Programa de Pesquisa e Avaliação do Autismo) que vem trabalhando com profissionais de saúde no sentido de uma detecção precoce. A concepção que orienta tal iniciativa é a de que os primeiros sinais de autismo aparecem muito cedo, em torno do segundo ano de vida. Daí justifica-se a necessidade de trabalhar a partir dos vestígios discretos para avaliar o risco de uma futura evolução autística. Laznik é autora de uma vasta produção acerca do autismo e se apoia no trabalho de psicolinguistas, como Colwyn Trevarthen (1931) e Anne Fernald, pioneiros na área, para aguçar sua percepção na clínica com bebês, problematizando a resposta desses à fala cadenciada da mãe, o manhês.

Outras experiências que vêm acrescentando muito à reflexão acerca dos autismos são oriundas de duas instituições que atendem crianças e adolescentes, denominadas Le Courtil e Antenne 110. A primeira localiza-se no limite entre a Bélgica e a França e foi concebida por Alexandre Stevens; e a segunda, situada em Bruxelas, foi pensada por Antonio Di Ciaccia. Resgatando a ponderação de Jacques-Alain Miller acerca da Psicanálise no âmbito institucional, ambos alicerçam suas experiências no dispositivo da “prática entre vários” (CIACCIA, 2005; STEVENS, 2014).

De acordo com Machado (2016), a prática entre vários tem origem em 1974, com o Antenne 110 e, atualmente, se estende a uma série de instituições francófonas, que incluem também Le Courtil. Os princípios que regem essas iniciativas ancoram-se na afirmação lacaniana de que as crianças autistas estão na linguagem, mas não necessariamente no discurso, que é entendido como o que faz laço com o outro (CIACCIA, 2005).

Dentro de uma lógica de desespecialização, Stevens (2007) afirma que, no Le Courtil – que significa em francês arcaico pequeno jardim ou pátio interno – as pessoas que lá trabalham e que intervêm junto a crianças e adolescentes não são, com efeito, psicanalistas, mas “analisantes civilizados”, assim definidos por ele: “[...] ‘Analisante’ é estar em análise, ou em todo caso ter uma transferência à psicanálise como sujeito suposto saber, e ‘civilizado’ quer dizer regulado pela transferência.” (p.81).

De acordo com Machado (2016), Le Courtil é um lugar limítrofe, pois:

[...] ao mesmo tempo que sela a divisão entre Leers-Nord (Bélgica) e Leers (França), constroi pequenas fronteiras e costura bordas entre o corpo e a linguagem de crianças, adolescentes e jovens em dificuldade de estar no laço social. (p.219)

Após um breve e, certamente, insuficiente sobrevoo de algumas produções que permitem pensar o autismo no interior da abordagem lacaniana atual, cabe-nos perguntar, acerca da presente pesquisa, qual o nosso recorte? Onde nos inscreveremos para pensar os autismos?

Precisamos dar um último e crucial passo em todo esse debate acerca do autismo que atravessa sua história diagnóstica e sua representação nos meios de comunicação na contemporaneidade. Discussão que, no caso da mídia, propõe uma cisão não só entre abordagens, clínica versus genética, mas também separa o cérebro do restante do organismo e o organismo da linguagem.

Ao invés de permanecer no registro das disputas de campo, no qual se estabelece um autismo genético em oposição ao um autismo de origem subjetiva e/ou ambiental, acredito que um aspecto não elimina o outro: muito pelo contrário, eles se inter-relacionam. É factível pensar que, a partir de uma base orgânica, estrutura-se uma constituição que é subjetiva e, da mesma forma, o que se costuma chamar de subjetividade pode deixar marcas no organismo. É nesse sentido que a noção de corpo em psicanálise pode contribuir para a aproximação entre os campos.

Na abordagem psicanalítica, o corpo não se restringe àquilo que é da ordem da natureza, que é tomado como organismo, nem diz respeito ao que é suporte para

a expressão. É, para além desses aspectos, algo a se construir. Podemos dizer que a ideia de corpo sofre incorporações e rearranjos ao longo da obra de Lacan, a tal ponto de, no fim de seu ensino, ocorrer a redefinição do sintoma como um acontecimento de corpo. Uma das chaves de leitura possível para o exame de tal noção é pensá-la por meio da formulação dos três registros: Real, Simbólico e Imaginário. Contudo, como tais elementos estão atados por um nó, discriminá-los não é um exercício que se sustenta por muito tempo.

Ao imaginário, relacionamos as ponderações de Lacan acerca da formulação do Estádio do Espelho como crucial para formação da função do eu na criança. De acordo com Cukiert & Prizskulnik (2002), é sustentando a ideia de que, em seu início, o eu se forja a partir da imagem que lhe é devolvida pelo outro, que Lacan marca, como paradigma do Imaginário, que “[...] o estágio do espelho se refere à forma como a imagem do corpo próprio, a partir do outro, tem um papel fundamental na formação do eu e na imagem assumida pelo sujeito.” (p.145).

Em suas comunicações do *Seminário, livro 1: Os escritos técnicos de Freud* (1953-1954/2009), ao analisar o caso do garoto Dick, de Melanie Klein, Lacan retoma a tópica do imaginário e afirma: “O estágio do espelho, eu o tenho frisado, não é simplesmente um momento de desenvolvimento. Tem também uma função exemplar, porque revela certas relações do sujeito à sua imagem, enquanto *Urbild* do eu.” (p.103, grifo do autor)

Lacan postula o estágio do espelho como anterior ao processo de maturação fisiológica do sujeito, no qual as funções motoras apontam para uma integração. A experiência de tomar consciência de seu corpo como totalidade confere ao sujeito um domínio imaginário sobre ele que “[...] antecipa-se ao acabamento do domínio psicológico e essa antecipação dará seu estilo a todo exercício posterior do domínio motor efetivo.” (LACAN, 1953-1954/2009, p. 109). Para além do biológico, a noção de estágio do espelho, por não se confundir com uma fase do desenvolvimento, carrega a concepção de estruturação como um processo lógico, ao qual o sujeito é exposto de forma precoce. Nos anos seguintes, essas primeiras aproximações sofrerão as reverberações da especial atenção que Lacan dará aos registros simbólico e real.

No que concerne ao registro simbólico, o atravessamento pela linguagem é um aspecto crucial quando pensamos o corpo em psicanálise, inclusive porque, ao

longo do pensamento lacaniano, podemos encontrar orientações que parecem se opor. Miller (1999) encampa essa discussão a respeito da noção de corpo no interior da obra de Lacan, sustentando que não é possível apreender tal pensamento em um estado completamente estável. As aparentes contradições e rearranjos não excluem o que é mais antigo, mas se sobrepõem indicando uma evolução nas ponderações.

Dessa forma, a questão do corpo e da linguagem aparece sob duas formas distintas e separadas por um intervalo de dezoito anos. A primeira tese encontra-se em *Função e campo da palavra e da linguagem em Psicanálise* (1953/1998), texto em que o autor afirma que a linguagem é corpo. A segunda pode ser situada em *Radiofonia* (1970/2003), em que há uma afirmação de que o significante é incorporal.

No primeiro recorte, diz-nos Miller (1999, p. 40): “[...] quando Lacan diz que a linguagem é corpo, quer dizer matéria [...]”, opondo-se à ideia dela como espírito ou idealidade. Há uma materialidade de linguagem, das quais temos referências em *Instância da letra no inconsciente ou a razão desde Freud* como podemos observar, por exemplo, na seguinte passagem: “Designamos por letra este suporte material que o discurso concreto toma emprestado da linguagem.” (LACAN, 1957b/1998, p. 498). Já à época da segunda tese, quando toma o significante como incorporal, Lacan fala do corpo como corpo vivo. Dessa forma, Miller (1999, p. 41) sinaliza que “[...] por um lado, a palavra corpo quer dizer matéria e, por outro, ela quer dizer corpo vivo”.

Mandil (2010) propõe uma articulação que nos parece interessante, justamente por apresentar uma abordagem do enodamento do registro imaginário ao simbólico. O autor afirma que Lacan define o corpo como “[...] resultado de uma construção que se realiza em um ponto exterior ao sujeito [...]. O corpo é alguma coisa que se constitui fora e é apossado pelo sujeito.”(p.6).⁸⁸ Não se trata, para ele, de uma evidência natural, mas de algo que se constitui a partir do espelho e é transformado pelo discurso. É no enodamento borromeano que o organismo se faz corpo. De um lado, é o corpo que oferece matéria ao significante e se faz significante, de outro é o significante que se materializa no corpo.

⁸⁸ MANDIL, R. A. Semblantes do corpo (1). MOTe digital, Revista digital da Del, RN, n.1, jul.2010, p.6. Disponível em: http://ebp.org.br/PDF/Revista_MOTen01_jul_2010.pdf. Acesso em: 25/03/2015, às 20h.

Retomando a noção de corpo vivo, encontramos elementos que permitem refletir a respeito do terceiro registro que viabiliza a construção borromeana do corpo, o real. A partir da distinção entre o corpo e a vida, Miller (1999) introduz a morte em nossas ponderações:

[...] a vida transborda do corpo vivo e a biologia molecular reconheceu a clivagem que distingue o corpo e a vida. É claro que o corpo é vivo, mas a vida não se reduz ao corpo, precisamente porque o corpo é mortal. Todos os corpos são mortais, enquanto a vida, ela continua. A vida parece imortal e, nesse sentido, o corpo vivo é apenas uma forma mortal da vida. (p.43)

O corpo como transbordante de vida consagrado à morte é a condição para sua entrada no registro do Real. De acordo com Roudinesco e Plon (1998), a dimensão do real é apresentada por Lacan a partir “[...] do vocabulário da Filosofia e do conceito freudiano de realidade psíquica, para designar uma realidade fenomênica que é imanente à representação e impossível de simbolizar” (p.645). Fundamentado, portanto, em uma distinção radical daquilo que é entendido comumente como realidade, tal conceito se expressa como impossível e, também, como a repetição que subjaz ao conceito de gozo.

A esse respeito, assim Lacan (1969-1970/1992) se expressa:

O gozo é exatamente correlativo à forma primeira da entrada em ação do que chamo marca, traço unário, que é a marca para a morte, se quiserem lhe dar seu sentido. Observem que nada toma sentido até que a morte entre na jogada.

É a partir da clivagem, da separação entre o gozo e o corpo doravante mortificado, a partir do momento em que há jogo de inscrições, marca do traço unário, que a questão se coloca. (p. 188)

Conforme podemos acompanhar no raciocínio de Lacan, o gozo se articula com o registro do real a partir da perenidade como um traço, ao mesmo tempo em que a corporeidade, ou melhor, o corpo vivo é condição ao gozo. Miller (1999) nos fala que o conceito de gozo talvez seja o único no interior da psicanálise não filosófico. Fazendo uso de suas palavras:

[...] o saber sobre o gozo talvez seja o único saber psicanalítico que temos sobre a vida, sobre o que é o ser vivo. Pelo menos é o que formula Lacan no *Seminário Mais, ainda*. Não sabemos o que é ser vivo, a não ser pelo seguinte: um corpo, isso goza. (p.23)

Mrech (2014) oferece sua contribuição acerca da corporeidade, ao nos dizer que, a partir das evoluções da clínica de Lacan, com o estabelecimento da função do gozo como modulador de tudo o que o sujeito faz, temos um novo termo para designar esse último: o *falasser*. “[...] um ser na fala que, ancorado em seu corpo, tenta inventar outra forma de lidar com o furo traumático da não relação sexual”(p.69). O *falasser* é aquele que, por falar, incorre na crença de *ser* um corpo, quando na verdade somente o *tem*, conforme sustenta Lacan. Tal clivagem diz respeito ao fato de a equivalência entre o ser e o corpo só ser alcançada no mundo animal (MILLER, 1999).

O *corpo falante*, outro modo de nomear o *falasser*, não é um corpo ao qual se acrescenta um adjetivo que o caracteriza. O vocábulo falante funciona, nesse caso, como o que, na gramática, é um particípio ativo e, em alguns casos, um gerúndio (BASSOLS I PUIG, 2016). De acordo com Antonio Di Ciaccia (2016), o *falasser* é um ser que fala de seu gozo com aquilo que ele tem, isto é, seu corpo. A expressão *corpo falante*, apresentada por Lacan no *Seminário, livro 20: Mais, ainda* (1972-1973/1985) é “[...] uma expressão que não renega, de modo algum, o inconsciente e sua relação com a linguagem, mas por fim, dá ao corpo seu peso.” (CIACCIA, 2016, p.75).

Seguindo o esteio de Lacan, na intenção de dar ao corpo do sujeito autista seu devido peso, busco inscrevê-lo para além daquilo que é apresentado nos meios de comunicação. Há muito mais no autismo do que o cérebro. Para essa abordagem, aliarei à noção de corpo falante o conceito de acontecimento de corpo que, embora esteja entrelaçado ao primeiro termo no interior das últimas ponderações de Lacan, aqui merecerá um destaque particular.

De acordo com Frediani (2014), o termo *falasser* aponta para um mais além do sujeito, para um tempo em que o organismo encontra o significante, fixando um modo único e imutável de gozo. Dessa junção, nos diz a autora, advém uma amarração de *sinthoma* que Lacan denominou *acontecimento de corpo*. Esse, portanto, refere-se às marcas primevas, contingenciais, de um gozo Um, que

participa do início da constituição do sujeito. O corpo acontece a partir de um dizer que o perpassa com o fora de sentido de *lalíngua*,⁸⁹ puras palavras sem significação. É um corpo que fala por meio de certas contingências de um dizer que produziu um acontecimento e que, por falar, também produz acontecimento. Retomando as ponderações de Frediani (2014):

Se o *sinthoma* resta como acontecimento de corpo inaugural, nada impede que se produzam outros que venham em ruptura, em contraposição a ele, produzindo efeitos com maior ou menor duração, desestabilizações e reamarragens, mais ou menos penosas. É assim que as palavras atingem o falasser. (p.41)

Essa reflexão sobre o acontecimento do corpo é importante, pois é a partir da reviravolta que ocorre com a leitura do último ensino de Lacan que Éric Laurent fará a sua leitura do que acontece no autismo por meio de tal teorização. No Capítulo dois, acompanhamos um pouco a reflexão do psicanalista a respeito das questões de borda no autismo e, agora, nos aprofundaremos um pouco mais.

Para Laurent (2012; 2014), a partir do cálculo da língua ocorre o isolamento de um objeto que, ao entrar no mundo do autista, adquire forma e, ao mesmo tempo, atribui uma forma ao sujeito. O autor afirma que, em uma ponta do espectro dos autismos, situa-se o *objeto a* como um *em-fôrma*, como sustentado o caso de Temple Grandin. Na outra ponta, no entanto, “[...] o objeto pulsional rejeita qualquer captura no registro da forma e do corpo” (LAURENT, 2014, p. 87), tornando-se um objeto de gozo sem forma “[...] que se inclui de uma maneira tão paradoxal no corpo que é preciso extraí-lo a qualquer custo.” (LAURENT, 2012, p. 25), a despeito da dor que o ato possa provocar. Ao *sem forma*, podemos atrelar o caso do menino Roberto, apresentado por Rosine Lefort, que examinamos no Capítulo dois, quando recordamos sua tentativa de extração peniana.

No primeiro caso, nos deparamos com um objeto que supre as limitações do corpo, protegendo-o da angústia da intrusão. A esse respeito, assim se expressa

⁸⁹ De acordo com Milner, o conceito lacaniano de *lalíngua* é o de “ [...] uma língua entre outras, enquanto que, ao se colocar, ela impede por incomensurabilidade a construção de uma classe de línguas que a inclui; sua figuração mais direta é a língua materna, da qual basta um pouco de observação para admitir que, em qualquer hipótese, é preciso uma torção bem forte para alinhá-la no lote comum. Mas é imediatamente qualquer língua, enquanto que todas são, por algum lado, uma dentre outras e, para algum ser falante, língua materna (MILNER, 1987, p. 15).

Laurent (2014, p. 88): “Dizemos, com Lacan, que o objeto se apresenta como em-fôrma, tal como as fôrmas de sapatos que constituem em-fôrmas para conservar, de dentro, o vazio dos calçados e impedi-los de se deformar, de desabar.”.

Em outra perspectiva de funcionamento, o objeto *em-fôrma* é extraído do corpo e pode ser remetido ao laço social com uma função de troca. Seguindo, novamente, o caso de Temple Grandin, seu *cattle chute*, sistema de rampas e grades que pode ser empregado no transporte, triagem e abate de animais rurais, hoje é considerado uma inovação e é comercializado, fato que comprova a tese de tal objeto como liame social.

Laurent (2014) sustenta que os objetos autísticos, em sua incomparável diversidade, demonstram efeitos de inclusão em alguns sujeitos, quando obtêm êxito em extraí-los de seu corpo e se separam deles, deixando-os circular. Para o autor, é possível chamar de objeto

[...] esse acomodamento dos restos, dos dejetos, deixados pelo encontro com o Outro da língua que vem a perturbar o corpo, seja qual for o substrato biológico do funcionamento ou da disfunção de tal corpo. O objeto é essa cadeia heterogênea, feita de coisas descontínuas (letras, pedaços de corpo, objetos tirados do mundo [...]), organizada como um circuito, munida de uma topologia de borda e articulada ao corpo. (p.89)

Ao se falar do autismo em sua relação com um objeto informe, também encontramos uma estreita relação com o corpo, mas como uma rejeição radical, como se o sujeito quisesse apagar alguma coisa dele. Como nos diz Laurent (2014, p. 90), o “[...] real impõe uma topologia que não é a de um corpo circunscrito”, pois há uma anulação das distâncias e, quando o objeto invade o mundo do sujeito, desperta o rumor da língua.

À questão do objeto com o corpo, associa-se o que Laurent denomina *foraclusão do furo*. De acordo com Tendlarz e Bayón (2013, p. 75): “A foraclusão do furo, ou nos termos de Lacan, a não constituição do objeto a como consistência lógica, implica que tampouco se constituíra estruturalmente a borda topológica.” (tradução livre)

A ausência de borda decorrente da inexistência de furo, compromete o senso do corpo como inteiro e provoca, como consequência clínica, o encapsulamento do sujeito, o estabelecimento de objetos autísticos e a relação com o duplo (TENDLARZ e BAYÓN, 2013).

Podemos pensar como desdobramento decorrente da foraclusão do furo as automutilações e as tricotilomanias, que se associam a esses quadros como tentativas de, diante da ausência de um furo estrutural, fazer furo no real. É como se o corpo só pudesse existir se um objeto separar-se dele. De acordo com Laurent (2014, p. 100), suportar o olhar do Outro é o que atribui consistência ao corpo, delineando suas bordas e, “[...] quando isso não ocorre, quando os olhares ‘não se cruzam’ a experiência do espelho se reduz ao duplo.”.

Ponderações acerca da articulação da linguagem ao corpo atravessam as construções de Jean-Claude Maleval, que sustenta a posição de que se deve escutar os autistas. Localizando, a partir da afirmação lacaniana de que estes são verbosos, o psicanalista atribui a essa verbiagem um gozo solitário da língua.

Analisando tudo o que dizem e escrevem os autistas, na clínica e na sociedade, Maleval (2012) argumenta que esses dados podem embasar a hipótese da ausência de Outro, conforme postulada por Lefort, mas é contumaz ao ressaltar que tal fato não significa que o autista é um fora da linguagem.

No autismo, o sistema da linguagem pode ser interrompido no âmbito da fala, no entanto ela já estabeleceu sua presença no vivente. Mesmo que o sujeito autista se defenda da linguagem, ele está mergulhado nela desde antes de seu nascimento, em um banho verbal que o afeta. É o que atesta a produção dos objetos pulsionais, oriundos do recorte da linguagem no corpo. (p.48)

Em seus trabalhos, esse autor lembra que há uma constância na articulação da linguagem ao corpo em tais sujeitos, a saber, a recusa em assumir voz enunciativa na fala, que se expressa de distintas maneiras, tais como: mutismos, ecolalias, canções, verbiagens, falas sem afeto, entre outros. Diante da retenção do objeto vocal, existem duas saídas possíveis ao autista para o desenvolvimento da linguagem: ou arquiteta uma língua privada, que o autor denominou verbosa, em alusão ao termo usado por Lacan, ou tece uma língua intelectual, funcional que oferecerá melhores condições ao laço social. Maleval (2012, p. 54) nos diz que “[...]”

a língua verbosa predomina no autismo de Kanner; enquanto a outra língua, o código informativo, a língua funcional, tem seus desenvolvimentos mais elaborados nos autistas de Asperger.”.

As questões trazidas à tona por esses autores nos aproximam de um corpo que não se resume ao cérebro, como nas reportagens analisadas. Resultado da articulação entre organismo, imagem e linguagem, um corpo é um enodamendo de três registros que permitem ao sujeito tê-lo, sem nunca sê-lo.

A ausência estrutural do que se processa no nível da imagem em relação à sua amarração com a linguagem sobre um corpo vivo é a leitura que permite atribuir aos autistas um lugar de sujeito e escutá-los em sua verbiagem ou em sua língua funcional. Afastando-se da ideia de que a eles nada ocorre ou, ainda, que sofrem de uma deficiência, o que é observado nesses sujeitos, no nível do fenômeno linguístico, objetiva protegê-los contra a angústia frente a reverberação da linguagem sobre seu corpo.

Considerações finais

Certa vez, recebi um laudo de um médico otorrinolaringologista que, após alguns exames, diagnosticou uma criança de cinco anos como possuidora de um “profundo sofrimento psíquico”. No mesmo ano, conheci dois meninos que receberam de uma orientadora escolar o “diagnóstico” de autismo. Durante uma celebração, entre colegas, tomei conhecimento de uma mãe que dava Ritalina à filha, para que ela conseguisse realizar as provas escolares “com foco”.

Não tenho certeza de como os três episódios podem ser lidos pelos meus contemporâneos, acostumados a diagnósticos e tão resignados quanto ao entorpecimento dos filhos e alunos. Certamente, alguns se perguntariam a respeito do exame capaz de diagnosticar o sofrimento infantil ou, ainda, desejariam conhecer o medicamento que deixa os estudantes focados. Outros, mais atentos, perguntar-se-iam como um otorrinolaringologista pode precisar o sofrer, a ponto de designá-lo como profundo, médio ou leve e, também, o que autoriza uma pedagoga a diagnosticar crianças no ambiente escolar. Perguntas importantes, sem dúvida.

No que tange à reflexão que desenvolvo, esses casos se encaixam nas ponderações que Robert Levy (2014, p. 213) realiza, ao sinalizar a tendência atual de ver a infância como um sintoma, retirando-lhe “[...] o direito à incerteza em nome da generalização da observação.”.

Em nosso exame dos meios de comunicação, percebemos como, a partir de um texto que se pretende neutro e verdadeiro, padrões de normalidade são disseminados como uma ciência vendida em drágeas. Segundo Santos (2014, p. 37), tais modelos controversos são engendrados pelas mídias por meio de “[...] um discurso psiquiátrico menos semiológico e mais epidemiológico, em que a ideia de ‘homem médio’ serve para produzir um consenso social.”.

Evidenciamos esse processo quanto à representação da criança, acerca do qual os três episódios acima são exemplos. À ideia de criança normal subjaz um campo de anormalidade que bordeja seu modo de estar no mundo. Daí resulta o fato de seu modo de falar, andar, comer e brincar estar sempre em análise, sendo observado a partir de um protótipo ideal.

O autismo, mais do que um diagnóstico, tornou-se um dos nomes presentes nessa linha que circunda a criança em seu fazer. A partir de observações em relação do modo como se organiza e responde ao contato com o outro, sua sombra pode pairar sobre a infância. Esse fato é problemático, pois nem tudo o que se refere a entraves na comunicação e na interação diz respeito ao autismo, como no caso dos meninos nomeados pela orientadora, nos quais nada corroborou com o “diagnóstico”.

Vemos em nosso tempo a propagação de um discurso que autoriza os indivíduos a tomarem a palavra como defensores da normalidade, expressando sua opinião a respeito do que é ou não normal, do que está ou não em consonância com o desenvolvimento infantil. Alimentados por reportagens que versam sobre todos os assuntos, os cidadãos estruturam seus laços a partir da opinião. Conforme analisamos, o que os impulsiona à opinião no que tange ao autismo está localizado no que os meios de comunicação veiculam como discurso científico, convertendo o conhecimento em informação, mercadoria em um mercado do saberes.

Não é mais só de *commodities*, produtos industrializados e serviços que se alimenta o capitalismo. Em sua faceta tardia, ele necessita se inscrever no laço social por meio da colonização do que se produz como conhecimento. Alimenta-se de ciência, mas, para degluti-la, precisa fragmentá-la e reduzi-la a uma unidade mínima de informação que a transforme em mercadoria. Ao abrirmos um jornal ou uma revista, nos deparamos com ciência em drágeas a serem consumidas, sem parcimônia, por sujeitos condicionados a terem a notícia em tempo real. Vivenciamos a ciência reduzida à mídia, que se autoriza a fazer também do autismo uma mercadoria.

E aqueles que são verdadeiramente autistas? O que lhes acontece no mercado de saberes? São, por um lado, incorporados à lógica do consumo e convidados a usufruir das camisetas, canecas, viagens, bótons destinado as eles e a seus pais, representando mais uma vertente da “[...] comercialização da infância estabelecida pelo *marketing infantil*”, conforme esclarece Mrech (2014, p. 317).

Por outro lado, constituem-se em objetos de análise de um discurso científico que os define como puro organismo e localiza em seus cérebros uma variedade de anomalias. Não é por acaso que encontramos os autistas na seção destinada à

pauta de ciência e tecnologia na *Revista Exame*, já que eles são os fiadores do discurso high-tech.

Aflalo (2014b) nos lembra que há algo que escapa às manipulações genéticas e acerca do qual se estrutura o sujeito, a saber, o fato de o corpo sexuado permanecer um enigma. A autora nos diz que assim ocorre por conta da impossibilidade de “[...] universalizar a maneira de fazer casal. Os animais sabem como se acasalar graças ao seu instinto. Mas, para os humanos, feitos de carne e de verbo, falta esse saber.”(p.289).

Nesse cenário, tudo aquilo que desvela tal mecanismo ou questiona os acontecimentos é deixado à margem da discussão e acusado de ser pouco eficaz. As vozes que ousam ir na contramão, interrogando-se, por exemplo, se ninguém cogita a possibilidade de os genes serem influenciados pela subjetividade e vice-versa – visto que somos corpo, organismo e carne ao mesmo tempo – são tomadas como pouco científicas e não recebem patrocínio público para pesquisa, conforme sinalizou John Markowitz, em sua carta no *The New York Times*. Em relação a tal caso, é curioso examinar como o que é público, no campo da pesquisa adquire ares de privado, ao selecionar o que é ou não qualificado para ser apoiado. Certamente, a opinião pública é considerada quando da atribuição de verbas e como essa é alimentada por “drops” diários de ciência jornalística, um movimento circular que se estabelece.

Vivemos, no campo do jornalismo científico, uma espécie de *Idade Mídia* na qual só é válido aquilo que ganha vida por suas “epístolas” cotidianas, ou seja, só é ciência aquilo que ela cria como mercadoria, para ser obtida no mercado de saberes. O autismo, nesse sentido, é uma mercadorias desejadas.

Diante de tal cenário, é premente se firmar como um contraponto. E a pergunta que emerge é: será que o pensamento psicanalítico pode servir a esse propósito? Tal questionamento se justifica porque a leitura que alguns pós-freudianos empreenderam do texto de Freud permitiu ao discurso do capitalista se apropriar de elementos da teoria, para esvaziá-los e colocá-los a seu serviço. Parece-nos que o pensamento de Lacan pode nos ajudar a construir uma prática e uma argumentação teórica mais responsiva à era em que vivemos.

Sem esquecer que todos aqueles que falam se inscrevem obrigatoriamente em uma das modalidades discursivas teorizadas por Lacan, ao tomar a palavra alicerçado pela psicanálise, é preciso compreender que se opera a partir de um regime lógico de impossibilidade e que o saber no discurso analítico aparece no lugar da verdade que, por ser sempre *semidizer*, refere-se a um saber lidar com a falta, com a castração.

No que concerne especificamente ao autismo em sua representação nos periódicos, é profícuo tomar a palavra em primeiro lugar elucidando que toda comunicação se realiza como um laço e que o laço posto em circulação é o do discurso universitário enredado na lógica do capitalista. Dessa forma, podemos restituir ao sujeito que lê o direito de encarnar seu corpo e ser responsável por seus atos e pensamentos.

Na mesma direção, a proposição do autismo como corpo, e não como cérebro, permite-nos afastá-los da ideia de deficiência intelectual, sustentado que seus entraves de comunicação não são sequelas cognitivas de um cérebro anômalo. São, antes disso, efeitos do traumático encontro com o Outro, que se inscrevem no e pelo corpo vivo, em seu enodamento imaginário, simbólico e real, produzindo um acontecimento de corpo que lhe é característico, singular e autêntico.

Como nos diz Bassols i Puig:

Essa junção ou conjunção a partir de suas fissuras, entre o real do organismo e o imaginário da unidade corporal, será operada unicamente pelo simbólico da linguagem. [...] A conjunção do organismo e do corpo se realiza, com efeito, como uma amarração em que as duas ordens se entrelaçam, valendo-se de suas fissuras ou furos. (2015b, p.44)

É desse tipo de furo que falamos, quando trazemos o autismo como corpo. Não como furo de reportagem que promove o sofrimento como espetáculo, mas um furo que, por ser rechaçado, só faz borda por seus sintomas, por seu *sinthoma*, por um acontecimento de corpo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADORNO, T. W.; HORKHEIMER, M. A indústria cultural: O esclarecimento como mistificação das massas. In: ADORNO, T. W.; HORKHEIMER, M. A *Dialética do Esclarecimento*: Fragmentos filosóficos. Rio de Janeiro: Zahar, [1944] 1985, p. 99 – 138.

AFLALO, A. *Autismo*: Novos espectros, novos mercados. Petrópolis: KBR, 2014a.

_____. Políticas do Real. In: MACHADO, O.; RIBEIRO, V. L. A. (Orgs.) *Um real para o século XXI*. Belo Horizonte: Scriptum, 2014b.

_____. *O assassinato frustrado da Psicanálise*. 1ª. ed. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2012.

ALEMÁN, J. Una de las maneras de sustraerse a la técnica, es la política, 2012. Entrevista ao Jornal *Clarín* disponível em: http://www.revistaenle.clarin.com/rn/ideas/Jorge-Aleman-politicas-en-Lacan_0_689331306.html. Acesso em 15/03/2015, às 22h.

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. *Diagnostic and statistical manual of mental disorder* (DSM-I). Washington (DC): American Psychiatric Association and Mental Hospital Service, 1952.

_____. *Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorder* (DSM-II). 2nd ed. Washington (DC): American Psychiatric Association, 1968.

_____. *Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorder* (DSM-III). Washington (DC): American Psychiatric Association, 1980.

_____. *Diagnostic and statistical manual of mental disorder* (DSM-III-R). Washington (DC): American Psychiatric Association, 1987.

_____. *Diagnostic and statistical manual of mental disorder* (DSM-IV). Washington (DC): American Psychiatric Association, 1994.

_____. *Diagnostic and statistical manual of mental disorder* (DSM-IV-TR). 4th ed. rev. Washington (DC): American Psychiatric Association, 2000.

_____. *Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais (DSM-5)*. Porto Alegre: Artmed, 2014.

ANGELL, M. A epidemia de doença mental. *Revista Piauí*, São Paulo, n.59,p.1 – 14, abril 2012.

ARIÈS, Philippe. *História Social da criança e da família*. 2ª. ed. Rio de Janeiro: LTC, [1973] 2014.

ASPERGER, H. Autistic psychopathy in childhood. In: FRITH, U. (Ed.). *Autism and Asperger syndrome*. London: Cambridge University Press, 1991, p. 37-92.

BAIO, Jon. **CDC: Prevalence of Autism Spectrum Disorder Among Children Aged 8 Years: Autism and Developmental Disabilities Monitoring Network, 11 Sites, Atlanta, 2010.** Estados Unidos: MMWR, 2014. Disponível em: http://www.cdc.gov/mmwr/preview/mmwrhtml/ss6302a1.htm?s_cid=ss6302a1_w. Acesso em: 15/10/2015, às 22h.

BASSOLS i PUIG, M. *La técnica, la religión y sus víctimas*. 2015a. Disponível em: <http://meteoro.elp.org.es/meteoro-no-1-especificidad-del-psicoanalisis-m-bassols-s-castellano/> Acesso em 3/11/2016, às 18h.

_____. *A psicanálise, a ciência, o real*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2015b.

_____. *Abertura*. In: *O Corpo Falante – sobre o inconsciente no século XXI*. São Paulo: Escola Brasileira de Psicanálise, 2016.

BENJAMIN, Walter. *Obras escolhidas Magia e técnica, arte e política: Ensaio sobre literatura e história da cultura*. 8ª. ed. São Paulo: Brasiliense, 2014.

_____. *A obra de arte na era da reprodutibilidade técnica*. In: *Obras Escolhidas*. Volume I. São Paulo: Brasiliense, 2012, p. 184.

_____. *Passagens*. Belo Horizonte: Editora UFMG/São Paulo: Imesp, [1935] 2007.

_____. *Alegoria e Drama Barroco*. In: *Documento de Cultura*. São Paulo: Edusp, [1925] 1985, p. 17 – 40.

_____. *Sobre o conceito de história*. In: BENJAMIN, Walter. *Obras Escolhidas*. Volume I. São Paulo: Brasiliense, [1940] 2012, p. 241 – 252.

_____. O Narrador. In: BENJAMIN, Walter. *Obras escolhidas*. Volume I. São Paulo: Brasiliense, [1936] 2012, p. 213 – 240.

BERCHERIE, PAUL. A Clínica psiquiátrica da criança: Estudo Histórico. [1983] In: CIRINO, Oscar. *Psicanálise e Psiquiatria com crianças*. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2001, p. 127-144.

BERNARDINO, Leda Mariza Fischer. A importância da escrita na clínica do autismo. *Estilos da Clínica*. Brasil, v. 20, n. 3, p. 504-519, dec./2015. ISSN 1981-1624. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/estic/article/view/117768/115414>>. doi:<http://dx.doi.org/10.11606/issn.1981-1624.v20i3p504-519>. Acesso em: 11/feb/2017, às 19h.

BIRMAN, J. Prefácio. In: ROZA, E.; REIS, E. *Da análise na infância ao infantil na análise*. Rio de Janeiro: Contracapa, 1997.

BLANK, Nelson. *O raciocínio clínico e os equipamentos médicos*. Dissertação de mestrado. IMS/UERJ. Rio de Janeiro, 1985.

BOUDARD, B. Os quatro discursos no trabalho com pais. In: KUPFER, M. C. M. (Org). *Tratamento e escolarização de crianças com distúrbios globais de desenvolvimento*. Salvador: Álgama, 2000, p. 63-73.

BRECHT, B. *Teatro Completo 3*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

BRODSKY, Graciela. **Fundamentos 1**: Comentario del Seminario 11. 1ª. ed. Buenos Aires: Grama Ediciones, 2014.

BROUSSE, M. H. Em direção a uma nova clínica psicanalítica. *Latusa digital* – ano 4, N° 30, set./2007. Disponível em: http://www.latusa.com.br/pdf_latusa_digital_30_a1.pdf. Acesso em 13/12/2016, às 18h.

CABAS, A. G. *Curso e discurso da obra de Jacques Lacan*. 2ª ed. São Paulo: Centauro Editora, 2005.

CAVALCANTI, A. E.; ROCHA, P. S. (2001). *Autismo*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2013.

CHEMAMA, Roland; VANDERMERSCH, Bernard (Orgs.). *Dicionário de Psicanálise*. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2007.

CIRINO, Oscar. Genealogia da psiquiatria da infância. In: KAMERS, M.; MARIOTTO, R. M. M.; VOLTOLINI, R. (Orgs) *Por uma (nova) psicopatologia da infância e da adolescência*. São Paulo: Escuta, 2015.

CUKIERT, Michele; PRISZKULNIK, Léia. Considerações sobre eu e o corpo em Lacan: Uma contribuição à questão do corpo em Psicanálise: Freud, Reich e Lacan. *Estud. Psicol.* Natal, v. 7, n. 1, Jan./2002, p. 143-149. Available from: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-294X2002000100014&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 12/fev./2017, às 19h.

DEBORD, G. *A sociedade do espetáculo*. São Paulo: Coletivo periferia, (1967) 2003. Disponível em: <http://www.ebooksbrasil.org/adobeebook/socespetaculo.pdf> Acesso em 15/mar/2015, às 20h.

DESCARTES, René. A dióptrica: Discursos I, II, III, IV e VIII. *Scientiae Studia*, [S.l.], v. 8, n. 3, sep./2010, p. 451-486. ISSN 2316-8994. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/ss/article/view/11212/12980>>.. doi:<http://dx.doi.org/10.1590/S1678-31662010000300007>. Acesso em: 02/nov./2016, às 18h.

DI CIACCIA, A. A prática entre vários. In. ALTOÉ, S.; LIMA, M. M. (Orgs.), *Psicanálise, clínica e instituição* Rio de Janeiro: Rios Ambiciosos, 2005, p. 34-54.

_____, A. Sinthoma masdiaquino. In: MACHADO, O.; RIBEIRO, V. L. A. (Orgs.) *Um real para o século XXI*. Belo Horizonte: Scriptum, 2014.

DOLTO, F. *Seminário de Psicanálise de crianças*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1990.

_____. *A causa das crianças*. São Paulo: Ideias & Letras, [1987] 2005.

_____. *As etapas decisivas da infância*. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

_____. Quando os filhos precisam dos pais: respostas a consultas de pais com dificuldades na educação dos filhos. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

DOLTO, F.; NASIO, J. D. *A criança do espelho*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, [1987] 2008.

DONZELOT, J. *A política das famílias*. Rio de Janeiro: Graal, [1977] 1980.

DREIFUS, Claudia. Pesquisador enfoca bioquímica do autismo. *Folha de S. Paulo*. São Paulo, 08/04/2014. Seção Equilíbrio e saúde. Disponível em:

<http://www1.folha.uol.com.br/equilibrioesaude/2014/04/1436481-pesquisador-enfoca-bioquimica-do-autismo.shtml>. Acesso em: 15/10/2015, às 19h.

DUFOUR, Dany-Robert. *A arte de reduzir as cabeças*: Sobre a nova servidão na sociedade ultraliberal. 1ª. ed. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2005.

DUNKER, C. I. *Mal-estar, sofrimento e sintoma*: Uma psicopatologia do Brasil entre muros. São Paulo: Boitempo, 2015a.

_____. Apresentação. In: KAMERS, M.; MARIOTTO, R. M. M.; VOLTOLINI, R. Por uma (nova) psicopatologia da infância e adolescência. São Paulo: Editora Escuta, 2015b, p. 9 – 16.

_____. Leitura, Interpretação, Comentário e Reconstrução: A Querela do Método em Psicanálise. 2015c. Disponível em: <http://www.voxinstituto.com.br/wp-content/uploads/manager/6_2015_A_QUERELA_DO_METODO_PSICANALITICO_CHRISTIAN_DUNKER.PDF>. Acesso em: 18/01/2017, às 20h.

FARIA, M. R. Introdução à psicanálise de crianças: o lugar dos pais. São Paulo: Toro Editora, 2016.

FELDSTEIN, R.; FINK, B.; JAANUS, M. *Para ler o Seminário 11 de Lacan*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

FERNANDEZ, M. R. O buraco negro – Frances Tustin. *Letra Freudiana*. Rio de Janeiro: Revinter, n.14, p. 53 – 60, 1995.

FLESLER, A. O discurso da Histórica. In: VEGH, I. *Os discursos e a cura*. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2001, p. 39 – 74.

FREDIANI, M. S. Acontecimento de Corpo. In: MACHADO, O.; RIBEIRO, V. L. A. (Orgs.) *Um real para o século XXI*. Belo Horizonte: Scriptum, 2014.

FREDERICO, Celso. Brecht e a "Teoria do rádio". **Estud. Av.**, São Paulo, v. 21, n. 60, Aug./2007, p. 217-226. Disponível em:

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142007000200017&lng=en&nrm=iso Acesso em: 15/10/2015, às 20h.

FREUD, S. Sobre o mecanismo psíquico dos fenômenos histéricos: comunicação preliminar. In: *Edição Standard Brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud. Vol. II* [1893]. Rio de Janeiro: Imago, 2006.

_____. Projeto para uma psicologia científica. In: *Edição Standard Brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud. Vol. I* [1895]. Rio de Janeiro: Imago, 2006.

_____. Carta 69. In: *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud. Vol. I.* [1897]. Rio de Janeiro: Imago, 2006.

_____. A hereditariedade e a etiologia das neuroses. In: *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud. Vol. III.* [1896a]. Rio de Janeiro: Imago, 2006.

_____. Rascunho K. As neuroses de defesa. In: *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud. Vol. I.* [1896b]. Rio de Janeiro: Imago, 2006.

_____. *A interpretação dos sonhos* - Edição comemorativa 100 anos. [1900]. Rio de Janeiro: Imago, 2001.

_____. Análise de uma fobia em um menino de cinco anos. In: *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud – Vol. X.* [1909]. Rio de Janeiro: Imago, 2006.

_____. Formulações sobre os dois princípios do funcionamento mental. In: *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud. Vol. XII* [1911]. Rio de Janeiro: Imago, 2006.

_____. Totem e Tabu. In: *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud. Vol. XIII* [1913]. Rio de Janeiro: Imago, 2006.

_____. A história do movimento psicanalítico. In: *Edição standard brasileira das obras completas de Sigmund Freud. Vol. XIV:* [1914-1916]. Rio de Janeiro: Imago, 2006.

_____. O inconsciente. In: *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. Vol. XIV [1915]. Rio de Janeiro: Imago, 2006.

_____. Conferências Introdutórias sobre Psicanálise: Conferencia I. In: *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. Vol. XV [1916]. Rio de Janeiro: Imago, 2006.

_____. Conferência XXIII: Os caminhos da formação dos sintomas. In: *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. Vol. XVI (1917 [1916]) Rio de Janeiro: Imago, 2006.

_____. Além do princípio do prazer. In: *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. Vol. XVIII [1920]. Rio de Janeiro: Imago, 2006.

_____. Psicologia de grupo e a análise do ego. In: *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. Vol. XVIII [1921]. Rio de Janeiro: Imago, 2006.

_____. O Mal-estar na civilização. In: *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. Vol. XXI [1930]. Rio de Janeiro: Imago, 2006.

_____. Conferência XXXV: A questão de uma Weltanschauung. In: *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. Vol. XXII. [1933] Rio de Janeiro: Imago, 2006.

_____. Análise terminável e interminável. In: *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. Vol. XXIII. [1937]. Rio de Janeiro: Imago, 2006.

_____. Moisés e o Monoteísmo. In: *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. Vol. XXIII [1937-1939]. Rio de Janeiro: Imago, 2006.

GAINES, A. From DSM-I to III-R: Voices of self, mastery and the other: A cultural constructivist reading of U.S. psychiatric classification. *Social Science and Medicine*, 35 (1), 1992, p.3-24.

GAVIOLI, C. A.; KUPFER, M. C. M. Médicos, educadores e professores terapeutas? Algumas relações entre o tratar e o educar. In: CONTE DE ALMEIDA, S. F.; KUPFER, M. C. M. (Orgs.) *A psicanálise e o trabalho com a criança-sujeito: No avesso do especialista*. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2011.

GØTZSCHE, P.. Fármacos psiquiátricos nos fazem mais mal do que bem, 2016. Entrevista ao Jornal *El País* disponível em: http://brasil.elpais.com/brasil/2016/09/20/ciencia/1474391855_558264.html Acesso em: 18./jan./2017, às 19h

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere* [1929-1935]. Vol.23. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

HALL, Stuart. *Da Diáspora: Identidades e Mediações Culturais*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2003.

HEGEL, G. W. F. *Fenomenologia do espírito*. Vol. I e II. 2ª. ed. Petrópolis: Vozes, 1992.

HOGGART, Richard. *Utilizações da Cultura 2: Aspectos da vida cultural da classe trabalhadora*. Lisboa: Editorial Presença, 1975.

INFANTE, D. P. Psiquiatria para quem? In: JERUSALINSKY, A.; FENDRIK, S. *O livro negro da psicopatologia contemporânea*. São Paulo: Via Lettera, 2011.

KANNER, L. (1943). Os distúrbios autísticos do contato afetivo. In: ROCHA, P. S. (Org.). *Autismos*. São Paulo: Escuta, 2012.

KANT, E. *Fondements de la métaphysique des mœurs* [1785]. Paris: Garnier/Flammarion.

KLEIN, M. A importância da formação dos símbolos no desenvolvimento do ego. In: KLEIN, M. *Amor, culpa e reparação e outros trabalhos*. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

KUPFER, Maria Cristina M. Autismo: Uma estrutura decidida? Uma contribuição dos estudos sobre bebês para a clínica do autismo. In: *Colóquio do Lepsí IP/FE-USP*, 5, 2004, São Paulo. *Proceedings online...* Available from: <http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=MSC0000000032004000100005&lng=en&nrm=abn>. Acesso em: 18./jan./2017, às 19h.

KURZ, Robert. O homem reduzido. *Folha de S.Paulo*. São Paulo, 03/10/1999. Caderno *Mais*. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mais/fs0310199908.htm>. Acesso em: 15/03/2015, às 19h.

LACAN, J. *Da psicose paranoica em suas relações com a personalidade*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1987.

_____. *O seminário, Livro 1: Os escritos técnicos de Freud (1953-1954)*. Rio de Janeiro: Zahar Editora, 2009.

_____. *O seminário, Livro 2: O eu na teoria de Freud e na técnica da Psicanálise (1954-1955)*. Rio de Janeiro: Zahar Editora, 1985.

_____. *O Seminário, Livro 3: As psicoses. [1955-1956]*. Rio de Janeiro: Zahar Editora, 2002.

_____. *O Seminário, Livro 4: A relação de objeto. [1956-1957]*. Rio de Janeiro: Zahar Editora, 1995.

_____. *O seminário, Livro 5: As formações do inconsciente [1957-1958]*. Rio de Janeiro: Zahar Editora, 1999.

_____. *O seminário, Livro 8: A transferência [1960-1961]*. Rio de Janeiro: Zahar Editora, 1992.

_____. *O seminário, Livro 11: Os quatros conceitos fundamentais da Psicanálise [1964]*. 2ª. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editora, 1985.

_____. *O Seminário, Livro 16: De um Outro ao outro [1968-1969]*. Rio de Janeiro: Zahar Editora, 2008.

_____. *O Seminário, Livro 17: O avesso da Psicanálise [1969-1970]*. Rio de Janeiro: Zahar Editora, 1992.

_____. *O Seminário, Livro 20: Mais ainda. [1972-1973]*. Rio de Janeiro: Zahar Editora, 1985.

_____. *O Seminário, Livro 23: O Sinthoma. [1975-1976]*. Rio de Janeiro: Zahar Editora, 2007.

_____. *Formulações sobre a causalidade psíquica*. In: LACAN, J. *Escritos*. [1946]. Rio de Janeiro: Zahar Editora, 1998.

_____. Função e campo da fala e da linguagem em psicanálise. In: LACAN, J. *Escritos*. [1953]. Rio de Janeiro: Zahar Editora, 1998.

_____. A instância da letra no inconsciente. In: LACAN, J. *Escritos*. [1956] Rio de Janeiro: Zahar Editora, 1998.

_____. A psicanálise e seu ensino. In: LACAN, J. *Escritos*. [1957]. Rio de Janeiro: Zahar Editora, 1998.

_____. Posição do inconsciente no Congresso de Bonneval. In: LACAN, J. *Escritos*. [1960]. Rio de Janeiro: Zahar Editora, 1998.

_____. Problemas cruciais para a Psicanálise. In: LACAN, J. *Outros escritos*. [1966a]. Rio de Janeiro: Zahar Editora, 2003, p. 206

_____. Do sujeito enfim em questão. In: LACAN, J. *Escritos*. [1966b]. Rio de Janeiro: Zahar Editora, 1998.

_____. Abertura da coletânea. In: LACAN, J. *Escritos*. [1966c]. Rio de Janeiro: Zahar Editora, 1998.

_____. A ciência e a verdade. In: LACAN, J. *Escritos*. [1966d] Rio de Janeiro: Zahar Editora, 1998. p. 869-892.

_____. Alocução sobre psicoses da criança. In: LACAN, J. *Outros escritos*. [1967a]. Rio de Janeiro: Zahar Editora, 2003.

_____. Proposição de 9 de outubro de 1967 sobre o psicanalista da Escola. In: LACAN, J. *Outros escritos*. [1967b]. Rio de Janeiro: Zahar Editora, 2003.

_____. Radiofonia. In: LACAN, J. *Outros Escritos*. [1970] Rio de Janeiro: Zahar Editora, 2013.

_____. Televisão. In: LACAN, J. *Outros Escritos*. [1973] Rio de Janeiro: Zahar Editora, 2013.

_____. A terceira. In: *Opção Lacaniana: Revista Brasileira Internacional de Psicanálise*, [1974], n. 62, dez/2011, p. 11-36.

_____. Du discours psychanalytique. In: *Lacan in Italia*, [1972/1978]. Milão: La Salamandra, p. 32-55.

_____. Conferência de Genebra sobre o sintoma. In: *Opção Lacaniana: Revista Brasileira Internacional de Psicanálise*, [1975], n. 23, 1998, p. 6-16.

LAIA, S. Texto, escrito para a Oitava Seção do Seminário de Orientación Lacaniana (SOL) de la Nueva Escuela Lacaniana – Sede Bogotá, no dia 28 de maio de 2009. Disponível em: <http://www.institutopsicanalise-mg.com.br/psicanalise/almanaque/04/textos/Sergio%20laia,.pdf>. Acesso em 10/12/2016, às 20h.

LAJONQUIÈRE, Leandro. *Infância e ilusão (Psico)pedagógica*: Escritos de Psicanálise e Educação. 1ª. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2000.

_____. Itard Victor!!! Ou do que não deve ser feito na educação das crianças. In: BANKS-LEITE, L. ; GALVÃO, I. *A educação de um selvagem*. São Paulo: Cortez, 2000.

_____. *Figuras do Infantil*: A Psicanálise na vida cotidiana com as crianças. 1ª. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2010.

LARROSA, Jorge. Notas sobre a experiência e o saber de experiência. In: _____. *Tremores*: Escritos sobre a experiência. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2014, p. 20-21.

LAURENT, E. Alienação e Separação II. In: FELDSTEIN, Richard; FINK, Bruce; JANUS, Maire. *Para ler o Seminário 11 de Lacan*. 1ª. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editora, 1997.

_____. Síntoma y nombre propio. In: LAURENT, E. *Síntoma y nominación*. Buenos Aires: DIVA, 2002.

_____. O que nos ensinam os autistas. In: MURTA, Alberto; CALMON, Analícea; ROSA, Marcia. *Autismo(s) e atualidade*: Uma leitura lacaniana. 1ª. ed. Belo Horizonte: Scriptum, 2012.

_____. *A batalha do autismo*: Da clínica à política. 1ª. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editora, 2014.

LEAL, Bruno. O jornalismo à luz das narrativas: Perspectivas e questões. In: LEAL, B; CARVALHO, C. (Orgs.). *Narrativas e poéticas midiáticas*. São Paulo: Intermeios, 2013.

LEBRUN, Jean-Pierre. *Um mundo sem limite: Ensaio para uma clínica psicanalítica do social*. 1ª. ed. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2004.

LEFORT, Rosine; LEFORT, Robert. *Nascimento do outro: Duas psicanálises*. 1ª. ed. Salvador: Fator Livraria, 1984.

LEVY, R. A noção de sintoma na criança. In: VOLTOLINI, R. *Retratos do mal-estar contemporâneo na educação*. São Paulo: Escuta/FAPESP, 2014.

LOPES, R. G.; SANTOS, T. C. *Psicanálise, ciências e discurso*. Rio de Janeiro: Cia. de Freud, 2013.

MACHADO, Letícia Vier. Rua da Fronteira, nº 14: fragmentos da singularidade de uma experiência . *Estilos da Clínica*, Brasil, v. 21, n. 1, p. 218-234, abr./2016. ISSN 1981-1624. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/estic/article/view/117784/115430>>.doi:<http://dx.doi.org/10.11606/issn.1981-1624.v21i1p218-234>. Acesso em: 12 feb. 2017, às 18h.

MAHLER, M. (1979). *As psicoses infantis e outros estudos*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1983.

MALEVAL, Jean-Claude. Língua verbose, língua factual e frases espontâneas nos autistas. In: MURTA, Alberto; CALMON, Analícea; ROSA, Marcia. *Autismo(s) e atualidade: Uma leitura lacaniana*. 1ª. ed. Belo Horizonte: Scriptum, 2012.

_____. Os objetos autísticos complexos não nocivos. *Psicologia em Revista*, Belo Horizonte, v. 15, ago/2009, n. 2, p. 230.

MANNONI, M. *Educação Impossível*. [1973] Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988.

_____. O sintoma e a palavra. In: A criança sua “doença” e os outros. Rio de Janeiro: Zahar Editira, 1983.

_____. O sintoma ou a fala. In: MANNONI, M. *A criança, sua "doença" e os outros*. [1963]. São Paulo: Via Lettera Editora, 1999.

MARFINATI, Anahi Canguçu; ABRÃO, Jorge Luís Ferreira. Um percurso pela psiquiatria infantil: Dos antecedentes históricos à origem do conceito de autismo. *Estilos da Clínica*, Brasil, v. 19, ago./2014, n. 2, p. 244-262. ISSN 1981-1624. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/estic/article/view/83866>>.. doi:<http://dx.doi.org/10.11606/issn.1981-1624.v19i2p244-262>. Acesso: 16/fev/2015.

MANDIL, R. A. Semblantes do corpo (1). *MOTe digital, Revista digital da Del*, RN, n. 1, jul./2010, p. 6. Disponível em: http://ebp.org.br/PDF/Revista_MOTen01_jul_2010.pdf. Acesso em: 25/03/2015, às 20h.

MARKOWITZ J. *There's Such a Thing as Too Much Neuroscience*, NYT de 14/out/2016 – http://www.nytimes.com/2016/10/15/opinion/theres-such-a-thing-as-too-much-neuroscience.html?emc=edit_tnt_20161014&nid=67084594&intemail0=y. Acesso em 22/jan/2017, às 15h.

MARTINS, José de Souza. *Linchamentos: A justiça popular no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2015.

MARX, K. *Manuscritos Econômico-filosóficos*. [1844]. São Paulo: Boitempo, 2010.

MERLETTI, C., K., I. Escuta grupal de pais de crianças com problemas de desenvolvimento: Uma proposta metodológica baseada na Psicanálise. Dissertação de Mestrado, Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

MERLEAU-PONTY, Maurice. *O olho e o espírito*. Abril Cultural – Coleção Os Pensadores. *Merleau-Ponty*. [1960]. São Paulo, 1984.

MRECH, Leny Magalhães. *Psicanálise e Educação: novos operadores de leitura*. São Paulo: Pioneira, 1999.

_____. O Declínio dos Saberes e o Mercado do Gozo, 8, 2010, São Paulo. *Proceedings online...* FE/USP, Available from:

http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=MSC0000000032010000100034&lng=en&nrm=abn. Acesso em: 09/nov./015, às 18h.

_____. A cientificação da educação: novas encarnações do discurso científico? In: SANTOS, Tania Coelho dos; SANTIAGO, Jésus; MARTELLO, Andrea. *De que real se trata na clínica psicanalítica*. 1ª. ed. Rio de Janeiro: Cia. de Freud, 2012.

_____. A violência contra alunos e professores. In: SANTOS, T. C.; SANTIAGO, J.; MARTELLO, A. *Os corpos falantes e a normatividade do supersocial*. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2014, p. 305 – 330.

MILLER, J-A. *Percurso de Lacan: Uma introdução*. Rio de Janeiro: Zahar Editor, 1987.

_____. *Elementos de Biologia Lacaniana*. Belo Horizonte: Escola Brasileira de Psicanálise - Minas Gerais, 1999.

_____. Uma fantasia. In: *Opção Lacaniana*, nº 42. São Paulo: Eolia, 2005.

_____. A psicanálise, seu lugar entre as ciências. In: SANTOS, Tania Coelho dos; SANTIAGO, Jésus; MARTELLO, Andrea. *De que real se trata na clínica psicanalítica*. 1ª. ed. Rio de Janeiro: Cia. de Freud, 2012.

_____. Ler um sintoma. In: *Opção Lacaniana*. nº 70. São Paulo, jun/2015.

MILLER, J-A; MILNER, J-C. *Você quer mesmo ser avaliado?* São Paulo: Manole, 2006.

MILLER, Judith. Cientificismo, ruína da Ciência. In: MACHADO, O.; RIBEIRO, V. L. A. (Orgs.), *Um real para o século XXI*. Belo Horizonte: Scriptum, 2014, p.64.

MILNER, J-C. *O amor da língua*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1987.

_____. Le grand secret de l'ideologie de l'évaluation. *Nouvel Âne*, 2003, nº 2, p. 5.

NIETZSCHE, Friedrich. *A vontade de poder*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2008.

OCARIZ, M. O sintoma e a clínica psicanalítica: O curável que não tem cura. São Paulo: Via Lettera, 2003.

PAIVA, Z. L. A. Autismo: Uma fase inevitável em Margaret Mahler. *Letra Freudiana*. Rio de Janeiro: Revinter, n.14, p. 27 – 40, 1995.

PINTO, Jeferson Machado. A instituição acadêmica e a legitimação da vocação científica da psicanálise. *Psicol. Reflex. Crit.*, Porto Alegre, v. 12, n. 3, 1999. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-

79721999000300009&lng=en&nrm=iso><http://dx.doi.org/10.1590/S0102-79721999000300009>. Acesso em: 21/jan./2017, às 16h.

QUINET, A. *Um olhar a mais: Ver e ser visto na Psicanálise*. Rio de Janeiro: Zahar Editora, 2004.

RAHME, M. M. F. *Laço social e educação: Um estudo sobre os efeitos do encontro com o outro no contexto escolar*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2014.

ROSA, M. D. A pesquisa psicanalítica dos fenômenos sociais e políticos: Metodologia e fundamentação teórica. *Revista Mal-Estar e Subjetividade*, Fortaleza, v. IV, 2004, n. 2, p. 329-348.

ROUDINESCO, E.; PLON, M. *Dicionário de Psicanálise*. Rio de Janeiro: Zahar Editora, 1998.

SANTO AGOSTINHO. *Confissões*. Série *Os Pensadores*. São Paulo: Nova Cultural, 1987.

SANTOS, T. C. Do supereu sujeito à lei simbólica à normatividade supersocial dos corpos falantes. In: SANTOS, T. C.; SANTIAGO, J.; MARTELLO, A. *Os corpos falantes e a normatividade do supersocial*. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2014.

SAURET, M-J. O infantil e a estrutura. Conferências em São Paulo – 29,30,31/ago./1997. Publicado pela *Escola Brasileira de Psicanálise*. São Paulo, 1997.

SELKIRK, C. G.; MCCARTHY VEACH, P.; LIAN, F.; SCHIMMENTI, L.; LEROY, B. S. Parents' Perceptions of Autism Spectrum Disorder Etiology and Recurrence Risk and Effects of their Perceptions on Family Planning: Recommendations for Genetic Counselors. *Journal of Genetic Counseling*, 2009, vol. 18, nº 5.

SILVA, Kelly Cristina Brandão. Educação inclusiva: Para todos ou para cada um? Alguns paradoxos (in)convenientes. *Pro-Posições*, [S.L.], v. 21, fev./2016, n. 1, p. 163-178,. ISSN 1982-6248. Disponível em: <<http://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/proposic/article/view/8643377>>. Acesso em: 17 jan. 2017, às 19h.

STEVENS, A. A instituição: Prática do ato. In: *Pertinências da Psicanálise Aplicada: Trabalhos da Escola da Causa Freudiana Reunidos*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007, p. 76-85.

STONER, Rich; et al. Patches of Disorganization in the Neocortex of Children with Autism., *New England Journal of Medicine*, 2014, 1209-1219

4100 - <http://www.nejm.org/doi/full/10.1056/NEJMoa1307491>

SO - *New England Journal of Medicine*. march/27/2014 370 (13):1209 <http://www.nejm.org/doi/full/10.1056/NEJMoa1307491#t=article>.

TENDLARZ, Silvia Elena; BAYÓN, Patricio Alvarez. *Qué es el autismo?* Infancia Y psicoanálisis. 1ª. ed. Buenos Aires: Coleccion Diva, 2013.

THOMPSON, E. P. *A formação da classe operária inglesa*. São Paulo: Paz e Terra, 1987.

TUSTIN, F. A perpetuação de um erro. *Letra Freudiana*. Rio de Janeiro: Revinter, n.14, p. 63 – 80, 1995.

VENTURA, Zuenir. 1968: O ano que não terminou. 3ª. ed. rev. Rio de Janeiro: Planeta do Brasil, 2008.

VIEIRA, C. R. S. Autismo, uma síndrome patológica particular: Donald Meltzer. *Letra Freudiana*. Rio de Janeiro: Revinter, n.14, p. 41 – 44, 1995.

VOLTOLINI, Rinaldo. Poder, impotência e impossível no discurso pedagógico. In: ALMEIDA, Sandra Francesca Conte; KUPFER, Maria Cristina Machado. *A Psicanálise e o trabalho com a criança-sujeito: No avesso do especialista*. 1ª. ed. São Paulo: Wak, 2011.

_____. O discurso do Capitalista, a Psicanálise e a Educação. 2009. Disponível em: http://www.educacaoonline.pro.br/index.php?option=com_content&view=article&id=335:o-discurso-do-capitalista-a-psicanalise-e-a-educacao&catid=36:especial&Itemid=46 .Acesso em 9/01/2017, às 20h.

_____. Educação Inclusiva e psicopatologia da infância. In: KAMERS, Michele; MARIOTTO, Rosa Maria; VOLTOLINI, Rinaldo (Orgs) *Por uma (nova) psicopatologia da infância e da adolescência*. São Paulo: Escuta, 2015.

VORCARO, A; FERREIRA, T. Entre o capricho e o anonimato, quem são os pais de hoje? In: VOLTOLINI, R. *Retratos do mal-estar contemporâneo na educação*. São Paulo: Escuta/FAPESP, 2014.

WEBER, Max. *A ética protestante e o “espírito” do capitalismo*. [1905]. São Paulo: Companhia das Letras, 2007

WHITELAW, C.; FLETT, P.; AMOR, D. Recurrence risk in Autism Spectrum Disorder: A study of parental knowledge. *Journal of Paediatrics and Child Health*, no. 43, 2007, p. 752–754.

WILLIAMS, Raymond. *Cultura e sociedade*. São Paulo: Editora Nacional, 1969.

WINNICOTT, D. *O ambiente e os processos de maturação*: Estudos sobre a teoria do desenvolvimento emocional. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993.

_____. *Natureza humana*. Rio de Janeiro: Imago, 1990.

_____. *Pensando sobre crianças*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997a.

_____. A etiologia da esquizofrenia infantil em termos do fracasso adaptativo. In: WINNICOTT, D *Pensando sobre crianças*. [1967] Porto Alegre: Artes Médicas, 1997b.

_____. Autismo. In: WINNICOTT, D *Pensando sobre crianças*. [1966] Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

_____. *Os bebês e suas mães*. [1968] São Paulo: Martins Fontes, 1999.

ZORZETTO, R. *O cérebro no autismo*. 2011. Disponível em: <<http://revistapesquisa.fapesp.br/2011/06/16/o-cerebro-no-autismo/>>. Acesso em: 01/02/2015, às 22h.

Anexo

Lista das reportagens analisadas dividida por periódico

Folha de São Paulo

- 1 – *Estudo explica por que autismo é mais comum em homens* (28/fev/2014)
<http://www1.folha.uol.com.br/equilibrioesaude/2014/02/1419122-estudo-explica-por-que-autismo-e-mais-comum-em-homens.shtml> Acesso em: 17/01/2017, às 19h.
- 2 – *Estudo mostra áreas desorganizadas em cérebros de autistas*. (28/mar/2014)
<http://www1.folha.uol.com.br/equilibrioesaude/2014/03/1432099-estudo-mostra-areas-desorganizadas-em-cerebros-de-autistas.shtml> Acesso em: 17/01/2017, às 19h.
- 3 – *Pesquisador enfoca bioquímica do autismo* (8/abr/2014)
<http://www1.folha.uol.com.br/equilibrioesaude/2014/04/1436481-pesquisador-enfoca-bioquimica-do-autismo.shtml> Acesso em: 17/01/2017, às 19h.
- 4 – *Causas do autismo são genéticas e ambientais na mesma proporção* (5/mai/2014)
<http://www1.folha.uol.com.br/equilibrioesaude/2014/05/1449422-causas-do-autismo-seriam-geneticas-e-ambientais-na-mesma-proporcao-diz-estudo.shtml> Acesso em: 17/01/2017, às 19h.
- 5 – *Vacina contra sarampo não causa autismo, reafirma estudo* (2/jul/2014)
<http://www1.folha.uol.com.br/equilibrioesaude/2014/07/1479593-vacina-contrasarampo-nao-causa-autismo-reafirma-estudo.shtml> Acesso em: 17/01/2017, às 20h.
- 6 – *Em laboratório, cientistas curam neurônio autista* (12/nov/2014)
<http://www1.folha.uol.com.br/ciencia/2014/11/1546751-em-laboratorio-cientistas-curam-neuronio-autista.shtml> Acesso em: 17/01/2017, às 21h.
- 7 – *Estudo genético liga inteligência a risco de ter autismo* (23/mar/2015).
<http://www1.folha.uol.com.br/ciencia/2015/03/1608776-estudo-genetico-liga-inteligencia-a-risco-de-contrair-autismo.shtml> Acesso em: 17/01/2017, às 21h.
- 8 – *Ressonância magnética detecta diferenças em cérebro autista* (27/mar/2015)
<http://www1.folha.uol.com.br/ciencia/2015/03/1608781-ressonancia-magnetica-detecta-diferencas-em-cerebro-autista.shtml> Acesso em: 17/01/2017, às 21h.

Revista Exame

1 – *Autismo é resultado de anomalias nas estruturas cerebrais, mostra estudo* (27/mar/2014)

<http://exame.abril.com.br/ciencia/autismo-e-resultado-de-anomalias-nas-estruturas-cerebrais-mostra-estudo/> Acesso em: 17/01/2017, às 19h.

2 – *Em Causas do autismo são genéticas e ambientais na mesma proporção* (5/mai/2014)

<http://exame.abril.com.br/ciencia/causas-do-autismo-seriam-geneticas-e-ambientais-na-mesma-proporcao/> Acesso em: 17/01/2017, às 19h.

3 – *Estudo americano aponta relação entre autismo e pesticidas* (23/jun/2014)

<http://exame.abril.com.br/tecnologia/estudo-americano-aponta-relacao-entre-autismo-e-pesticidas/> Acesso em: 17/01/2017, às 20h.

4 – *Cientistas testam tratamento para alguns sintomas de autismo* (23/ago/2014)

<http://exame.abril.com.br/ciencia/cientistas-testam-tratamento-para-alguns-sintomas-de-autismo/> Acesso em: 17/01/2017, às 20h.

5 – *Estudo revela vínculo entre pré-eclâmpsia e autismo* (8/dez/2014)

<http://exame.abril.com.br/ciencia/estudo-revela-vinculo-entre-pre-eclampsia-e-autismo/> Acesso em: 17/01/2017, às 21h.

6 – *Equipe encontra variante genética relacionada com o autismo* (25/mar/2015)

<http://exame.abril.com.br/ciencia/equipe-encontra-variante-genetica-relacionada-com-autismo/> Acesso em: 17/01/2017, às 21h.

7 – *Bebê prematuro tem mais chance de desenvolver autismo* (4/mai/2015).

<http://exame.abril.com.br/ciencia/bebe-prematuro-tem-mais-chance-de-desenvolver-autismo/> Acesso em 17/01/2017, às 22h.